

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“O QUE FAZER COM CASTRO?”: *TIME, LIFE* E A REVOLUÇÃO CUBANA
(1959-1962)**

GRACIELLA FABRÍCIO DA SILVA

NITERÓI,

2012

GRACIELLA FABRÍCIO DA SILVA

**“O QUE FAZER COM CASTRO?”: *TIME*, *LIFE* E A REVOLUÇÃO CUBANA
(1959-1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kocher

Niterói,
2012.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Graciella Fabrício da.

“O que fazer com Castro? Time, Life e a Revolução Cubana (1959-1962) / Graciella Fabrício da Silva – 2012.

173 f.

Orientador: Bernardo Kocher.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 169-173.

1. Revolução cubana, 1959. 2. Time (Revista). 3. Life (Revista). 4. Estados Unidos. 5. América Latina. 6. Imprensa. 7. Política externa. I. Kocher, Bernardo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 972.91064

GRACIELLA FABRÍCIO DA SILVA

**“O QUE FAZER COM CASTRO?”: *TIME, LIFE* E A REVOLUÇÃO CUBANA
(1959-1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Kocher – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Alberto Barão - Arguidor
Universidade Petrobras

Prof^a Dr^a Mônica Leite Lessa – Arguidora
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato – Arguidor (suplente)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Adriano de Freixo – Arguidor (suplente)
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI,

2012

Agradecimentos

Aos meus pais e demais familiares, pelo apoio e incentivo.

A Fabio Landi Nolasco, pelo companheirismo e apoio, pelas críticas e pelas conversas, pelos esporros e pela paciência nos momentos de maior ansiedade e nervosismo.

Aos amigos, por partilharem comigo cada momento dessa jornada. Especialmente aos queridos Maria Cristiane da Costa e Rael Fizson, companheiros nessa caminhada de mestrado, também no PPGH, pela sempre rica troca de informações.

À querida professora Jessie Jane Vieira de Sousa, orientadora durante a graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo suporte inicial na minha caminhada intelectual e por ter me aberto as portas para a pesquisa, apresentando-me as revistas que se tornaram objeto desta pesquisa.

Ao meu orientador, o professor doutor Bernardo Kocher, pelas valiosas dicas e pela atenção.

Às professoras Cecília Azevedo e Erica Simone, pelas sugestões, pelo apoio e pelos livros emprestados.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar a cobertura feita pelas revistas *Time* e *Life* à Revolução Cubana. A imprensa é aqui compreendida enquanto um ator político e social. A partir disto, é empreendida uma análise do posicionamento político do fundador da revista Henry Luce. O engajamento político de Luce encontra-se enraizado numa longa tradição de pensamento político americano, especialmente no campo da política externa americana e quanto ao papel dos Estados Unidos no mundo. Este engajamento se manifestou em diversos momentos de sua trajetória, defendendo propostas e estratégias que, acreditava, contribuiriam para fortalecer os Estados Unidos na luta contra o seu principal inimigo da Guerra Fria, representado pela União Soviética. Por isso, recorreu-se a observações não somente em relação ao papel político da imprensa, mas também da relação entre ela e a política externa, bem como sobre o conjunto das relações entre Estados Unidos e América Latina.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Henry Robinson Luce. *Time*. *Life*. Imprensa. Política externa. Estados Unidos. América Latina.

Abstract

This research aims to analyze the coverage of the Cuban Revolution by *Time* and *Life* magazines. The press is here understood as a political and social actor. From this, an analysis is undertaken of the political positioning of the magazine founder Henry Luce. The political engagement of Luce is rooted in a long tradition of American political thought, especially in the field of American foreign policy and about the U.S. role in the world. This engagement was manifested in various moments of his career, defending proposals and strategies which, he believed, would help to strengthen the United States in the fight against its main enemy of the Cold War, represented by the Soviet Union. Therefore, we used the observations not only about the political role of the press, but also the relationship between it and foreign policy, as well as on the set of relations between the United States and Latin America.

Keywords: Cuban Revolution. Henry Robinson Luce. *Time*. *Life*. Press. Foreign policy. United States. Latin America.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 - Um olhar sobre as relações interamericanas: EUA e antiamericanismo na América Latina nos anos 1950	16
1.1 - Contra o perigo vermelho: Estados Unidos e América Latina após 1945	23
1.1.1 – Estados Unidos e América Latina no âmbito da Organização dos Estados Americanos	26
1.2 – O antiamericanismo na América Latina após a Segunda Guerra Mundial	28
1.2.1 – Definindo o conceito	29
1.3 – Cuba e Estados Unidos	36
1.3.1 – Do Moncada à Revolução (1953-1959)	41
1.3.2 – Da fase de “testes” à luta contra Fidel: as opções da diplomacia americana (1959-1961)	45
2 – Por dentro da Time Inc.: Trajetória e ideologia	54
2.1 – A criação de <i>Time: The Weekly News Magazine</i>	55
2.2 – O nascimento da <i>Life</i>	59
2.3 – O século americano	61
2.4 – Expandindo a fronteira: Time Life International	67
2.5 – A “perda” da China	70
2.6 – <i>Cold Warriors</i> : lutando a Guerra Fria	77
2.7 – O propósito nacional da América	82
2.7.1 – Os anos 1950: um breve balanço sobre a década	84
2.7.2 – Definindo o propósito nacional	86
3 – “O que fazer com Castro?”	92
3.1 – Fim da guerra: entre o otimismo e a apreensão ou Retratos de Fidel	93
3.2 – “Confisco!” Time Inc. contra a Lei de Reforma Agrária	104
3.3 – “O que fazer com Castro?”	115
3.3.1 – Uma voz para os exilados	134
3.4 – Baía dos Porcos: Onde foi que nós erramos?	138

3.4.1 – Crise na América Latina: um espectro ronda o continente	145
3.5 – Crise dos mísseis: uma vitória americana	153
Conclusão	160
Anexos	164
Anexo 1: Editorial “O que fazer com Castro”, publicado na <i>Life</i> de 28 de março de 1960	164
Anexo 2: Editorial “O que a Doutrina Monroe deveria dizer? Bloqueio”, publicado na <i>Life</i> de 21 de setembro de 1962	166
Bibliografia	169

Introdução

Muito pode ser dito sobre a Revolução Cubana: a heroica luta dos guerrilheiros liderados por Fidel Castro contra a ditadura de Fulgencio Batista, as profundas e significativas mudanças promovidas pelo governo revolucionário na pequena ilha caribenha a partir de 1959 e até mesmo as diversas investidas contrarrevolucionárias apoiadas e financiadas pelos Estados Unidos que persistem até os nossos dias.

Muito também pode ser dito sobre as relações entre imprensa e política externa. Um dos pontos mais difíceis de determinar são os limites da influência que uma exerce sobre a outra. Até que ponto a imprensa interfere na elaboração da política externa de um país? A partir de que momento a imprensa deixa de ser um mero instrumento de transmissão de notícias e passa a exercer ela mesma – direta ou indiretamente – o papel de protagonista da política externa de um governo ou país?

Neste trabalho, buscamos mesclar esses dois temas – a Revolução Cubana e a relação entre imprensa e relações internacionais –, a partir da análise da cobertura feita pelas renomadas revistas de origem norte-americana *Time* e *Life*. Mesmo discordando das opiniões manifestas nesses dois periódicos, há que se reconhecer a validade e a importância dessas duas publicações, e isso por uma série de motivos: pela importância de ambas para a história do jornalismo, pelo reconhecimento do papel político e social da imprensa de qualquer coloração ideológica e pela simples necessidade de se conhecer os argumentos utilizados pelo lado oposto para melhor exercer a atividade crítica. Além disso, são interessantes objetos de análise a respeito das ligações entre imprensa e política externa, uma vez que nelas as duas questões apresentam-se bastante entrelaçadas.

A imprensa sempre esteve presente nos estudos históricos. No entanto, para além do caráter meramente informativo, consideramos a imprensa no nível de sua atuação política e social. Nelson Werneck Sodré¹ já chamava a atenção para o papel desempenhado pela imprensa na sociedade capitalista:

...a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações.

¹SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Inicialmente fruto de pesquisa feita para a elaboração da monografia de conclusão de curso da autora desta dissertação, a escolha desses dois ícones do jornalismo norte-americanos se mostrou bastante frutífera, em função da riqueza jornalística de ambas – inovadoras do conceito de produção da notícia e da noção mesma de “revista” –, assim como de sua trajetória e a do seu fundador, Henry Robinson Luce. Homem de fortes convicções políticas, Luce exerceu um papel fundamental no modo como as publicações sob sua direção abordavam os acontecimentos de sua época. Não só em *Time* e *Life*, como também nas outras publicações de seu império, a Time Inc. – *Fortune* e *Sports Illustrated* –, transparecem com bastante clareza seu posicionamento político e ideológico a respeito dos diversos assuntos abordados em cada uma delas, especialmente no que diz respeito à política externa americana, sobre a qual tinha um posicionamento bastante peculiar, marcado pela crença no sentido de missão que os Estados Unidos tinham a cumprir no mundo. Apoiado nessa crença do “excepcionalismo americano”, procurou ao longo de sua vida contribuir para que os Estados Unidos cumprissem a sua missão de serem o “farol da humanidade”, sendo as suas publicações o seu principal instrumento de luta, uma vez que era através delas que buscava moldar ou influenciar de alguma forma a política externa americana. Grande exemplo disso foi a sua atuação em favor do governo nacionalista de Chiang Kai-shek na China, em nome do qual cobrou diversas ações do governo americano para conter o avanço comunista. A luta contra o comunismo, aliás, se tornou uma das principais batalhas travadas por Luce em sua vida, uma vez que via no socialismo soviético uma grave ameaça à concretização do “século americano”.

O mesmo empenho empregado na defesa da China contra o comunismo pode ser observado em relação à Revolução Cubana. Mesmo não obtendo acesso ao conjunto da documentação produzida por Luce a respeito do curso tomado pela revolução, verificamos nas páginas de suas revistas uma feroz campanha contra os caminhos percorridos por Cuba pelas mãos do governo de Fidel Castro. Gradativamente, a esperança de renovação da política cubana após anos de ditadura foi cedendo lugar às críticas e à oposição aberta. Aos poucos, a Revolução passou a ser vista como sinônimo de instabilidade, além de ser também considerada uma ameaça à concretização do sonho americano, colocando o inimigo às portas dos Estados Unidos. As transformações implementadas na ilha pelas mãos de Fidel Castro levaram Luce a não somente exigir, como também propor ações mais rígidas do governo americano contra Cuba.

Algumas considerações teóricas são necessárias de serem trabalhadas quando se fala sobre imprensa e política externa, bem como sobre a atuação política e ideológica da imprensa e o papel do intelectual, aqui representado pela figura de Henry Luce.

Pelo papel central desempenhado por Luce à frente de suas revistas, assim como pela sua atuação junto a entidades civis e a membros importantes do governo americano – como o secretário de Estado John Foster Dulles, o diretor da CIA Allen W. Dulles e os presidentes Dwight D. Eisenhower e John F. Kennedy, sem deixar de mencionar a atuação de sua esposa, Clare Booth Luce, que exerceu os cargos de senadora e embaixadora dos Estados Unidos junto à Itália e ao Brasil – para alcançar seus objetivos políticos, podemos defini-lo como o “intelectual orgânico” de Antonio Gramsci. A ideia de intelectual orgânico liga-se à posição ocupada pelo indivíduo no conjunto das relações sociais de um modo de produção, exercendo a função de construção e/ou manutenção da hegemonia da classe social a que pertence. Como fundador e proprietário de um dos maiores impérios de comunicação dos Estados Unidos do século XX, Luce exerceu bem a sua função enquanto intelectual voltado à manutenção do *status quo* norte-americano, pois o que emerge das publicações da Time Inc. é a militância em torno da construção de um consenso entre a opinião pública centrado, no plano interno, no mundo da classe média e da sociedade de consumo americana, e, no plano externo, na defesa da hegemonia internacional dos Estados Unidos frente à União Soviética, em um cenário marcado pela Guerra Fria.

Algumas considerações sobre o papel mesmo da imprensa devem ser feitas e, mais uma vez, o suporte teórico gramsciano é de grande valia. Segundo Gramsci, a imprensa se insere no âmbito dos “aparelhos privados de hegemonia”. Tais aparelhos atuam no âmbito da sociedade civil, que é o *locus* onde se realizam as disputas pela hegemonia. Juntamente a outros elementos, como a escola e a religião, a imprensa constitui um elemento fundamental na construção da hegemonia da classe dominante. Estando ligada aos interesses de uma determinada classe, a imprensa buscará, pois, a satisfação da demanda da classe cujos interesses ela representa. Ao mesmo tempo, a imprensa cria e desenvolve essas necessidades, além de gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. Dessa forma, a esse tipo de atividade jornalística, Gramsci denomina “jornalismo integral”. Nesse sentido, o leitor aparece, ao mesmo tempo, como um componente ideológico e econômico.

Sobre este aspecto Mariani afirma que

... se a instituição jornalística não funciona sem leitores, e se ela busca atraí-los como consumidores, há que se considerar que todo jornal

noticia para segmentos determinados da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento. (Mariani,1998)

Por conta dessa sua importância na configuração da configuração hegemônica de uma determinada classe, a imprensa também exerce, segundo Gramsci, o papel de partido político, uma vez que atua na organização da vontade popular de forma a possibilitar a construção ou a manutenção da hegemonia de uma classe sobre a outra. Dessa forma, a suposta imparcialidade da atividade jornalística é posta de lado. Compreende-se, portanto, a imprensa não como algo neutro, mas como uma atividade que tem uma atuação política, na medida em que ela manifesta os interesses de uma determinada camada da sociedade e atua no sentido de formar uma opinião pública favorável a um determinado projeto político. No caso das publicações da Time Inc., é visível a atuação partidária das revistas através da defesa feita por elas de ideias que visavam favorecer os candidatos do Partido Republicano, à plena realização do *american dream*, baseado no consumo dos bens industrializados, e à implementação de medidas que favorecessem, no plano da política externa, o capital de origem norte-americano. Aliás, os anúncios publicados nas páginas de *Time* e *Life* de empresas como Coca-Cola, United Fruit Company, Kodak, Ford e empresas aéreas deixavam explícitos o alinhamento das revistas aos interesses do grande capital norte-americano e, portanto, a defesa de uma ordem social que favorecesse a preservação dos seus interesses. Tomados em conjunto, esses elementos impedem que nos surpreendamos com a oposição manifesta em ambas as revistas ao conjunto de reformas implementadas pelo governo revolucionário de Cuba, na medida em que essas reformas atingiram diretamente os investimentos de algumas dessas grandes empresas atuantes na ilha.

No que tange à problemática da relação entre imprensa e política externa, a análise dessa atuação partidária da imprensa pode ser complementada pelo conceito de “diplomacia midiática”, que abrange o papel político da imprensa no campo das relações internacionais. O conceito foi bem explorado por Leonardo Valente, em “Política Externa na Era da Informação”². A diplomacia midiática, segundo Valente, vai além do uso da mídia pelos Estados para promover os seus objetivos de política externa, atingindo, através do aparelho midiático, as populações dos países com quem se relaciona, utilizando a opinião pública como mais um meio de negociação e comunicação. Dentro desse campo, há a diplomacia feita pela mídia, com o intuito de interferir, de alguma forma, no resultado final da política externa

² VALENTE, Leonardo. *Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

estatal. Desse modo, tal conceito, longe de se distanciar, complementa os demais conceitos aqui utilizados. Por meio de *Time*, *Life* e *Fortune*, Luce buscava convencer tanto o governo dos Estados Unidos como os públicos interno e externo – através das edições internacionais de *Time* e *Life* – da importância de se adotar determinadas linhas de atuação política para produzir os resultados que considerava necessários para a manutenção e o fortalecimento da soberania norte-americana em plano internacional. Em suas páginas, exerceria a crítica ao que julgava estar errado na política externa americana e defenderia fervorosamente propostas que acreditava serem eficazes para a realização plena do século americano.

Como será demonstrado ao longo deste trabalho, *Time* e *Life*, embora pertencentes ao mesmo grupo editorial, possuíam características diferenciadas. Enquanto *Time* privilegiava a notícia dos principais acontecimentos políticos em plano nacional e internacional, *Life*, uma revista de fotojornalismo, apresentava um conteúdo mais diversificado, que abrangia desde a política até o cinema. Embora se reconheça essas diferenças, optou-se por privilegiar aquilo que as unifica, ou seja, a linha editorial ditada por Luce e seguida por ambas, restringindo-nos apenas ao texto publicado em cada uma delas. Além disso, optou-se em buscar uma aproximação ao ponto de vista assumido por Luce e presentes nas revistas, utilizando, inclusive, alguns termos do próprio vocabulário utilizado nas duas publicações, a fim de tentar transmitir melhor a sua opinião a respeito de Cuba, sua revolução e seus protagonistas.

Algumas hipóteses de trabalho foram levantadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Em primeiro lugar, verifica-se que, entre janeiro e maio de 1959, *Time* e *Life* apresentam uma posição ambígua em relação à Revolução Cubana. Ao lado da esperança de renovação da realidade política cubana com a deposição de Fulgencio Batista, havia a preocupação quanto aos rumos que ela poderia assumir, em função da figura mesma de Fidel Castro, bem como de outras lideranças revolucionárias, como Raúl Castro e Ernesto “Che” Guevara. A partir de maio, com a Lei de Reforma Agrária, houve uma radicalização da posição das revistas, que assumiam uma posição explicitamente contrária aos desdobramentos da Revolução. De maio de 1959 a dezembro de 1961, consolidava-se uma oposição crescente à Revolução. Na medida em que foram sendo levadas a cabo reformas de caráter estrutural na economia cubana, as críticas à Revolução se tornaram cada vez mais ásperas, havendo o temor de uma “comunização” da ilha. Crescia, portanto, a preocupação com a influência da esquerda cubana sobre o novo governo, bem como com o fortalecimento do poder pessoal de Fidel Castro, que manifestava acusações contra o imperialismo estadunidense. Como resultado, o grupo Time Inc. não apenas manifestava apoio a algumas medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos consideradas eficazes para alcançar o objetivo de frear o ritmo

das reformas empreendidas pelo governo cubano, como também cobrava do governo americano ações mais ríspidas contra Cuba, além de elaborar e defender propostas próprias para lidar com o “problema Castro”.

Além disso, a análise empreendida pelas revistas *Time* e *Life* sobre a Revolução Cubana assumiu um caráter fortemente ideológico, determinado pelo posicionamento político de Henry Luce, dono do grupo Time Inc., de orientação conservadora, que, no cenário internacional marcado pela Guerra Fria, assumiu o tom de defesa do capitalismo, em especial dos interesses dos Estados Unidos. Essa perspectiva se torna mais clara na medida em que as empresas norte-americanas com investimento em Cuba foram atingidas pelas transformações na economia cubana impostas pelo governo revolucionário da ilha. Por fim, dada a defesa de Luce da liderança em nível mundial dos Estados Unidos, uma de suas principais preocupações manifestas através das revistas era quanto ao antiamericanismo manifesto por Castro e os danos que isso poderia causar não somente nas relações cubano-americanas, mas também entre os Estados Unidos e a América Latina como um todo, uma vez reconhecido o apelo popular da Revolução Cubana na América Latina. Diante disso, a solução da crise dos mísseis pelo governo Kennedy, em 1962, foi vista como uma “vitória americana”, uma vez que a aceitação, por parte da União Soviética, de retirar seus mísseis de Cuba seria capaz de recuperar o prestígio dos Estados Unidos perante os seus vizinhos latinos.

Além das revistas, foram utilizadas outras fontes que ajudam a complementar o já rico material fornecido pelas revistas. Essa documentação constitui-se de cartas e de uma entrevista concedida pelo próprio Henry Luce ao programa de história oral da John F. Kennedy Library. Mesmo não sendo um material muito vasto – difícil de ser obtido em função mesmo da distância dos centros de pesquisa³ e do pouco disponível na internet até o momento da conclusão desta pesquisa –, o pouco obtido ajuda a entrever melhor algumas das posições adotadas pelas revistas, assim como nos permite acompanhar mais de perto a atuação de Luce à frente das revistas e junto a importantes personalidades do governo americano.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, é abordado o histórico das relações interamericanas, não só para contextualizar o objeto aqui trabalhado, mas também para explorar algumas das problemáticas levantadas no decorrer da pesquisa, o

³ Há uma vasta quantidade de documentação de Luce e da Time Inc. depositada na Biblioteca do Congresso americana, no fundo Allen W. Dulles da Universidade de Princeton e na biblioteca presidencial de Dwight D. Eisenhower, além da já citada John F. Kennedy. Analisando os catálogos disponíveis *on-line* de cada um desses centros, nota-se a referência a Cuba em diversos momentos, tanto entre os círculos internos da companhia, como entre Luce e C.D. Jackson, seu braço direito, e os próprios presidentes americanos. Infelizmente, não foi possível, ao longo da pesquisa e por uma série de fatores, obter acesso ao conjunto dessa documentação, sendo possível consultar, apenas, os catálogos de cada um desses acervos.

que auxiliará a compreensão de alguns elementos presentes na cobertura feita por *Time* e *Life* à Revolução Cubana. Dentre eles, destacam-se a questão do antiamericanismo e os estereótipos sobre os latinos produzidos nos Estados Unidos.

No segundo, é trabalhada a trajetória de *Time*, *Life* e da Time Inc., em geral, assim como a de Henry Luce. Aqui, o pensamento de Luce é detalhado e explicado, especialmente no que se refere à política externa americana. Nesse sentido, são abordadas a sua trajetória intelectual, suas principais influências, seus projetos tanto para a Time Inc. como para os Estados Unidos e seu engajamento em algumas das principais questões políticas de seu tempo através de suas revistas, como a militância em favor da China nacionalista e a luta contra o comunismo.

No terceiro e último capítulo, aborda-se a cobertura propriamente dita à Revolução Cubana pelas duas citadas revistas. Nele, relata-se não apenas o posicionamento político das revistas em relação à Revolução Cubana, mas também buscamos identificar quais os argumentos e as estratégias defendidas por elas para lidar com o conjunto de alterações nas condições políticas, econômicas e sociais cubanas que desafiaram os interesses americanos longamente estabelecidos na ilha.

Há ainda, ao final, a reprodução de dois importantes editoriais publicados em *Life* que representam bem o posicionamento das revistas a respeito da Revolução Cubana.

Capítulo 1 - Um olhar sobre as relações interamericanas: EUA e antiamericanismo na América Latina nos anos 1950

As relações entre Estados Unidos e América Latina estiveram longe de harmoniosas. Elas foram marcadas por conflitos de origens e cores diferenciadas. Ao longo do século XIX, a perspectiva dos Estados Unidos em suas relações com os seus vizinhos ao sul do Rio Grande foi marcada pelo ponto de vista preconceituoso por parte daqueles que eram responsáveis pela condução da política externa americana para a região. “As pessoas da América do Sul são as mais ignorantes, as mais fanáticas, as mais supersticiosas de todos os católicos romanos da cristandade”, afirmou certa vez John Adams⁴.

Apesar do interesse no estabelecimento de relações comerciais, pouco interesse havia em estabelecer laços políticos mais estreitos com a região. Em primeiro lugar, em função da linha isolacionista que marcava a política externa americana de um modo geral. Os defensores do isolacionismo ancoravam-se no que era considerada a tradição dos Estados Unidos em política externa e tem por base as declarações dos pais fundadores, particularmente George Washington e Thomas Jefferson, a respeito da relação do país com outras nações. Em 1794, Washington se tornou o responsável pela criação do primeiro ato de neutralidade americano, em que se previa que os Estados Unidos deveriam manter uma conduta imparcial e amigável com os países beligerantes. Em 1796, em seu discurso de despedida, Washington reforçou o princípio de neutralidade, afirmando que a Europa possuía uma série de interesses que não tinham nenhuma ou pouca relação com os dos Estados Unidos. Além disso, advertiu aos seus compatriotas a evitarem o envolvimento em qualquer tipo de aliança permanente. Em seu discurso de posse, Jefferson manteve a mesma posição de Washington, ao dizer que a política americana deveria ser baseada na paz, no comércio e na amizade com todos os países, devendo ser evitado qualquer tipo de aliança. Desenvolveu-se, assim, uma política externa na qual os Estados Unidos perseguiriam seus objetivos internacionais de forma unilateral, evitando estabelecer qualquer tipo de aliança duradoura com outros Estados.

Smith explica que essa posição dos pais fundadores devia-se ao fato de os Estados Unidos buscarem, em seus primeiros anos, diferenciarem-se da Europa. A nova nação buscava uma independência de ação, distanciando-se de alianças com o velho continente que lhe pudessem ser danosas. Isso não significava, porém, um completo isolamento nas relações

⁴ “The people of South America are the most ignorant, the most bigoted, the most superstitious of all the Roman Catholics in Christendom”. Citado em MCPHERSON, Alan L. *Yankee no! : anti-Americanism in U.S. – Latin American relations*. Cambridge: Harvard University Press, 2003. P. 12.

internacionais. A preocupação em proteger suas fronteiras era a motivação inicial da recém-fundada república americana – o que motivava uma preocupação maior com a Espanha do que com a Inglaterra, devido à proximidade territorial com as colônias hispânicas⁵.

Essa política foi mantida até o final do século XIX. Ao longo desse século, a expansão territorial americana e grandes transformações na economia do país, marcada pelo crescimento industrial, e nas comunicações mudaram as condições em que os Estados Unidos vinham exercendo essa política unilateral e de não envolvimento em alianças. O país respondeu a essas transformações reorientando a sua política externa, o que levou a um envolvimento maior nas questões internacionais, para além dos arranjos no campo econômico que predominavam até então. Algumas ações oficiais demonstram essa mudança: em 1863, pela primeira vez os Estados Unidos enviaram um delegado a uma conferência internacional; em 1882, o país ingressou oficialmente na Cruz Vermelha. No entanto, as ações mantinham-se limitadas a assuntos relacionados a questões sociais e econômicas. Até o final do século, acordos envolvendo temas políticos permaneceram sendo evitados.

Além disso, era presente entre alguns setores da sociedade americana uma visão que estabelecia fronteiras entre “nós” (americanos) e “eles” (latinos). Do ponto de vista americano, as diferenças entre Estados Unidos e América Latina eram marcadas por fatores diversos, que incluíam desde a religião até a formação política. A herança católica e monárquica era vista como sinal de atraso pelos líderes políticos americanos. Thomas Jefferson afirmou certa vez desconhecer exemplos de “povos guiados por padres” que mantivessem um governo civil livre. Além das barreiras impostas pela língua e pela religião, o problema da raça era algo ainda mais determinante na percepção sobre os latinos. O etnocentrismo marcava a visão que os integrantes do governo americano tinham sobre a América Espanhola. Acreditava-se que os não brancos eram incapazes de autogovernarem-se de forma democrática. Mas não era uma questão de preconceito, apenas. Segundo Smith⁶, a fundação intelectual que considerava os anglo-saxões superiores aos demais grupos raciais também representava um ordenamento social que hierarquizava as raças e expressava a vontade divina. Essa problemática teve implicações importantes no desdobramento das relações interamericanas.

⁵ SMITH, Joseph. *The United States and Latin America: A history of American diplomacy, 1776-2000*. New York: Routledge, 2005. P. 4.

⁶ SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle: Latin America, the United States and the World*. New York: Oxford University Press, 2008.

Em 1821, John Quincy Adams, secretário de Estado Americano, expressou sua opinião a respeito das novas nações surgidas na América Espanhola em termos igualmente etnocêntricos:

Eles não são aptos a promover o espírito de liberdade ou ordem pelo seu exemplo. Eles não possuem os elementos essenciais do governo bom ou livre. O poder arbitrário, militar e eclesiástico, foi gravado em sua educação, em seus hábitos, e sobre todas as suas instituições... Eu tenho pouca expectativa de qualquer resultado benéfico para esse país de qualquer conexão com eles, política ou comercial.⁷

O reconhecimento da independência latino-americana esbarrou nas limitações impostas pelas orientações oficiais do governo americano. O presidente americano James Monroe agiu com cautela ao reconhecer oficialmente a independência latino-americana. Ao mesmo tempo, a postura etnocêntrica ainda marcava a percepção de diplomatas e congressistas americanos em relação à América Latina:

[...] O congressista John Randolph da Virgínia estabeleceu paralelos entre a violência e os excessos políticos da Revolução Francesa quando ele declarou em 1816: “A luta pela liberdade na América do Sul se tornará no final algo como a liberdade francesa, um despotismo detestável.” O editor da influente *North American Review*, Edward Everett, ressaltou as agudas e antigas diferenças entre as duas sociedades quando argumentou contra o reconhecimento diplomático americano dos insurgentes em 1821:

Nós não nos preocupamos com a América do Sul; [...] nós falamos línguas diferentes, nós fomos criados em diferentes escolas sociais e morais, nós fomos governados por diferentes códigos de lei, nós professamos diferentes códigos religiosos. . . . Nem todos os tratados que pudéssemos fazer, nem os comissários que pudéssemos enviar, nem todo o dinheiro que pudéssemos lhes emprestar transformaria seus Pueyrredons e seus Artigas em Adams ou Franklins, ou seus Bolívares em Washingtons.”⁸

⁷ “They are not likely to promote the spirit of freedom or order by their example. They have not the first elements of good or free government. Arbitrary power, military and ecclesiastical, was stamped upon their education, upon their habits, and upon all their institutions . . . I had little expectation of any beneficial result to this country from any future connection with them, political or commercial.” Citado em SMITH, *idem*, p. 13.

⁸ “Congressman John Randolph of Virginia drew parallels with the violence and political excesses of the French Revolution when he stated in 1816: ‘The struggle for liberty in South America will turn out in the end something like the French liberty, a detestable despotism.’ The editor of the influential *North American Review*, Edward Everett, highlighted the acute and long-standing differences between the two societies when he argued against American diplomatic recognition of the insurgents in 1821:

We have no concern with South America; [...], we speak different languages, we have been brought up in different social and moral schools, we have been governed by different codes of law, we profess radically different codes of religion. . . . Not all the treaties we could make, nor the commissioners we could send out, nor the money we could lend them, would transform their Pueyrredons and their Artigas into Adamses or Franklins, or their Bolivars into Washingtons” SMITH, *Idem*, pp. 9-10.

Isso explica, em parte, o baixo nível de envolvimento dos Estados Unidos nas iniciativas realizadas com o intuito de promover a aproximação interamericana. Segundo Joseph Smith⁹, os líderes políticos americanos não tinham muito interesse nos acontecimentos hemisféricos até a ocorrência das guerras pela independência na América Espanhola. Os Estados Unidos viram com simpatia o processo de independência latino-americano, identificando a luta pela liberdade política na América Latina à sua própria luta pela separação da Grã-Bretanha. Entretanto, a política oficial americana foi de neutralidade, seguindo à risca as prescrições de Washington e Jefferson de não envolver os Estados Unidos em qualquer tipo de aliança duradoura. Isso não significava, porém, que o país fosse se manter afastado e não emitiria nenhuma opinião a respeito dos acontecimentos no hemisfério. Declarações oficiais foram emitidas demonstrando a simpatia com que o governo americano via a luta pela emancipação das colônias pertencentes à Espanha na América. Neutralidade significava, portanto, não-intervenção de qualquer tipo no processo político em andamento na América espanhola. Com isso, buscava-se evitar uma confrontação direta com os países europeus, especialmente a Grã-Bretanha e a Espanha, que prejudicaria os interesses americanos e colocaria os Estados Unidos em desvantagem, uma vez que não haveria aliados possíveis ao país no continente.

No mais, a temática racial teve dois desdobramentos importantes, pois ele promoveu e, ao mesmo tempo, restringiu a expansão imperial americana. Se por um lado a raça poderia ser utilizada como justificativa para promover a aquisição forçada de novos territórios, ela servia como freio a essa mesma aquisição, pois colocava os Estados Unidos diante da possibilidade de incorporar à sociedade americana um contingente populacional com uma herança social e racial diferentes da sua. O primeiro caso aplica-se principalmente à expansão em direção ao oeste do território americano; uma vez que as populações indígenas eram incapazes de construir uma sociedade civilizada, cabia ao americano, de origem anglo-saxã, colonizar e civilizar os territórios ocupados por populações não-brancas. O segundo aplica-se especialmente às pretensões de anexar territórios localizados na América Espanhola, e destaque pode ser dado ao debate acerca da anexação de Cuba aos Estados Unidos. “O povo de Cuba, por razão de raça e característica, não pode ser facilmente assimilado por nós. [...] Sua presença na união americana, como um estado, seria muito perturbadora.”¹⁰, afirmou Orville H. Platt, autor da emenda Platt.

⁹ SMITH, *Ibidem*.

¹⁰ “The people of Cuba, by reason of race and characteristic, cannot be easily assimilated by us. ... Their presence in the American union, as a state, would be most disturbing”. *Op. cit.*, p. 53.

Do ponto de vista latino-americano, as iniciativas em favor a uma aproximação com os Estados Unidos¹¹ eram acompanhadas de críticas ao país, já em meados do século XIX. José Martí, um dos líderes da independência cubana, alertava sobre a ameaça representada pelo crescimento americano e pela presença cada vez maior dos Estados Unidos na América Latina. De fato, tais críticas se tornaram cada vez mais frequentes na medida em que os Estados Unidos se afirmavam economicamente e passavam a intervir politicamente na região. As intervenções americanas na Nicarágua, no Haiti, na República Dominicana, no México, no Panamá e em Cuba tornavam clara a natureza imperialista da política externa americana a determinados grupos de intelectuais latino-americanos. A intervenção estadunidense na região do Caribe, no século XIX, ocorre paralelamente à expansão imperialista dos Estados Unidos, em muito influenciada pelas ideias desenvolvidas por Alfred Thayer Mahan, em “A influência do poder naval na História, 1660-1783”¹², publicado em 1890, a respeito da relação entre o poder naval dos países e a sua influência na esfera internacional. As ideias de Mahan encontraram forte acolhida especialmente entre os presidentes William McKinley e Theodore Roosevelt, responsáveis pelo aumento do investimento no setor naval e pela inserção dos Estados Unidos na corrida imperialista, permitindo ao país expandir seus domínios em lugares tão longínquos como as Filipinas, o Havaí e a América Latina.

O presidente americano Theodore Roosevelt, com o seu corolário à Doutrina Monroe – também conhecido como *Big Stick* –, forneceu argumentos a intelectuais latino-americanos críticos dos Estados Unidos contrários à intervenção americana nos assuntos internos das repúblicas latino-americanas e à expansão imperialista estadunidense. José Enrique Rodó, em *Ariel*, se tornou uma das principais manifestações críticas latino-americanas aos Estados Unidos. Além das manifestações intelectuais críticas dos Estados Unidos, os governos latino-americanos também desenvolveram estratégias para tentar bloquear as pretensões expansionistas americanas. Essas estratégias envolviam desde a busca pela integração regional, tal como sonhada por Bolívar, até a tentativa de conquistar apoio de poderes europeus, passando pela tentativa de construir hegemonias subregionais.¹³

Desenvolveu-se, também, um histórico de lutas populares de caráter nacionalista contra a dominação econômica estadunidense no continente. A maioria delas desenvolveu-se exatamente em países que tiveram experiência de intervenção dos *marines*. Foi o caso, por

¹¹ Embora posteriormente se tornasse crítico dos Estados Unidos, o argentino Domingo Sarmiento foi, a princípio, um dos maiores defensores da aproximação da Argentina ao país.

¹² “The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783”, no original em inglês.

¹³ Sobre essas estratégias ver SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle: Latin America, the United States and the World*. New York: Oxford University Press, 2008.

exemplo, do México e da Nicarágua, além de Cuba, onde os interesses americanos estavam bastante enraizados.

[...] Ser nacionalista era ser antiimperialista. Ser antiimperialista, à medida que o poder dos Estados Unidos crescia, era se tornar antiamericano, antigriego e antiianque. Paradoxalmente, contudo, nacionalismo também implicava solidariedade com outros países da América Latina: vítimas de um inimigo comum, de acordo com essa visão, eles devem se unir pelo bem do apoio mútuo. [...] ¹⁴

Dessa forma, o século XX presenciou diversas manifestações antiamericanas, que passaram a marcar cada vez mais as relações entre Estados Unidos e América Latina.

No âmbito diplomático, as conferências interamericanas realizadas entre 1900 e 1945 foram utilizadas pela América Latina como forma de demonstrar a sua insatisfação com o imperialismo americano – que, ao longo desse período, manifestou-se através de intervenções militares em diversos países latino-americanos e da intensificação da presença econômica americana no hemisfério, ocupando o lugar antes pertencente à Grã-Bretanha, à França e à Alemanha. O mesmo pode ser dito em relação à Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, por iniciativa do presidente americano Woodrow Wilson. Através de sua participação na Liga, os países latino-americanos objetivavam afirmar a sua soberania nacional e pressionar os Estados Unidos no sentido de reverem a sua política intervencionista. Todavia, uma vez que os Estados Unidos ficaram fora da Liga, o interesse latino-americano na instituição diminuiu ¹⁵. Dentro dessa esfera, a partir da segunda metade do século XIX, a América Latina buscou criar mecanismos para defender a sua soberania e coibir as ações intervencionistas americanas. A primeira grande contribuição nesse sentido foi formulada pelos juristas Andrés Bello e Carlos Calvo, que se destacaram em sua defesa da igualdade entre os Estados. Naquilo que ficou conhecido como doutrina Calvo, previa-se que aqueles que residissem em país estrangeiros deveriam submeter suas demandas às jurisdições e tribunais do país em que estavam instalados, evitando recorrer à qualquer tipo de assistência do governo de seu país de origem. Os Estados Unidos se opunham a qualquer proposta que limitasse as suas possibilidades de recorrer à intervenção em outro país como recurso para defender os seus interesses enquanto nação ou de seus cidadãos. Levou algum tempo até que

¹⁴ “[...] To be a nationalist was to be anti-imperialist. To be anti-imperialist, as U.S. power grew, was to become anti-American, anti-*gringo*, and anti-*yanqui*. Paradoxically however, nationalism also implied solidarity with other countries of Latin America: victims of a common enemy, according to this view, they must band together for the sake of mutual support. [...]”. SMITH, *idem*, p. 99.

¹⁵ LEONARD, Thomas M. & KARNES, Thomas L. “Pan-Americanism”. IN: DeCONDE, Alexander *et. al.* *Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3. PP. 83-97.

os americanos aceitassem se comprometer com a causa da não-intervenção nos assuntos internos dos países latino-americanos.

Na década de 1930, porém, a política da boa vizinhança do presidente Franklin D. Roosevelt buscou mudar a imagem negativa dos Estados Unidos existente na América Latina. Acordos que previam o intercâmbio cultural e econômico e a suspensão da presença militar americana em diversos países da região foram ferramentas utilizadas pelo governo americano para atingir esse objetivo e, assim, se aproximar das repúblicas latinas. No entanto, o principal objetivo por trás da iniciativa americana era lutar contra a penetração nazi-fascista na região. Em países como Argentina e Brasil, o número de simpatizantes dos regimes totalitários da Alemanha e da Itália chamava a atenção do governo estadunidense. Dessa forma, a política norte-americana para o continente assumiu como objetivo principal a luta contra o fascismo no hemisfério. Nesse sentido, foram adotadas diversas medidas para permitir a maior penetração, na América Latina, dos produtos fabricados nos Estados Unidos. Também foi lançada, nesse momento, a edição latino-americana da revista *Reader's Digest*¹⁶, contando com o apoio do governo dos Estados Unidos, para que servisse como mais um instrumento na batalha ideológica contra o fascismo, que estreitava ligações no continente. Ao lado do lançamento do periódico, começava a ter grande penetração na região a produção cinematográfica feita em Hollywood.

Nesse momento, a América Latina vivia um momento de urbanização, favorecida pelo papel desempenhado pelos governos de cunho nacionalista da região na promoção de transformações nos padrões de vida em vários países. Havia, então, um ambiente que favorecia o estímulo ao consumo, no que as revistas ilustradas, assim como o cinema, desempenharam um papel significativo, ao permitirem o crescimento da publicidade. No caso específico de *Seleções*, lançada do Brasil em 1940, eram veiculadas propagandas das grandes marcas norte-americanas, que participaram do esforço de lançamento da revista fora dos Estados Unidos com vistas a expandirem seus negócios na América Latina, contando com o apoio do Departamento de Estado. Como afirma Érica Gomes Monteiro, as revistas ilustradas

16 A primeira edição latino-americana do *Digest* foi lançada em 1940, no México, com o título *Selecciones del Reader's Digest*. O *Digest* fora lançado nos Estados Unidos em fevereiro de 1922 pelo casal Roy William DeWitt Wallace e Lila Acheson Wallace – ambos filhos de pastores protestantes de origem presbiteriana e nascidos no oeste dos Estados Unidos – e era dirigido à classe média norte-americana, a quem fornecia as informações ocorridas durante a semana sobre os mais variados assuntos de forma condensada. Sobre este assunto ver a obra de Mary Anne Junqueira, *Ao sul do Rio Grande*, em que trata do papel da revista na formação de um determinado imaginário sobre a América Latina. Ver também a dissertação de mestrado de Érica Gomes Daniel Monteiro, *A guerra como slogan*, que trata da utilização da revista como meio de divulgação do estilo de vida norte-americano através das propagandas comerciais veiculadas.

surgidas nesse período contribuíram para o estabelecimento de novos padrões sociais e de identificação com o ser moderno¹⁷.

1.1 – Contra o perigo vermelho: Estados Unidos e América Latina após 1945

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945 a união iniciada por Roosevelt e fortalecida em função da guerra permaneceu. O cenário de Guerra Fria surgido após o conflito motivou a criação de acordos e alianças por parte dos Estados Unidos, a fim de lutar contra a nova ameaça representada pelo comunismo soviético. A disputa entre as duas potências emergidas após o fim do conflito também atingiu as relações interamericanas. Uma série de dispositivos foi elaborada com o fim de manter o hemisfério longe da influência da União Soviética. Foi nesse mesmo momento que as relações dos Estados Unidos com a América Latina atingiram um nível crítico, momento esse marcado por raivosas manifestações antiamericanas – sobretudo na década de 1950 – que levaram os Estados Unidos a reverem o exercício da sua hegemonia na América Latina e até mesmo a rupturas com o poderoso vizinho do norte – como foi o caso de Cuba, após 1959.

Apesar disso, a prioridade norte-americana era recuperar a vitalidade econômica dos seus aliados europeus. Ao contrário da Europa, que contou com vultosos investimentos públicos do governo dos Estados Unidos, o auxílio destinado ao desenvolvimento latino-americano no pós-guerra era predominantemente de origem privada. Segundo George Marshall, fugia à capacidade do governo americano financiar mais do que uma pequena porção do desenvolvimento requerido. Desse modo, houve um aumento da presença americana na América Latina de 2,8 bilhões de dólares em 1940 para 4,4 bilhões em 1950, concentrada nas indústrias de petróleo, nylon, borracha, ferro e aço.

Isso não significava, porém, que os Estados Unidos tivessem abandonado completamente os seus vizinhos latinos. Iniciativas diplomáticas foram tomadas a fim de estreitar os laços entre ambos. Boa parte desses esforços, que deram forma ao sistema interamericano após 1945, ocorreu durante a presidência de Harry Truman, nos Estados Unidos. Os principais aspectos da política externa do governo Truman estavam expressos nos chamados quatro pontos que ditavam as suas prioridades nesse campo. Neles, estavam

¹⁷ MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. *A guerra como slogan: visualizando o Advertising Project na propaganda comercial da Revista Seleções do Reader's Digest (1942-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação de mestrado.

previstos: o apoio às Nações Unidas, a reconstrução da economia mundial, a luta contra o comunismo e a ajuda aos países em desenvolvimento.

Em 1947, através da Lei de Segurança Nacional, foram criados novos instrumentos para a política externa americana, que passaram a ter grande importância na condução da política externa dos Estados Unidos nos anos seguintes. Através desta lei, as Forças Armadas foram unificadas sob o Estado-Maior Conjunto, subordinado à Secretaria de Defesa e responsável pela formulação da política militar americana. Foi também criado o Conselho de Segurança Nacional, com a função de coordenar todas as atividades de inteligência e contra-insurgência interna e externa. Além disso, foi criada a Agência Central de Inteligência (CIA), encarregada do recolhimento de informações e ações de caráter encoberto.

Em meio a essas iniciativas de reformulação interna dos meios de condução da política externa americana foram estabelecidos acordos entre Estados Unidos e América Latina, a fim de preservar a influência americana na região. Foi nesse sentido que, em 1947, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em que os Estados Unidos se comprometiam a fornecer auxílio militar, técnico e econômico à América Latina. Entre outros dispositivos, o tratado previa mecanismos de ação multilateral contra agressões a qualquer país do hemisfério.

Em 1948, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) complementava os acordos que deram forma ao sistema interamericano. Sua criação baseava-se em quatro princípios básicos: a não intervenção, a igualdade jurídica entre os Estados, o arranjo pacífico das diferenças e a defesa coletiva contra as agressões. Com isso, os Estados Unidos comprometiam-se em manter o seu distanciamento e não interferir unilateralmente nos assuntos internos das repúblicas latino-americanas, tal como priorizado por Franklin Roosevelt. Em meio a esses princípios, a defesa da democracia configurava um elemento básico a ser perseguido pela comunidade hemisférica. Porém, com a ascensão ao poder de ditadores como Marcos Pérez Jiménez, na Venezuela (1948), Anastasio Somoza, na Nicarágua, e Fulgêncio Batista, em Cuba (1952), e na medida em que o comunismo foi considerado a principal ameaça a ser derrotada, a defesa da democracia foi abandonada em nome da estabilidade política e da luta anticomunista. Os Estados Unidos não tardaram em conceder pronto reconhecimento a esses regimes, desde que se mostrassem capazes de conter a ameaça comunista dentro de seus países. O apoio a eles também era explícito, como demonstrado através da condecoração de Pérez Jiménez pelo governo americano. “A resposta final pode ser desagradável [...] mas... nós não devemos hesitar diante da repressão policial pelo governo local. Isso não é vergonhoso uma vez que os comunistas são essencialmente

traidores... é melhor ter um regime forte no poder do que um liberal se este é indulgente e relaxado e penetrado por comunistas”,¹⁸ afirmou George Kennan.

O reforço militar latino-americano se tornou uma das principais preocupações dos *policymakers* americanos. Em 1951, o Congresso americano autorizou o fornecimento de uma ajuda no valor de \$38,2 milhões à América Latina em assistência militar. Segundo João Roberto Martins Filho¹⁹, após 1945, interessava aos Estados Unidos conservar as bases militares da fase da guerra, o monopólio de matérias-primas de valor estratégico e a exclusividade do fornecimento de armas à América Latina. Com a Guerra Fria, a esses interesses somou-se a proteção do Atlântico Sul contra o tráfego marítimo soviético e a conservação da ordem interna nas repúblicas da região. Ao longo da década de 1950, foram assinados diversos acordos militares entre Estados Unidos e América Latina. O objetivo era criar um sistema interamericano de defesa, com a submissão latino-americana ao padrão tecnológico bélico americano. Como mostra Filho, as justificativas para o estabelecimento desses acordos passavam pela defesa hemisférica e a manutenção da ordem interna, a fim de evitar situações que colocassem em risco os interesses americanos na América Latina. Do ponto de vista do Pentágono, a ajuda militar servia como estreitar os laços com os círculos militares latino-americanos e criar uma reserva contra o material militar europeu. Por sua vez, o Departamento de Estado via nos acordos um meio de cultivar laços políticos com a região, independente dos riscos que o fortalecimento militar pudessem acarretar para os sistemas políticos latino-americanos.

Também em nome da segurança hemisférica contra o comunismo – e para defender os interesses americanos –, a América Latina vivenciou episódios de interferência dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Isto, juntamente ao apoio americano a ditaduras militares na região, contribuiu para alimentar o antiamericanismo ainda existente na região, apesar dos esforços anteriores promovidos pelo governo americano para enfraquecê-lo.

Aos poucos, especialmente após os episódios registrados em Caracas, na Venezuela, em 1958, e a vitória da Revolução Cubana, em 1959, o antiamericanismo latino-americano se tornou um fenômeno alvo de preocupação tanto entre os formuladores da política externa dos Estados Unidos como entre outros setores da sociedade americana. Além disso, se tornou

¹⁸ ““The final answer might be an unpleasant one [...] but ... we should not hesitate before police repression by the local government. This is not shameful since the Communists are essentially traitors ... It is better to have a strong regime in power than a liberal one if it is indulgent and relaxed and penetrated by Communists”. Citado em SMITH, *idem*, p. 121.

¹⁹ FILHO, João Roberto Martins. “Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição”. P..68

cada vez mais associado ao comunismo, o que contribuiu para aumentar as suspeitas americanas em relação a manifestações hostis aos Estados Unidos na América Latina.

1.1.1 – Estados Unidos e América Latina no âmbito da Organização dos Estados Americanos

Uma das principais iniciativas no que tange às relações interamericanas se relaciona à criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Composta por 21 países, a instituição se tornou a experiência multilateral mais bem sucedida no âmbito das relações hemisféricas. Durante a Guerra Fria, ela se tornou uma das principais esferas da condução das tensões políticas ocorridas no continente, sendo notórias as tentativas promovidas pelos Estados Unidos em utilizar o espaço da organização para exercer a sua hegemonia sobre os demais países da comunidade americana. A história da organização é marcada pela tentativa americana de submeter os países da organização aos interesses dos Estados Unidos. De fato, houve iniciativas americanas no sentido de tentar submeter os embates da organização às exigências da agenda política externa americana. No entanto, deve-se notar que as iniciativas promovidas pelos Estados Unidos tinham que conviver com os problemas considerados prioritários pela América Latina, que tinha sua agenda política própria, com prioridades distintas do que era defendido pelos americanos. Desse modo, é possível afirmar que os países latino-americanos disputavam influência no âmbito da organização com os Estados Unidos. Porém, o que prevalecia, ao final, eram os interesses americanos, mesmo que os Estados Unidos tivessem que enfrentar um longo período de negociação, ou até mesmo a resistência latino-americana, às suas propostas.

Aragon Storm Miller²⁰ nos fornece uma boa dimensão desses interesses distintos e da maneira como eram conduzidos no âmbito da organização, especialmente durante as décadas de 1950 e 1960. Dois casos especiais servem para ilustrar as diferenças de prioridades entre Estados Unidos e América Latina. O primeiro deles se refere à reunião da 9ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Caracas, na Venezuela, em 1954. A divergência entre os interesses de ambos era claro: enquanto os representantes latino-americanos priorizavam a ajuda para a promoção do desenvolvimento, os americanos preocupavam-se com a suposta ameaça comunista na Guatemala. A principal oposição à intervenção

²⁰ MILLER, Aragon Storm. "A Sword Cuts Two Ways: Cold War Policymaking in the OAS". IN: *Portal: Llilas Annual Review*, n. 5, 2009-2010. Pp. 7-9. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/portal/portal109/>. Acesso em: 23/01/2011.

americana no país veio da Argentina e do México, sob o argumento de que Washington pretendia utilizar a organização para abrir um precedente e legitimar intervenções futuras. O apoio latino-americano à proposta americana só foi conquistado após longa negociação em que os Estados Unidos se comprometiam a fornecer mais auxílio à América Latina. O produto final desse consenso foi a Declaração de Caracas, em que os países membros da OEA acordavam ser o comunismo uma ideologia estranha ao hemisfério e deveria, portanto, ser combatido. Deve ser lembrado, porém, que a administração Eisenhower recorreu à organização como um último recurso, uma vez que já estava em andamento o plano de invasão à Guatemala por Carlos Castillo Armas, líder das forças treinadas e financiadas pelos Estados Unidos para depor o presidente Jacobo Arbenz.

O outro exemplo refere-se às tensões surgidas entre Cuba e Estados Unidos após a vitória da Revolução Cubana, em 1959. Apesar da insatisfação americana com a lei de reforma agrária decretada pelo governo cubano em maio de 1959, atingindo interesses das empresas americanas com investimentos na ilha, o governo americano evitou levar o caso à OEA, buscando inicialmente saídas unilaterais. Até meados de 1960, a América Latina – especialmente através do protagonismo venezuelano – foi quem deu o tom do debate na instituição. A principal pauta se dava em torno da imposição de sanções ao ditador Rafael Leonidas Trujillo, da República Dominicana. As nacionalizações de propriedades americanas em Cuba, em 1960, levaram os Estados Unidos a buscarem apoio na OEA para uma ação coletiva contra o país. Mais uma vez esbarraram na resistência latino-americana. As distintas percepções sobre a questão cubana ficou expressa logo no início do ano de 1961, quando os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba. Ao contrário do que se esperava, somente dois países – Colômbia e Venezuela – acompanharam os Estados Unidos e romperam relações com Cuba em seguida. Somente a partir de meados de 1961 é que alguns países da América Central, preocupados com a sua segurança nacional em função das iniciativas de exportação da revolução a partir de Cuba, buscaram a OEA para defender a sua segurança. A essas iniciativas de exportação revolucionária somava-se o fato de Fidel Castro ter declarado naquele mesmo ano o caráter socialista da Revolução Cubana, após a invasão fracassada patrocinada pelos Estados Unidos contra o país. Um consenso relativo foi alcançado no início de 1962, quando foi decidida a expulsão de Cuba do quadro da Organização dos Estados Americanos. Mesmo assim, levou algum tempo até que a maioria das repúblicas latino-americanas decidisse romper relações diplomáticas com a ilha.²¹

²¹ À exceção do México, todos os países latino-americanos haviam rompido relações com Cuba até o final de 1964.

Ao longo de todo esse tempo, contudo, os Estados Unidos estiveram engajados em iniciativas diversas para fazer valer seus interesses dentro da organização contra Cuba, sob o argumento da penetração comunista no hemisfério. No entanto, tiveram que lidar com a resistência oferecida pela América Latina. Ao contrário das afirmações em contrário, as quais afirmam que os Estados Unidos utilizavam o espaço da organização para manipular os seus integrantes, Washington teve que esperar até que os seus vizinhos do sul se posicionassem ao seu favor, o que normalmente ocorria após um longo período de negociação e influenciado por motivos outros, como o maior ou menor grau de gravidade representado por determinados problemas a cada país em particular. Apesar disso, os limites impostos não só pelas regras da OEA, mas também de outras organizações internacionais, como a ONU, os Estados Unidos não serviam de restrições absolutas a ações unilaterais. Pelo contrário, levaram a cabo medidas de cunho unilateral para defender a sua posição e os seus interesses – e as próprias tensões nas suas relações com Cuba produziram exemplos delas. Pode-se afirmar, por fim, que a atuação mesma da América Latina na instituição nesses anos da Guerra Fria era movida por certo temor da abertura de precedentes que permitissem aos Estados Unidos intervirem política e militarmente na região.

1.2 – O antiamericanismo na América Latina após a Segunda Guerra Mundial

Apesar das críticas e manifestações anteriores, foi na segunda metade do século XX que o antiamericanismo se tornou um componente explosivo, capaz de determinar o rumo das relações entre América Latina e Estados Unidos. A aproximação dos Estados Unidos aos governos latino-americanos em nome da luta anticomunista provocou reações diferenciadas entre os membros das sociedades latino-americanas. Embora com ideologias e objetivos distintos, críticas à política externa americana foram produzidas tanto entre membros das classes governantes como entre setores populares. Naquele primeiro grupo, destacam-se as queixas do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek quanto ao fato dos Estados Unidos relegarem a segundo plano as necessidades sociais e econômicas da região. Ao propor a Organização Panamericana, Kubitschek objetivava, sobretudo, assegurar maior auxílio econômico americano ao desenvolvimento econômico latino-americano. No entanto, era outra a natureza das críticas que preocupavam os formuladores da política externa americana. Em tempos em que o comunismo se configurava no principal inimigo a ser combatido pelos Estados Unidos, o que preocupava os *policymakers* eram as atitudes de determinados grupos e governos que assumiam uma posição mais à esquerda ou simplesmente realizavam ações que

colocassem em risco os interesses norte-americanos. Nesse sentido, do ponto de vista dos Estados Unidos, antiamericanismo e comunismo eram com frequência interpretados como sinônimos, o que acabava por gerar interpretações errôneas ou maniqueístas sobre a realidade política e social latino-americana. Para defender os seus interesses contra aqueles que ameaçassem o seu *status* na região, os Estados Unidos abandonaram a política não-intervencionista dos anos Roosevelt e voltaram a intervir nos assuntos internos latino-americanos²². Essas intervenções – abertas ou encobertas, via CIA – deram munição para a realização de manifestações violentas contra a política externa americana em relação à América Latina. Alguns casos específicos confirmam essas afirmações.

1.2.1 – Definindo o conceito

Antes de prosseguirmos, devemos ressaltar as características do antiamericanismo latino-americano. A sua variabilidade é uma delas; o antiamericanismo assumiu expressões distintas em cada país da América Latina, manifestando a especificidade do próprio contexto histórico em cada um deles. Outro ponto a ser destacado é a sua ambivalência²³. Segundo McPherson, em tempos de estabilidade, líderes nacionalistas latino-americanos conciliavam percepções negativas e positivas sobre os Estados Unidos. Essa ambivalência era intensificada em épocas de crise; as crises tendiam a

ressaltar sua incompatibilidade, e testar lealdades políticas e culturais aos Estados Unidos. As crises também regularmente reconciliavam estranhos aliados, que tendiam a instigarem-se mutuamente contra grupos antiamericanos mais radicais. Com frequência, no entanto, o retorno da estabilidade enfraquecia a determinação política e destruía essas uniões. Além disso, a base do antiamericanismo muitas vezes parecia cair quando as crises revelavam que a opinião pública latino-americana era mais favorável às políticas americanas do que as elites de um lado e revolucionários do outro diziam ser. Pesquisas, efusivas demonstrações de amizade pela opinião pública, e incontáveis momentos particulares todos mostram que pessoas comuns expressavam significativo sentimento pró-Estados Unidos mesmo quando o seu governo não o fazia. Uma sutil dissonância semântica expressava essa ambivalência: em crise após crise, povos caribenhos usavam

²² Embora tenham se comprometido, na carta da OEA, a não intervirem nos assuntos internos das repúblicas latino-americanas.

²³ Assim como McPherson, Pierre Laborie estabelece uma distinção entre “ambivalência” e “ambiguidade”. Ao contrário da ambiguidade, que remete à ideia de contradição e conflito, a ambivalência caracteriza-se por uma oposição não necessariamente separada em campos hostis; os opostos convivem em tensão. Em outras palavras, a ambivalência remete à existência de sentimentos opostos em um mesmo indivíduo ou corpo social. No caso do antiamericanismo, ela traduz um sentido de admiração e de crítica aos Estados Unidos convivendo juntos. Ver LABORIE, Pierre. LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d’Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.

as palavras mais pejorativas *gringos* e *ianques* assim como o neutro ou positivo termo *americanos*. *Americanos* criavam empregos para latino-americanos, por exemplo, mas *gringos* tomavam suas terras. *Americanos* apresentavam credenciais diplomáticas, mas o *ianque* desembarcava os marines.²⁴

Por fim, a última característica do antiamericanismo salientada por McPherson reside não tanto nas manifestações antiamericanas em si, mas na resposta do governo americano a elas. Segundo o pesquisador, essa resposta é caracterizada por seu poder de recuperação (*resilience*). Desse modo, a resposta americana não se baseava apenas no uso da força – como, de fato, o fez algumas vezes –, mas também em uma robusta consistência ideológica, um forte sentido de americanidade que ia além dos escalões governamentais, perpassando a opinião pública americana em seus diversos estratos.

Como uma consequência ideológica e uma estratégia política, o antiamericanismo tinha que lidar não só com a sua própria ambivalência, mas também com uma ausência de ambivalência no governo americano. O sentimento antiamericano [...] ocupou as manchetes, mas a estratégia antiamericana raramente era levada até o fim.²⁵

O conceito de antiamericanismo na América Latina também possui a sua própria historicidade. Segundo Greg Grandin²⁶, o termo passou, ao longo do tempo, de uma referência a tarifas aplicadas pela Europa contra produtos agrícolas e manufaturados produzidos pelos Estados Unidos a uma denominação com denotações políticas bastante explícitas, expressando oposição às práticas imperialistas estadunidenses na região. Aquele primeiro sentido do termo – tarifas aplicadas contra os Estados Unidos – era utilizado principalmente pela imprensa, mas também era corrente entre políticos, para referirem-se a rivalidades imperiais; esse foi o principal sentido do termo no início do século XIX. Com a expansão imperialista americana, na segunda metade daquele mesmo século, o termo passou a abranger

²⁴ “highlight their incompatibility , and test cultural and political loyalties to the United States. Crises also regularly brought together strange bedfellows, who tended to warm up each other against more radical anti-U.S. groups. Often, however, the return of the stability weakened political resolve and shattered these unions. Also, the bottom of anti-Americanism often seemed to fall out as crises revealed that Latin American public opinion were more supportive of U.S. policies than elites on one end and revolutionaries on the other said it was. Polls, public opinion outpourings of friendship, and countless private moments all showed that ordinary people expressed significant pro-U.S. sentiment even as their government did not. A subtle semantic dissonance expressed his ambivalence: in crisis after crisis, Caribbean peoples used the more pejorative words *gringos* and *yanquis* as well as the neutral or positive term *americanos*. *Americanos* created jobs for Latin Americans, for instance, but *gringos* took their land. *America* presented diplomatic credentials, but *el yanqui* landed Marines.” MCPHERSON, *idem*, p. 7.

²⁵ *Op. cit.*, p. 8.

²⁶ GRANDIN, Greg. “Your Americanism and Mine: Americanism and Anti-Americanism in the Americas”. In: *The American Historical Review*, 111, outubro de 2006, 1042–1066.

também as críticas contra o poder americano. Essa oposição foi manifesta de diferentes formas, que iam desde insurgências contra ocupações militares americanas – tal como na Nicarágua e no Haiti – até atos de violência, vandalismo e manifestações contra a extensão dos interesses econômicos americanos na América Latina – como ocorreu no México, por exemplo. Grandin assinala ainda que, aos poucos, o termo passou a significar não apenas oposição aos interesses econômicos americanos, mas também ao conjunto de valores presentes nas justificativas utilizadas pelos Estados Unidos para promover a sua expansão. No início do século XX, críticas marxistas e nacionalistas adicionaram o componente econômico às opiniões emitidas sobre o país. Pode-se dizer, portanto, que o antiamericanismo latino-americano foi uma resposta às diversas agressões promovidas pelos Estados Unidos a partir de meados do século XIX e ao longo do século XX – agressões essas que abrangiam desde a guerra entre México e Estados Unidos (1846-1848) até a emenda Platt e as intervenções militares na Nicarágua e no Haiti, passando pelo corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. As manifestações latino-americanas contra a expansão imperialista americana ocorreram de maneiras diferenciadas, conforme explicitado anteriormente.

Durante a Guerra Fria – período que mais nos interessa aqui – o antiamericanismo foi utilizado para descrever as iniciativas propagandísticas soviéticas contra o país, assim como desprezo das elites europeias pela cultura americana. Com os movimentos de descolonização, o conceito foi redimensionado para explicar as raízes de determinadas críticas contra o poder americano, de um modo geral. Foi na América Latina que os Estados Unidos enfrentaram as mais violentas manifestações contra a hegemonia americana, tornando-se um componente da luta política na região. O que difere as demonstrações contra os Estados Unidos durante os anos 1950 das anteriores é o fato de que elas colocaram em xeque a primazia americana na América Latina e obtiveram grande repercussão na sociedade americana como um todo, e não só entre aqueles mais diretamente envolvidos na administração do país. Além do mais, em um momento de ferozes embates entre as potências rivais, elas poderiam ser utilizadas como peça de propaganda pela União Soviética contra os Estados Unidos, uma vez que demonstravam as contradições do sistema político, social e econômico defendido pelos americanos e indicavam sinais da fraqueza americana.

A retomada das práticas intervencionistas pode ser apontada como uma das causas²⁷ das violentas manifestações antiamericanas nos anos 1950. O golpe patrocinado pelos Estados

²⁷ Não devemos esquecer-nos das profundas disparidades sociais produzidas pelo crescimento urbano, decorrente das políticas de modernização instituída por governos nacionalistas na América Latina. Ele permitiu a expansão

Unidos que provocou a queda do presidente Jacobo Arbenz, em 1954, na Guatemala, marcou a retomada das incursões norte-americanas na América Latina – a despeito dos acordos interamericanos assinados após 1945 que condenavam a intervenção nos assuntos internos de qualquer país do continente. No entanto, a intervenção no país centro-americano para defender os interesses de empresários americanos só foi possível após intensa negociação entre os países membros da Organização dos Estados Americanos.

Outro fator que não deve ser desconsiderado era o já citado apoio concedido pelos Estados Unidos a ditadores latino-americanos, como Anastasio Somoza, na Nicarágua, e Marcos Pérez Jiménez, na Venezuela. Soma-se a isso a grande dependência da América Latina não apenas no campo econômico e financeiro, mas também tecnológico e militar. Moniz Bandeira traduz bem a raiz dos ressentimentos latino-americanos contra os Estados Unidos:

Esta predisposição contra os EUA generalizava-se, àquela época, não só entre os jovens como em amplas camadas das classes médias e dos trabalhadores. Também entre as elites políticas, sobretudo no Brasil, não escondiam a contrariedade com o fato de os EUA, depois da Segunda Guerra Mundial, destinarem milhares de dólares para a Europa e esquecerem a América Latina, para a qual só se voltavam, como no caso da Guatemala, com a preocupação de reprimir o comunismo, sem se cuidar de suprimir as causas – o atraso econômico e a pobreza – que permitiam seu aparecimento. O comportamento do governo Truman gerou, realmente, essa insatisfação. Ele se recusou a estender o Plano Marshall à América Latina, sob a alegação de que a sua execução, por si só, traria benefícios imediatos e diretos a todos os países *south of border*, mediante a intensificação do intercâmbio, dando a entender ou prometendo que compraria diretamente da América Latina os produtos primários a serem doados à Europa. Não cumpriu a promessa. Apenas uma percentagem ínfima foi adquirida na América Latina. [...] ²⁸

Tomados em conjunto, essas ações da política externa americana alimentavam os argumentos de seus críticos. Mas foi somente após a Revolução Cubana que a América Latina passou a figurar entre as prioridades estratégicas americanas na luta contra o comunismo.

Apesar das acusações contra os Estados Unidos serem frequentes na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, os responsáveis pela política externa para a região não se mostravam muito preocupados em reverter a situação, especialmente durante a administração Eisenhower. Como mostra Alan McPherson, o governo americano lidava de forma ambígua

de uma classe média intelectualizada, que produziu pensadores de orientação marxista responsáveis pela elaboração de diversas críticas às práticas imperialistas dos Estados Unidos.

²⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P. 138.

com a opinião pública internacional, pois ao mesmo tempo em que se preocupava se o resto do mundo gostava dos Estados Unidos, demonstrava não se preocupar com a opinião internacional a respeito de suas ações internas externas, principalmente. Após 1945, os Estados Unidos estavam confiantes na sua habilidade para influenciar outros povos em favor da democracia. Subjacente a esse otimismo estava a ideia de que não apenas a influência estadunidense era boa, como também era desejada pelos países sob a esfera de influência americana. Aos Estados Unidos preocupavam muito mais a opinião e o antiamericanismo de origem europeia do que aqueles provenientes do mundo subdesenvolvido. Acreditava-se que, se os Estados não conseguissem lidar com esses problemas na Europa, não conseguiriam solucioná-los em nenhum outro lugar.

Esse dilema do pós-guerra, opondo o universalismo da democracia ao excepcionalismo da superpotência, emergiu mais claramente na Europa. Foi na Europa que um tema se tornou claro: o antiamericanismo como um fenômeno particular dos aliados. Moscou era obviamente uma fonte de crítica estrangeira após 1945, mas para oficiais americanos ela era controlada pelo Estado e tediosamente repetitiva e não constituía a essência do que os cidadãos americanos consideravam antiamericanismo. Em contraste, as opiniões tanto das elites como das massas na Europa importavam muito mais. Muitos europeus comuns estavam encontrando cidadãos americanos [...] pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial. E por causa da sua ainda poderosa ressonância intelectual nas antigas e remanescentes colônias, políticos europeus e figuras da mídia poderiam influenciar a maior parte do mundo se eles se tornassem virulentamente antiamericanos, como muitos na França haviam se tornado nos anos 1920. [...] Fora Inglaterra, França, Itália e Alemanha Ocidental, afinal, poucas democracias e economias de mercado eram potencialmente fortes aliados americanos. Assim, se o antiamericanismo não pudesse ser desmascarado ou prevenido ali, ele não poderia ser derrotado em lugar nenhum. [...]²⁹

Apesar das recorrentes críticas, os Estados Unidos não haviam ainda enfrentado manifestações políticas antiamericanas em larga escala. A recepção nada calorosa recebida pelo vice-presidente americano Richard Nixon, na Venezuela, em maio de 1958, surpreendeu o governo americano, que foi obrigado a encarar mais seriamente as críticas e rever os

²⁹ “This postwar dilemma, pitting the universalism of democracy against the exceptionalism of superpowerdom, most clearly emerged in Europe. It was in Europe that one theme became clear: anti-Americanism as particular phenomenon of allies. Moscow was obviously a source of foreign criticism after 1945, but to U.S. officials it was state-controlled and mind-numbingly formulaic and it did not constitute the core of what U.S. citizens considered anti-Americanism. In contrast, the opinions of both the elites and the masses in Europe mattered far more. Many ordinary Europeans were meeting U.S. citizens [...] for the first time after World War II. And because of their still powerful intellectual resonance in former and remaining colonies, European politicians and media figures could influence much of the world if they turned virulently anti-American, as many in France had in the 1920s. [...] Apart from England, France, Italy, and West Germany, after all, few democracies and market economies were potentially strong U.S. allies. So if anti-Americanism could not be debunked or prevented there, it might not be defeated anywhere.” McPHERSON, *ibidem*, p. 22.

principais equívocos cometidos na sua relação com a América Latina. A visita do vice-presidente ocorreu em um momento delicado da vida política venezuelana, que havia deposto poucos meses antes o ditador Marcos Pérez Jiménez, no poder desde 1952. A partir do incidente com Nixon, não somente o governo, mas a sociedade americana de um modo geral voltou a sua atenção à região, a fim de compreender as raízes das críticas latino-americanas aos Estados Unidos. As colocações de McPherson a respeito da prioridade concedida à opinião pública europeia podem ser utilizadas como uma das explicações para a surpresa com que as manifestações antiamericanas em Caracas foram recebidas nos Estados Unidos. Em 1954, o secretário de Estado Walter Smith, reconhecia que a América Latina encontrava-se “embaixo da pilha” no que dizia respeito às decisões militares. A atenção americana voltava-se principalmente para a Europa, cenário onde avaliava-se ser maior a probabilidade de um conflito armado entre as duas potências antagônicas. Os números oficiais comprovavam a pouca atenção destinada à América Latina durante as presidências Truman e Eisenhower. Peter H. Smith³⁰ afirma que, entre 1948 e 1958, a América Latina recebeu apenas 2,4% de toda a ajuda econômica estrangeira americana e, entre 1945 e 1952, a região recebeu menos ajuda dos Estados Unidos do que a Bélgica e Luxemburgo.

McPherson aponta, ainda, três principais motivos para a grande repercussão obtida pelos eventos em Caracas. Em primeiro lugar, o antiamericanismo não era percebido como uma questão restrita ao âmbito regional, mas algo de alcance global. No mesmo dia do incidente na capital venezuelana, foram registradas manifestações antiamericanas no Líbano, na Argélia e em Burma. Em segundo lugar, havia pouca evidência de que as manifestações tivessem sido coordenadas por comunistas; seu caráter popular e espontâneo chamou a atenção dos líderes americanos – elemento também presente nas manifestações nos países anteriormente citados. Por fim, as demonstrações antiamericanas tiveram significativo impacto na política doméstica americana. O presidente Eisenhower organizou uma calorosa recepção a Nixon em seu retorno a Washington, sendo nisto seguido por vários cidadãos americanos. Além disso, o vice-presidente americano buscou colher frutos políticos a partir do ocorrido na Venezuela. De volta aos Estados Unidos, empenhou-se na defesa da política externa americana e tentou convencer a América Latina que era preferível a amizade americana ao comunismo. Também conteve os rumores de que os serviços de inteligência americanos não foram capazes de prever a possibilidade de ocorrência de distúrbios durante a viagem. O resultado de seus esforços refletiu-se nas pesquisas de opinião realizadas logo após

³⁰ SMITH, *op. cit.*, p. 135.

o seu retorno a respeito das possíveis candidaturas às eleições presidenciais a serem realizadas em 1960: nelas, Nixon aparecera à frente de Adlai Stevenson e bastante próximo a John F. Kennedy (ambos concorrentes à candidatura pelo Partido Democrata).

Apesar da ressonância e da revisão da política externa americana para a América Latina, a fim de identificar as falhas que levaram à ocorrência das manifestações, pouco foi feito pela administração Eisenhower para melhorar as relações dos Estados Unidos com a região. Houve, sim, um reconhecimento da pouca importância concedida à região e ações foram delineadas no sentido de promover uma melhor imagem dos Estados Unidos na América Latina. Atenção especial foi dada à sugestão feita pelo presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek sobre a Organização Panamericana, prevendo a realização de investimentos públicos americanos na América Latina, em uma espécie de Plano Marshall para a região. Reconhecia-se, inclusive, a necessidade de os Estados Unidos abandonarem a política de apoiar governos autoritários na América Latina em nome da luta contra o comunismo. Contudo, ações efetivas do governo americano para mudar a imagem do seu país junto aos latino-americanos foram poucas, resumindo-se a realização de estudos para tentar localizar as raízes das críticas latino-americanas aos Estados Unidos. O resultado desses estudos foi a ideia de que as falhas americanas eram essencialmente psicológicas, sendo expressas da seguinte forma, em agosto de 1958, por Roy Rubottom, secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos: “Nossas falhas são principalmente psicológicas. Nós não deveríamos, por causa de relutância excessiva em entrar na discussão ou de um sentimento de culpa, parecer aceitar o predominante argumento latino-americano de que é completamente por *nossa* culpa que eles têm fracassado em resolver os problemas *deles*”.³¹ Observa-se, assim, a permanência de uma visão estereotipada a respeito da incapacidade latino-americana em solucionar os seus problemas, apesar da delicada situação em que os Estados Unidos se encontravam diante de seus vizinhos. Opinião semelhante foi expressa por um oficial americano que, dirigindo-se a Rubottom, afirmou que o nacionalismo latino-americano era antiamericano por várias razões, a maioria delas “irracionais e injustificadas”. “O problema que isso coloca é fundamentalmente psicológico, não para ser medido em termos financeiros nem respondido com dólares.”³²

³¹ “Our failures are principally psychological. We should not, through excessive reluctance to enter into the argument or a feeling of guilt, appear to accept the prevalent Latin American argument that it is entirely *our* fault that *they* have failed to solve *their* problem”. Citado em McPherson, *op. cit.*, p. 37.

³² “The problem it poses is primarily a psychological one, not to be measured in financial terms nor answered with dollars”. *Op. cit.*, p. 34.

No entanto, foi em Cuba que se deu a expressão mais explosiva das críticas ao imperialismo norte-americano. Ali, a grande penetração dos interesses americanos tornou o antiamericanismo cubano um importante componente da vida política na ilha. Combinado a fatores sociais, políticos e econômicos, o antiamericanismo fez parte de uma formulação explosiva que colocou em xeque a hegemonia dos Estados Unidos na sua tradicional esfera de influência.

1.3 – Cuba e Estados Unidos

Em Cuba, a forte presença americana que marcou a história da ilha data do momento de sua independência, em 1898. A luta pela independência cubana iniciou-se trinta anos antes, em 1868. A guerra iniciada por Carlos Manuel de Céspedes naquele ano foi derrotada pelos setores da elite cubana fiéis à Espanha e pelas tropas espanholas. Tendo em José Martí uma das suas principais lideranças, a guerra contra o domínio espanhol em Cuba foi retomado em 1895. A vitória definitiva foi alcançada após o envolvimento dos Estados Unidos no conflito, em 1898, devido à explosão do navio norte-americano *Maine* e intensa campanha promovida pela imprensa³³ e outros setores da opinião pública americana para que o presidente McKinley declarasse guerra à Espanha.

Os interesses americanos em Cuba antecedem, porém, a independência cubana. No espírito da expansão territorial que marcou os Estados Unidos, Cuba parecia ser a próxima aquisição americana após a compra da Louisiana, em 1803, e da Flórida, em 1819. Em 1823, Thomas Jefferson afirmou:

Eu francamente confesso que sempre olhei para Cuba como a mais interessante incorporação que poderia ser feita ao nosso sistema de Estados. O controle que, com o cabo da Flórida, essa ilha poderia nos dar sobre o Golfo do México, e os países e os istmos limítrofes a ela, assim como todos aqueles cujas águas correm para ela, poderia completar a medida de nosso bem-estar político.³⁴

³³ Ver: LEVERING, Ralph B. & LIEBOVICH, Louis W. “The Press”. IN: DeCONDE, Alexander *et. al.* *Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas.* New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3. PP. 221-237.

³⁴ “I candidly confess that I have ever looked on Cuba as the most interesting addition which could ever be made to our system of States. The control of which, with Florida Point, this island would give us over the Gulf of Mexico, and the countries and the Isthmus bordering on it, as well as all of those whose waters flow into it, would fill up the measure of our political well-being.” Citado em SMITH, *op. cit.*, p. 30.

Naquele mesmo ano, John Quincy Adams, através de uma analogia à lei da gravitação universal de Isaac Newton, afirmara que Cuba, em função da “lei da gravitação política”, tenderia naturalmente a fazer parte da república americana. De fato, iniciativas foram tomadas pelos Estados Unidos para tornar Cuba uma possessão americana. Em 1848, o presidente James Polk ofereceu à Espanha 100 milhões de dólares por Cuba; em 1854, o esse valor foi elevado para \$130 milhões pelo presidente Franklin Pierce. Ainda em 1854, na Bélgica, os Estados Unidos ameaçaram a Espanha com a anexação forçada de Cuba ao território americano no caso de recusa da oferta feita pelo governo americano para a aquisição da ilha através da compra. O início da Guerra Civil americana (1861-1865) e a preocupação com a recuperação americana após o conflito relegaram a questão da anexação cubana a segundo plano, sendo retomadas na década de 1890.

Após a primeira guerra de independência (1868-1878), a produção açucareira cubana vivenciou uma queda. A fim de salvar seus lucros, membros da oligarquia *criolla* e espanhola produtores de açúcar associaram-se a empresários americanos, o que aumentou significativamente a presença do capital oriundo dos Estados Unidos em Cuba.

Para salvar-se da ruína total e realizar as inversões necessárias para competir sob as novas condições do mercado, boa parte da burguesia *criolla* açucareira – e também espanhola estabelecida na ilha – buscou a aliança com grupos econômicos norte-americanos. Alguns adotaram a cidadania desse país e inscreveram suas empresas sob a proteção dos Estados Unidos e outros estabeleceram associações empresariais ou hipotecaram suas propriedades até perdê-las ou verem-se totalmente subordinados ao capital estadunidense. Muitos se converteram em administradores dos novos donos e outros se distanciaram do processo industrial para dedicar-se a agricultura, dando forma a uma burguesia agrícola que transformou radicalmente sua natureza classista [...]³⁵

Mas não foi somente no setor açucareiro que o capital americano tornava-se predominante. A mineração também foi outra atividade em que o capital americano se tornou preponderante. Cada vez mais dependentes da economia americana, membros da oligarquia açucareira tornaram-se defensores da anexação de Cuba aos Estados Unidos. O debate sobre a anexação esteve presente nos movimentos independentistas cubanos, constituindo uma das alternativas possíveis à dominação espanhola.

Conquistada a independência cubana naquele mesmo ano de 1898, iniciou-se um logo período em que os laços entre Cuba e Estados Unidos tornaram-se bastante estreitos. No ano

³⁵ ARBOLEYA, Jesús. *La revolución del otro mundo: Cuba y Estados Unidos en el horizonte del siglo XXI*. S. l.: Ocean Sur, 2007. P. 65

seguinte, foi estabelecido um governo provisório sob direção dos Estados Unidos, o qual durou até 1902, quando tomou posse Tomás Estrada Palma, primeiro presidente cubano. A transferência do poder político aos cubanos não representou a redução ou retirada dos interesses americanos de Cuba. Em 1902, foi imposta à Constituição cubana a Emenda Platt, garantindo aos Estados Unidos o direito de intervir em Cuba diante da ameaça aos interesses americanos na ilha. A instalação da base naval em Guantánamo reforçava a influência estadunidense na ilha através do componente militar. A base foi criada durante a guerra pela independência cubana, sendo cedida aos Estados Unidos em 1903, a partir de um acordo com Tomás Estrada Palma. O acordo previa o pagamento de uma quantia no valor de \$2.000 pelos Estados Unidos a Cuba e a cessão perpétua do território da base aos Estados Unidos; somente através do consentimento mútuo é que poderia ser devolvido a Cuba. Em 1934, um novo acordo estabelecido entre os dois países elevou a quantia paga pelos americanos para \$4.085; nesse mesmo ano, o presidente Franklin Roosevelt revogou a Emenda Platt.

A tutela política esteve acompanhada do aumento dos investimentos americanos em Cuba, que passaram de \$50 milhões em 1896 a \$1,3 bilhões em 1924, tornando os Estados Unidos os principais fornecedores de produtos importados para Cuba na década de 1920. Ao longo dos anos, se intensificou a influência dos Estados Unidos sobre os mais diversos aspectos da vida cubana, desde a economia até a dimensão cultural. Já no século XIX, era forte a dependência econômica de Cuba em relação aos Estados Unidos, especialmente no setor açucareiro. Pela profundidade dos laços entre os dois países, se desenvolveu em Cuba uma cultura de crítica à presença americana na ilha. O poeta Nicolás Guillén foi um dos porta-vozes das críticas cubanas à penetração imperialista americana em Cuba.

[...]
 - Coronéis de terracota,
 políticos de tirar e pôr;
 café com pão e manteiga...
 Que siga o som!
 A burocracia está de acordo
 em oferecer à nação;
 duzentos dólares mensais...
 Que siga o som!
 O iaque nos dará dinheiro
 para acertar a situação;
 A Pátria está acima de tudo...
 Que siga o som!
 Os velhos líderes sorriem
 E falam depois de um balcão.
 A safra! A safra! A safra!
 Que siga o som!

[...] ³⁶

Outros, como Juan Antonio Mella e Júlio César Gandarilla, também produziram críticas à presença americana em Cuba. Mas foi somente em meados da década de 1950 que o antiamericanismo, conjugado ao nacionalismo cubano, se tornou uma força política capaz de ameaçar a influência americana no país.

Naquela década, marcada pela ditadura do general Fulgêncio Batista, iniciada em 1952, a forte influência americana saltava aos olhos. Batista participara ativamente de diversos governos cubanos – direta ou indiretamente – desde a década de 1930, quando participou da deposição do presidente Gerardo Machado. Thomas G. Paterson³⁷ nos fornece uma dimensão do peso dos Estados Unidos na vida cubana. No que tange à economia, os dados são reveladores: cerca de metade das exportações cubanas de açúcar se dirigiam ao mercado americano, que, por sua vez, fornecia cerca de três quartos das importações cubanas, incluindo arroz, trigo e farinha. Além disso, havia o favorecimento aos produtos oriundos dos Estados Unidos em Cuba através da isenção de parte dos impostos. O país também era responsável pela parte majoritária dos investimentos estrangeiros na ilha. Os investimentos diretos americanos em Cuba atingiram a casa de um bilhão de dólares em 1958, superando a marca de \$686 milhões alcançada em 1953. Empresas americanas produziam cerca de 40% do total de açúcar produzido na ilha, sendo a maior companhia açucareira em Cuba de propriedade estadunidense. A intensa participação americana também se estendia a outros setores, como a telefonia e a eletricidade, que detinham 90% do controle desses serviços. O mesmo se dava em relação às ferrovias, indústrias petrolíferas e bancos. A ditadura de

³⁶ “[...] - Coroneles de terracota,
políticos de quita y pon;
café con pan y mantequilla...
¡Que siga el son!
La burocracia está de acuerdo
en ofrendarse a la Nación;
doscientos dólares mensuales...
¡Que siga el son!
El yanqui nos dará dinero
para arreglar la situación;
la Pátria está por sobre todo...
¡Que siga el son!
Los viejos líderes sonríen
y hablan después desde un balcón.
¡La zafra! ¡La zafra! ¡La zafra!
¡Que siga el son! [...]”. GUILLÉN, Nicolás. “West Indies, Ltd.” In: *West Indies, Ltd.* (1934). Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12143851918924839109213/p0000001.htm#32>. Acesso em: 09 de junho de 2011.

³⁷ PATERSON, Thomas G. *Contesting Castro: The United States and the Triumph of the Cuban Revolution*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1994. P. 36.

Fulgêncio Batista favoreceu a ampliação desses investimentos – e, por conseguinte, do aumento da dependência cubana em relação aos Estados Unidos. O próprio Batista, aliás, foi um dos principais beneficiários diretos da mescla entre os interesses econômicos americanos e da elite cubana. Paterson estima que sua riqueza pessoal girava em torno de \$60 a \$300 milhões. Um dos seus investimentos eram os títulos da Atlántica del Golfo, maior companhia açucareira cubana.

Mas não era apenas na esfera econômica que a influência americana era marcante. O mesmo pode ser dito a respeito da vida cultural cubana, que possuía um ramo de atividades ligadas ao turismo de cidadãos americanos. Os grandes cassinos – operados por grandes nomes da máfia americana, como Meyer Lansky –, boates e jogos de beisebol permeavam o cenário cubano. Hotéis luxuosos, como o Riviera, o Havana Hilton e o Capri foram inaugurados para atrair turistas americanos à ilha. Paterson destaca ainda a mistura entre o inglês e o espanhol em Cuba, tamanha a proximidade entre as culturas. “Como cubanos e americanos jogavam, rezavam, trabalhavam, e socializavam juntos, suas línguas também se misturaram.”³⁸

Além de toda essa inter-relação entre interesses cubanos e americanos, havia em Cuba contradições sociais bastante acentuadas. O país apresentava taxas de crescimento e desenvolvimento superiores se comparados a outros países da América Latina. Entretanto, a distribuição dos frutos gerados por esse desenvolvimento era bastante desigual. Em primeiro lugar, era evidente a concentração de todo esse progresso nas áreas urbanas, especialmente nas grandes cidades, o que não as tornava livres das crises. O desemprego atingia todo tipo de trabalhadores, inclusive os de classe média com formação universitária. A situação era ainda mais grave entre trabalhadores de outros estratos sociais. Entre 1956 e 1957, o índice de desemprego atingia 16% da força de trabalho cubana e 7% estavam subempregados. A indústria açucareira era a principal empregadora da ilha, mas a oferta de emprego em quantidade suficiente existia apenas durante a época da colheita, que durava cerca de quatro meses. No restante do ano, saíam em busca de novos empregos ou permaneciam desempregados. Paterson chama a atenção ainda para um outro problema: o aumento da mão-de-obra disponível em função do crescimento populacional; a economia cubana não era capaz de acomodar o grande contingente de mão-de-obra disponível. Entre os camponeses, o quadro era ainda mais delicado, pois além dos problemas relacionados ao desemprego, havia

³⁸ “As Cubans and Americans played, prayed, worked, and socialized together, their languages became mixed as well.” Paterson, *idem*, p. 49.

também a precariedade das condições de vida, vivendo no limite da subsistência e com pouco acesso a serviços médicos e a educação.

Tamanha promiscuidade entre os interesses americanos e aqueles da elite cubana tornaram o antiamericanismo um elemento bastante presente na vida política cubana. Já citamos aqui a posição de José Martí, uma das principais lideranças da luta pela independência cubana. No entanto, foi ao longo do século XX que as críticas aos Estados Unidos se tornaram um elemento explosivo nas relações entre os dois países, especialmente nos anos 1950.

1.3.1 – Do Moncada à Revolução (1953-1959)

O golpe que levou Batista ao poder não só favoreceu imensamente os interesses americanos em Cuba, como acirrou o clima político na ilha. Sua ascensão ao poder impôs um freio à carreira política de diversos indivíduos, entre eles o do jovem Fidel Castro, candidato a deputado pelo Partido Ortodoxo e que possuía um histórico de lutas durante a sua vida universitária pela Federação Estudantil Universitária, entidade representativa dos estudantes cubanos.

A primeira grande iniciativa contra o governo de Batista ocorreu em julho de 1953, quando um grupo de rebeldes atacou o quartel Moncada, principal fortaleza militar cubana, localizada em Santiago de Cuba. A ação desencadeou uma onda de repressão pela ilha. Em sua defesa, que se transformou em dos símbolos da luta contra Batista, Fidel Castro expôs o que se tornou, posteriormente, a base do Movimento 26 de Julho e das reformas levadas a cabo em Cuba a partir de 1959. Os principais pontos do programa do movimento podem ser sintetizados através das cinco leis revolucionárias definidas por Castro:

“A primeira lei revolucionária devolvia ao povo a soberania e proclamava a Constituição de 1940 como a verdadeira lei suprema do Estado, até que o povo decidisse modificá-la ou mudá-la. Para a sua implantação, incluindo o castigo exemplar a todos os que a tinham traído, não existindo órgão eleito pelo povo, o movimento revolucionário, como encarnação momentânea dessa soberania, única fonte legítima de poder, assumiria todas as faculdades que lhe são inerentes, exceto a de modificar a própria Constituição: faculdade de legislar, faculdade de executar, faculdade de julgar.

[...]

A segunda lei revolucionária concedia a propriedade da terra, sem possibilidade de embargo e intransferível, a todos os colonos, subcolonos, arrendatários, parceiros e posseiros que ocupassem áreas de cinco ou menos

*caballerías*³⁹ de terra, indenizando o Estado a seus antigos proprietários na base da renda média que receberiam por essas terras no curso de dez anos.

A terceira lei revolucionária outorgava aos operários e empregados o direito de participação de 30% nos lucros, em todas as empresas industriais, comerciais e mineiras, incluindo as centrais açucareiras.

Excetuavam-se as empresas exclusivamente agrícolas, devido a outras leis de caráter agrário que seriam implantadas.

A quarta lei revolucionária concedia a todos os colonos o direito de participar de 55% do rendimento da cana e a quota mínima de 40.000 arrobas a todos os pequenos colonos que estivessem estabelecidos há três ou mais anos.

A quinta lei revolucionária ordenava a confiscação total dos bens de todos os malversadores de todos os governos e dos seus coniventes e herdeiros, tanto dos bens recebidos por testamento quanto de forma fraudulenta, sem testamento. Esse confisco se daria através de tribunais especiais, com plenas faculdades de acesso a todas as fontes de investigação, de intervenção nas sociedades anônimas registradas no país, ou que nele operem, nas quais possam ocultar-se bens malversados, e de solicitação aos governos estrangeiros da extradição de pessoas e do embargo de bens. A metade dos bens recuperados iria para as caixas de aposentadoria dos operários e a outra metade para os hospitais, asilos e casas de beneficência”.⁴⁰

Acompanhando essas medidas, estavam previstas a realização de amplas reformas abrangendo desde o sistema educacional até a nacionalização das empresas de comunicação, telefonia e eletricidade, concentradas nas mãos de proprietários americanos.

Após ser anistiado em 1955, Fidel Castro buscou exílio no México, onde, juntamente a outros integrantes da oposição a ditadura de Fulgêncio Batista, lançou as bases do Movimento 26 de Julho. Dedicou-se à organização das fileiras do movimento e à arrecadação de fundos para financiar a luta armada contra o ditador. Castro buscou criar uma unidade composta pelos grupos que faziam oposição à ditadura de Batista. Cada um desses grupos (com destaque para os Ortodoxos, o Partido Socialista Popular e o Diretório Revolucionário, além do próprio Movimento 26 de Julho) possuía objetivos diferenciados para um governo pós-Batista.

[...] Alguns cubanos anti-Batista buscavam não mais do que a deposição do ditador em ordem de legitimar e purificar o governo cubano. Outros pretendiam uma panóplia de reformas para melhorar as oportunidades de emprego, posse de terras, e educação. Outros ainda insistiam em mudanças fundamentais e radicais, incluindo a expropriação da propriedade e expulsão de influentes interesses americanos. [...]⁴¹

³⁹ Medida agrária em que 1 *caballería* corresponde a 13,430 m².

⁴⁰ CASTRO, Fidel. *A história me absolverá*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 36-8.

⁴¹ “[...] Some anti-Batista Cubans took it to mean no more than the overthrow of the dictator in order to legitimize and purify the Cuban government. Others intended a panoply of reforms to improve opportunities for jobs, landholding, and education. Still others insisted on fundamental, radical change, including the expropriation of property and the ouster of influential U.S. interests. [...]” PATERSON, *ibidem*, p. 29.

O autoritarismo imposto por Fulgêncio Batista levou à polarização do cenário político cubano. Diante disso, Fidel Castro buscou aglutinar em torno do Movimento 26 de Julho as principais forças de oposição à ditadura. Fidel Castro seguiu, para isso, as orientações de José Martí, que, durante a guerra de independência cubana, buscou articular, através do Partido Revolucionário Cubano, as forças anticoloniais. O ponto alto dessa articulação ocorreu em 1957, com a assinatura do “Manifesto da Serra Maestra” pelo Movimento 26 de Julho, Felipe Pazos, ex-presidente do Banco Nacional de Cuba, e Raúl Chibás, presidente do Partido Ortodoxo, uma das principais forças da oposição.

A luta contra Batista foi retomada em 1956, quando o grupo liderado por Fidel Castro partiu do México em direção a Cuba a bordo do iate *Granma*. Após um período de incertezas e superadas as dificuldades iniciais, o grupo conseguiu se estabelecer na Sierra Maestra. De grande importância para o movimento foi a entrevista concedida por Fidel Castro ao jornalista Herbert L. Matthews, do *New York Times*, publicada no início de 1957. A reportagem impactou tanto Batista quanto a diplomacia americana, pois desmentia a versão oficial emitida pelo governo cubano – e reproduzida pela embaixada americana em Havana – de que os rebeldes haviam sido derrotados durante a invasão. No que diz respeito à diplomacia estadunidense, a reportagem deu uma contribuição importante para provocar a divisão na embaixada americana quanto ao apoio dos Estados Unidos ao regime autoritário de Batista. Ira de Batista e dos funcionários do corpo diplomático em Cuba e vitória dos rebeldes, que tiveram a matéria como instrumento de propaganda. A entrevista de Matthews abriu caminho para outros jornalistas americanos terem acesso aos rebeldes na Sierra Maestra. Desse modo, a imprensa americana foi furando o bloqueio imposto pela censura de Batista aos meios de comunicação cubanos, que evitavam emitir informações a respeito da luta pelo poder que se desenvolvia em Cuba. Além disso, alimentava dúvidas entre os *policymakers* americanos quanto à capacidade do ditador manter a situação sob controle. Apesar disso, o governo americano não cogitava abandonar Batista e ainda o via como um aliado capaz de reprimir a insurreição.

O fornecimento de armas a Cuba pelos Estados Unidos, em função dos acordos militares estabelecidos entre os dois países – um dos muitos estabelecidos com outros países latino-americanos como parte da estratégia militar americana para a América Latina durante a Guerra Fria – alimentava as críticas de Fidel Castro e outros setores da oposição cubana, contribuindo para fortalecer o antiamericanismo entre os opositores do regime. O mesmo

pode ser dito a respeito das relações bastante próximas entre Earl E. T. Smith, embaixador americano em Cuba, e Batista.

Smith fora nomeado ao cargo de embaixador dos Estados Unidos em Cuba em 1957, por indicação do presidente Dwight D. Eisenhower. Contrariamente ao que informavam setores da inteligência americana, os relatórios de Smith informavam ao governo americano que a situação cubana era de estabilidade, pois Batista era favorável aos interesses dos Estados Unidos e combatia com eficácia os comunistas – mesmo em 1958, quando os sinais de crise do regime de Batista se tornavam cada vez mais evidentes. Smith também foi um dos principais defensores da manutenção do fornecimento de armas a Batista pelos Estados Unidos. Argumentava que o movimento guerrilheiro de Fidel Castro – e o próprio Fidel, inclusive – era comunista ou estava infiltrado por comunistas. Contrariava, mais uma vez, as informações transmitidas pela CIA, que afirmava não haver sinais que indicassem que o Movimento 26 de Julho e Fidel Castro, sua principal liderança, eram de orientação comunista.

As críticas do Movimento 26 de Julho ao fornecimento de armas a Cuba pelos Estados Unidos não eram infundadas. O material bélico entregue a Cuba como parte dos acordos militares estava sendo utilizado por Batista para reprimir o movimento e as manifestações da oposição ao ditador, de um modo geral. Nos Estados Unidos congressistas, e membros da sociedade civil tentaram barrar o envio de armas sob o argumento de que a utilização das armas americanas enviadas a Cuba pelos acordos militares para solucionar problemas internos era ilegal; sua utilização só era autorizada diante da existência de uma ameaça externa. Todavia, Smith sustentava que o fornecimento de material militar a Cuba era necessário, pois Batista enfrentava não apenas uma luta contra rebeldes que ameaçavam a ordem interna do país, mas também era luta contra o comunismo que se alastrava pelo hemisfério.

No entanto, foi somente a partir de 1957 que os Estados Unidos deram sinais de preocupação com o que se passava na ilha. Até então, o governo americano mostrava-se confiante na capacidade de Batista controlar os rebeldes. O ditador, por sua vez, buscava dar demonstrações de força aos Estados Unidos, através de declarações através da imprensa. Relatórios enviados a Washington também atestavam que a situação cubana não era tão grave, ainda sendo possível impôr significativas derrotas aos guerrilheiros. No mais, até então os investimentos americanos ainda prosperavam em Cuba, apesar das ações de sabotagem promovidas contra propriedades americanas. As ações contra cidadãos americanos⁴² e a intensificação dos ataques rebeldes contra propriedades americanas preocuparam as

⁴² Em 1958, Raúl Castro, que liderava a segunda frente do Movimento 26 de Julho, em meio a intensa batalha contra as forças do exército de Batista, capturou e fez de reféns dez americanos e dois canadenses.

autoridades americanas, que começaram a buscar alternativas mais ao centro que fossem favoráveis aos interesses americanos no espectro político cubano. Fidel Castro parecia, então, uma alternativa radical a Batista e deveria ser evitado, portanto. As ações repressivas de Batista polarizaram o cenário político cubano, dificultando a busca por uma “terceira via” alternativa a Batista e a Fidel Castro. A vitória do Movimento 26 de Julho, em janeiro de 1959, pôs fim a essa busca.

1.3.2 – Da fase de “testes” à luta contra Fidel: as opções da diplomacia americana (1959-1961)

A vitória dos rebeldes não deixou ao governo americano alternativa que não lidar com Fidel Castro. Imediatamente à queda de Batista, e após pressões realizadas pelos dirigentes das principais multinacionais americanas em Cuba, os Estados Unidos reconheceram o novo governo estabelecido na ilha sob a liderança do Movimento 26 de Julho. Além disso, o embaixador Earl Smith foi afastado do cargo, por sua proximidade a Batista.

Biazetto⁴³ informa que a primeira declaração oficial da Casa Branca sobre Fidel Castro veio em 13 de janeiro de 1959, através de uma nota. Destacava-se que Castro não era comunista, mas havia receio quanto a sua postura nacionalista. Havia uma preocupação, também, quanto ao seu “gosto pela violência”, mas não o considerava um antiamericano convicto. Outras questões também alimentavam a apreensão do governo americano a respeito do novo governo estabelecido em Cuba, como os tribunais revolucionários e a defesa da democracia, uma vez que não havia previsão de quando seriam realizadas eleições no país.

Existia, porém, um certo otimismo com relação ao futuro da ilha e de suas relações com os Estados Unidos. Acreditava-se que ainda havia chances dos Estados Unidos influenciarem os rumos do processo político cubano a fim de manter intactos os seus interesses na ilha. A presença de elementos moderados nos quadros do novo governo estabelecido em Cuba – dentre os quais Manuel Urrutia, indicado por Fidel Castro ainda durante a guerra contra Batista para ser presidente do país – alimentava a esperança de que seria possível manter Cuba sob o controle americano. Além disso, poderiam contrabalançar a influência da ala “radical”, ligada a Ernesto “Che” Guevara e Raúl Castro; o fato de ambos serem comunistas e fazerem duras críticas aos Estados Unidos preocupava a diplomacia americana. No mais, acreditava-se que os profundos e tradicionais laços econômicos e

⁴³ BIAZETTO, Bruno Henz. *A insurreição no meu quintal: processo decisório e percepção da diplomacia norte-americana durante a Revolução Cubana (1958-1960)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUC – RS, 2008.

culturais entre Cuba e Estados Unidos seriam suficientes para impedir que o governo instituído por Fidel Castro enveredasse por caminho radical que levasse as relações entre os dois países a uma situação de conflito.

Alguns elementos presentes nas avaliações dos formuladores da política externa americana e de formadores de opinião nos Estados Unidos remetem à análise feita por João Feres Jr. a respeito do conceito de *Latin America* naquele país⁴⁴. Passionalidade e imaturidade são apontadas por Feres como noções presentes nas observações feitas por determinados setores da sociedade americana a respeito da América Latina, sendo utilizadas para denotar um sentido de inferioridade e irracionalidade conferido aos latinos. A racionalidade, por sua vez, seria uma qualidade que cabia aos estadunidenses. Movidos pela paixão, os latinos seriam incapazes de governarem a si próprios e instituir regimes políticos estáveis. Desse modo, justificava-se a intervenção e/ou tutela estadunidense sobre os seus vizinhos latinos, a fim de proporcionar-lhes a estabilidade política necessária ao seu desenvolvimento e à segurança dos negócios americanos na América Latina. Conforme visto no início deste capítulo, essas noções estiveram presentes em outros momentos da história das relações interamericanas, com declarações de oficiais americanos destacando a superioridade dos Estados Unidos em relação à América Latina. Elas igualmente aplicam-se ao caso cubano e o historiador americano Thomas G. Paterson também endossa essa ideia. Em análise em que averigua as falhas cometidas pela política externa americana que possibilitaram a vitória da Revolução Cubana, em 1959, Paterson afirma que a visão estadunidense sobre Cuba, e os latinos, de um modo geral, eram marcadas por estereótipos. Ainda na década de 1950, persistia a imagem de que os cubanos eram passivos, submissos, ingovernáveis e necessitados da ajuda estadunidense para guiá-los. Diplomatas americanos descreviam os cubanos – principalmente aqueles envolvidos na luta contra Batista – como “emocionais”, “românticos” e “infantis”, sofrendo de um “orgulho excessivo” e um “nacionalismo exagerado”.

Allen Dulles, diretor da CIA, informou ao Conselho Nacional de Segurança americano que os novos líderes cubanos deveriam ser “tratados mais ou menos como crianças”.

“Eles tinham que ser conduzidos ao invés de rejeitados. Se eles fossem rejeitados, como crianças, eles seriam capazes de quase tudo”. Os diplomatas americanos acharam Castro inquieto, obstinado, oportunista e guiado por um “firme desejo por fama e poder político”. Ele era propenso à violência e ação

⁴⁴ FERES Jr., João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.

independente, mas ele não era um comunista. “Castro tomou Cuba de assalto”, informou o diplomata da embaixada Daniel Braddock.⁴⁵

Fidel Castro também acenou positivamente quanto à disposição em manter boas relações com os Estados Unidos. A sua viagem ao país, em abril de 1959, era um sinal disso. Lá, o líder do 26 de Julho emitiu declarações favoráveis à boa relação entre os dois países. As impressões do subsecretário de Estado Christian Herter sobre Castro foram as seguintes:

Ele o descreveu como um indivíduo muito interessante, muito parecido com uma criança, bastante imaturo no que se refere aos problemas de governo, e intrigado e confuso por muitas das dificuldades práticas que o cercavam. Em inglês, ele falou com moderação e considerável charme pessoal. Em espanhol, contudo, ele se tornou volúvel e excitado, e até mesmo selvagem.⁴⁶

Apesar disso, Herter salientava a Eisenhower que seria um erro subestimá-lo, pois, apesar de sua “aparência de ingenuidade, não sofisticação e ignorância em muitos assuntos”, Fidel Castro era uma liderança forte. Por isso, era necessário agir com moderação.

Mas não era tanto o antiamericanismo como o comunismo o que mais preocupava os Estados Unidos em relação ao novo governo cubano. O vice-presidente Nixon, que recebeu Fidel Castro, relatou ser o líder cubano um pouco ingênuo a respeito da ameaça comunista e, uma vez ser ele o detentor do poder em Cuba, não restava aos Estados Unidos “orientá-lo na direção certa”.⁴⁷

No entanto, as boas relações entre os Estados Unidos e a nova realidade política cubana duraram pouco. Rapidamente as relações entre os dois países deterioraram-se, especialmente após a decretação, em maio de 1959, da Lei de Reforma Agrária. Sua instituição pôs fim ao que Ayerbe⁴⁸ chama “simpatia benevolente” dos Estados Unidos em relação a Cuba. A nova lei estabelecia o limite máximo das propriedades em cerca de 400 hectares e previa o pagamento de indenizações àqueles que tivessem suas terras desapropriadas. A medida, que atingiu principalmente as empresas de capital de origem norte-americana, foi acompanhada por uma série de nacionalizações, as quais atingiriam as empresas de telefonia, eletricidade e mineração cujos capitais eram majoritariamente de

⁴⁵ “They had to be led rather than rebuffed. If they were rebuffed, like children, they were capable of almost anything.” U.S. diplomats found Castro restless, headstrong, opportunistic, and driven by an “undeviating urge for fame and political power.” He was prone to violence and independent action, but he was not a Communist. “Castro has taken Cuba by storm,” reported embassy diplomat Daniel Braddock.” PATERSON, *idem*, p. 241.

⁴⁶ Citado em BIAZETTO, *idem*, p. 64.

⁴⁷ Richard Nixon, em memorando de 25 de abril de 1959. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/bayofpigs/19590425.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2009.

⁴⁸ AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

origem estadunidense. Com isso, pode-se afirmar que a Lei de Reforma Agrária, além de definir o caráter antineocolonial da Revolução⁴⁹, contribuiu para dar maior clareza aos conflitos entre a Cuba revolucionária e o governo dos Estados Unidos, uma vez que atingiu diretamente os interesses de empresas norte-americanas que tinham participação na exploração do açúcar cubano. Essas tensões decorrem, principalmente, do fato de que era impossível implementar o conjunto de reformas econômicas defendidos pelos setores mais radicais da revolução sem chocar-se com os interesses do capital internacional, em especial dos Estados Unidos, e da burguesia cubana. O confronto com este setor da sociedade cubana teve maior expressão na renúncia do presidente Manuel Urrutia - fato que externou as disputas dentro do próprio governo provisório cubano e consolidou o fortalecimento dos setores que defendiam a implementação de reformas mais radicais, a fim de atender os interesses dos setores sociais que constituíam a principal base de sustentação do processo revolucionário cubano.

Cada vez mais o comunismo se tornava elemento de preocupação da diplomacia americana a respeito do governo cubano; comunismo e antiamericanismo tornavam-se sinônimos. A situação se agravava especialmente após o estabelecimento de acordos comerciais entre Cuba e União Soviética visando reduzir a dependência cubana das exportações aos Estados Unidos. Não tardaram a surgir manifestações incisivas exigindo que o governo americano tomasse alguma atitude para defender os interesses dos Estados Unidos em Cuba. Pressões houve em torno da cota destinada ao açúcar cubano no mercado americano. Empresários, imprensa, congressistas e militares faziam críticas comuns a respeito da linha política adotada pelo Departamento de Estado quanto a Cuba. Em função dessas críticas, o Departamento de Estado foi levado a abandonar a política de não intervenção e buscar ações mais diretas contra a ilha. Assim, novas estratégias foram elaboradas para lidar com a questão cubana. Entre essas estratégias, estavam previstas ações encobertas coordenadas pela CIA, pressão econômica e propaganda. De fato, em 1960, o presidente Eisenhower suspendeu a cota de açúcar cubana. Além disso, a diplomacia americana empregou esforços, através de negociações bilaterais e também via OEA, em angariar o apoio hemisférico a ações punitivas contra Cuba. No entanto, os Estados Unidos encontraram dificuldades para obterem sucesso em suas ações. Por um lado, Cuba não se intimidou diante da suspensão da sua cota de açúcar pelo governo americano; os acordos assinados com a União Soviética garantiam à ilha compradores para a sua produção açucareira, embora em

⁴⁹ ARBOLEYA, *idem*, p. 182.

condições menos vantajosas do que as oferecidas pelo sistema de cotas americano. Além disso, a imagem americana estava em baixa entre seus vizinhos latinos. Conforme demonstrado pelo próprio caso cubano, o antiamericanismo ainda era bastante presente na região. Diversos governos latino-americanos mostravam-se reticentes em condenar explicitamente o regime dirigido por Fidel Castro, o que se devia, em parte, ao apoio que a Revolução Cubana encontrava entre os movimentos sociais da região. Em meio a essas dificuldades, persistiam os clamores para que algo fosse feito com relação a Fidel Castro. Suas declarações críticas ao imperialismo norte-americano incomodavam diferentes setores da sociedade americana.

A influência exercida por Raúl Castro e Che Guevara no governo, através do controle de instituições chave como o Instituto Nacional de Reforma Agrária e as Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, também era vista com desconfiança pelos *policymakers* encarregados da política externa americana, bem como de setores como a imprensa – como será demonstrado na terceira parte deste trabalho. Completando esse quadro temos a renúncia do presidente Manuel Urrutia, em julho do mesmo ano. Com isso, setores mais radicais ganhavam mais espaço no governo cubano. Tomados em conjunto, esses elementos eram suficientes para a reprovação de Fidel Castro e do novo governo cubano no “teste” realizado pela Casa Branca e o Departamento de Estado já em meados de 1959. Conforme apontado por Biazetto, havia duas razões básicas para isso: em primeiro lugar, Fidel Castro não se manifestou favoravelmente à política externa americana para a América Latina – estava longe disso, pois era um dos seus maiores críticos; em segundo lugar, não se mostrara eficaz, nem ao menos interessado, em levar a cabo a luta contra o comunismo em seu país – e isso ficava bem claro com a presença de personalidades declaradamente comunistas em cargos importantes no governo, atestada pela atuação de Che Guevara e Raúl Castro, e pela tolerância com as atividades realizadas por organizações ligadas à esquerda cubana.

Ao mesmo tempo, crescia a oposição cubana ao novo governo da ilha. Latifundiários, segmentos da classe média e da hierarquia católica e desertores das fileiras revolucionárias criticavam as medidas adotadas pelo governo e, aos poucos, organizavam-se com o objetivo de frear ou mudar o curso do processo revolucionário. Muitos deles deixaram o país, procurando asilo nos Estados Unidos. Lá, organizaram núcleos de resistência ao governo liderado por Fidel Castro. Não tardou para o governo americano estabelecer ligações com tais grupos, que tiveram participação importante no plano elaborado pelo governo norte-americano de invasão a Cuba, ocorrida em abril de 1961, em uma operação fracassada.

O plano que levou à invasão da Baía dos Porcos começou a ser elaborado durante a administração Eisenhower, tendo sido aprovado pelo presidente americano em março de 1960. Estavam previstas uma série de ações encobertas a serem realizadas contra Cuba, visando criar um clima de instabilidade política que levasse à queda de Fidel Castro. A CIA era a entidade encarregada da ação, sendo responsável pelo recrutamento de forças entre os cubanos exilados residentes em Miami. A agência também foi encarregada de promover a aproximação entre os principais grupos de oposição a Fidel Castro nos Estados Unidos, para que fosse posto fim às rivalidades existentes entre eles. A direção de um eventual governo pós-Castro caberia a José Miró Cardona, ex-primeiro ministro de Cuba e agora escolhido para encabeçar o Conselho Revolucionário Cubano, criado com apoio da CIA para coordenar as atividades contrarrevolucionárias.

John F. Kennedy, ao assumir a presidência em 1961, herdou o plano iniciado na administração anterior. Sua efetivação ocorreu em abril daquele ano e representou um fiasco para os Estados Unidos e uma vitória para Fidel Castro. Diversos foram os erros cometidos durante a operação, como a decisão de Kennedy suspender o suporte aéreo prometido, a fim de minimizar a participação americana no processo, e a mudança do local onde seria feito o desembarque dos rebeldes contrarrevolucionários. Mas, além dos erros de estratégia, houve falhas também na avaliação sobre a situação política interna em Cuba. Acreditava-se que, obtido sucesso na chegada dos rebeldes em Cuba e a realização de ações de sabotagem por grupos clandestinos na ilha, a população cubana iria aderir à causa contrarrevolucionária. Criar-se-ia, assim, um clima de instabilidade política que provocaria a queda de Fidel Castro. O resultado foi o oposto. A invasão ocorreu no momento em que o governo cubano levava a cabo um programa de treinamento e mobilização da população, com a finalidade de deter suspeitos de possuírem estreitas ligações com a oposição. Dessa forma, a população cubana forneceu apoio ao governo cubano, tendo um papel decisivo na derrota dos invasores.

As transcrições dos julgamentos dos envolvidos na invasão revelam a natureza classista da contrarrevolução:

a brigada de invasão incluía: 100 grandes proprietários de terra, 24 titulares de grandes propriedades, 67 grandes senhorios/proprietários, 112 grandes comerciantes, 194 ex-soldados e capangas da ditadura, 179 afortunados, 35 magnatas industriais, 112 vagabundos, e outros. Entre eles pretendiam recuperar o seguinte: 852,000 acres de terra, 9,666 casas e prédios, 70

fábricas, 10 engenhos de açúcar, 3 banos comerciais, 5 minas, 12 boates, bares, e várias outras propriedades.⁵⁰

O fiasco na invasão a Cuba provocou alterações na política externa americana em relação à América Latina. Na tentativa de evitar que novas Cubas surgissem na América Latina, novas estratégias foram traçadas. Entre elas encontra-se a Aliança para o Progresso, um dos instrumentos utilizados para rearticular as bases de sustentação da hegemonia estadunidense na região. O programa foi elaborado a partir da constatação de que estavam presentes na maioria dos países do hemisfério condições semelhantes às que existiam em Cuba antes da Revolução. Falta de saneamento, desemprego, pobreza e precárias condições de vida eram elementos que compunham a realidade latino-americana e tornavam o ambiente propício à proliferação de revoltas populares nas nações latino-americanas. O objetivo da Aliança, então, era solucionar esses problemas. Ela consistia em um amplo programa de ajuda econômica financiada pelos Estados Unidos a fim de promover o desenvolvimento latino-americano. O lançamento oficial do programa se deu em 1961, em Punta del Este, no Uruguai e apenas Cuba não foi contemplada pela ajuda oferecida pelos Estados Unidos.

Paralelamente a isso, o governo americano continuava buscando meios para lidar com a ameaça representada pela Cuba de Fidel Castro. Pela via diplomática, os Estados Unidos romperam relações com a ilha, no início de 1961, e, em 1962, após intensa negociação com os demais países membros da OEA, Cuba foi expulsa da organização. Ao mesmo tempo, mantinha-se a pressão econômica, através do enrijecimento do bloqueio econômico à ilha. Apesar das críticas sofridas após a derrota no episódio da Baía dos Porcos, a CIA ainda tinha o seu papel na política anti-Castro do governo americano. Em 1962, a agência foi encarregada de elaborar um novo plano para depor Fidel Castro. O plano, conhecido como “Operação Mangosta”, visava promover um novo ataque à ilha, mas, ao contrário do que ocorrera durante o episódio anterior, a CIA teria um papel maior na organização e elaboração do plano e os exilados teriam um papel reduzido na ação. A invasão, que estava prevista para acontecer em meados do ano de 1962, foi suspensa em função da descoberta de mísseis soviéticos no território cubano, o que provocou uma das maiores crises entre Estados Unidos e União Soviética registradas durante a Guerra Fria.

⁵⁰ “the invasion brigade included: 100 large landowners, 24 large property holders, 67 major landlords, 112 large merchants, 194 former soldiers and goons of the dictatorship, 179 well-to-do, 35 industrial tycoons, 112 bums, and others. Among them they pretended to recover the following: 852,000 acres of land, 9,666 houses and apartments buildings, 70 factories, 10 sugar mills, 3 commercial banks, 5 mines, 12 nightclubs, bars, and various other properties.” Citado em ARBOLEYA, Jesús. *The Cuban Counterrevolution*. Ohio University Center for International Studies, 2000. P. 83.

Em todos esses críticos episódios das relações interamericanas, a imprensa estadunidense esteve bastante presente, conduzindo análises e produzindo debates sobre o futuro das relações entre Estados Unidos e a América Latina. Diante da ocorrência das violentas manifestações contra Nixon, na Venezuela, ela foi responsável pela realização de pesquisas de opinião com o objetivo de detectar os motivos que levavam os latino-americanos a se oporem aos Estados Unidos, bem como a visão que os latino-americanos tinham a respeito dos Estados Unidos. A *Newsweek* se manifestara afirmando ser o antiamericanismo maior do que qualquer agência do governo americano. A edição em espanhol da revista *Life*, por sua vez, realizou uma pesquisa em que constatava que os latino-americanos, embora contrários ao comunismo, eram bastante favoráveis ao neutralismo – apesar de também ainda verem os Estados Unidos como um “bom vizinho”, num claro exemplo da ambivalência do antiamericanismo destacada por McPherson. A sondagem conduzida pela revista ressaltava, porém, que os Estados Unidos deveriam estar cientes de que a deterioração das suas relações com a América Latina era maior do que os ataques a Nixon indicavam. Destaque também deve ser dado ao papel desempenhado pela imprensa americana durante os anos da luta guerrilheira cubana contra a ditadura de Fulgêncio Batista. Como citado, o *New York Times* fez uma importante contribuição aos rebeldes ao entrevistar Fidel Castro no início da guerra revolucionária. Além disso, foi intensa a atuação dos meios de comunicação americanos na campanha para convencer o governo americano a suspender o envio de armas a Fulgêncio Batista. Dessa forma, pode-se afirmar que a imprensa fornece valorosa contribuição à formulação da política externa americana, atuando não apenas como fonte de informação, mas também de propaganda e pressão.

A ascensão ao poder de Fidel Castro, com suas críticas ao imperialismo americano e suas medidas que afetavam diretamente os interesses americanos estabelecidos em Cuba, teve grande repercussão na imprensa americana e seu governo tornou-se alvo de críticas por diversos setores da sociedade americana, dentre eles a própria imprensa. Junto a exilados políticos, congressistas, empresários e militares, alguns de seus setores tornaram-se porta-vozes de intensa campanha contra os rumos do novo governo cubano, acusado de trair os nobres ideais em torno dos quais se realizou a revolução. Em nome da defesa da democracia, da luta contra a expansão comunista no hemisfério e dos interesses americanos há tanto tempo estabelecidos na ilha, exigiram ações eficazes do governo americano contra o governo

liderado por Fidel Castro. Sem dúvidas, a Time Inc., especialmente através de *Time* e *Life*, suas principais publicações, e imbuída de um forte senso a respeito do papel global a ser desempenhado pelos Estados Unidos, se tornou uma das principais vozes na luta pela restauração daqueles antigos ideais.

Capítulo 2 – Por dentro da Time Inc.: trajetória e ideologia

A vida do *publisher* Henry Robinson Luce se confunde com a história das publicações que criou e que ele mesmo, em conjunto com sua equipe, dirigia. Suas aspirações, ideias e posicionamento político se fazem sentir em todos os periódicos que compunham o seu império – composto, pelas revistas *Time*, *Life*, *Fortune* e *Sports Illustrated*, além de *The March of Time*, espécie de versão cinematográfica de *Time*. Apesar de certa homogeneidade do discurso, em cada uma das publicações sob a direção de Luce era utilizada uma linguagem diferenciada para transmitir sua mensagem. Se a *Time* privilegiava a análise dos fatos ocorridos durante a semana, *Life* era, nas palavras de Herzstein⁵¹, “a revista da América”: amigável e de baixo custo, tinha como principal característica o tom leve das matérias publicadas, voltada para a divulgação do *american way of life*.

Figura controversa em seu tempo, devido ao visível comprometimento político de suas publicações, provocou debates entre aqueles que o biografaram após a sua morte, em 1967. Exemplos disso são as biografias escritas por W. A. Swanberg, em 1972, e a recentemente publicada por Alan Brinkley.⁵²

Filho de um casal de missionários presbiterianos, Henry Robinson Luce nasceu em Tengchow, na China, em 1898. Ao longo de sua juventude, desenvolveu uma visão bastante peculiar e idealizada da América. Como os demais membros da comunidade missionária americana em que vivia, o jovem Luce recebia notícias sobre os Estados Unidos através de jornais ingleses. Foi através desses veículos que conheceu Theodore Roosevelt, que se tornou uma de suas principais referências políticas.

A primeira viagem de Henry R. Luce aos Estados Unidos exerceu um efeito importante sobre o jovem, pois reforçou a ideia de América baseada no consenso, na unidade e na homogeneidade, representando, em seu desenvolvimento, o espírito missionário. Essa perspectiva não sofreu alterações muito profundas ao longo da vida de Luce e, em sua carreira profissional, estava estampada nas publicações que dirigia. Todavia, a valorização desta América una e homogênea não era gratuita. Especialmente no pós-guerra, esta imagem dos Estados Unidos servia a propósitos políticos bastante específicos, ligados às disputas ideológicas impostas pela Guerra Fria.

⁵¹ HERZSTEIN, Robert. *Henry Luce, Time, and the American crusade in Asia*. Cambridge University Press, 2005. P. 3

⁵² BRINKLEY, Alan. *The Publisher: Henry Luce and his American Century*. New York: Alfred A. Knopf, 2010; SWANBERG, W.A. *Luce and His Empire*. New York: Charles Scribner's Sons, 1972.

Não devemos, contudo, tomar Luce como um caso isolado, com pensamento e ideologia autônomos e absolutamente autênticos em relação ao restante da sociedade americana em que vivia. Embora também não seja conveniente desconsiderar sua influência como formador de opinião, posto que fundador e editor-chefe de uma das maiores empresas de comunicação dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, é importante notar que, na verdade, suas opiniões eram partilhadas por outros setores da sociedade americana, especialmente entre a classe média, que compunha o maior parte do público leitor das publicações da Time Inc. Do mesmo modo, não devemos superestimar a sua influência no curso de determinados acontecimentos da vida política americana. Havia limites à sua influência. “As publicações de Luce sozinhas não moldaram nem estruturaram a visão de mundo dos leitores; para muitos, elas serviam como suplementos para amigos e vizinhos, jornais, e serviços de transmissão de notícias.”⁵³ Além disso, embora advogasse políticas mais incisivas que fortalecessem a posição norte-americana no cenário internacional, como argumenta Baughman, Luce era mais um publicista do que um iniciador de políticas, mesmo quando, em determinadas ocasiões, nas décadas de 1950 e 1960, convidado pela Casa Branca a expor seu ponto de vista sobre o curso da política externa americana. Nesses casos, atuava mais como conselheiro do que como peça cujas opiniões fossem indispensáveis à condução da política externa americana. Isso não diminui em nada, porém, a sua importância enquanto figura pública – próximo a personalidades importantes, como Joseph P. Kennedy, ex-embaixador americano e pai do futuro presidente John F. Kennedy, e do ex-secretário de estado John F. Dulles – e de suas publicações, que figuravam entre as mais lidas dos Estados Unidos.

2.1 – A criação de *Time: The Weekly News Magazine*

Os Estados Unidos de fins do século XIX e início do século XX passavam por transformações na sociedade e na economia que favoreceram a expansão da produção, circulação e consumo de periódicos, inclusive revistas. Estas foram beneficiadas pelas novas tecnologias de impressão, o que permitiu a diversificação dos assuntos abordados e a maior presença de imagens. Soma-se a isso o aumento do número de anúncios publicitários nas revistas, favorecendo a redução do preço dos periódicos e a elevação dos lucros dos seus

⁵³ “Luce’s publications alone did not frame or structure readers’ view of the world; for many, they served as supplements to friends and neighbors, newspapers, and broadcast news services.” BAUGHMAN, James L. *Henry R. Luce and the Rise of the American News Media*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001. P. 4.

editores. Conforme assinalado por James L. Baughman, apesar do crescimento do volume de publicações periódicas, as revistas não alcançavam um público amplo, concentrando-se, principalmente, na classe média⁵⁴.

Na década de 1920, a indústria jornalística americana passou por novas transformações, que levaram ao surgimento do jornalismo moderno. Apesar da expansão, tanto em número como em tamanho, dos jornais nessa época, nas pequenas cidades muitos jornais estavam desaparecendo. Ao mesmo tempo, a concorrência nas grandes cidades favoreceu uma disputa publicitária por espaço nos jornais, o que acabou por favorecer aqueles de maior circulação, promovendo o desaparecimento daqueles de menor alcance.

Após a Primeira Guerra Mundial, novas publicações surgiram nos Estados Unidos, inaugurando um novo período nas comunicações no país. Segundo Baughman, a fundação da revista *Time*, em 1923, representou um marco na maneira de fazer jornalismo após 1918: “Uma revista de notícias, *Time* antecipou uma mudança para a síntese que caracterizou muitos dos meios de comunicação pelo restante do século.”⁵⁵. Herzstein classifica a revista como “ao mesmo tempo um primeiro olhar para a história contemporânea e um resumo das notícias recentes – filtradas pela lente provida por Henry Luce e seus editores”⁵⁶.

A criação da revista partiu de uma constatação feita por Henry Luce e Britton Hadden da ausência de uma publicação periódica de circulação nacional e da existência de um excesso de informação, cujo acesso e compreensão ficavam dificultados pelo ritmo de vida cada vez mais acelerado, tal como apresentado por Walter Lippmann em crítica publicada no ano anterior à sua fundação⁵⁷. Assim como Lippmann, os criadores do periódico dirigiam duras críticas à maneira como a informação era redigida, optando pelo relato sem qualquer contextualização. A revista se caracterizaria, portanto, por ter como público alvo a crescente classe média americana. Sua fórmula consistia na produção de textos simples que sintetizassem, na forma de artigos, os principais eventos ocorridos durante a semana, nacional e internacionalmente. Deve-se ressaltar, contudo, que esta não era uma constatação feita unicamente pelos jovens jornalistas egressos de Yale. Ali mesmo havia professores que

⁵⁴ BAUGHMAN, James L. “Journalism and broadcasting”. IN: WHITFIELD, Stephen J. (org.) *A Companion to 20th-century America*. Blackwell Publishing, 2004. p. 399.

⁵⁵ “A news magazine, *Time* anticipated a shift to synthesis that characterized much of the news media for the remainder of the century [...]” BAUGHMAN, *idem*, p. 401.

⁵⁶ “[...] *Time* was both a first look at contemporary history and a summary of recent news – as filtered through the lens provided by Henry Luce and his senior editors. [...]” HERZSTEIN, *idem*, p. 30.

⁵⁷ As críticas de Lippmann influenciavam bastante Luce, servindo suas análises de base às várias das manifestações e críticas de Luce ao longo de sua carreira. Suas formulações foram utilizadas como fundamentação de dois marcos importantes na história da Time Inc.: em 1941, o famoso editorial “O século americano”, e em 1960, a série intitulada “O propósito nacional”. Tanto o editorial quanto a referida série serão analisados mais adiante.

questionavam o excesso de informação disponível ao americano médio. Fora do meio acadêmico, outros também apontavam para a baixa funcionalidade dos longos textos dos jornais e revistas de notícias, assim como daqueles especializados.

“Os leitores têm um volumoso jornal diário, comparável ao romance médio em extensão”, um professor de jornalismo da Flórida escreveu. “Consequentemente, o público lê os jornais com uma inevitável falta de objetivo e obtém deles somente uma noção superficial das notícias do dia”. Em um artigo de janeiro de 1925, “Que diferença isso faz?”, o agente de publicidade Bruce Barton queixava-se da superabundância de informação dos jornais. Deixando cair seu jornal noturno [...] ele se declarou “livre daquela servidão noturna para sempre”.⁵⁸

Buscar-se-ia apresentar cada fato de forma lógica e contextualizada. Ao analisá-los, os editores dariam voz a todos os lados envolvidos, destacando os principais personagens, porém apresentando, ao final, o ponto de vista assumido pela revista. Do ponto de vista de Luce e Hadden, o editor deveria expor os seus valores aos leitores. Feito isto, deveria apresentar os dois lados em debate, e então expor a sua opinião. Reside, aqui, uma outra inovação introduzida pelos jovens jornalistas. Ao afirmarem que *Time* deveria expor a sua opinião, rompiam com o padrão jornalístico predominante nos Estados Unidos até então, caracterizado por um relato longo e factual, sem exposição do ponto de vista do jornal ou revista; quando o fazia, era através de editoriais, escritos de um modo que não sintetizava nem analisava os acontecimentos aos leitores. O jornal *New York Times* e o *Literary Digest*⁵⁹ eram os grandes modelos desse estilo jornalístico.

Ao mesmo tempo em que essa fórmula que privilegiava a síntese acompanhada da exposição do ponto de vista dos editores foi responsável pelo sucesso e influência alcançados por *Time*, também foi o que a tornou grande alvo de críticas – especialmente pelos adversários políticos de Luce – em função de sua parcialidade. No entanto, o próprio princípio da imparcialidade era criticado por Luce, que afirmava o seu ponto de vista:

⁵⁸ “Readers get a voluminous daily newspaper, comparable to the average novel in length”, a Florida journalism professor wrote. “Consequently, the public reads the newspapers with an inevitable aimlessness and gets out of them only a superficial smattering of the day’s news.” In a January 1925 article, “What Difference Does It Make?” advertising agent Bruce Barton complained of the newspapers’ overabundance of information. Dropping his evening paper [...] he declared himself “freed of that nightly bondage forever.” BAUGHMAN, “*Henry R. Luce...*”, p. 25.

⁵⁹ O *Literary Digest* distinguia-se do *Times* pelo fato de publicar uma série de editoriais diferentes entre si, retirados de diferentes jornais americanos.

[...] Eu sou um presbiteriano, um republicano, um capitalista... Eu sou a favor de Deus, do partido Republicano e do livre empreendimento. Hadden e eu inventamos *Time*. Então nós temos o direito de dizer o que será. Contamos a verdade da melhor maneira que nos permite nosso saber e nossas crenças.⁶⁰

A publicidade que precedeu o lançamento da *Time* também revelava um certo número de seus “preconceitos” e, de certa forma, revela também algumas das orientações políticas seguidas pela Time Inc., de um modo geral:

Time, confessadamente, reconhece ter alguns preconceitos. Entre eles: 1) A crença de que o mundo é uma esfera e a admiração pela visão total do mundo que tem o estadista; 2) Uma desconfiança geral da presente tendência em relação à crescente interferência do Estado; 3) Um preconceito contra o crescente custo do funcionamento do governo; 4) Fé nas coisas que o dinheiro não pode comprar; 5) Respeito pelos velhos, particularmente em relação às boas maneiras; 6) Interesse pelas coisas novas, especialmente no que diga respeito às idéias.⁶¹

Luce e Hadden identificam-se com o republicanismo do secretário de Comércio americano Herbert Hoover, que privilegiava um “novo individualismo” desconfiado da burocracia governamental. Assim como Hoover, ambos criticavam a velha guarda do Partido Republicano. Já no primeiro número da revista, de 3 de março de 1923, a matéria de capa falava sobre a retirada de Joseph G. Cannon, representante republicano da ala conservadora do partido, da vida pública. Posteriormente, esse apoio ao Partido Republicano será traduzido mais abertamente nas críticas de Luce ao New Deal e no envolvimento das revistas da Time Inc. nas campanhas presidenciais de Wendell Wilkie e de Dwight D. Eisenhower. Do mesmo modo, foi manifesta, nesse mesmo número de estreia, a crítica de Luce e Hadden à postura isolacionista que se opunha à entrada dos Estados Unidos na Corte Internacional.

O posicionamento político assumido pelos fundadores da revista gerava incômodos entre os próprios membros da Time Inc., que discordavam da sua parcialidade e, principalmente, do seu partidarismo, explícito em diversas ocasiões, principalmente em temáticas relacionadas à política doméstica em época de eleições presidenciais e à política externa dos Estados Unidos. Em 1952, T. S. Matthews, um dos editores da *Time*, colocou a

⁶⁰ Citado em CUNHA, Alexandre José da. *A propaganda sob foco: bons amigos, bons vizinhos e bons sócios. As estratégias do american way of life nos anos 50*. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 2005. P. 19.

⁶¹ Citado em BURBAGE, Robert; Jean Cazemajou; André Kaspi. *Os meios de comunicação nos Estados Unidos: imprensa, rádio, televisão*. Rio de Janeiro: Agir, 1973. P. 78. Interessante notar que, implícitas a estas afirmações, estão críticas direcionadas ao *New Deal* e ao governo de Franklin D. Roosevelt, de quem Luce foi bastante crítico e com quem manteve uma relação conflituosa.

questão abertamente, ao questionar Luce por que não admitia ser a revista partidária, já que declaradamente parcial.

Apesar das críticas, a revista se tornou um sucesso e, nos anos 1930, como apontado por Baughman, muitos jornais diários inseriram em suas edições dominicais suplementos inspirados no tipo de jornalismo analítico desenvolvido por *Time*. Outro indício de sua influência também é assinalado pela crescente mediação da notícia feita por repórteres⁶². Dessa forma, transformou-se em modelo para vários periódicos surgidos posteriormente, como *The New Yorker* (1925) e *Newsweek* (1933).

Em 1930, em plena crise econômica, foi lançada *Fortune*, apesar da oposição de Britton Hadden. Esta tinha por objetivo educar os homens de negócios americanos. Dessa forma, os assuntos abordados eram mais bem pesquisados e abordados de forma mais aprofundada.

2.2 – O nascimento da *Life*

Na segunda metade daquela década, em 1936, foi lançada *Life*, uma revista de fotojornalismo que refletiria a curiosidade de Luce pelo mundo. A ideia de seu lançamento foi concebida em decorrência da reação favorável a um suplemento fotográfico acrescentado a *Time*, em 1934.

A idéia principal da publicação obedecia a uma regra precisa: não atentar para o gosto do público, mas dar-lhe aquilo de que necessita, acompanhando o objetivo estabelecido de educar as massas. De fato, em suas páginas foram veiculados artigos voltados à divulgação científica e artística, além de levar ao público imagens de outros países, o que permitiu que a revista se cercasse de estudiosos de variadas áreas: historiadores, sociólogos, médicos, químicos, etc. Uma das inovações da revista foi utilizar a imagem não como elemento meramente ilustrativo, mas como meio de informar sobre os fatos. Sobretudo, *Life* foi responsável pela divulgação, especialmente através de suas versões internacionais, do *american way of life*, principalmente através da publicidade de itens que simbolizavam a modernidade da sociedade norte-americana de então, como carros e diversos aparelhos eletrônicos, além de detalhes sobre a vida de personalidades políticas e da indústria cinematográfica. *Life* não foi a primeira revista norte-americana de fotojornalismo, mas foi a

⁶²BAUGHMAN, “Journalism...”, p. 401.

que mais obteve êxito junto aos leitores, influenciando outras publicações deste gênero em todo o mundo.⁶³

A revista logo se tornou um fenômeno. Mesmo antes de seu lançamento, já alcançava a marca de 200.000 assinantes; meses depois, essa marca saltou para um milhão.⁶⁴ Vendida a baixo preço (custava 10 cents, nos seus primeiros anos), Herzstein estima que, dentro de poucos anos, em torno de 15 por cento da população americana, ou aproximadamente dezessete milhões de pessoas, liam ou viam *Life* a cada semana. As vendas da revista ganharam impulso com a Segunda Guerra Mundial, com o registro fotográfico das imagens do conflito. Mas não foi somente em função do registro do palco de batalha que os olhos de leitores interessados se voltaram para *Life*. Em 1941, foi publicado “The American Century”, editorial de autoria de Luce, em que chamava a atenção para o papel dos Estados Unidos no mundo após o conflito. Trataremos disto adiante. Em 1953, a revista ganhou uma edição latino-americana, a *Life en Español*.

O pós-Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria marcaram o auge da Time Inc. Transformações na sociedade americana favoreceram esse crescimento. Quando da fundação da *Time*, os Estados Unidos apresentavam um público universitário em torno de 10%. Em 1947, essa taxa alcançou 31,2%⁶⁵, com tendência a aumentar cada vez mais. O próprio crescimento da economia americana no pós-guerra propiciou a ampliação das atividades da Time Inc., crescimento econômico esse que veio acompanhado do crescimento da classe média americana, que compunha o principal público consumidor das publicações da instituição, principalmente de *Time* e *Life*. Em suas páginas, *Life* retratava e exaltava o estilo de vida dessa classe média, seus hábitos de consumo e seus valores.

[...] Nos anos 1950, mais do que no passado, *Life* promovia o que historiadores e intelectuais começavam a chamar de “consenso”, a crença de que quase todos os americanos compartilhavam um amplo conjunto de ideais e aspirações. Aquelas aspirações compartilhadas, *Life* parecia dizer, eram afluência, consumismo e valores e estilos de vida da classe média. A revista celebrava o patriotismo declarado – se sem conteúdo, em geral –, famílias nucleares estáveis, e “ganhadores de pão” homens. Fez gestos ocasionais ao trabalho feminino fora de casa, como no artigo de 1956 “Minha esposa trabalha e eu gosto disso”, no qual notava o papel que as mulheres trabalhadoras tinham em melhorar o estilo de vida da família. Mas muito mais comuns eram as celebrações da domesticidade feminina. Quando *Life* desviava-se da classe média, frequentemente focava em histórias positivas

⁶³Em 1896, o *New York Times* havia lançado um suplemento semanal fotográfico. Em 1928, na França, havia sido lançada *Vu*, uma revista ilustrada de informação que narrava, pela fotografia, os principais acontecimentos nacionais e internacionais.

⁶⁴BURBAGE *idem*, p. 87.

⁶⁵HERZSTEIN, *ibidem*, p. 20.

de imigrantes abraçando o “modo de vida americano”, ou em um americano marginal entrando na classe média através de trabalho árduo ou filantropia.⁶⁶

Apesar do sucesso, tanto *Time* quanto *Life* tinham que disputar espaço com outras publicações periódicas americanas. O surgimento da televisão, nos anos 1950, impôs mais um desafio à Time Inc. Nessa década, a televisão atingia mais americanos do que as publicações mais populares da Time Inc., apesar do aumento na circulação de ambas.⁶⁷ Além disso, nas décadas de 1950 e 1960, a maioria dos americanos buscavam informações mais nos jornais do que nas revistas, principalmente nos jornais locais.

Apesar disso, Henry R. Luce e suas revistas permaneceram exercendo grande influência no campo jornalístico americano, assim como na esfera política. Ao longo de sua trajetória, em diferentes momentos o editor-chefe buscou claramente influenciar no curso dos acontecimentos da vida política americana. A popularidade crescente de *Time*, assim como a de *Life*, não passou despercebida de seu fundador e editor-chefe. Consciente do alcance de suas publicações, e também fazendo uso das relações sociais entre personalidades importantes do cenário político americano, como John F. Dulles, Luce buscou colocá-las a serviço de suas orientações políticas. Elas exerceriam um papel importante, acreditava, para moldar o papel que os Estados Unidos tinham a desempenhar no mundo.

2.3 – O século americano

Henry Luce pode ser considerado o “intelectual orgânico” de que trata Antonio Gramsci. Gramsci estabelece duas categorias de intelectuais: os “intelectuais tradicionais” e os “intelectuais orgânicos”. Primeiramente, cabe destacar que o autor afirma que todas as classes têm seus intelectuais, uns sendo profissionais, outros inclusos nesta categoria apenas por participarem de determinada visão de mundo; todo grupo social produz seus intelectuais

⁶⁶ “[...] In the 1950s, even more than in the past, *Life* was promoting what historians and intellectuals were beginning to call the “consensus”, the belief that almost all Americans shared a broad set of ideals and aspirations. Those shared aspirations, *Life* seemed to be saying, were affluence, consumerism, and middle-class values and lifestyles. The magazine celebrated overt – if mostly contentless – patriotism, stable nuclear families, and male “breadwinners”. It made occasional gestures to women’s work outside the home, as in the 1956 article “My Wife Works and I Like It”, which noted the role working women played in improving the family’s lifestyle. But much more common were celebrations of female domesticity. When *Life* veered away from the middle class, it often focused on affirmative stories of immigrants embracing the “American way of life”, or on marginal American entering the middle-class through hard work or philanthropy.” BRINKLEY, *idem*, p. 396.

⁶⁷ Baughman afirma que, em 1960, enquanto a *Life* atingia uma circulação de cerca de 6 milhões de exemplares e *Time* de 2 milhões, cerca de 50 milhões de famílias possuíam pelo menos um aparelho de TV. BAUGHMAN, “Henry R. Luce...”, p. 170.

para darem maior homogeneidade e consciência ao papel que cada grupo específico desempenha na sociedade. Os intelectuais tradicionais estão relacionados ao mundo rural e se definem por possuírem uma formação tradicional, que os faz acreditar estarem desvinculados das classes sociais. Gramsci cita os clérigos como exemplo deste tipo de intelectual. Os intelectuais orgânicos, por sua vez, pertencem ao mundo urbano e são oriundos de classes sociais específicas, e atuam no sentido de construir e/ou manter a hegemonia da classe social a que pertence. A definição de intelectual orgânico não passa pela definição de uma escolaridade específica, mas pela posição que ele ocupa nas relações materiais e sociais de um determinado modo de produção. O papel do intelectual orgânico de construção/manutenção da hegemonia de uma determinada classe é exercido no âmbito da sociedade civil, através dos “aparelhos privados de hegemonia”, por meio dos quais asseguram o consenso das massas às orientações do grupo social que detém o poder.

[...] podem-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de à “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. [...] Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. [...]⁶⁸

A área de atuação dos intelectuais corresponde exatamente àquela primeira função, ou seja, a de garantir o consenso ao projeto de dominação de determinada classe, através de diferentes instituições existentes no meio social, como a escola, a religião, a família e a própria imprensa. Desse modo, colaboram diretamente com a dominação direta feita pelo Estado em sentido estrito através dos recursos legais e repressivos de que dispõe.

⁶⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Volume 2. Pp. 20-1.

Do mesmo modo, por sua utilização como um instrumento de ação política, as publicações da Time Inc. podem ser pensadas no sentido gramsciano de partido político⁶⁹. Este sentido de educar e influenciar a opinião pública no sentido de uma determinada ação política estava estabelecido desde a fundação da *Time*, conforme já exposto.

Herdeiro de uma rica tradição missionária, Luce era adepto da ideia do excepcionalismo americano, acreditando na necessidade de uma espécie de “missão civilizadora” por parte dos Estados Unidos, a fim de manter a salvo e ao mesmo tempo expandir os ideais de uma sociedade livre, igualitária e democrática pelo mundo. Em função disto, os seus críticos julgavam-no como um dos principais defensores do imperialismo americano⁷⁰.

As eleições presidenciais de 1940 foram o primeiro momento de um envolvimento mais direto de Luce com a política americana. Grande crítico do New Deal e do governo de Franklin D. Roosevelt⁷¹, foi um dos principais promotores e articuladores da campanha do republicano Wendell Willkie – assunto que ocupou várias páginas de *Life* e *Time*, de quem Willkie foi capa. A militância de Luce em prol do candidato republicano gerou oposição e desconforto entre alguns redatores e editores das revistas, principalmente entre aqueles que eram simpatizantes do *New Deal* e do Partido Democrata.

Até este momento, seu envolvimento com a política externa americana era muito pontual. Foi somente após o início da Segunda Guerra Mundial que seu envolvimento com as questões externas dos Estados Unidos ocorreu de maneira mais intensa, adquirindo um caráter mais militante. Foi a partir deste momento que as publicações sob seu controle passaram a adquirir um caráter cada vez mais parcial, expressando a aproximação de Luce às orientações em favor de uma política externa mais intervencionista por parte dos Estados Unidos em defesa dos ideais de democracia e de liberdade.

⁶⁹Para Gramsci, “partido” representa todo aquele aparelho voltado à organização da vontade coletiva. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

⁷⁰ A ideia do excepcionalismo americano remonta à teoria do “destino manifesto”. O termo foi primeiramente utilizado em 1845, quando o jornalista John O’Sullivan, ao defender a anexação do Texas pelos Estados Unidos, afirmara ser “nosso destino manifesto atribuído pela Providência Divina para cobrir o continente para o livre desenvolvimento de nossa raça que se multiplica aos milhões anualmente.” Desde então, a expressão passou a ser utilizada de forma a justificar as ações americanas, uma vez que a expansão do poder e da influência americana seria a concretização da vontade divina de que os Estados Unidos se tornassem um grande país, servindo de exemplo e “farol” para a humanidade. A ideia do destino manifesto americano esteve por trás das ações imperialistas promovidas pelo governo americano no século XIX, tornando-se parte da tradição política norte-americana, sendo usualmente reutilizado por diversos líderes políticos americanos.

⁷¹ Luce teve uma relação bastante conflituosa com Roosevelt e acusava o presidente americano de inchar a administração pública norte-americana e de interferência maléfica no desenvolvimento do livre empreendimento, em função do *New Deal*.

Expressivo desse envolvimento foi o já citado editorial “The American Century”, publicado em uma edição da *Life*, em 1941. Neste polêmico artigo, sobressai a defesa de Luce do excepcionalismo americano. Fortemente inspirado pelos princípios estabelecidos por Woodrow Wilson nos seus 14 Pontos, Luce defende no texto que os Estados Unidos tinham algo a compartilhar com o mundo ao promover os princípios democráticos. “*Nós não estamos em uma guerra para defender o território americano. Nós estamos em uma guerra para defender e mesmo promover, fomentar e incitar os chamados princípios democráticos por todo o mundo.*”⁷² Segue-se uma defesa do envolvimento militar direto dos Estados Unidos no conflito, justificado a partir do temor de avanço do totalitarismo e supressão dos direitos democráticos e individuais. Desconsiderando os efeitos da crise econômica que ainda se faziam sentir na economia americana, também destaca a liderança dos Estados Unidos também nesse campo.

Embora não negue uma aliança entre as duas partes, faz-se presente certa oposição entre o novo, representado pelos Estados Unidos, e o velho, representado por uma Europa dominada por regimes totalitários e incapaz de derrotá-los. Na aliança com a velha Europa, a América exerceria o papel de protagonista.

A América cumpriria um papel fundamental como líder na missão de resguardo e fortalecimento da democracia – uma responsabilidade da qual não poderia se esquivar:

No campo da política nacional, o problema fundamental com a América tem sido, e é, que enquanto sua nação se tornava, no século XX, a mais poderosa e vital no mundo, todavia os americanos eram incapazes de acomodarem-se espiritualmente e praticamente àquele fato. Portanto eles têm falhado em desempenhar seu papel como um poder mundial – uma falha que tem tido desastrosas consequências para si mesmos e para toda a humanidade. E o remédio é este: aceitar sem reservas nosso dever e nossa oportunidade como a mais poderosa e vital nação no mundo e em consequência exercer sobre o mundo todo o impacto de nossa influência [...].⁷³

⁷² “[...] We are not in a war to defend American territory. We are in a war to defend and even to promote, encourage and incite so-called democratic principles throughout the world. [...]”. LUCE, Henry R. “The American Century”. Disponível em: <http://www.informationclearinghouse.info/article6139.htm>. Acesso em: 28/06/2010.

⁷³ “In the field of national policy, the fundamental trouble with America has been, and is, that whereas their nation became in the 20th Century the most powerful and the most vital nation in the world, nevertheless Americans were unable to accommodate themselves spiritually and practically to that fact. Hence they have failed to play their part as a world power - a failure which has had disastrous consequences for themselves and for all mankind. And the cure is this: to accept wholeheartedly our duty and our opportunity as the most powerful and vital nation in the world and in consequence to exert upon the world the full impact of our influence [...]” *Idem*.

Observa-se, portanto, uma naturalização da ideia de existência de uma missão civilizadora a ser desempenhada pelos Estados Unidos. Apesar das acusações de defesa do imperialismo americano por alguns críticos, o texto do editorial rejeita uma atuação neste sentido.

“O século americano” de Luce lembrava em muito “O destino americano” (“The American Destiny”), de autoria de Walter Lippmann e publicado na *Life* de 5 de junho de 1939. Nesse artigo, Lippmann também defende que os Estados Unidos deveriam assumir as suas responsabilidades enquanto uma grande nação perante o mundo. Esquivar-se delas equivalia a fugir de seu destino.

Acima de tudo nós estamos descobrindo que quando uma nação se recusa a fazer as grandes coisas que ela deve fazer, é incapaz de fazer as menores coisas que ela deseja fazer. A recusa de aceitar as grandes responsabilidades é desmoralizante. Homens que não encaram as grandes coisas se tornam geralmente nervosos e temerosos em todas as outras. A atitude de negação, de não produzir, não trabalhar, não salvar, não investir, não competir, não comercializar, não exercer influência, é simplesmente a mórbida racionalização da recusa geral de aceitar o destino americano no mundo do pós-guerra.

Isso é o que nos aflige hoje. Na geração à qual nós pertencemos ocorreu um dos grandes eventos na história da humanidade. O poder de controle na civilização ocidental atravessou o Atlântico. A América, que uma vez foi colônia nas fronteiras da Europa, é agora, e nas próximas gerações se tornará cada vez mais certamente, o centro geográfico e econômico e político do Ocidente. Todo o mundo sabe e reconhece isso. O povo americano tomou conhecimento disso sob Wilson, sob Coolidge, sob Roosevelt, em seus grandes compromissos após a Guerra Mundial. Eles estavam seguindo o destino americano. E, com todos os seus riscos, todas as suas responsabilidades, todas as suas ansiedades, depois de todas as decepções e falhas, eles terão que continuar com ele. Não há como rejeitar esse destino.⁷⁴

⁷⁴ “Above all we are finding that when a nation refuses to do the great things it has to do, it is unable to do the littler things that it wishes to do. The refusal to accept the large responsibilities is demoralizing. Men who will not face the big things become generally nervous and fearful in all things. The attitude of negation, of not producing, not working, not saving, not investing, not competing, not trading, not exercising influence, is simply the morbid rationalization of the general refusal to accept the American destiny in the post-War world.

That is what ails us today. In the lifetime of the generation to which we belong there has occurred one of the greatest events in the history of mankind. The controlling power in western civilization has crossed the Atlantic. America, which was once a colony on the frontiers of Europe, is now, and will in the next generations become even more certainly, the geographic and the economic and the political center of the Occident. All the world knows this and acknowledges it. The American people have known it under Wilson, under Coolidge, under Roosevelt, in their great undertakings after the World War. They were following the American destiny. And, with, all its risks, all its responsibilities, all its anxieties, after all the disappointments and failures, they will have to go on with it. There is no way to refuse this destiny.” LIPPMANN, Walter. “The American Destiny”. In: *Life*, 5 de junho de 1939, vol. 6, n. 23. P. 73.

O espírito missionário de sua formação protestante se faz bastante presente no discurso de Luce. A atitude internacionalista defendida se aproxima da moral daquele ideal. Luce cresceu sob a influência de um protestantismo que conjugava um pensamento científico progressista de inspiração darwinista, do final do século XIX, ao messianismo religioso. Dessa forma, os objetivos dos missionários americanos instalados na China consistiam na propagação da fé cristã e do progresso material e intelectual ocidental.

É importante atentar para o peso dessa sua formação no seio de uma família de missionários na elaboração de sua visão de mundo. Alguns pressupostos presentes em sua formação estavam presentes na sua formulação de suas ideias a respeito do papel dos Estados Unidos em um mundo de rápidas transformações.

Henry Winters Luce e Elisabeth Root, pais de Henry R. Luce, estabeleceram-se na província chinesa de Shantung, localizada no litoral, onde uniram-se a Calvin Mateer, missionário responsável por uma escola cristã estabelecida em Tengchow, na costa de Shantung. Mateer era ligado à corrente “modernista” do protestantismo americano, que visava combinar a pregação religiosa com a promoção de justiça social, através da expansão dos valores ocidentais entre os chineses. Tal atitude era favorecida pela presença maciça de capitais e empresas ocidentais – especialmente de origem britânica, alemã, francesa e americana – na China, inclusive em Shantung, de elevada densidade populacional.

Imbuído deste espírito, Winters Luce, em seu trabalho, acreditava que a conversão por si mesma era insuficiente. Segundo Brinkley, ele acreditava ser necessário respeitar a cultura e a religião chinesa ao mesmo tempo em que se educasse e elevasse os chineses aos padrões culturais e sociais ocidentais⁷⁵. Obtendo sucesso neste esforço, os chineses abraçariam o cristianismo por si mesmos. Nesse sentido, procurou fortalecer a escola dirigida por Mateer, na qual atuava como professor de física. Para ele – e, posteriormente, para seu filho –, o trabalho missionário reafirmava a imagem da América como uma terra benevolente, disposta a levar, com sua ação, seu exemplo e seu empenho, os benefícios morais e materiais da sociedade americana.

Esses pressupostos foram transmitidos a Henry R. Luce em sua criação. Nele, o ideal progressista e missionário se desenvolveu numa curiosidade pelo que desconhecido e, posteriormente, se manifestaram em seu posicionamento político, principalmente no que diz respeito à política externa americana. Neste campo, aqueles elementos se juntaram ao wilsonianismo, que contribuiu para o fortalecimento, em Luce, da defesa do excepcionalismo

⁷⁵ BRINKLEY, *idem*, p. 11.

americano e do intervencionismo como diretriz da política externa dos Estados Unidos. Essas, portanto, as principais bases ideológicas em que se assentavam as formulações sobre a política externa americana por Luce: a herança missionária, de um lado, e o wilsonianismo, de outro. Quanto a este último, temos bastante clareza de sua influência na defesa feita nas páginas das revistas das organizações internacionais, como a ONU e a OEA, como esferas de resolução dos conflitos internacionais, que se combinariam a planos de ajuda econômica e financeira.

Seu intervencionismo, no entanto, era revestido de um sentido fundamentalmente moral, não se restringindo a ações no campo puramente político e econômico. Uma intervenção americana se justificaria, principalmente, para defender determinados valores que Luce acreditava serem primordiais na formação da sociedade ocidental e americana, em especial. É neste sentido, portanto, que devem ser compreendidas suas iniciativas diante de momentos que julgavam cruciais para a manutenção do *status quo* americano, tanto em nível nacional quanto internacional, como nos casos da China, em 1949, e de Cuba, após 1959. Isto não significa, no entanto, que essa perspectiva moral de seu intervencionismo estivesse descolada da expansão da influência econômica e política norte-americana.

Como bem ressalta Baughman, o editorial de Luce representa a secularização do espírito missionário americano. Ao contrário de seu pai, Luce defendia a realização do destino manifesto americano não a partir de ações missionárias, mas pela expansão da experiência e estilo de vida americano a outras partes do mundo.

2.4 – Expandindo a fronteira: Time Life International

O projeto de lançamento de edições internacionais tanto da *Time* como da *Life* ganhou impulso logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Ambas as revistas já possuíam versões externas publicadas durante a guerra, voltadas especialmente aos soldados americanos atuantes no teatro de guerra. Em 1945, com a criação da Time Life International, o projeto de expandir a publicação das revistas para o público externo foi consolidado. O sucesso obtido com essas versões estimulou a consolidação das edições de guerra da *Time* em quatro edições principais – Atlântico, Pacífico, América Latina e Canadá. O mesmo ocorreu em relação a *Life*, mas, nesse caso, o projeto de edições em diferentes línguas foi substituído em favor da *Life International*, publicada bissemanalmente e em inglês. Em 1948, a *Life International* tinha uma circulação de 250.000 – o que não era considerado um número satisfatório aos olhos dos editores da revista, posto que incapaz de satisfazer as necessidades financeiras da

Time Inc. com impressão, publicação e transporte. Apesar disso, em 1953, foi lançada a *Life En Español*, voltada à América Latina com conteúdos adicionais sobre a região. Mesmo com a oposição inicial de editores latino-americanos, temerosos de uma competição injusta e a vendo como uma arma do imperialismo americano, a revista obteve uma resposta positiva do público latino. Originalmente, a edição em espanhol almejava alcançar as massas latino-americanas, mas seu foco principal eram os mais bem educados e em posições mais favorecidas na pirâmide social latino-americana – ou seja, o mesmo propósito delineado para a sua matriz americana.

Em termos econômicos, as edições internacionais das revistas não eram vantajosas à Time Inc., até mesmo no imediato pós-guerra, quando gozavam de grande popularidade. Mas, para além dessas dificuldades financeiras, havia também aquelas impostas pelos países onde essas edições circulavam. Para resolver essa situação, C. D. Jackson, diretor administrativo da Time Life International, bem como outros nomes da imprensa americana, advogou junto ao Departamento de Estado a ideia de que a circulação de produtos da mídia estadunidense no exterior era do interesse nacional americano, pois auxiliariam na difusão dos valores americanos e na defesa dos interesses dos Estados Unidos. O reconhecimento da validade desse projeto veio em 1948, com o Smith-Mundt Act, que incentivava a divulgação e promoção dos Estados Unidos através da mídia americana em circulação em outros países.

Contudo, a publicação das versões internacionais das revistas não obedecia a critérios que objetivavam somente a expansão comercial da companhia. Por trás disso também estava presente o propósito de defender e propagar no exterior os valores americanos no pós-guerra. Objetivava-se, com isso, contribuir para o desenvolvimento do século americano e para a concretização da missão dos Estados Unidos. A justificativa para a criação da Time Life International foi dada pelo próprio Henry Luce, em 1965:

Time Life International foi lançada em 1945 porque os Estados Unidos eram literalmente o único poder do mundo capaz de restabelecer algumas continuidades da civilização... É essa destacada singularidade do poder e influência [dos Estados Unidos] que é... a premissa factual – a premissa existencial do que Time Inc. deveria realizar no mundo.⁷⁶

⁷⁶ “Time Life International was started in 1945 because the U.S. was literally the only power in the world capable of restoring some of the continuities of civilization... It is this towering uniqueness of power and influence [of the U.S.] that is... the factual premise – the existential premise that Time Inc. should do things in the international world.” Citado em GRAINGE, Paul. “Global media and the ambiguities of resonant Americanism”. In: *American Studies International*. Outubro de 2001, vol. 39, n. 3. P. 4. Disponível em: <<http://www.studiogaijin.org/iserlohn/wien/klasse/fernsehen/global%20media.pdf>>. Acesso em 06/11/2008.

Embora sem vinculação direta com os quadros estatais – a despeito do fato de Clare Booth Luce, esposa de Henry Luce, ter sido eleita senadora pelo Partido Republicano em 1942 e integrar o corpo diplomático americano durante o primeiro mandato de Dwight D. Eisenhower – é possível afirmar o exercício de uma “diplomacia midiática” por Luce, através da Time Inc. O conceito é melhor explicitado por Leonardo Valente e Maurício Santoro ao abordarem o uso da mídia como instrumento de promoção da política externa no governo do presidente Hugo Chávez, na Venezuela⁷⁷. Segundo os autores, “o uso dos recursos midiáticos em diplomacia por parte dos Estados centrais, principalmente os EUA, têm como objetivo a otimização de negociações em vários campos que, *a priori*, tem como meta maior 'a manutenção do *statu quo* hegemônico!’.”⁷⁸

Nesse sentido, as estratégias de diplomacia midiática se caracterizam pelo uso indireto da mídia global privada, uso este que seria incentivado em função da perda de eficácia da comunicação e propagandas oficiais – tal como os próprios Estados Unidos fizeram através do Smith-Mund Act. Dentro desse conceito de diplomacia midiática, Valente destaca também o tipo de diplomacia feita pela própria mídia, exercida diretamente pelos próprios veículos midiáticos, de forma autônoma em relação ao Estado. No caso de Luce e da Time Inc., observa-se uma aproximação entre essas duas formas de diplomacia, em que o Estado americano busca utilizar as suas publicações de acordo com os seus interesses de política externa, ao passo em que a Time Inc., ora colaborava, ora cobrava ações do governo americano a fim de garantir a aplicação de políticas que julgava serem fundamentais para a manutenção do prestígio e do poder americano em nível global. No entanto, o que predomina é a atuação do grupo dirigido por Luce no sentido de tentar influenciar, de alguma forma, os rumos da política externa americana, cobrando e elaborando ações que julgava necessárias à preservação da hegemonia norte-americana, através, inclusive, de ações do próprio editor-chefe, que mantinha relações pessoais com importantes personagens da elite política americana.

O interesse de Luce em utilizar as suas revistas como meio não apenas de propagar o estilo de vida americano, mas também influenciar, de algum modo, o curso da política externa americana se desenvolve no mesmo período em que começam a ganhar destaque, nos Estados Unidos, importantes formulações sobre a relação entre opinião pública e política externa.

⁷⁷ VALENTE, Leonardo & SANTORO, Maurício. “A diplomacia midiática do governo Hugo Chávez”. IN: *Observatório Político Sul-americano*, vol. 1, p. 1-20, IUPERJ/UCAM, 2005.

⁷⁸ VALENTE, *idem*, p. 10.

Significativa contribuição veio de Gabriel Almond, com a publicação de “The American People and Foreign Policy”, em 1950, impulsionando um amplo debate sobre o tema.

Divergente em vários momentos da orientação do governamental, é visível o esforço de Luce no sentido de articulação e imposição de uma pauta de ação no processo decisório da política externa americana. Exemplar nesse sentido foi a militância de Luce quanto à “perda” da China para os comunistas liderados por Mao Tse-tung, em 1949 – não apenas através de suas revistas, como também de outras organizações que compunham o chamado *China lobby*.

As revistas da Time Inc. se tornariam, segundo Luce, importante instrumento que auxiliaria a projeção dos Estados Unidos na nova ordem mundial emergida após a Segunda Guerra Mundial. Elas poderiam ser uma ferramenta de grande influência, oferecendo aos líderes de todo o mundo uma base comum sobre o que acontecia ao redor do mundo. Momento mais propício para a concretização do projeto de Luce não haveria. Conforme assinalado por Grainge, na mesma década de publicação do editorial sobre o século americano, a mídia americana alcançou uma projeção mundial, auxiliada pelo poder militar americano, presente em diferentes partes do mundo após a guerra, com destaque para as zonas sob ocupação americana na Alemanha Ocidental, no Japão e na Itália.

Dessa forma, através de suas edições internacionais, *Time* e *Life*, embora com formatos e enfoques diferentes, ajudaram a transmitir ao mundo uma certa imagem da América: a América do consenso, da classe média, do capitalismo, do consumo, da democracia e da liberdade.

Como uma imitação de *Time*, a *Der Spiegel*, escreveu em 1961: “Nenhum homem mais incisivamente moldou a imagem da América como é vista no resto do mundo, e a imagem que os americanos têm do mundo, como Henry R. Luce... Os produtos impressos com a marca de Luce são o suplemento intelectual da Coca-Cola, da Marilyn Monroe e da diplomacia do dólar.”⁷⁹

2.5 – A “perda” da China

Segundo Michael Hunt, no final do século XIX, a Ásia representava a nova fronteira americana para o presidente Theodore Roosevelt⁸⁰. É possível observar algumas semelhanças

⁷⁹ “As one *Time* imitator, *Der Spiegel*, wrote in 1961: “No man has more incisively shaped the image of America as seen by the rest of the world, and the Americans’ image of the world, the Henry. R. Luce... Luceforic printed products are the intellectual supplement of Coca-Cola, Marilyn Monroe and dollar diplomacy.”” GRAINGE, *idem*, p. 7.

⁸⁰ HUNT, Michael H. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven and London: Yale University Press, 1987.

entre as ambições rooseveltianas e de Henry Luce, admirador do ex-presidente americano desde a sua infância em Tengchow, no tocante à China. Seguindo também os ensinamentos wilsonianos a respeito da política externa americana, Luce acreditava que era dever dos Estados Unidos ajudarem a cristianizar e a democratizar a China para protegê-la contra a ameaça externa representada pelo Japão e a ameaça interna incorporada pelos comunistas.

O pós-guerra e a Guerra Fria marcaram um comprometimento maior de Luce com as questões da política externa americana. Ao mesmo tempo em que se preocupava com as redefinições geopolíticas internacionais do pós-guerra, a vitória da revolução comunista liderada por Mao Tse-tung na China ocupou o centro das atenções de Luce, que, ao longo dos anos seguintes, até o final de sua carreira, lutou através dos mais diversos meios para reverter o que chamou de a “perda” da China para os comunistas. Ingressou em diferentes círculos políticos ligados à política externa americana, integrando o que ficou conhecido como o “lobby da China”, que reunia intelectuais e profissionais comprometidos em cobrar do governo norte-americano ações para fortalecer o governo nacionalista chinês comandado por Chiang Kai-shek. Procurou, por meio de suas publicações, impor uma pauta de política externa que favorecesse o líder nacionalista. Luce acreditava ser este o único capaz de reverter a situação chinesa, tornando-a favorável aos interesses americanos. Temendo que um “efeito dominó” se abatesse sobre a Ásia após a “perda” da China, Luce manteve-se defensor de políticas intervencionistas por parte dos Estados Unidos na região. Dessa forma, saiu a favor do envolvimento americano no Vietnã. Nesse sentido, buscou promover, junto à opinião pública, a figura de Ngo Dinh Diem, líder sul-vietnamita, como única alternativa possível à ameaça representada por Ho Chi Minh, ao norte do país.

Segundo Warren I. Cohen⁸¹, o lobby em favor da China nacionalista remonta à década de 1920, quando um grupo de educadores e missionários americanos, temendo a intervenção norte-americana no movimento que levou Chiang Kai-shek ao poder, buscaram alertar congressistas e a opinião pública em geral sobre a necessidade de se buscar uma acomodação com o governo nacionalista chinês. Os laços entre o governo nacionalista chinês e os missionários americanos foram reforçados ao longo da década de 1930, quando líderes chineses com educação americana, incluindo a esposa de Chiang, buscavam auxílio para programas de modernização da China.

⁸¹ COHEN, Warren I. “The China lobby”. IN: DECONDE, Alexander *et. al.* *Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 1. Pp. 185-191.

O terceiro mundo, em especial a Ásia, configurava o centro das preocupações de Luce na sua cruzada para frear o avanço do comunismo. Como afirma Herzstein, a Ásia, e não a Europa, era o principal palco da luta em prol dos valores do capitalismo americano na visão do editor-chefe da Time Inc.. Mais populosa e subdesenvolvida, a região seria bastante vulnerável à penetração da influência americana⁸². Antes mesmo dos Estados Unidos entrarem na guerra, Luce acreditava que o país enfrentaria “a questão da guerra ou a desonra no Pacífico”. A China representaria, do seu ponto de vista, o grande desafio no cumprimento da missão global americana e, se os Estados Unidos falhassem em socorrê-la, falhariam completamente. Assim, enquanto a maioria dos meios de comunicação americanos dedicavam-se principalmente à cobertura dos eventos da guerra na Europa, Luce, além de também dar atenção ao cenário europeu, voltava os olhos de suas publicações para a Ásia.

Conforme já exposto, a ligação de Luce com a China já era antiga. Mesmo após sua mudança para os Estados Unidos, manteve seus laços com o país, onde seu pai ainda mantinha-se atuante na Universidade de Yenching, que ajudara a fundar. Para além disso, Luce também manteve seu interesse pelo desdobramento dos acontecimentos políticos chineses, acompanhando de perto os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial no país e, em especial, dos movimentos dos comunistas chineses.

As páginas de Time e Life tornaram-se instrumento de defesa do regime nacionalista de Chiang Kai-shek. O próprio Chiang, bem como sua esposa, desfilaram nas capas das duas publicações. As reportagens sobre a situação chinesa eram de autoria de Theodore H. White, correspondente da Time na China. White, ao entrar na companhia, gozava do apoio e da simpatia de Luce em relação ao seu trabalho, mas as divergências entre ambos tornaram-se agudas a ponto de distanciá-los. Em seus relatos, White transmitia informações que apontavam para a falta de controle de Chiang sobre a guerra civil chinesa, assim como a perda de apoio popular pelo ditador. White acreditava que, após a deposição do governo nacionalista, os comunistas abandonariam sua posição e adotariam uma postura mais liberal. Eram informações que desagradavam a Luce, engajado na busca do apoio do governo americano para salvar a China nacionalista e impedir a vitória comunista. Não tardou para que White fosse tachado de pró-comunista por alguns de seus companheiros na Time Inc., inclusive Luce. Aos poucos, as posições contrárias de um e de outro levaram ao afastamento de White da Time.

82 HERZSTEIN, *op. cit.*, p. 2.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, Luce defendeu um maior envolvimento dos Estados Unidos na luta chinesa contra os japoneses e, paralelamente, contra os comunistas. *Time*, *Life* e *Fortune*, como muitas outras publicações da imprensa americana da época, representavam os japoneses pejorativamente como amarelos e inferiores, de modo que, através de sua desqualificação, se tornasse mais fácil justificar ações mais duras contra o Japão. Brinkley afirma que não há evidências de que Luce incentivasse a reprodução desses estereótipos racistas em suas revistas, todavia, muito pouco fez para impedir que continuassem sendo reproduzidos. No entanto, quando os americanos lançaram a bomba atômica contra Hiroshima, Luce levantou uma série de questionamentos a respeito dos seus efeitos, desde preocupações religiosas (até que ponto o uso desse novo meio de destruição tornaria a fé obsoleta?) até reflexões sobre a vitimização que os japoneses poderiam fazer de si mesmos, passando pelo impacto que a bomba atômica teria sobre a influência norte-americana em modelar o mundo após a guerra, dada a possibilidade de outras nações – especialmente a União Soviética – também desenvolverem essa tecnologia. A possibilidade dos russos também desenvolverem a bomba era algo que o aterrorizava: “A ideia de ‘dividir’ a bomba atômica com os russos é louca”⁸³, afirmou em resposta a cientistas que defendiam a ideia de que a paz duradoura poderia ser alcançada através do compartilhamento da tecnologia nuclear com outras potências. Porém, sua preocupação era quanto aos efeitos da bomba no esforço americano para estabilizar a China. Até o final de sua vida, acreditava que o uso da bomba atômica foi um dos elementos que causaram a falha americana no país. Em suas memórias, que esperava publicar ainda em vida, após a sua aposentadoria, Luce escrevera, em 1945:

Se a bomba não tivesse sido jogada, e se os bem-definidos planos para a invasão de MacArthur tivessem sido levados a cabo – então, quase certamente, ... haveria uma maior ofensiva chinesa, com divisões chinesas treinadas por americanos ... Teria sido bem sucedido. ... Chiang Kai-shek estaria em uma posição para mover exércitos para Pequim e para a Manchúria.⁸⁴

Além das publicações da Time Inc., outros eram os meios utilizados por Luce na campanha pró-Chiang Kai-shek., entre elas a ajuda na fundação da United China Relief, em

⁸³ “The idea of ‘sharing’ the atomic bomb with the Russian is crazy”. LUCE apud BRINKLEY, *ibidem*, p. 315.

⁸⁴ “If the bomb had not been dropped, and if the well-laid plans for the MacArthur invasion had been carried out – then, almost certainly, ... there would have been a major Chinese offensive, with American-trained Chinese divisions. ... It would have been successful. ... Chiang Kai-shek would have been in a position to move armies up to Peking and Manchuria.” LUCE apud BRINKLEY, *ibidem*, p. 317.

1941, uma instituição filantrópica voltada ao recolhimento de doações para auxiliar na defesa chinesa durante a Segunda Guerra Mundial; para promover a instituição, viajaria ele próprio à China e tentaria alistar a Madame Chiang Kai-shek no projeto.

Suas relações com membros do alto escalão do governo americano também foram igualmente importantes na articulação que buscava o maior envolvimento estadunidense na China. Ainda em 1945, Luce teve a oportunidade de visitar o palco de guerra no Pacífico, o que só foi possível após a transferência da presidência americana para Harry Truman, uma vez que Franklin D. Roosevelt, de quem era bastante crítico e com quem mantinha relações bastante conflituosas, negara todos os seus pedidos para acompanhar as ações americanas naquela região. Em outubro daquele ano, o editor-chefe da Time Inc. finalmente conseguiu retornar à China, após quatro anos de tentativa. De lá, enviou diversos memorandos e comunicados ao quartel-general da empresa em Nova Iorque, relatando o que estava presenciando em solo chinês. Sua visão sobre os acontecimentos era bastante otimista, a despeito do visível avanço comunista, contrastando, portanto, com visões críticas em contrário expressas por outros periódicos americanos, como o *New York Times*, e pelos próprios membros da Time Inc., como mostrava os relatos de Theodore White. Seu entusiasmo com o regime nacionalista era visível: “Chiang Kai-shek, por uma dramaticamente bem-sucedida demonstração de força superior, completou a conquista política do vasto interior da parte ocidental da China.”⁸⁵ Além disso, via positivamente o futuro da aliança dos Estados Unidos com a China, a despeito do pessimismo manifesto por muitos dos soldados americanos com quem teve contato durante a viagem: “As tropas americanas aqui tem se comportado excelentemente... [e] deveriam continuar a ser uma honra para seu país. ... Os chineses...acolhem os americanos como um sinal de um novo dia e exemplos de uma maneira melhor de viver.”⁸⁶

De volta aos Estados Unidos, continuou pressionando o governo americano a manter a ajuda à China, considerando que este seria o grande teste da administração Truman para que esta pudesse provar a sua habilidade. Porém, contrariamente aos anseios de Luce, o governo Truman não estava interessado em envolver os Estados Unidos na guerra civil chinesa. Mesmo assim, ainda manteve a ajuda militar americana ao país, enviando o general George Marshall como seu representante pessoal na China. A função de Marshall era levar a cabo a proposta oficial do governo americano para solucionar a crise chinesa, que era

⁸⁵ “Chiang Kai-shek, by a dramatically successful show of superior force, completed the political conquest of the vast hinterland of west China.” *Ibidem*, p. 317.

⁸⁶ “American troops here have behaved excellently... [and] should continue to be a credit to their country. ... The Chinese...welcome the Americans as a sign of a new day and examples of a better way to live.” *Ibidem*, p. 318.

aproximar o governo chinês e os comunistas. Em 1946, Luce, que era contrário a esta saída, realizou nova viagem à China a fim de recolher novos dados para fortalecer a sua campanha, voltada para o público americano e os oficiais americanos, em favor de Chiang Kai-shek. Através de cartas e conversas pessoais, procurou persuadir Marshall de que a linha oficial defendida pelo governo americano em relação à guerra civil chinesa estava errada, defendendo que os Estados Unidos deveriam aumentar significativamente a ajuda ao regime nacionalista chinês a qualquer custo, independente de Chiang Kai-shek realizar ou não reformas para acabar com a corrupção em seu governo.

Sua viagem coincidiu com a falha nas negociações entre os nacionalistas e os comunistas, mediadas por Marshall. Do seu ponto de vista, este não era um fato exatamente negativo, uma vez que poderia favorecer o reforço da ajuda militar americana à China. Ao mesmo tempo, porém, acreditava que a falha de Marshall fazia parte de uma grande traição que levou ao abandono da China nas mãos dos comunistas.

Além dos membros do governo americano e dos próprios leitores, os editores e demais funcionários da Time Inc. sentiram ainda mais de perto a pressão de Luce durante a intensificação da sua campanha em favor de Chiang Kai-shek nos dois anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial. Brinkley relata a série de memorandos e comunicados internos escritos por Luce aos seus editores, cobrando maior empenho e urgência na cobertura dos acontecimentos chineses.

[...] “Luce veio ao almoço do meu editor administrativo e falou constantemente sobre a China – quase uma repetição do almoço de ontem,” Billings escreveu. Matthews também recebeu um memorando de Luce reclamando que a Time-Life International não estava “prestando atenção suficiente na China. ... Quase todos os correspondentes na China estão fazendo um mal trabalho.” Dificilmente um dia passava sem um memorando repreensivo para seus editores superiores: “Me parece que *Time* tem prestado impressionante pouca atenção a [Wellington] Koo”, reclamou um dia. Em outro ele escreveu que “precisamos focar novamente ... nas possibilidades de sucesso ou fracasso, progresso ou caos na China.” Os editores frequentemente encontravam Luce “em um humor irritado e infeliz sobre alguns textos de *Life* sobre a China”, ou “sofrendo visivelmente sobre a China.”⁸⁷

⁸⁷ “[...] “Luce came to my M.E. [managing editor] lunch and talked steadily about China – almost a repeat of yesterday’s lunch,” Billings wrote. Matthews also received a memo from Luce complaining that Time-Life International was “not paying enough attention to China. ... Nearly all the correspondents in China are doing a poor job.” Hardly a day went by without a chiding memo to his senior editors: “It seems to me *Time* has paid awful little attention to [Wellington] Koo,” he complained on one day. On another he wrote that “we need to focus again ... on the prospects for success or failure, progress or chaos in China.” Editors frequently found Luce “in a huffy unhappy mood about some *Life* text on China,” or “suffering visibly over China”. “*Ibidem*, p. 340.

Além disso, insistira sobre a publicação na *Life* de uma série dividida em quatro partes retratando (mais uma vez) o perfil de Chiang Kai-shek, a ser concluída por Charles Murphy, leal editor que partilhava o mesmo posicionamento que o seu em relação à China. A insistência de Luce enfrentou a resistência de vários de seus editores, que defendiam, no mínimo, a redução da série de quatro para duas partes. Mesmo assim, o que prevaleceu, ao final, foi a vontade de Luce: embora a série não fosse publicada, a Time Inc. patrocinou a viagem do diplomata William Bullit à China, em 1947, para que servisse como correspondente e relatasse o estado da guerra civil no país. Apesar da objeção dos editores, o artigo de Bullit foi publicado na *Life* e na *Time* de outubro de 1947 e apresentava conclusões que se assemelhavam ao ponto de vista de Luce sobre a situação na China. Tal como o editor-chefe da Time Inc., Bullit concluía que, se a China caísse nas mãos do comunismo, abriria as portas para que toda a Ásia se perdesse e trilhasse o mesmo caminho. Segundo Brinkley, o entusiasmo de Luce com o artigo foi tamanho que arranjou discursos no rádio e viagens para Bullit expor a sua posição sobre a China.

Apesar dos relatos em contrário – inclusive de personalidades próximas, que também defendiam maior empenho americano na luta contra o avanço comunista na China, como o general Albert Wedermeyer, que serviu na China como chefe do Estado-Maior militar de Chiang Kai-shek e como comandante das forças americanas na China –, Luce mantinha-se defensor de uma eficaz ação americana na China. O fracasso da ação americana representaria, aos olhos de Luce e outros integrantes do lobby chinês, não apenas a perda de um aliado, mas a perda de prestígio internacional dos Estados Unidos diante do início da dominação soviética na China, a qual poderia se estender por toda a Ásia. Dessa forma, ainda traçava planos para convencer o governo americano a aumentar a ajuda militar a Chiang. Em carta ao líder nacionalista de dezembro de 1948, Luce recomendava a Chiang mostrar “desejo e determinação para resistir à dominação comunista”; deveria haver “uma poderosa demonstração de lealdade a este governo por governadores de províncias, prefeitos de cidades, intelectuais e outros homens representativos”.

Apesar de todo o esforço realizado por Luce, o governo americano não mudou a sua atitude e a situação chinesa, por sua vez, tornava-se cada vez mais crítica para os defensores do governo nacionalista de Chiang Kai-shek. Em 1948, a administração Truman reduzia o apoio material dos Estados Unidos à China nacionalista, embora oficialmente ainda afirmasse estar comprometido com os nacionalistas chineses. Aos apelos do lobby em favor da China – Luce incluído –, George Marshall respondia que prover os nacionalistas com armas era o

mesmo que concedê-las gratuitamente aos comunistas. Em dezembro de 1949, Chiang Kai-shek e os demais membros do regime nacionalista moviam-se para a ilha de Formosa, anunciando a vitória dos comunistas liderados por Mao Tse-tung. Diante da derrota nacionalista e do fracasso americano em socorrer o governo de Chiang, Luce aproximou-se aos críticos da extrema-direita americana, que acusavam o governo americano de traição, afastando-se, inclusive, do Institute for Pacific Relations (IPR) – do qual fora um dos fundadores, em 1930, e um dos principais colaboradores – após denúncias feitas ainda em 1946 que afirmavam estar o instituto dominado por comunistas, o que o teria tornado um dos responsáveis pela “traição” dos Estados Unidos na questão chinesa. No entanto, mesmo com a derrota dos nacionalistas para os comunistas, Luce permaneceu fiel à causa chinesa, mantendo-se empenhado, nos anos seguintes, na luta pelo não reconhecimento da República Popular da China pelo governo americano e pela Organização das Nações Unidas.

2.6 – *Cold Warriors*: lutando a Guerra Fria

“O comunismo é o câncer mais monstruoso que já atacou a humanidade e nós devemos fazer o nosso melhor, por mais débil que seja, para combatê-lo em todo tempo e em todos os lugares.”, escrevera Luce em 1949⁸⁸. Lutar contra a dominação comunista se tornou o seu principal objetivo e, por conseguinte, da Time Inc. no pós-guerra. Apesar desta declaração de guerra contra o avanço do comunismo, a própria visão de Luce sobre a União Soviética mudara com o tempo. Em um primeiro momento, *Time*, *Life* e *Fortune* retratavam positivamente Stálin e o regime soviético. Em 1942, por exemplo, Stálin foi escolhido o Homem do Ano pela *Time*. Segundo Elson, Luce enfatizava, naquele momento, a necessidade de pensar sobre como alcançar a paz, que, nas palavras do próprio *publisher* numa referência clara ao governo Franklin D. Roosevelt, representava o problema “se ou não nós americanos como uma nação, os líderes e os liderados, podemos desenvolver uma boa Política Externa. Não há Política Externa na qual o povo Americano possa votar no presente momento. O povo americano é um povo em busca de uma política.”⁸⁹. Ao final da guerra, enquanto ainda se desenrolavam os acordos de reordenação geopolítica internacional entre os líderes das principais potências, porém, sua visão sobre a União Soviética havia se modificado

⁸⁸ “Communism is the most monstrous cancer which ever attacked the humanity and we shall do our best, however feeble, to combat it at all times and all places”. LUCE apud Brinkley, *ibidem*, p. 358.

⁸⁹ “whether or not we Americans as a nation, the leaders and the led, can develop a good Foreign Policy. There is no Foreign Policy which the American people can vote for at the present time. The American people are a people in search of a policy.” LUCE apud ELSON, *The World of Time Inc.: The Intimate History of a Publishing Enterprise: 1941-1960*. New York: Atheneum, 1973. P. 58.

significativamente e os russos e o regime soviético tornaram-se alvos de críticas das revistas; de aliados, eles agora ocupavam o lugar do inimigo.

A bipolaridade do pós-guerra, liderada pelos Estados Unidos, de um lado, e pela União Soviética, do outro, impôs a Luce limitações à plena realização do seu século americano. Para que os Estados Unidos cumprissem a sua missão de ser o bastião da liberdade e da democracia pelo mundo, deveriam lutar contra o poder da União Soviética e o ideal comunista que ela representava. Nesse sentido, o final da Segunda Guerra Mundial marcou o envolvimento mais explícito de Luce nas questões relacionadas à política externa americana. O editor-chefe da Time Inc. não temeria colocar as publicações sob o seu comando à disposição da realização dos interesses internacionais norte-americanos, apelando tanto ao público interno como ao externo, através das edições internacionais de *Time* e *Life*.

“Liberdade” se tornou a palavra-chave para definir o propósito da América durante a Guerra Fria e da própria Time Inc, conforme afirmações feitas pelo próprio Luce através de discursos, editoriais e memorandos internos da empresa, dos quais citamos o exemplo abaixo:

Apesar de todas as confusões pelas quais estamos confusos e talvez confundindo outros, eu acho que alcançamos algum direito intelectual de dizer que nós da Time Inc. lutamos, estamos lutando e lutaremos ... “Pela Liberdade de Todos os Povos.” ... Nós acreditamos que a relação dos Estados Unidos com outros povos do mundo deve ser baseada nos princípios de Liberdade. (Isto pode ser infinitamente celebrado.)⁹⁰

Em um discurso proferido no dia 15 de maio de 1961 para os executivos da Time Inc., Luce reafirmou o compromisso que a empresa e todos os seus membros deveriam ter na luta contra o comunismo:

Na série de LIFE sobre o Propósito Nacional⁹¹, o mais bem definido, o mais direto pronunciamento de propósito nacional foi feito pelo General David Sarnoff. Ele disse que nós devemos decidir *ganhar* a Guerra Fria. Por “nós” é claro que ele quis dizer os Estados Unidos – seu governo e seu povo. Esta noite, neste momento, falarei de “nós” como simplesmente nós da TIME Inc. E eu proponho a vocês que nós da TIME Inc. registremos agora em nossas

⁹⁰ “Despite all confusions by which we have been confused and may have confused others, I think we have achieved some intellectual right to say that we of Time Inc. have fought, are fighting and will fight ... “For the Freedom of All Peoples.” ... We believe that the relation of the people of the U.S. with the other peoples of the world must be based on the principles of Freedom. (This can be endlessly celebrated.)” (LUCE apud BRINKLEY, *op. cit.*, p. 312).

⁹¹ Série de artigos publicadas na *Life*, entre maio e junho de 1960, também reproduzida na *Life International*. Contando com a colaboração de intelectuais norte-americanos de raízes diversas, propunha-se definir qual seria o propósito nacional americano na Guerra Fria. Atentaremos a isso mais detalhadamente em seguida.

mentes e desejos que daqui para frente o principal objetivo e propósito da TIME Inc. deve ser a derrota do movimento comunista em todo o mundo.⁹²

E dizia em seguida que “cada indivíduo e cada organização no país pode dar um golpe pela Liberdade e contra o Comunismo – agora.”⁹³

Como muitos outros americanos, foi um dos principais soldados da Guerra Fria, defendendo o fortalecimento do poder dos Estados Unidos no mundo. Nos anos subsequentes ao final da guerra, Luce designou editores para investigar e analisar a questão do socialismo na América, encarregando-se ele próprio de fazer o mesmo em relação à Europa. Em viagem ao velho continente, demonstrou o seu entusiasmo com os resultados do Plano Marshall. Escrevera Luce, em Zurique:

Le Plan Marshall, como eles chamam aqui, chegou na hora. A transformação completa tem quase a qualidade de um milagre. ... a maior parte da Europa Ocidental não quer o socialismo. Em todo lugar há mais ou menos uma crise de ... fé no socialismo, isto quer dizer que os socialistas não acreditam no socialismo.⁹⁴

De Roma, relatava:

Quando nós fomos visitar de Gaspari [Alcide de Gaspari, primeiro-ministro italiano], quase a primeira coisa que ele me disse foi: “Eu estou muito feliz por estarmos alcançando tão bons resultados através da liberdade de empresa e iniciativa individual.” O americano que vem à Europa com a ideia fixa de que a Europa é basicamente socialista ... ficaria surpreso ... se pudesse ver a expressão sorridentemente feliz e entusiasmada no rosto do primeiro-ministro quando ele disse isso.⁹⁵

⁹² “In LIFE’s series on National Purpose the most clear-cut, the most forthright statement of national purpose was made by General David Sarnoff. He said that we must decide to *win* the Cold War. By “we” he meant of course the U.S.A. – its government and its people. Tonight, at this moment, I will speak of “we” as meaning simply we of TIME Inc. And I propose to you that we of TIME Inc. now register in our minds and wills that from here on out the dominant aim and purpose of TIME Inc. shall be the defeat of Communist movement throughout the world.” 15 de maio de 1961. “Adress by Henry R. Luce. Time Inc. Executives Dinner.” Disponível em: <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-031-019.aspx>. Acesso em: 06/10/2011.

⁹³ “Every individual and every organization in the land can strike a blow for Liberty and against Communism – now.” LUCE, *idem*.

⁹⁴ “Le Plan Marshall, as they call it here, came just in time. The complete changeabout has almost the quality of a miracle. ... Most of Western Europe simply does not want Socialism. Everywhere there is more or less of a crisis of ... faith in Socialism, that is to say the Socialists do not believe in Socialism.” LUCE apud ELSON, *idem*, p, 249.

⁹⁵ “When we went to call on de Gasperi, almost the first thing he said to me was: “I am very happy that we are achieving such good results through freedom of enterprise and individual initiative.” The American who comes to Europe with the fixed idea that Europe is basically Socialist ... would have been surprised ... if he could have seen the beamingly happy and enthusiastic expression on the Premier’s face as he said this.” *Ibidem*.

Escrevendo da Grã-Bretanha, todavia, ressaltava a importância não somente da continuidade do auxílio financeiro americano, mas também da ajuda militar para a manutenção do sucesso da luta contra o comunismo na Europa:

A Europa Ocidental bem claramente rejeitou o comunismo ... [que] agora não possui atrativo para o coração, mente ou imaginação da Europa Ocidental. Mas a Europa ainda não pode se defender do ataque soviético. ... Se a América quer “participar” na vida da Europa, o ponto chave da participação será organizando uma defesa da Europa efetiva o suficiente para desencorajar a invasão.⁹⁶

Além da luta externa, também apoiou a campanha para identificar comunistas dentro do país. Em sua cruzada anticomunista, Luce iniciou o combate ao comunismo dentro da sua própria companhia. Funcionários que acreditava-se apresentarem orientações esquerditas de qualquer natureza, fossem declaradamente comunistas ou meros simpatizantes, foram demitidos. Apesar de seu feroz anticomunismo, e dos expurgos realizados por ele mesmo dentro de sua própria empresa, Luce se posicionou contra ações mais violentas para identificar supostas influências comunistas nos Estados Unidos, como a caça às bruxas promovida pelo senador democrata Joseph McCarthy. Mesmo que não fosse contra a exposição da influência comunista na América, como ele mesmo fez na Time Inc., acreditava que ações como esta desviavam o foco do principal problema, que era o avanço do comunismo em nível global. Como afirma Brinkley, o que importava para Luce era a criação de uma estratégia coerente para que os Estados Unidos pudessem lutar contra o comunismo internacional encabeçado pela União Soviética.

Antes do macartismo, a Time Inc. se viu envolvida em uma das grandes polêmicas surgidas nos Estados Unidos no início da Guerra Fria. Whitaker Chambers deu seus primeiros passos na companhia como editor da seção de livros da revista *Time*, sendo, em seguida, promovido à seção de notícias internacionais da revista, de onde dirigiu ataques diretos a União Soviética, gerando polêmica entre os demais membros da Time Inc. e chamando a atenção do próprio Luce, que acreditava que a bipolaridade internacional do pós-guerra havia sido gerada pela falha do próprio governo americano. Em outubro de 1948, em testemunho ao House of UN-American Activities Committee (HUAC), acusou Alger Hiss, um oficial do

⁹⁶ “Western Europe has quite clearly rejected Communism ... [which] now has no appeal to the heart, mind or imagination of Western Europe. But Europe still cannot defend itself from Soviet attack. ... If America really wants to “participate” in the life of Europe, the key point of participation will be in organizing a defense of Europe effective enough to discourage invasion.” *Ibidem*.

Departamento de Estado, de trabalhar como espião, fornecendo documentos sigilosos daquele departamento aos comunistas, na década de 1930. O caso, que se virou contra o próprio Chambers, por sua participação anterior no Partido Comunista americano, chamou a atenção do público e de outros veículos da imprensa e se tornou um problema de relações públicas da empresa, tendo como resultado a demissão de Chambers da Time Inc.

Luce, porém, não estava sozinho na sua cruzada contra o comunismo. Para isso, ele contava com a colaboração do poderoso Charles Douglas Jackson, também conhecido apenas por C.D. Jackson. Jackson entrou para o time da Time Inc. em 1931, como executivo de propaganda. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi um dos especialistas em guerra psicológica dos Estados Unidos. Após o término do conflito voltou à Time Inc., onde se tornou vice-presidente da *Time*. Jackson fora um dos principais colaboradores da campanha presidencial de Dwight D. Eisenhower de 1952 e, após a eleição de “Ike”, tornou-se seu assistente, sendo o responsável pela elaboração da estratégia de guerra psicológica a ser travada pelos Estados Unidos, contra os esforços de propaganda feitos pela União Soviética. Essa guerra seria levada a cabo pela CIA, a Agência Central de Informações do governo norte-americano, através de ações encobertas. Várias foram as estratégias traçadas pela agência para promover a ideia dos Estados Unidos como o baluarte do dito mundo livre durante a Guerra Fria, especialmente nas duas primeiras décadas que se seguiram ao início da bipolaridade emergida do pós-guerra. Dentre elas, encontramos desde a realização de exposições, debates, concertos, passando por subsídios a produções cinematográficas, até a criação de revistas, como a *Encounter*. Muitas dessas ações eram realizadas através de organizações como o Congresso pela Liberdade Cultural e fundações de fachada responsáveis por canalizar o dinheiro disponibilizado pela agência para financiar tais eventos e produções. Embora não seja possível afirmar, até mesmo pela falta de acesso a determinadas fontes, que as revistas da Time Inc. foram, em algum, momento, subsidiadas pela CIA, é certo que tanto a *Time* como a *Life* serviram de abrigo a alguns de seus agentes, para que pudessem produzir artigos que servissem aos interesses da agência, tendo o próprio Luce contribuído financeiramente com fundações de fachada utilizadas por ela para fazer com que seus fundos chegassem ao seu destino⁹⁷. Vale ressaltar que a colaboração de Luce com a CIA não era gratuita, visto que mantinha relações pessoais bastante próximas com Allen W. Dulles, diretor da agência, bem como de seu irmão, John Foster Dulles, secretário de Estado durante a administração Eisenhower.

⁹⁷ Sobre as relações entre Luce e as fundações privadas utilizadas como fachada pela CIA ver SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Independente de estarem direta ou indiretamente engajadas no esforço de guerra psicológica da CIA, fato é que as revistas que compunham o império da Time Inc., ao defenderem e difundirem os ideais da política externa e o estilo de vida norte-americano, serviram bem aos interesses de propaganda dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

2.7 – O propósito nacional da América

Em 1960, Luce retoma, na série intitulada “O propósito nacional da América”, publicada na revista *Life*, as reflexões quanto ao papel global dos Estados Unidos, dessa vez frente aos desafios impostos pela bipolarização. Mais uma vez o sentido missionário se faz presente, constituindo uma espécie de *jeremiad*⁹⁸. O propósito americano era lido a partir da evocação de determinados pressupostos que já estariam estabelecidos historicamente e expressos nos ideais que nortearam a fundação dos Estados Unidos. Evocava-se, por exemplo, os pioneiros e são citados trechos da Constituição americana, estabelecendo, dessa forma, uma linha contínua de uma herança democrática e busca por grandes feitos em nome da justiça e da liberdade. Assim como em “The American Century”, sobressai no discurso uma carga moral associada às responsabilidades americanas, nacional e internacionalmente.

Desde o nascimento de sua república, os americanos têm estado certos de que sabiam o que queriam e como alcançá-lo. As primeiras palavras da Constituição proclamam a aspiração de “estabelecer a justiça...e assegurar as bênçãos da liberdade”. Na defesa da justiça e da liberdade, Lincoln, Wilson e Roosevelt arriscaram a existência da nação. Mas no pensamento de 1960 os americanos estão preocupados de que seu país possa ter perdido seu senso de dedicação. [...]”⁹⁹

Na definição do propósito nacional americano defendido por Luce, identifica-se o que Bellah¹⁰⁰ denomina “religião civil”. O termo é utilizado para se referir à importância do compartilhamento de determinados valores e princípios morais entre os membros da sociedade a fim de manter o pacto social que mantém uma coletividade coesa. E isso pode ser observado já no artigo inicial da série escrito por John K. Kessup, chefe editorial de *Life*. A tentativa de resgatar a missão americana levou à busca pelo propósito inicial expresso nos

⁹⁸BERCOVITCH, Sacvan. *The American Jeremiad*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1978.

⁹⁹“From their republic birth, Americans have been sure that they knew what they wanted e how to achieve it. The Constitution's first words proclaim the aspiration to 'establish justice...and secure the blessings of liberty.’” In defense of justice and liberty, Lincoln, Wilson and Roosevelt risked the nation's existence. But in 1960 thinking Americans are concerned that their country may have lost its sense of dedication. [...]” *Life International*, vol. 29, n. 2, 18/07/1960, p. 16.

¹⁰⁰ BELLAH, Robert. *The broken covenant: American civil religion in the time of trial*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1975.

principais documentos que remontavam à fundação do país: a Constituição (“foco de reverência patriótica”), a Declaração de Direitos e a Declaração de Independência – além das inúmeras referências aos pais fundadores, fosse através de textos ou de imagens. As ideias contidas nesses documentos teriam norteado a consolidação de uma união civil que duraria por séculos e a sua validade no final dos anos 1950 era proclamada por todos os autores que participaram do debate. O mesmo conceito pode ser utilizado para explicar a reunião de intelectuais como Walter Lippmann e o democrata Adlai Stevenson para refletir sobre a necessidade de reafirmação desse propósito num momento de mudanças sinalizado pelas eleições presidenciais de 1960. Aliás, a série foi encerrada com as reflexões – escritas a pedido da direção da revista – dos então candidatos à presidência americana, John F. Kennedy e Richard Nixon, a respeito do propósito nacional americano.

Algo que merece ser destacado é a aproximação de Luce a grupos de diferentes orientações políticas e sociais. Essa aproximação aponta algumas nuances no seu discurso. Na verdade, o ano de 1960 representou um momento de reelaboração e redefinição de alguns pressupostos que configuravam a visão de mundo de Luce, bem como seu posicionamento diante das questões de ordem política. Embora ligado ao Partido Republicano e alguns autores o considerem um conservador, esta postura deve ser relativizada. Dependendo do setor a que se aproxime, seu conservadorismo poderia assumir feições mais “liberais”. Muitas vezes seu posicionamento o afastava de setores mais conservadores, como os do Sul dos Estados Unidos. Exemplo disso foi o apoio por ele concedido à luta pelos direitos civis dos negros americanos. Até mesmo sua defesa do internacionalismo em termos da política externa americana fazia com que se distanciasse de determinados setores republicanos.

Importante ressaltar que o objetivo de estimular a reflexão sobre o papel dos Estados Unidos representa uma inflexão entre política externa e política interna, pois a proposta era refletir sobre o propósito americano domesticamente e no exterior. Neste sentido, cada artigo que tratava sobre o *national purpose* era antecedido por matérias que falavam sobre as eleições presidenciais, enaltecendo a democracia americana.

A principal questão por trás da elaboração da série era: “Qual a posição dos Estados Unidos no xadrez da Guerra Fria? Estavam vencendo ou não os russos?” A resposta era negativa. A procura pela reafirmação dos princípios tidos como fundamentais da americanidade era justificada por uma suposta fragilidade dos Estados Unidos no cenário internacional de disputa com a União Soviética. Tal fragilidade seria indício do declínio dos Estados Unidos enquanto nação.

Uma série de eventos criava a sensação entre os americanos de que os Estados Unidos estavam em desvantagem na luta contra o comunismo. Além disso, a própria prosperidade da sociedade americana gerava uma percepção de perda dos valores essenciais que norteavam a vida americana. O materialismo e o individualismo faziam com que alguns intelectuais julgassem que os ideais de democracia e liberdade comuns estavam sendo postos de lado pelos cidadãos americanos, que saíam em busca de um consumo desenfreado de todos os bens que a sociedade americana conseguia produzir, tanto em termos materiais como em termos culturais. Dessa forma, a massificação da cultura através do cinema, da televisão e do rádio teria permitido que os americanos saíssem em busca de uma diversão infinita, relegando a segundo plano as suas responsabilidades enquanto cidadãos com a comunidade e o país. Em um momento crucial na disputa pela manutenção do “mundo livre”, era urgente redefinir – ou recuperar – o espírito missionário. As eleições presidenciais de 1960 se apresentavam, então, como o momento ideal para chamar intelectuais, políticos e cidadãos em geral para refletir e se reunir em torno de um ideal comum que fortalecesse o espírito nacional americano.

De um modo geral, a maioria dos textos apontava a moderna sociedade de consumo americana como um dos fatores responsáveis para a perda do sentido de missão que marcava a história americana. Ironicamente, esses textos vinham ao lado das propagandas que demonstravam o sonho de consumo do americano médio – incluindo carros, geladeiras, máquinas fotográficas, bebidas, cigarros, cinema, etc., símbolos do estilo de vida promovido e celebrado por *Life*. Tamanha afluência e disponibilidade de bens materiais parecia ter deixado a América sem alma.

Diante desse quadro, críticas surgiram entre os meios intelectuais americanos, tanto à esquerda quanto à direita. Porém, ao contrário dos *beats*, os críticos de inclinação ideológica mais à direita preocupavam-se em reforçar os valores considerados fundamentais à manutenção da força dos Estados Unidos, interna e externamente.

2.7.1 – Os anos 1950: um breve balanço sobre a década

A década de 1950 foi, para os Estados Unidos, uma época de prosperidade e de relativa estabilidade. Após os anos de crise, iniciados com a Grande Depressão dos anos 1930, o país manteve o ritmo de crescimento econômico que havia começado já durante a Segunda Guerra Mundial. Em parte impulsionados pela disputa com a União Soviética, a era atômica gerou avanços tecnológicos importantes que chegaram ao dia-a-dia de milhares de cidadãos americanos e que elevaram a produção industrial a patamares históricos. Geladeiras, carros,

máquinas fotográficas estavam presentes na casa da maioria dos americanos. O cinema, o rádio e a televisão ajudaram na massificação da cultura e os novos ídolos do *rock'n'roll* e da indústria cinematográfica influenciavam os jovens dos diferentes estados do país. A família reunida em torno da televisão se tornava uma imagem cada vez mais comum.

As cidades americanas também se transformavam, com a classe média ocupando os seus subúrbios, suas casas recheadas com os produtos da moderna sociedade de consumo. Enquanto isso, os centros urbanos ficavam relegados à população das classes sociais mais baixas que tinham que lidar com o desconforto e a violência.

Ao final da década, a administração Eisenhower, que, ao longo de seus dois mandatos, foi responsável pela condução dos Estados Unidos durante esses prósperos anos, teve que lidar com uma série de problemas. Em primeiro lugar, o movimento pelos direitos civis ganhava força, uma vez que a segregação racial no sul do país havia atingido seu limite e gerado tensões cada vez mais graves entre brancos e negros em função da integração destes últimos. Além disso, a Revolução Cubana e seu posterior desenvolvimento – com a nacionalização de diversas empresas americanas, o discurso antiamericano e a gradual aproximação à União Soviética – tornou a América Latina alvo de preocupação do governo americano, que temia a perda de sua tradicional área de influência para o comunismo soviético. Uma série de fatos relacionados à Guerra Fria levou ao surgimento de dúvidas tanto entre o americano comum quanto entre algumas de suas lideranças e formadores de opinião quanto ao prestígio estadunidense na disputa com a União Soviética. Entre eles, podemos citar o abatimento do avião americano de espionagem U-2 em solo soviético, o lançamento do *Sputnik*, a já citada radicalização da Revolução Cubana e a ocorrência manifestações estudantis antiamericanas em diferentes partes do mundo, da Venezuela, passando por Cuba, ao Japão. Estes os acontecimentos que fizeram com que, não apenas Luce, mas a opinião pública americana, de um modo geral, acreditasse numa perda de prestígio dos Estados Unidos perante a União Soviética.

Diante deste cenário, é retomada a ideia da indispensabilidade da liderança americana para assegurar e expandir a liberdade e a democracia já defendidas anos antes em “The American Century”. Desta vez, porém esta defesa deveria ser feita contra um novo inimigo: se antes o perigo era o totalitarismo nazi-fascista, agora era o comunismo soviético que ameaçava o que Luce considerava as bases da sociedade americana e ocidental, de um modo geral.

Para alguns intelectuais, a semelhança entre a situação dos Estados Unidos ao final dos anos 1950 e o período entre guerras era claro. Assim como nos anos 1920, o final da década

de 1950 se caracterizava por uma época de euforia consumista, em que tudo parecia tranquilo e os americanos não tinham nenhuma outra preocupação a não ser consumir. Nos anos 1920 e 1930, esse comportamento teve consequências danosas para o mundo, pois a ausência de uma política externa mais ofensiva por parte dos Estados Unidos tornou possível a ascensão de regimes totalitários que levaram o mundo ao maior conflito armado da história. No final dos '50s, as consequências poderiam ser semelhantes diante de um mundo hostil, em que, para alguns críticos, os Estados Unidos apresentavam uma política externa defensiva e possuíam cidadãos desprovidos de nenhuma preocupação outra além de ir às compras. Para impedir que se repetissem as mesmas graves consequências que semelhante comportamento gerou em outro momento, era necessário que o país mudasse sua postura diante da Guerra Fria e, ao invés de simplesmente conter o comunismo, derrotasse-o de vez. Mas, para isso, não bastariam esforços apenas por parte do governo e das lideranças políticas do país. Também era necessário que o americano comum tornasse a valorizar os ideais que originaram o pacto de fundação do país.

O ano de 1960, marcado pela escolha daquele responsável pela liderança do país pelos próximos quatro anos, representava, então, um momento decisivo na história americana. Era o momento dos Estados Unidos definirem claramente os rumos a serem seguidos nos próximos quatro anos. Era também o momento dos cidadãos americanos se unirem e reconciliarem os seus objetivos e realizações individuais com os de seu país.

2.7.2 – *Definindo o propósito nacional*

Mais uma vez, Walter Lippmann foi a principal referência teórica utilizada para justificar a elaboração da série produzida por *Life*. Segundo Lippmann, o público americano do final da década de 1950 não possuía grandes propósitos em torno dos quais eles estariam unidos para alcançar. Os americanos, afirmava, acreditavam viver em uma sociedade completa, que tinha realizados os seus propósitos e não possuía mais nenhum grande negócio a realizar. Os cidadãos americanos adotaram uma postura defensiva, disposta mais a manter e conservar do que a avançar e criar.¹⁰¹ O objetivo da série, então, seria o de promover um debate entre o público para definir o que os americanos enquanto cidadãos e enquanto nação desejavam e esperavam alcançar.

¹⁰¹ Afirmara Lippmann: “[...] O humor público do país é defensivo, para esperar e conservar, não avançar e criar. Nós falamos sobre nós mesmos esses dias como se nós fôssemos uma sociedade completa, que alcançou todos os seus propósitos, e não mais possui grandes negócios a realizar...” Citado em *Life*, 23 de maio de 1960, vol. 48, n. 20. P. 24.

John K. Jessup, chefe editorial da revista, assinalou os motivos pelos quais era importante os americanos refletirem sobre os rumos que o seu país deveria tomar, principalmente em um momento tão importante quanto as eleições presidenciais daquele ano. Segundo Kessup, Lippmann não era o único a apontar para o “vácuo de propósito” da América. Americanos anônimos e personalidades importantes, como o próprio presidente Dwight D. Eisenhower, também questionavam o sonho americano. Citado por Kessup, escrevera William Faulkner anos antes: “O que aconteceu com o sonho americano? Nós cochilamos e ele nos abandonou. E naquele vácuo agora não mais soam as fortes e altas vozes...falando na unificação da mesma esperança e vontade.”¹⁰²

Em segundo lugar, os Estados Unidos sempre foram um país associado a grandes propósitos. Estando aqueles propósitos ausentes, o país já não era mais o que fora um dia. E complementa: “Não há uma conexão entre a ascensão das nações e grandes propósitos, entre a perda de propósitos e seu declínio? Um Estados Unidos sem propósitos [...] pode ser um Estados Unidos em declínio.”

Por fim, em um momento histórico em que o comunismo era considerado uma ameaça bastante presente aos valores americanos, não só os americanos, mas todo o mundo necessitava de uma América com propósitos fortes e bem definidos. Na ausência de uma liderança ativa dos Estados Unidos, a humanidade poderia recorrer a qualquer outro país para realizar seus grandes negócios – inclusive a União Soviética.

Aquele era o momento ideal para resgatá-los, uma vez que considerados essenciais ao fortalecimento de um espírito nacional – e internacional – comum contra o comunismo. O papel de cada cidadão americano enquanto indivíduo não era menos importante e era visto como fundamental para a manutenção do propósito nacional e do pacto nacional em torno de princípios comuns que assegurariam a sobrevivência dos Estados Unidos enquanto nação.

Qual seria, então, o propósito nacional da América em um mundo em que sua influência internacional era sentida em diferentes lugares sob as mais variadas formas e no qual também tinha que enfrentar um inimigo igualmente poderoso como a União Soviética? Claramente percebe-se pela leitura dos artigos que a definição da missão americana nesse novo contexto não se limitava somente aos objetivos e responsabilidades dos Estados Unidos com os habitantes de seu território. Na verdade, o destino dos Estados Unidos estava atado ao destino da humanidade como um todo. De sua sobrevivência e de sua vitória na Guerra Fria

¹⁰² “What happened to the American dream? We dozed, and it abandoned us. And in that vacuum now there sound no longer the strong loud voices...speaking in mutual unification of one hope and will.” O texto original de Faulkner, chamado “On privacy”, data de julho de 1955 e foi publicado na *Harper’s Magazine*.

deitaria o futuro do mundo. A maioria dos autores participantes da série destacou o papel norte-americano na defesa da democracia e da liberdade. Para o historiador Clinton Rossiter, o comprometimento entre o propósito nacional americano e o mundo era tão imperativo que afirmou que o senso de propósito nacional americano era também, no fundo, um propósito internacional, fosse ele bom ou ruim em sua influência sobre o mundo. Para ele, na ausência de qualquer desejo de influenciar o mundo, a busca por um senso de propósito nacional se tornaria uma futilidade.

De um modo geral, todos os autores afirmaram que os Estados Unidos não estavam sofrendo de uma carência, ou uma perda, de seus propósitos. Nas palavras de David Sarnoff, presidente da Radio Corporation of America (RCA), o problema não era que os velhos propósitos tinham se tornado irrelevantes, pelo contrário, eles haviam se tornado muito relevantes, uma vez que a América não poderia mais servir passivamente de exemplo para outros países. Esse tempo ficou no passado e, no final dos '50s, qualquer declaração de princípios pelos Estados Unidos deveria ser seguida de ações que os implementassem, tal como faziam os russos.

Mas, como afirmara o poeta Archibald Macleish, o problema não era só os russos. Era algo mais profundo, relacionado ao modo como os americanos percebiam e relacionavam-se entre si mesmos e com o seu país. Havia algo errado com os americanos, e eles sabiam disso.

[...] Nós superamos a época adolescente quando tudo o que estava errado com a América era culpa dos russos e tudo o que nós precisávamos fazer para sermos salvos era fechar o Departamento de Estado e manter os comunistas fora dos filmes. Não são apenas os russos agora: somos nós mesmos. É a forma como nos sentimos em relação a nós mesmos como americanos. Nós sentimos que perdemos nosso caminho na floresta, que não sabemos para onde vamos – se vamos para algum lugar.¹⁰³

Dito de outra maneira, o problema dizia respeito à própria identidade americana, que parecia ter sido alterada pela abundância à disposição da sociedade. Além de benefícios materiais imediatos, essa abundância trazia consigo seu lado negativo. A grande preocupação de intelectuais e políticos girava em torno de um individualismo exacerbado e do conformismo político que levavam ao esquecimento dos valores e ideias fundamentais que

¹⁰³ “[...] We have outgrown the adolescent time when everything that was wrong with America was the fault of the Russians and all we needed to do to be saved was to close the State Department and keep the Communists out of motion pictures. It isn't the Russians now: it's ourselves. It's the way we feel about ourselves as Americans. We feel that we've lost our way in the woods, that we don't know where we are going – if anywhere.” MACLEISH, Archibald. “We have purpose... We all know it”. In: *Life*, 30 de maio de 1960, vol. 48, n. 21. P. 86.

garantiam a preservação dos vínculos sociais e colocavam em risco a manutenção do pacto social que gerava a coesão em torno dos propósitos nacionais.

A América não carecia de um propósito. Na verdade ele existia e fora definido há muito, quando da fundação do país e estava expresso nos seus principais documentos e nas palavras de seus pais fundadores. O que deveria haver era uma identificação entre os objetivos individuais e os objetivos nacionais, sem que, para isso, os indivíduos tivessem que submeter as suas próprias metas aos propósitos dos Estados Unidos – em outras palavras, sem que fosse necessário diluir as fronteiras entre o privado e o público. Um e outro deveriam ser complementares, a fim de mutuamente se fortalecerem na procura da felicidade. O problema, segundo Stevenson, era que estava havendo um descompasso entre “a opulência privada e a miséria pública.” E isso se tornava especialmente danoso em uma época em que o mundo precisava de um bom exemplo a ser seguido de garantia das liberdades fundamentais do indivíduo em ambas as esferas.

[...] A face que nós apresentamos para o mundo – especialmente através de nossa mídia de circulação de massa – é a face do indivíduo ou da família como uma unidade de alto consumo com responsabilidades sociais mínimas – pai alegremente bebendo sua cerveja favorita, mãe distraidamente acariciando macias peças de roupa recém-enxaguadas em um novo sabão em pó maravilhoso, as crianças alegremente pedindo da churrasqueira um famoso molho para sua carne.

Não há dúvidas de que as pessoas do mundo inteiro querem e pretendem ter mais disso. Mas isso não é tudo o que querem, e elas têm que procurar muito para encontrar a imagem de equilíbrio dos propósitos mais amplos da América e saber que alto consumo privado não é nosso último objetivo de vida, nem nossa resposta para todos os males e desordens do homem em uma época de extraordinária mudança social. Pois todas essas boas ‘coisas’ não resolvem os problemas de decadência urbana e congestionamento. Atrás da brilhante criança no anúncio espreita o delinquente juvenil na favela. Nem o alto consumo garante às crianças da América os professores ou as escolas que deveriam ser seu direito de nascimento. Ele não faz nada para acabar com a vergonha da discriminação racial. Não faz nada para conter o exorbitante custo de manutenção da saúde, nem conserva as preciosas reservas de terra e água e deserto da nação.¹⁰⁴

¹⁰⁴ “[...] The face which we present to the world – especially through our mass circulation media – is the face of the individual or the family as a high consumption unit with minimal social responsibilities – father happily drinking his favorite beer, mother dreamily fondling oft garments newly rinsed in a wonderful new detergent, the children gaily calling from the barbecue pit for a famous sauce for their steak.

No doubt many of the world’s peoples want and mean to get more of this. But it is not *all* they want, and they have to look hard to find the balancing picture of America’s wider purposes and to learn that high private consumption is not our ultimate aim of life, nor our answer to all man’s evils and disorders in a time of breathtaking social change. For all these good “things” do not solve the problems of urban decay and congestion. Behind the shining child in the advertisement lurks the juvenile delinquent in the slum. Nor does high consumption guarantee to America’s children the teachers or the schools that should be their birthright. It does nothing to end the shame of racial discrimination. It does not counter the exorbitant cost of maintaining health,

E questiona: “Com o supermercado como nosso templo e o comercial como nossa ladainha, nós estamos prontos para contagiar o mundo com uma visão irresistível dos exaltados propósitos e inspirador estilo de vida da América?”¹⁰⁵

Billy Graham também apontava o consumo de massas como uma das causas da suposta perda de vigor dos ideais que nortearam a fundação dos Estados Unidos e, mais do que MacLeish e Stevenson, coloca no indivíduo a responsabilidade pela recuperação da força daqueles ideais. Mais do que os pais fundadores e os desbravadores da fronteira (outro elemento do imaginário americano evocado com frequência), cada indivíduo que fazia parte da sociedade americana tinha à sua frente grandes desafios a superar.

Uma contradição, no entanto, subjaz às análises: o indivíduo é, ao mesmo tempo, a causa e a solução para a situação de conformismo e falta de interesse pelas questões maiores que dizem respeito aos desafios enfrentados pelos Estados Unidos. O desafio era encontrar um equilíbrio entre os anseios individuais e os imperativos para a manutenção da comunidade. O espírito comunitário não deveria excluir os objetivos de cada indivíduo. Cada um, em seu dia-a-dia, deveria procurar a excelência no exercício de suas atividades para fortalecer a nação americana de modo a garantir que ela atingisse objetivos cada vez maiores e mantivesse a posição de destaque que os Estados Unidos tinham no mundo. Desse modo, contribuiriam também para o fortalecimento do país na luta contra a ameaça à restrição da liberdade imposta pelo regime soviético e também para “tornar o mundo salvo para a democracia”.

Liberdade, democracia e igualdade seriam, então, os elementos norteadores da missão – ou propósito – dos Estados Unidos no mundo. Não eram ideias novas, é verdade, mas ainda mais importantes diante do tamanho das responsabilidades e dos desafios impostos ao país na nova ordem internacional surgidas após 1945.

O “sonho americano” não se restringiria somente ao consumo dos diversos bens materiais disponíveis nos supermercados e lojas de departamento. Esse era um sonho que transcendia as questões materiais e dizia respeito à humanidade como um todo. Esse era um sonho que pertencia não somente aos Estados Unidos, mas a todo o planeta.

Porém, como disse Walter Lippmann, os Estados Unidos, apesar de seus problemas internos, poderia ser uma sociedade completa, mas o mundo ainda não o era. Os Estados

nor conserve the nation’s precious reserves of land and water and wilderness.” STEVENSON, Adlai. “Extend our vision...to all mankind”. In: *Life*, 30 de maio de 1960, vol. 48, n. 21. P. 94.

¹⁰⁵ “With the supermarket as our temple and the singing commercial as our litany, are we likely to fire the world with an irresistible vision of America’s exalted purposes and inspiring way of life?” STEVENSON, *idem*, p. 97.

Unidos, com todo o seu aparato político, econômico e militar, não deveriam poupar esforços para tornar o mundo livre da tirania – dessa vez, encarnada pelo comunismo soviético. Esta era uma função a ser exercida não somente pelo governo americano ou pelas principais lideranças políticas e intelectuais do país, mas por cada cidadão americano individualmente. Não era necessário abandonar seus sonhos de consumo das novidades automobilísticas, eletrodomésticos e roupas inspiradas no que vestiam os atores e as atrizes hollywoodianas. Nem mesmo era preciso deixar o lazer de lado; podiam continuar indo ao cinema e os jovens podiam continuar ouvindo o seu *rock'n'roll* (embora também houvesse críticas à cultura da era da televisão). Deveriam, porém, deixar o excesso de individualismo gerado pela moderna sociedade de consumo de lado e valorizar os grandes ideais que deram origem à nação americana.

O consumo exacerbado, e o individualismo dele decorrente, tornou os americanos mais preocupados consigo mesmos e com seu lazer, fazendo com que abandonassem os grandes ideais americanos. Não que as melhorias geradas pelo avanço tecnológico fossem algo absolutamente ruim. Elas eram importantes, uma vez que permitiram a melhoria das condições de vida de parcela significativa da sociedade americana e contribuíram significativamente para o crescimento da atividade econômica do país. Mas, ao mesmo tempo em que fortalecia os Estados Unidos, permitindo gerar cada vez mais recursos, geraram uma sensação de esvaziamento da missão americana – o que era considerado bastante prejudicial, principalmente em um momento em que a vantagem americana parecia em baixa na sua luta contra o comunismo. A tranquilidade manifesta especialmente pela classe média americana não condizia com os mares tempestuosos que os Estados Unidos deveriam atravessar para manter viva e estender a bandeira da liberdade a toda à humanidade.

Ao findarem os “anos dourados” da era Eisenhower, cabia aos americanos comuns, em seu dia-a-dia, em suas atividades cotidianas, reforçar os valores fundamentais da sociedade americana, a fim de tornar o país mais forte na sua cruzada contra a tirania comunista, que ameaçava a sobrevivência do sonho americano: sonho de progressos materiais e de liberdade que deveria ser estendido aos quatro cantos do planeta. O inimigo dava sinais de força; ameaçava e parecia estar à frente dos Estados Unidos em uma série de setores. Os Estados Unidos precisavam reagir e mostrar a sua força. E o momento para isso estava à sua frente: as eleições presidenciais de 1960 eram o momento crucial para unir os americanos em torno dessa missão e definir, de uma vez por todas, o que os Estados Unidos (e, por que não, o mundo) deveriam ser nos próximos anos – talvez até na próxima década.

Capítulo 3 – “O que fazer com Castro?”

“Em Cuba na semana passada o rápido e repentino clímax para contínuos 25 meses de rebelião expôs os Estados Unidos a um novo e valioso líder político vizinho, o barbudo soldado-erudito Fidel Castro, 32. Enquanto o ditador cubano Fulgencio Batista deixava o país, as prisões de abriram para expelir as vítimas de Batista e Castro se preparava para entrar na capital Havana em gritante triunfo. Ao depor o opressivo, corrupto e comercialmente ardiloso regime de Batista, Castro já demonstrou uma aguda posse de surpreendente perseverança. Os sonhos ambiciosos que Castro tem para o progresso de uma Cuba que está intimamente ligada aos Estados Unidos podem torná-lo um obstinado negociador internacional.”¹⁰⁶ Foi com essas palavras que, em 12 de janeiro de 1959, a revista *Life* anunciou a vitória da revolução liderada por Fidel Castro. Nos próximos meses, a Revolução Cubana e seus principais líderes, incluindo os irmãos Raúl e Fidel e Ernesto “Che” Guevara, tornar-se-iam o foco das atenções de *Time* e *Life*, através de manifestações ambíguas, que misturavam otimismo e apreensão quanto ao futuro da revolução.

Já nessas primeiras linhas temos noção do tom do que estava por vir. Em breve, no curto período de alguns meses, o otimismo e a esperança seriam postos de lado, restando apenas o imperativo de algo deveria ser feito, pelo bem do continente e, principalmente, dos Estados Unidos. Caso contrário, todo o hemisfério estaria, em questão de tempo, perdido para o poderoso inimigo representado pelo comunismo que, segundo as revistas, corria o risco de penetrar no continente através da pequena ilha do Caribe.

Da mesma forma que a China, o desdobramento dos acontecimentos em Cuba a partir da vitória da revolução em janeiro de 1959 despertou a atenção de Luce e da Time Inc. Embora não tenha sido possível ter acesso pleno ao conjunto da documentação produzida a respeito de Cuba pelo *staff* da Time Inc. ao longo desta pesquisa, sabemos que havia um interesse particular do próprio Luce a respeito da situação na ilha. Há registros da existência de correspondências entre Luce e personalidades como o presidente Dwight D. Eisenhower e o próprio C. D. Jackson sobre a situação cubana. No entanto, obtivemos acesso a parte da

¹⁰⁶ “In Cuba last week the swift and sudden climax to 25 continuous months of rebellion presented the U.S. with a new and noteworthy neighboring political leader, the bearded soldier-scholar Fidel Castro, 32. As Cuban dictator Fulgencio Batista fled the country, the jails opened to disgorge Batista's victims and Castro prepared to enter the capital of Havana in whooping triumph. In bringing down the oppressive, corrupt and commercially astute Batista regime, Castro had already demonstrated an acute grasp of astonishing perseverance. The ambitious dreams that Castro has for the progress of a Cuba that is closely tied to the U.S. may make him a stubborn international bargainer.” IN: *Life*, 12 de janeiro de 1959, vol. 46, n. 2. P. 10. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=XT8EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rvew=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 de junho de 2010.

documentação disponível *on-line* no site da John F. Kennedy Library e do fundo Allen W. Dulles na Universidade de Princeton, o que nos permitiu preencher algumas dessas lacunas e entrever algumas das posições do próprio Luce a respeito da Revolução Cubana e detectar de que forma seu posicionamento se refletiu na abordagem de suas revistas do processo revolucionário em Cuba¹⁰⁷.

3.1 – Fim da guerra: entre o otimismo e a apreensão ou Retratos de Fidel

Desde a entrevista realizada pelo repórter do *The New York Times*, Herbert L. Matthews, com Fidel Castro, em 1957, a Revolução Cubana se tornou alvo do interesse da imprensa americana. A partir de então, vários foram os jornalistas que se interessaram em obter algum tipo de contato com o líder rebelde, tratando com otimismo a luta contra a ditadura de Batista. Da mesma forma, a vitória da revolução foi saudada com entusiasmo por boa parte da imprensa estadunidense, que retratou a queda do ditador Fulgencio Batista como uma esperança de renovação e um exemplo para a América Latina. No entanto, em um cenário marcado pela Guerra Fria, em meio à euforia da vitória houve também vozes apreensivas, tanto na imprensa como no governo, quanto ao futuro de Cuba em meio ao furacão de mudanças que estavam por vir.

No que tange ao governo americano, optou-se pela adoção de uma linha moderada, buscando, com isso, tentar afastar Fidel Castro de sua posição nacionalista e aproximá-lo mais dos Estados Unidos. Nesse sentido, adotou duas medidas importantes: o afastamento de Earl T. Smith do cargo de embaixador em Cuba, devido a suas ligações com Batista, e o pronto reconhecimento no novo governo. Philip Bonsal, um diplomata com bagagem e experiência no que tange a América Latina, foi o escolhido para ocupar o lugar de Smith.

Assim como em relação à China, a cobertura feita pelas revistas aos acontecimentos em Cuba, a partir de janeiro de 1959, assumiu uma coloração política bastante forte, marcada pela defesa dos interesses americanos na Guerra Fria e do papel a ser exercido pelos Estados Unidos na criação de um mundo livre para a democracia. Diante disso, não surpreende a associação feita, num primeiro momento, entre os ideais defendidos pela Revolução Cubana e os elementos presentes no imaginário político americano, que identificam os Estados Unidos

¹⁰⁷ A documentação relacionada a Henry Robinson Luce e Clare Booth Luce disponibilizada pela John F. Kennedy Library pode ser obtida em: <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-031-019.aspx>. Já o material disponível no fundo Allen Dulles pode ser obtido através de <http://findingaids.princeton.edu/getEad?id=ark:/88435/st74cq497>, na coleção chamada “Allen W. Dulles: Digital Files Series, 1939-1977”.

como um país fundado sob as asas da liberdade e da igualdade, após seguidas lutas travadas contra um cruel opressor. Dessa forma, compreende-se o otimismo inicial manifesto pelas revistas após o triunfo dos “barbudos” revolucionários em Cuba. “Herói” era a principal palavra utilizada para se referir a Fidel Castro nos primeiros números de ambas as revistas após a vitória da revolução. Falava-se de seus feitos nas montanhas cubanas durante a luta contra a ditadura de Batista, das táticas e dos esforços realizados para vencê-la e da felicidade e entusiasmo manifestos pelos cubanos em cada uma das cidades por que passou após a vitória.

[...] descendo dos montes orientais onde forjou sua magna vitória, Castro empreendeu uma tumultuada marcha triunfal através de vilarejos e aldeias. Não chegava agora como guerreiro conquistador recebido com rivalidade senão como um simples patriota aclamado com delírio pelo povo que acabava de libertar.

Ao longo de todo o itinerário se reuniram multidões barulhentas de jubilosos cubanos, [...] que velaram às vezes até altas horas da noite para ver um instante o herói. E onde quer que aparecessem Castro e seus “barbudos” foram recebidos com vivas, aplausos e flores.¹⁰⁸

O triunfo dos guerrilheiros que haviam combatido na Sierra Maestra foi saudada por *Life en Español* na edição de 9 de fevereiro de 1959, com a matéria “Cuba y Castro celebran la caída del tirano”. Nesta reportagem, a revista analisa os fatos para o público latino-americano sobre a revolução vitoriosa, apresentando-lhe a composição do novo governo e quem eram os guerrilheiros, mostrando as táticas empregadas pela guerrilha contra Batista, além de fazer um balanço dos problemas que esperavam o novo governo e as suas disputas internas. A reportagem é acompanhada de um artigo do mesmo Hebert L. Matthews, do *New York Times*, que entrevista Fidel anos antes em meio à revolução, como forma de corroborar a posição da revista. No artigo reproduzido em *Life*, Matthews reforça seu entusiasmo com a vitória revolucionária e serve para corroborar a visão da revista sobre a queda de Fulgencio Batista.

Todavia, esse otimismo das revistas deve ser avaliado com bastante cautela. Ao mesmo tempo em que comemorava o fim da ditadura de Fulgencio Batista, havia várias ressalvas quanto aos rumos da nova Cuba. Já nos primeiros números de *Time* e *Life*, tanto em

¹⁰⁸ “[...] descendiendo de los montes orientales donde forjó su magna victoria, Castro emprendió una tumultuosa marcha triunfal a través de pueblos y aldeas. No llegaba ahora como guerrero conquistador recibido con pleitesía sino como un simple patriota aclamado con delirio por el pueblo que acababa de emancipar. A lo largo de toda la ruta se congregaron bulliciosas multitudes de jubilosos cubanos, [...] que velaron a veces hasta altas horas de la noche para ver un instante al héroe. Y dondequiera que aparecieron Castro y sus “barbudos” fueron recibidos con vítores, aplausos y flores.”IN: “Castro y Cuba celebran la caída del tirano”. *Life En Español*, 9 de fevereiro de 1959, vol. 13, n. 2. Pp. 10-22.

sua edição doméstica como em suas versões internacionais, a esperança de renovação do país era acompanhado de avaliações permeadas de dúvidas quanto ao caráter do novo governo e seus integrantes. Isso nos dá a principal característica da cobertura de *Time* e *Life* até maio de 1959: a ambigüidade. Num primeiro momento, a avaliação das revistas a respeito da nova situação instaurada em Cuba após a vitória da revolução foi marcada, ao mesmo tempo, pela expectativa de melhoras e transformação positiva da vida política da ilha, com o fim dos vícios e da corrupção que assolavam o país durante os anos em que Batista deteve o poder, e pela insegurança em relação às novas lideranças e pelo temor de que houvesse um distanciamento dos Estados Unidos, de modo a abrir as portas para a penetração do inimigo comunista na América Latina, introduzindo, de fato, a Guerra Fria no continente.

Ao contrário da edição latino-americana, *Life International* vê Fidel Castro e o movimento revolucionário como um todo com mais ressalvas. Se em *Life en Español* há uma preocupação em apresentar aos leitores os principais atores desse movimento, naquela edição a atenção recai sobre a execução dos opositores do novo regime e sobre a possível influência dos comunistas no novo governo. A matéria que divulgava a vitória da revolução em Cuba em *Life International* data de 16 de fevereiro de 1959. Apesar de reconhecer sua liderança e popularidade, Fidel Castro é retratado como uma figura bastante controversa, apresentado da seguinte maneira:

[...] Ele alega ser um moderado, mas tem energicamente defendido a execução em massa de seus inimigos. Ele não é um comunista, mas há simpatizantes comunistas e membros do partido entre seus assessores próximos. Ele alega ser amigo da América, mas sob a pressão de suas novas responsabilidades... ameaçou matar “200.000 gringos” se os EUA interferirem... A agitação política da Cuba pós-Batista promete ser uma situação difícil, explosiva e o mundo observa se Fidel Castro pode controlá-la.¹⁰⁹

A *Time*, por sua vez, concluía, em 12 de janeiro de 1959, que o grupo escolhido por Fidel para compor o governo da Cuba pós-Batista era bastante heterogêneo, onde se podia encontrar “talento para o difícil trabalho de governo ou apenas homens jovens raivosos com armas” e, uma vez que a escolha dos seus integrantes cabia a ele, o líder cubano ainda não havia deixado as suas intenções claras¹¹⁰. Seguindo a metodologia empregada pela revista de focar nos principais indivíduos envolvidos em cada acontecimento, das lideranças envolvidas no movimento revolucionário, Fidel Castro foi a que recebeu maior destaque pelas revistas, ao

¹⁰⁹ *Life International*, 16 de fevereiro de 1959, vol. 26, n. 3, p. 13.

¹¹⁰ “Cuba: End of a war”. IN: *Time*, 12 de janeiro de 1959, vol. 73, n. 2. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590112,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 1959.

lado de Ernesto “Che” Guevara e Raul Castro. Desde as primeiras reportagens produzidas por ambas a respeito do novo regime instituído em Cuba a partir de janeiro de 1959, nota-se uma atenção especial voltada ao acompanhamento das ações de Fidel no poder. Lia-se naquela mesma edição de *Time* do dia 12 de janeiro que “Castro sem dúvidas será a principal voz no país por algum tempo, e ele dá sinais de temperamento excêntrico”¹¹¹ – fala esta que era acompanhada, em seguida, pela declaração do líder cubano de que não pretendia assumir nenhum cargo no governo cubano. Postura semelhante pode ser inicialmente identificada em relação ao posicionamento de Castro em relação aos Estados Unidos, pois destacava-se, ainda na mesma edição da *Time*, que, se em 1953 Fidel clamava pela nacionalização de serviços públicos operantes em Cuba através das mãos norte-americanas, após sua vitória sua postura era outra, a de que Cuba e Estados Unidos deveriam manter relações amistosas. Imagem contrária era a que se transmitia de Raul Castro e “Che” Guevara, cujas credenciais apresentadas não eram nada convidativas para o leitor também engajado na luta contra o comunismo. Sobre Guevara, recordava-se seus dias de luta na Guatemala em favor do presidente Jacobo Arbenz. Já sobre Raul, afirmava-se que “igualou Batista terror por terror” e talvez fosse difícil para ele abaixar sua pistola, e, “uma vez delegado para um congresso estudantil atrás da Cortina de Ferro”, denunciava o imperialismo estadunidense (estando o termo imperialismo grifado pela revista entre aspas) e gostava de “atormentar” os Estados Unidos, como quando organizou o sequestro de cidadãos americanos ainda durante a luta contra Batista¹¹².

A ambiguidade com relação ao novo regime cubano era fortalecida na avaliação dos julgamentos dos apoiadores da ditadura de Fulgencio Batista. Várias foram as reportagens, tanto em *Life* como em *Time*, a respeito dos julgamentos promovidos em Cuba contra os que eram apontados como colaboradores do ditador deposto. No dia 26 de janeiro de 1959, por exemplo, foram publicadas em ambas as revistas matérias voltadas à cobertura desses julgamentos, compreendidos como um elemento de tensão nas relações entre Cuba e Estados Unidos¹¹³. Desde o momento da vitória, referências aos julgamentos eram frequentes, porém

¹¹¹ “Castro will doubtless be the biggest voice in the land for some time to come, and he gives signs of capricious temper.” *Time*, 12 de janeiro de 1959, *idem*.

¹¹² “[...] matched Batista terror for terror, may find it hard to lay his pistol down. A onetime delegate to a student congress behind the Iron Curtain, he denounces U.S. “imperialism”, likes to bait the U.S. (as when he seized 47 U.S. citizens as hostages last summer).” *Ibidem*.

¹¹³ “The killing in Cuba – and a moral issue”. *Life*, 26 de Janeiro de 1959, vol. 46, n. 4. pp. 22-23. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=dIQEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rvew=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 27 de junho de 2010. “The Vengeful Visionary”. *Time*, 26 de Janeiro de 1959, vol. 73, n. 4. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590126,00.html>. Acesso em 13 de junho de 2009.

algo possível de ser compreendido, dadas as atrocidades cometidas durante a ditadura de Fulgencio Batista. Isso não aliviava, porém, as duras críticas dirigidas a esses eventos. Na edição de 2 de fevereiro de *Life*, descrevia-se o julgamento do capitão Jesús Sosa Blanco, membro do exército cubano durante a ditadura de Batista, como um circo romano. Ao mesmo tempo, transmitia-se a imagem de Cuba como um país que se encaminhava em direção ao caos, na medida em que haveria claros sinais de que os comunistas avançavam, conquistando espaços nos sindicatos de trabalhadores cubanos, e o desemprego era uma realidade para vários habitantes da ilha. A opinião era a de que havia uma indefinição quanto os rumos da revolução e o programa do novo governo. Mantinha-se a mesma linha de ambiguidade em relação a Fidel Castro, fazendo-lhe votos de boa sorte e exigindo da parte dele clareza quanto aos seus propósitos para Cuba e ações para recolocar o país nos eixos.

A campanha de Castro morro acima contra uma ditadura corrupta teve os bons votos daqueles que amam a liberdade em todo lugar. Todos os simpatizantes estão agora esperando que ele trabalhará com afinco e dar sentido a essa nova Cuba.¹¹⁴

Aliás, os julgamentos e os números de mortos decorrentes de tal procedimento foram continuamente acompanhados de perto pelas revistas ao longo do período aqui investigado, e, o que antes era apenas algo a ser reparado, tornou-se, posteriormente, mais um argumento contra o regime de Fidel Castro.

No entanto, nenhum outro elemento era considerado mais ameaçador do que o antiamericanismo expresso nas falas de Fidel Castro e personalidades como seu irmão Raul Castro e do argentino Ernesto “Che” Guevara. Como vimos no primeiro capítulo, o antiamericanismo se tornou uma preocupação dos formuladores da política externa americana após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, dado o cenário da Guerra Fria, poderia ser utilizado como instrumento de propaganda pela União Soviética. Ainda assombrava a lembrança das violentas demonstrações antiamericanas manifestas durante a viagem do vice-presidente Richard Nixon à Venezuela, em 1958. Além disso, o antiamericanismo era um componente comum em Cuba mesmo antes da revolução, dada a tamanha promiscuidade

¹¹⁴ “Castro's uphill campaign against a corrupt dictatorship has had the good wishes of those who love freedom everywhere. His well-wishers are now hoping that he will knuckle down to work and make sense out of this new free Cuba.” “Castro’s Roman Circus for his public” IN: *Life*, 2 de fevereiro de 1959, vol. vol. 46, n. 5. Pp. 19-25. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=NUgEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rview=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 28 de junho de 2010.

entre os interesses americanos e da elite cubana. As próprias revistas inicialmente apresentariam suas críticas ao novo governo cubano com bastante cautela. A maneira mesmo com que a *Life En Español* saudava a revolução pode ser vista como um meio de agradar o público latino-americano, uma vez reconhecida a popularidade de Fidel Castro e da Revolução Cubana na América Latina.

Por trás dessa preocupação com as declarações antiamericanas por parte de Fidel Castro havia o temor de que esse antiamericanismo representasse uma atitude pró-comunista. Porém, em um primeiro momento, a motivação do discurso antiamericano não era atribuída diretamente ao próprio Fidel Castro, mas a membros do Movimento 26 de Julho que formavam o principal núcleo de colaboradores ao lado do líder cubano. Ao mesmo tempo, previa-se, desde os primeiros números das revistas a respeito da vitória revolucionária na ilha, a possibilidade de ocorrerem tensões graves entre Cuba e os Estados Unidos, exatamente em função do discurso antiamericanista, constantemente confundido com uma atitude em favor da União Soviética.

[...] importantes forças em seu grupo de seguidores tornaram-se violentamente anti-yanqui, pensam em expulsar interesses comerciais americanos de Cuba e abertamente inclinam-se à esquerda. A agitação política da Cuba pós-Batista não será fácil, para Cuba, ou, presumivelmente, para os Estados Unidos.¹¹⁵

Raul Castro e Ernesto “Che” Guevara eram os quadros do novo governo cubano que mais preocupavam o governo norte-americano e também as publicações da Time Inc.. Se, até então, as revistas eram benevolentes com Fidel Castro, o mesmo não pode ser dito a respeito do retrato feito por elas dos dois personagens. Enquanto em relação a Fidel prevalecia a ambiguidade, Che e Raul receberam denominações mais diretas. Em sua primeira reportagem sobre Cuba após a vitória revolucionária, a *Time*, ao falar sobre a queda do ditador Batista e a tomada das principais cidades cubanas pelos exércitos revolucionários, menciona a execução de apoiadores de Batista pelo “impiedoso e amante do comunismo Che Guevara”¹¹⁶.

¹¹⁵ “[...] important forces in his following group have turned violently anti-yanqui, think of expelling U.S. business concerns from Cuba and openly lean to the Left. The political shaking of post-Batista Cuba will not be easy, for Cuba, or, presumably, for the U.S.” IN: “Dynamic boss takes over a U.S. neighbor”, *Life*, 12 de janeiro de 1959, vol. 46, n. 2. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=XT8EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rview=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 de junho de 2010. P. 11.

¹¹⁶ “[...] In Las Villas, ruthless, Red-loving Che Guevara executed the last Batista holdouts.” IN: “Cuba: End of a war”. *Time*, 12 de janeiro de 1959, vol. 73, n. 2. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590112,00.html>. Acesso em: 10 de agosto de 2009.

Em relação a Fidel Castro, como foi dito, prevalecia a ambivalência. De “comportamento inquieto”, Fidel ainda permanecia uma incógnita, recorrendo-se a vários dos estereótipos sobre os latino-americanos trabalhados por Ferez:

O próprio Fidel Castro é egoísta, impulsivo, imaturo e desorganizado. Um romântico encantador, ele pode falar espontaneamente por mais de cinco horas sem esforço. Ele odeia mesas – atrás das quais ele talvez tenha que sentar para governar Cuba. Ele dorme irregularmente ou esquece de dormir, vivendo em euforia. Ele tem sempre se atrasado para tudo, seja para conduzir uma patrulha de combate ou discursar na semana passada para o Rotary Club de Havana, onde uma audiência de alta condecoração esperou 4 $\frac{3}{4}$ horas por sua chegada. Furiosamente, ele criticou a ajuda militar americana para Batista, mas fez uma ligação amigável a 1 hora da manhã para o embaixador britânico, que vendeu tanques e aviões para Batista por aproximadamente um ano depois dos Estados Unidos pararem.

Castro possui o temperamento moralista cubano em espadas, mostrando nenhuma afeição por dinheiro ou vida mansa. Ele se considera um católico romano mas também é impressionado pelos tomos anticlericais do patriota José Martí. Ele tem que ser persuadido para mudar sua jaqueta militar imunda. Seu único luxo são charutos Montecristo de 50¢.

Ele é cheio de esperanças crescentes, vagamente esquerdistas para o futuro de Cuba mas não possui um programa claro. Outros líderes latino-americanos confiam em suas declarações democráticas, esperam que suas falhas não resultarão em desordem e outra ditadura.

[...] Castro tem confiança, coragem física, perspicácia, generosidade e sorte – qualidades que um dia plantarão uma estátua sua em alguma praça de Havana. Ele ganhou sua longa guerra não pela luta mas por elevar-se em sublime auto-confiança na mais alta cadeia de montanhas em Cuba por mais de dois anos, provando que Batista podia ser desprezado. Ele se tornou o símbolo de seu país rebelde, pôs facções rebeldes juntas e as inspirou a enfrentar um exército moderno.¹¹⁷

¹¹⁷ “Fidel Castro himself is egotistic, impulsive, immature, disorganized. A spellbinding romantic, he can talk spontaneously for as much as five hours without strain. He hates desks—behind which he may have to sit to run Cuba. He sleeps irregularly or forgets to sleep, living on euphoria. He has always been late for everything, whether leading a combat patrol or speaking last week to the Havana Rotary Club, where a blue-ribbon audience waited 4 $\frac{3}{4}$ hours for his arrival. Wildly, he blasted U.S. arms aid to Batista, but he paid a friendly call at 1 a.m. on the ambassador from Britain, which sold tanks and planes to Batista for nearly a year after the U.S. had stopped.

Castro has the Cuban moralistic streak in spades, showing no apparent affection for money or soft living. He considers himself a Roman Catholic but is also impressed by Patriot José Martí's anticlerical tomes. He has to be cajoled into changing his filthy fatigue jacket. His only luxury is 50¢ Montecristo cigars.

He is full of soaring, vaguely leftist hopes for Cuba's future but has no clear program. Other Latin American leaders trust his democratic professions, hope that his shortcomings will not bring on disorder and another dictatorship.

Symbol on a Hill. Castro has confidence, physical courage, shrewdness, generosity and luck—qualities that will one day plant his statue in some Havana plaza. He won his long war not by fighting but by perching in sublime self-confidence on the highest mountain range in Cuba for more than two years, proving that Batista could be flouted. He became the symbol of his rebellious country, pulled quarreling rebel factions together and inspired them to face down a modern army. “IN: “The Vengeful Visionary”. *Time*, 26 de janeiro de 1959, vol. 73, n. 4. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590126,00.html>. Acesso em 13 de junho de 2009.

Era esta a forma a que normalmente se recorria para retratar o líder cubano pelas revistas. A leitura da reportagem da *Time* sobre Cuba do dia 2 de fevereiro de 1959 transmite novamente ao leitor aquela mesma imagem de bagunça, falta de ordem e euforia. As dificuldades de organização e administração do novo regime são diretamente relacionadas a Castro.

[...] A irritação crescia na medida em que os métodos independentes de Castro vieram a público. “O que você pode fazer com um homem que nega responsabilidade e na verdade tem tudo isso?”, reclamou um membro do gabinete. “Eu nem posso ter uma entrevista particular com ele. Logo ele estará ralmente comandando esse governo ou não comandará nada. Privadamente, o primeiro ministro José Miró Cardona submeteu sua renúncia, exigindo que Castro se junte ao gabinete ou pare de ditar o espetáculo. [...]”¹¹⁸

E, no dia 2 de março, a mesma revista avaliava a primeira semana de Fidel no cargo de primeiro-ministro, afirmando que pouca diferença havia entre o primeiro-ministro Fidel Castro e o Fidel Castro “rebelde e desorganizado”, uma vez que os julgamentos continuavam e permanecia criticando abertamente os Estados Unidos. O retrato feito pela revista do ambiente de trabalho de Fidel ajudava a reforçar essa imagem de desorganização:

[...] Ele se mudou da confusão de sua suíte no Havana Hilton para a confusão de um chalé de estuco chamado High Ranch, em uma colina a leste de Havana. Cena típica uma madrugada na sala de estar: uma escritora viajante adormecida em um sofá, guimbas de charutos no chão, um candelabro desligado. Do lado de fora, em uma varanda, um padre de batina sentava lendo quadrinhos.¹¹⁹

¹¹⁸ “[...]Irritation grew as Castro’s freewheeling ways came into the open. “What can you do with a man who disclaims responsibility and actually has all of it?” demanded a Cabinet member. “I can’t even have a private interview with him. Pretty soon he’s going to be really running this government or not running it at all. Privately, Prime Minister Jose Miró Cardona submitted his resignation, demanding that Castro join the Cabinet or stop dictating the show. [...]” IN: “The Scolding Hero”. *Time*, 2 de fevereiro de 1959, vol. 73, n. 5. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590202,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

¹¹⁹ “[...] Fidel Castro, the Prime Minister, was little different from Fidel Castro, the talkative, disorganized rebel. He moved out of the confusion of his Havana Hilton suite and into the confusion of a stucco chalet named High Ranch, on a hill east of Havana. Typical scene one noon in the living room: a woman travel writer asleep on a couch, cigars butt on the floor, a disconnected chandelier. Outside on a porch a cassocked priest sat reading the funny papers.” IN: “P. M.’s first week”. *Time*, 2 de março de 1959, vol. 73, n. 9. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590302,00.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2010.

Ao falar sobre a ausência de Castro de Cuba, em função de uma viagem realizada à Venezuela, concluía-se a mesma reportagem afirmando: “No Havana Hilton, 23 andar vazio, os elevadores e mesas telefônicas começaram a funcionar tranquilamente de novo.”¹²⁰

Da mesma forma se posicionava o governo americano, que, ao mesmo tempo em que se preocupava com a liberdade concedida aos comunistas pelo 26 de Julho e com as falas antiamericanas de Fidel Castro e seu comportamento “excêntrico”, acreditava ser possível estabelecer relações amistosas com o novo governo de Cuba.

Como se pode observar no trecho acima, observa-se uma personificação da revolução na figura de Fidel Castro. Já mesmo em janeiro de 1959, a revista *Time* refere-se ao chamado “fidelismo” para falar não apenas do apoio e da admiração popular a Fidel, mas também do seu poder para mobilizar as massas para conquistar sua adesão às ações promovidas pelo governo revolucionário cubano. Referindo-se ao papel do exército na revolução em Cuba, na reportagem de 26 de janeiro de 1959 da *Time* lê-se que, diante da supressão do exército após a queda de Batista, “a única força permitida em Cuba é o fidelismo, uma adesão a qualquer esquema que estoure na cabeça do herói.”¹²¹ E conclui mais adiante: “[...] Castro liderou uma revolução contra um governo pessoal e pela restauração do estado de direito; desde a sua vitória, ele tem construído um governo baseado em grande parte em sua personalidade, enquanto seus homens violavam a lei básica de seu país. [...]”¹²². Tal preocupação também se manifestou na edição de 23 de fevereiro da mesma revista, onde afirmava-se que a renúncia do primeiro-ministro José Miró Cardona e seu gabinete o deixava a um passo da presidência, havendo fortes indícios, segundo *Time*, de que, em breve, Castro ocuparia a presidência de Cuba¹²³.

A proximidade de Fidel Castro à esquerda e a liberdade conquistada pelos comunistas para atuar em Cuba após a revolução tornavam o fortalecimento do poder de Fidel algo ainda mais preocupante do ponto de vista das revistas, uma vez que, somados ao “caos” econômico existente na ilha e às execuções, contribuíam para tornar Fidel Castro e seu antiamericanismo algo ainda mais perigoso, como pode se depreender da edição de 16 de fevereiro de 1959 da

¹²⁰ “[...]“At the Havana Hilton, floor 23 emptied, the elevators and switchboards began running smoothly again. For a few hours was peace in Cuba.” *Idem*.

¹²¹ “[...] The only force left in Cuba is fidelismo, an adherence to whatever scheme pops into the hero’s mind.” IN: “The Vengeful Visionary”. *Time*, 26 de janeiro de 1959, vol. 73, n. 4. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590126,00.html>. Acesso em 13 de junho de 2009.

¹²² “[...] Castro led a revolution against personal government and for restoring a rule of law; since the date of his victory, he has built a government based largely on his personality, while his men have violated his country’s basic law. [...]”. *Ibidem*.

¹²³ “Castro takes over”. IN: *Time*, 23 de fevereiro de 1959, vol. 73, n. 8. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590223,00.html>. Acesso em 25 de janeiro 2010.

Time. Neste número, a revista chamava a atenção para a divisão no seio do alto escalão do governo cubano, representada, de um lado, por “uma dupla de moderados responsáveis”, ou seja, o presidente Manuel Urrutia e o primeiro-ministro José Miró Cardona e, do outro lado, por Fidel Castro, que se movia “descoordenadamente em direção a um programa social nacionalista e esquerdista”¹²⁴. Além disso, destacava-se as promessas de redistribuição das terras cubanas que Fidel fazia aos camponeses, o que incluiria a divisão de propriedades improdutivas sob a posse de empresas norte-americanas operantes em Cuba.

No entanto, as ressalvas demonstradas em relação aos diversos aspectos do novo governo cubano eram contrabalançadas pela esperança de que, dado o peso da influência estadunidense na vida econômica da ilha, marcada pela dependência econômica da mesma em relação aos Estados Unidos, Cuba não correria o risco de se afastar da órbita de influência norte-americana. Ambas as esferas – governo e Time Inc. – apostavam nesse elemento como fator de equilíbrio nas relações entre a Cuba revolucionária e os Estados Unidos, bem como na presença de elementos considerados “moderados” no grupo que compunha o governo provisório instaurado após a queda de Batista.

Se esses homens tiverem seu caminho, eles não prejudicarão a economia baseada no açúcar de Cuba com uma drástica reforma agrária. Eles manterão o lugar favorável para os investidores americanos, cujos \$800 milhões em investimentos em Cuba incluem amplas plantações produzindo 40% do açúcar. Em troca, Cuba manterá sua grande, garantida parte do mercado americano de açúcar. Uma dúzia de indústrias americanas em Cuba, incluindo Firestone, Du Pont, Reynolds, Phelps Dodge e Remington Rand, finalizaram fábricas no ano passado, e outras grandes empresas estão indo em frente com planos de construção.

Os comunistas, fortes na nova organização trabalhista mas fracos em outros lugares, tentarão provocar ódios antiamericanos. Che Guevara, um franco pró-comunista, dará ao comunismo toda a ajuda que puder no novo exército. Um jornalista de orientação comunista, Carlos Franqui, está em um lugar poderoso como editor do jornal rebelde oficial, *Revolución*. Mas os cubanos conhecem os Estados Unidos muito bem para engolir os usuais comunistas mentirosos. Qualquer partido que vença eleições livres em Cuba estará sem dúvidas no campo ocidental.¹²⁵

¹²⁴ “Separate Roads” IN: *Time*, 16 de fevereiro de 1959, vol. 73, n. 7. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590216,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

¹²⁵ “If these men have their way, they will not cripple Cuba's sugar-based economy by drastic agrarian reform. They will keep the climate warm for U.S. investors, whose \$800 million stake in Cuba includes huge plantations producing 40% of the sugar. In turn, Cuba will keep its big, guaranteed share of the U.S. sugar market. A dozen U.S. industries in Cuba, including Firestone, Du Pont, Reynolds, Phelps Dodge and Remington Rand, finished plants last year, and other big firms are going ahead with building plans.

Communists, strong in the new labor organization but weak elsewhere, will try to stir anti-U.S. hatreds. Che Guevara, a frank proCommunist, will give Communism all the help he can in the new army. A Communist-lining journalist, Carlos Franqui, is in a powerful spot as editor of the official rebel newspaper, *Revolución*. But Cubans know the U.S. too well to swallow the usual Communist whoppers. Any party that wins free elections in Cuba will doubtless be in the Western camp.” IN: “The Vengeful Visionary”. *Ibidem*.

A benevolência na cobertura sobre o que se passava em Cuba não tardaria a terminar e toda ambigüidade logo se esfacelaria. Dada a defesa de Luce dos ideais americanos e do papel dos Estados Unidos como farol da humanidade, pode-se afirmar que as revistas adotavam os Estados Unidos como parâmetro para julgar os desdobramentos da revolução em Cuba. Assim, buscava-se na Cuba revolucionária elementos que se aproximassem àqueles presentes nos Estados Unidos e os tornavam o padrão de comportamento e moralidade. Como vimos, para Luce, os Estados Unidos estavam associados à democracia e à liberdade e tinham a missão de defender esses princípios na sua política externa, sendo o país que mais contribuía para a causa democrática:

Os Estados Unidos são mais responsáveis por tudo isso do que qualquer nação. Não apenas estabelecemos um exemplo de democracia bem sucedida; nós lutamos em três guerras desde 1917 para “fazer o mundo livre para a democracia”. Nos passados 15 anos nós também gastamos mais de \$75 milhões para fortalecer a democracia em vários países ou para proteger sua chance para alcançar um tipo de democracia um tanto mais genuíno do que a de Khrushchev.¹²⁶

Das páginas das próprias revistas analisadas é possível depreender que a realização de eleições regulares e a existência de uma imprensa livre de controle ou censura eram considerados os componentes básicos que comprovariam a existência e o exercício da democracia em um país. As diversas reportagens da *Life* exaltando as eleições presidenciais americanas de 1960 e a defesa da liberdade de imprensa expressa em editoriais e em falas do próprio Luce atestam isso. Nesse sentido, as críticas às execuções dos seguidores de Batista eram cada vez mais acompanhadas de ataques aos fatores que acreditava-se ameaçar a restauração da democracia na ilha. Nesse quesito, a não realização de eleições era algo que incomodava particularmente às revistas, assim como as supostas restrições à liberdade de imprensa.

Dessa forma, no dia 9 de março de 1959, é feita por *Time* uma associação direta entre a concentração de poder por Fidel Castro e a demora na realização de eleições, de onde se

¹²⁶ “The United States is more responsible for all this than any nation. Not only have we set an example of successful democracy; we have fought in three wars since 1917 to “make the world safe for democracy”. In the past 15 years we have also spent more than \$75 billion to strengthen democracy in various countries or to protect their chance to achieve a brand of democracy somewhat more genuine than Khrushchev’s.” IN: Democracy: How it fates in the world today”. *Life*, 18 de janeiro de 1960, vol. 48, n. 2. P. 78. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=OIUEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=twopage&q&f=true>. Acesso em 29 de janeiro de 2011.

conclui ser esta uma manobra utilizada por Fidel para deter o poder absoluto na ilha. “Tornando-se cada vez mais acostumado a tomar todas as decisões, Castro confirmou que nenhuma eleição seria realizada em menos de dois anos. [...]”, afirmava.¹²⁷ Diante da demora cubana, a comparação com outros países latino-americanos que também haviam passado por revoluções para depor ditadores tornavam-se frequentes. Desse modo, nessa mesma edição recordava-se que a Venezuela e a Colômbia realizaram seus pleitos presidenciais em menos tempo do que o prazo estabelecido pelo governo cubano. A ausência de eleições, somada, mais uma vez, aos julgamentos e às execuções dos apoiadores de Fulgencio Batista, servia, então, para corroborar o argumento dos periódicos de que Cuba estava se encaminhando para uma ditadura de novo tipo, tendo Fidel Castro como seu líder.

As críticas ao governo de Cuba foram reforçadas na avaliação da *Time* sobre os primeiros cem dias do novo regime cubano. Embora reconhecesse alguns avanços promovidos pelo governo cubano – como no combate à corrupção e à prostituição –, dirige diversas críticas às reformas até então realizadas, apontando para as consequências decorrentes da perda de apoio da revolução entre membros das classes média e alta de Cuba, para a demora na restauração dos elementos que julgava-se indicadores da democracia (Congresso, eleições, etc.) e para a liberdade que possuíam os comunistas para operar em Cuba, inclusive no próprio governo do país¹²⁸.

3.2 – “Confisco!”: Time Inc. contra a Lei de Reforma Agrária

Somente após a promulgação da lei de reforma agrária pelo governo cubano, em maio de 1959, que o tom das reportagens sobre Cuba nas páginas de *Time* e *Life* tornou-se mais virulento. A referida lei era um dos principais pontos estabelecidos por Fidel Castro em “A História me absolverá” e começou a ser implementada na Serra Maestra ainda durante a guerra contra Batista. Estabelecia como limite máximo à propriedade de terras a medida de 300 *caballerías* (correspondentes a 400 hectares), podendo em alguns casos ser estendido para 100 *caballerías*, prevendo o pagamento de indenização aos proprietários atingidos. Sua implementação representou umas das transformações mais radicais promovidas pela revolução, ao modificar uma estrutura social e econômica longamente estabelecida em Cuba.

¹²⁷ “Becoming more and more accustomed to making all the decisions, Castro confirmed that no elections would be held at least two years from now. [...]”. “Bullets! Ballots?” IN: *Time*, 9 de fevereiro de 1959, vol. 73, n. 10. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590309,00.html>. Acesso em 25 de outubro de 2010.

¹²⁸ “Cuba: The first 100 days”. *Time*, 20 de abril de 1959, vol. 73, n. 16. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590420,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

De acordo com dados fornecidos por Juan Valdés Paz, antes da implementação da lei de reforma agrária da revolução, a estrutura fundiária cubana caracterizava-se pela concentração de 57% das terras nas mãos de apenas 3% dos proprietários, ao passo que 78,5% (correspondentes a um total de 126 mil habitantes com menos de 5 hectares de terra) detinham 15% das terras¹²⁹. Como salienta Carlos Alberto Barão, a nova lei representava, de fato, um importante passo na transformação estrutural de Cuba, ao alterar a correlação de forças sociais e abrir a possibilidade de constituição de um mercado interno mais fortalecido, além de permitir o avanço industrial do país.¹³⁰ Pode-se complementar essa afirmação com a colocação de Arboleya de que a Lei de Reforma Agrária também foi um marco significativo em um sentido mais amplo, ao tornar mais explícito o caráter antineocolonial da Revolução Cubana, na medida em que deu maior clareza aos conflitos entre a Cuba revolucionária e os Estados Unidos. A lei atingiu diretamente os interesses de empresas norte-americanas, como a Atlantica del Golfo, a Cuban-American Sugar Co. e a United Fruit Co., com participação na exploração de açúcar cubano.¹³¹

“Confisco!” era o título da reportagem da *Time* de 01 de junho de 1959, em que se noticiava o programa de reforma agrária – o que não surpreende, dada a cada vez mais explícita posição contrária das revistas da Time Inc. aos rumos tomados pelo governo revolucionário cubano. A partir de então, o que se tem é uma série de reportagens cujo teor sugere o avanço de uma ditadura que se instalava em Cuba sob a direção de Fidel Castro em associação com os comunistas. Na verdade, a lei de reforma agrária veio para dar ainda mais sustentação ao argumento das revistas de que a Revolução Cubana havia se afastado do propósito original de defender a liberdade e a democracia, transformando-se de forma cada vez mais clara em uma ditadura comunista – algo que já vinha se delineando desde os primeiros meses e que foi se fortalecendo na medida em que Fidel Castro mostrava-se indisposto a afastar os comunistas da participação no governo cubano, permanecia direcionando críticas vorazes aos Estados Unidos e reafirmava a posição neutralista de Cuba na Guerra Fria.

Nessa primeira reportagem sobre a reforma agrária cubana, a revista não se posicionou explicitamente contra a medida implementada por Cuba, mas alguns elementos tornam possível notar a indisposição de ambas as revistas com a medida. Além do próprio título da

¹²⁹ PAZ, Juan Valdés. “A Revolução Agrária Cubana: conquistas e desafios”. IN: *Estudos Avançados*, vol. 25, n. 72. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a07v25n72.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

¹³⁰ BARÃO, Carlos Alberto. *O debate econômico em Cuba nos anos 60: uma etapa do processo revolucionário*. Niterói: UFF, 2005. Tese de doutorado. P. 78.

¹³¹ ARBOLEYA, *op. Cit.*, p.182.

reportagem, outros foram os métodos utilizados para transmitir a opinião da revista sobre a lei de reforma agrária. Sua oposição a ela foi demonstrada através da comparação do modelo de reforma agrária feita em Cuba com aquele implementado em outros países latino-americanos, onde a revista apresenta um ponto de vista que se distancia em muito com o que comumente se define como reforma agrária. Segundo a interpretação da Time Inc. expressa, sobretudo, através da *Time*, reforma agrária não corresponderia exatamente à redistribuição de terras que colocaria um fim aos latifúndios. De acordo com a análise presente nas páginas da revista, chegava-se à conclusão de que repartir a terra em pequenos lotes e entregá-la a pequenos produtores não era o caminho mais saudável, pois, segundo a análise de *Time*, essa ação resultava na queda da produtividade. Portanto, combater os latifundiários não seria o caminho correto. Grande exemplo disso seria a redistribuição de terras implementada no México a partir da revolução de 1910. Na avaliação da revista, o efeito da implementação de um modelo de reforma agrária pautado na distribuição da terra entre os pequenos produtores teria um efeito bastante negativo para a economia cubana, pois teria como resultado o afastamento dos investidores americanos de Cuba e, na medida em que a Time Inc. sempre associava a presença estadunidense no mundo a resultados positivos, isso colocaria em risco a prosperidade da ilha. Desse modo, o mais correto seria uma reforma agrária de outro tipo, baseada no incentivo aos grandes produtores através da facilitação do acesso ao maquinário necessário ao aumento da produção.

Fragmentar a terra em pequenas propriedades choca-se diretamente com a tendência à agricultura eficiente em grande escala com maquinaria. Essencial para o cultivo moderno de grãos, o cultivo em grande escala é também útil em relação ao açúcar; Porto Rico tentou e abandonou um limite de 500 acres para fazendas de açúcar. Ao tornar sua reforma agrária contra a grandeza ao invés da ineficiência, Castro talvez espante todo capital americano e por meio disso diminua o crescimento de Cuba em direção a uma economia diversificada. Como México e Porto Rico provaram, diversificação fornece novos empregos e leva a maior parte do fogo para longe da questão da reforma agrária. Apenas 55% dos cidadãos do México vivem agora às custas da terra (comparado a 80% em 1930). Os mais prósperos fazendeiros mexicanos são os grandes, que encontraram meios de contornar o parcelamento da reforma agrária. [...]¹³²

¹³² “Fragmenting land into small holdings clashes head on with the trend toward efficient, big-scale farming with machinery. Essential for modern grain cultivation, big-scale farming is also useful in sugar; Puerto Rico tried and let die a 500-acre limit on sugar farms. By turning his agrarian reform against bigness rather than inefficiency, Castro may well scare off all U.S. capital and thereby slow Cuba’s growth toward a diversified economy. As Mexico and Puerto Rico have proved, diversification provides new jobs and takes most of the fire away from the land-reform issue. Only 55% of Mexico’s citizens now live off the land (compared to 80% in 1930). The most prosperous Mexican farmers are the big ones, who have found ways of getting around land reform’s parcelization. [...]” “The Americas: The long, sad history of land reform”. IN: *Time*, 1 de junho de

Em suma, defendia-se apenas o aprimoramento técnico, em detrimento da distribuição da riqueza que poderia ser decorrente da distribuição fundiária em sentido mais amplo, de modo a atender às demandas de milhares de camponeses sem emprego. Contribuía, assim, para a manutenção do *statu quo* latino-americano, através da formação de uma opinião pública contrária a alterações significativas nas estruturas sociais latino-americanas – o que favoreceria, por sua vez, a permanência da hegemonia dos Estados Unidos no continente –, ao mesmo tempo em que explicitava sua defesa dos interesses das grandes empresas norte-americanas ameaçadas pela nova lei implementada por Castro – algumas das quais figuravam como grandes anunciantes nas páginas das publicações da Time Inc., como a United Fruit Company.

Temos também aqui um outro fator bastante recorrente nas análises das revistas a respeito da situação cubana. A positividade da presença americana era um ponto bastante destacado, algo que também era partilhado pelos *policymakers* responsáveis pela formulação da política externa americana. Afirma McPherson que os oficiais americanos, assim como as publicações da Time Inc., acreditavam que a posse dos meios de produção cubanos por proprietários americanos era algo efetivamente bom para a ilha. Em consequência, a reversão desse quadro pelos rebeldes era considerada ruim e destrutiva. Acreditava-se que a forte participação das empresas americanas na economia cubana produzia resultados benéficos para toda a sociedade cubana e a redistribuição de terras tornaria a economia cubana ineficiente e rebaixaria o nível de vida dos camponeses. Criava-se, com isso, uma linha de raciocínio bastante em acordo com a bipolaridade característica da Guerra Fria, cujo resultado final era a idéia segundo a qual um governo que buscasse limitar a presença do capital de origem norte-americana era contrário ao empreendimento privado. A expropriação de propriedades americanas pela lei de reforma agrária era vista como um ataque à autoimagem dos Estados Unidos como promotores do progresso em Cuba – o que se pode constatar com freqüência tanto nas falas oficiais como no discurso das revistas aqui estudadas. E foi exatamente essa a conclusão de Roy Rubottom, secretário de Estado assistente para assuntos latino-americanos durante a administração Eisenhower: “Castro e seu governo são hostis ao empreendimento privado.”¹³³. Obviamente, associar o desenvolvimento através da livre iniciativa e a presença

1959, vol. 73, n. 22. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590601,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

¹³³ “Castro and his government are hostile to private enterprise.”. Citado em McPherson, *op. cit.*, p. 59.

norte-americana atendia à necessidade de defender os interesses políticos, estratégicos e econômicos dos Estados Unidos.

Por conta da importância da Lei de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), órgão criado em meados de 1959 para levar a cabo o projeto de reforma agrária delineado pelo governo revolucionário, foi, de longe, o órgão mais atacado do governo cubano, sendo usualmente utilizado para apontar a penetração comunista no governo cubano. Mas não apenas em função da implementação da reforma agrária, como também – e talvez principalmente por esse motivo – pelo fato do instituto abrigar proeminentes lideranças com fortes inclinações esquerdistas, como Ernesto “Che” Guevara e Antonio Núñez Jiménez¹³⁴.

O tema da reforma agrária permaneceu no centro das críticas a Cuba nas edições seguintes e, a partir desse momento, as comparações entre Cuba e o restante da América Latina começam a se fazer cada vez mais presentes, de modo que o modelo adotado em Cuba fosse sempre apresentado como um desvio em relação aos demais países latino-americanos. No dia 15 de junho, apontando para as diversas manifestações ocorridas na América Latina durante a semana, sintetizadas genericamente como manifestações por melhores condições de vida, a *Time* afirmava que, em Cuba, a esperança de liberdade política que ajudara Fidel Castro a derrubar Fulgencio Batista havia sido frustrada e alguns cubanos começavam a suspeitar que “suas aspirações por liberdade, lei e uma vida melhor talvez não se tornassem realidade”.¹³⁵ Em meio às críticas ao programa de reforma agrária, outros elementos eram utilizados como instrumentos de ataque ao governo cubano, desde as já recorrentes denúncias de aumento gradativo da influência comunista nos quadros oficiais e das principais organizações trabalhistas até a política externa de Cuba. Nesse ponto, o que mais preocupava era a projeção internacional da revolução, especialmente na América Latina, sendo este o principal motivo pelo qual tanto *Time* como *Life* passaram a prestar maior atenção ao que se passava na região.

Aliás, a popularidade da Revolução Cubana e de Fidel Castro era algo que já chamava a atenção das revistas antes mesmo da promulgação da referida lei de reforma agrária. A viagem de Fidel Castro à Venezuela logo após a vitória do movimento revolucionário contrastou em muito com os resultados da viagem realizada pelo então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, a esse mesmo país em 1958. Do mesmo modo, a

¹³⁴ “Cuba: Animal Farm”. *Time*, 4 de janeiro de 1960, vol. 75, n. 1. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600104,00.html>. Acesso em 20 de agosto de 2009.

¹³⁵ “[...] their aspirations toward freedom, law and better a life may not come true.” “The Americas: That Stalled Feeling”. IN: *Time*, 15 de junho de 1959, vol. 73, n. 24. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590615,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

popularidade do líder cubano também não passou despercebida da Time Inc. quando de sua viagem aos Estados Unidos em abril daquele mesmo ano de 1959. No entanto, mesmo reconhecendo o forte apelo popular que Fidel Castro e Cuba exerciam nos mais diversos pontos do continente, *Time* e *Life* não deixavam de manifestar a sua visão muitas vezes contrárias à opinião popular. Dessa forma, a *Life* não deixava de noticiar invasões e tentativas frustradas de revoluções inspiradas no exemplo cubano, como as ocorridas na Nicarágua, em junho de 1959, e no Panamá, em maio do mesmo ano. Em ambos os casos, tentava-se imputar a Cuba e, mais precisamente, a Fidel Castro a responsabilidade pelas ações, pois teria sido de lá a origem do apoio e do financiamento para as incursões.¹³⁶ Tentava-se, com isso, contrabalançar aquela admiração despertada pela Revolução Cubana na América Latina, colocando-a como causadora de instabilidade para a região.

O desentendimento produzido entre os integrantes do governo cubano em função da lei de reforma agrária – “a mais drástica lei de reforma agrária na América Latina” – foi utilizado pelas revistas como um sinal de que uma crise muito maior se delineava e apontado como apenas um dos indicativos dos males sobrevindos sobre a ilha após a sua implantação.¹³⁷ Ao relatar esse fato, destacou-se que uma cisão dividia o governo cubano em dois grupos opostos: de um lado, os “moderados”, críticos da “drástica” medida e defensores dos grandes proprietários; de outro, os comunistas, defensores do projeto. A renúncia de Manuel Urrutia à presidência cubana serviu para reforçar os temores e as críticas manifestos pelas revistas quanto ao agravamento da situação política em Cuba e, principalmente, ao risco da aproximação ao bloco comunista que poderia advir do fortalecimento cada vez maior do poder pessoal de Fidel Castro. “A liberdade democrática foi morta pelas próprias mãos do primeiro-ministro Casto.”¹³⁸ Além disso, o “golpe” desfechado por Fidel era um sinal de que Cuba encaminhava-se em direção ao comunismo, em função da não repreensão aos comunistas pelo líder cubano. A partir de então, torna-se cada vez mais explícita a ação coordenada de *Time* e *Life*, que, agindo em coro, reagiam de forma cada vez mais violenta

¹³⁶ “Look back at a comic revolution”. IN: *Life*, 25 de maio de 1959, vol. vol. 46, n. 21. Pp. 87-92. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=tkgEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rview=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 12 de novembro de 2010. “Correspondent presides at surrender in Nicaragua”. IN: *Life*, 22 de junho de 1959, vol. 46, n. 25. Pp. 32-33. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=nkgEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rview=1#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

¹³⁷ “the most drastic land-reform law in Latin America” “Cuba: Cabinet Split” IN: *Time*, 22 de junho de 1959, vol. 73, n. 25. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590622,00.html>. Acesso em 9 de agosto de 2009.

¹³⁸ “[...] Democratic freedom was dead by Premier Castro’s own hand.” IN: “At ringside when Cuba clobbered democracy”. *Life*, 27 de julho de 1959, vol. 47, n. 4. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=EEoEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=&rview=1#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 29 de dezembro de 2010.

contra a Cuba de Fidel Castro e em favor de ações que limitassem a sua influência. Assim concluía a *Life* de 27 de julho de 1959 sobre o assunto:

[...] O presidente acusado foi condenado e crucificado sem ser permitido dizer uma palavra em sua própria defesa. O mais nefasto de tudo, do ponto de vista das relações Estados Unidos-Cuba e para o futuro de Cuba, foi a denúncia de Castro de ser Urrutia um anticomunista. Seja ou não o governo de Castro comunista, Castro, por seus violentos e irresponsáveis ataques contra um moderado anticomunista, ridicularizou sua professada crença na liberdade individual. Se o presidente de Cuba não pode falar sem correr o risco de Fidel mobilizar a multidão, então quem poderá?¹³⁹

A *Time*, por sua vez, afirmava o seguinte:

A maioria dos cubanos ainda estava convencida de que Castro não é o comunista que seu velho amigo, Díaz Lanz, diz ser. Mas ao banir o anticomunismo em Cuba, ele provou que, querendo ou não, ele é a melhor ferramenta dos vermelhos na América Latina desde que Jacobo Arbenz deixou a Guatemala em 1954 e eventualmente foi buscar asilo em Praga, Tchecoslováquia. Ele é um opressor de poder aterrorizante. Nenhum cubano poderia se sentir salvo quando um único homem pôde, com meras palavras, tão rapidamente reduzir o presidente de seu país ao status de um traidor.¹⁴⁰

Isso deixava transparecer ainda mais a ambiguidade da postura das publicações da Time Inc. a respeito da Revolução Cubana, marcada pela esperança de que a revolução produzisse as transformações necessárias na ilha, no sentido de promover maior liberdade política e igualdade social, ao mesmo tempo em que demonstrava a sua insatisfação crescente com os contornos que ela vinha assumindo pela direção de Fidel Castro. Fidel mesmo era apontado como o culpado por toda a convulsão atravessada pela Cuba pós-Batista e inocentado, ao mesmo tempo, posto que colocado como ingênuo e vulnerável à influência comunista. No entanto, com o passar dos meses a inocência foi dando lugar à culpa, e a

¹³⁹ “[...] The accused president was condemned and crucified without being permitted to say a word in his own defense. Most ominous of all, from the standpoint of U.S.-Cuban relations and for the future of Cuba, was Castro’s denunciation of Urrutia for being an anti-Communist. Whether or not Castro’s government is Communist, Castro by his violent and irresponsible attacks against a moderate anti-Communist like Urrutia had served the Kremlin beautifully. Aside from the issue of Communism, Castro had made a mockery of his professed belief in individual liberty. If the president of Cuba cannot speak without risking Fidel’s turning the mob loose, then who can?” *Ibidem*.

¹⁴⁰ “Most cubans were still convinced that Castro is not the Communist that his old friend, Díaz Lanz, says he is. But by outlawing anti-Communism in Cuba, he had proved that, willingly or not, he is the Red’s best tool in Latin America since Jacobo Arbenz fled Guatemala in 1954 and eventually fetched up in Prague, Czechoslovakia. And he is a strongman of terrifying power. No Cuban could feel safe when one man could, with mere words, so quickly reduce the President of his country to the status of a traitor.” “Cuba: The Strongman Speaks”. In: *Time*, 27 de julho de 1959, vol. 74, n. 4. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590727,00.html>. Acesso em 9 de agosto de 2090.

esperança se transformava em oposição aberta acompanhada de propostas e de um clamor cada vez mais explícitos para defender a posição dos Estados Unidos na sua tradicional área de influência, de modo a manter a América Latina afastada do perigo comunista.

Em julho, a oposição das revistas ao governo revolucionário de Cuba se fazia explícita, imputando-lhe abertamente o rótulo de ditadura, o que levou-as a começar a delinear algumas estratégias para lidar com a instabilidade hemisférica, da qual Cuba se tornara sinônimo, segundo a interpretação por elas proposta. Temas como “guerra de classes” e “propagação revolucionária a partir de Cuba” tornaram-se mais frequentes, do mesmo modo que ambas as revistas tomavam para si o papel de porta-vozes da oposição cubana e estadunidense ao direcionamento dado ao governo cubano por Fidel Castro. Igualmente, passava-se a exigir uma intermediação da Organização dos Estados Americanos para solucionar a escalada de conflitos na América Central, sendo Cuba e a República Dominicana, à época governada pelo ditador Rafael Leonidas Trujillo, os centros difusores de todo o conflito. É o que se observa nas edições de 13 e 20 de julho da *Time*¹⁴¹. Na primeira, em uma reportagem com o alusivo título “Em direção a uma ditadura”, relatava-se a denúncia de Pedro Díaz Lanz, major da Força Aérea cubana, de que as forças armadas cubanas estavam sendo infiltradas por comunistas, concluindo-se abertamente que a imagem de Fidel Castro em um pronunciamento televisivo questionando as acusações de Díaz Lanz era a de um “fanático movendo-se em direção a uma ditadura de esquerda”.¹⁴² O coroamento disso vinha logo em seguida, em uma avaliação sobre os cinco primeiros meses transcorridos desde a chegada de Castro ao poder, em que também o próprio título sintetizava o ponto de vista da revista sobre o quadro cubano: “Cinco meses de deterioração”. “Até agora, o efeito econômico das promessas de Fidel Castro tem sido piorar a situação do povo cubano”¹⁴³, concluía. Coroava-se, assim, a avaliação de que a Revolução Cubana havia desviado-se dos seus propósitos originais de liberdade política e justiça social e havia se encaminhado rumo ao caos, apenas substituindo uma ditadura por outra.

A *Life* corroborava essa visão, reafirmando que entre janeiro e julho, Cuba tornara-se “caótica”, e “o que era glória e nobre propósito em janeiro transformou-se em demagogia e

¹⁴¹ *Time*, 20 de julho de 1959, vol. 74, n. 3. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590720,00.html>. Acesso em 9 de agosto de 2010.

¹⁴² “Toward a dictatorship”. IN: *Time*, 13 de julho de 1959, vol. 74, n. 2. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590713,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

¹⁴³ “Cuba: Five months of deterioration”. “[...] So far, the economic effect of Fidel Castro’s promises has been to worsen the plight of the Cuban people” *Idem*.

caos em julho”.¹⁴⁴ Em uma reportagem produzida por Thomas Dozier, editor associado da *Life En Español*, afirmava-se que a ilha havia se transformado em uma ditadura que favorecia os comunistas, ao mesmo tempo em que afundava em um “caos econômico” ocasionado pelas reformas. Tais reformas, especialmente a agrária, eram descritas como demagógicas, destinadas apenas a fortalecer o poder político de Fidel Castro. Mais uma vez, o padrão de comparação para medir o grau de democracia em Cuba eram os Estados Unidos e, segundo os critérios estabelecidos pelas revistas, a realização de eleições e a liberdade de imprensa eram tidas como indicadores da existência ou não de democracia em Cuba. Dessa forma, a ausência de definição de uma data para serem realizadas eleições na ilha e a permanência de Fidel Castro no poder eram hostilizadas pela revista, que não julgava as manifestações populares em apoio ao governo cubano algo a ser considerado como fator de legitimação do regime. “[...] Nenhuma quantidade de aprovação popular não registrada o absolve do dever de realizar eleições – como ele prometeu em janeiro – se ele quer merecer o direito de chamar seu governo de democrático.”¹⁴⁵ Na verdade, essas manifestações eram vistas como verdadeiros circos armados com o objetivo único de alimentar o tão criticado ego pessoal de Fidel. Das páginas das revistas emergia, então, a imagem de uma ditadura comunista de caráter populista, centrada na figura de Fidel Castro, sustentada no apoio dos setores populares do meio rural cubano.

Além desses, outros eram os elementos presentes na vida cubana após a queda de Fulgêncio Batista que, segundo *Life*, comprovavam a ideia de que a revolução vitoriosa em janeiro havia se transformado em uma ditadura: a prisão de opositores, a busca por refúgio em embaixadas estrangeiras, a propaganda valorizando as conquistas da revolução e o militarismo. Desse modo, transmite-se ao leitor a imagem de um país caótico, marcado pela ineficiência tanto política como econômica, em função das dificuldades econômicas por que o país atravessava. Fidel Castro era considerado o principal culpado pela situação em que Cuba se encontrava, em função de sua “estranha personalidade” (*strange personality*). Assim, aquelas referências às “qualidades que algum dia plantarão uma estátua sua [Fidel Castro] em

¹⁴⁴ “[...] What was glory and noble purpose in January has turned into demagoguery and chaos in July”. “Cuba looks down the road to chaos”. IN: “Cuba Looks Down The Road to chaos”. *Life*, 03 de agosto de 1959, vol. 47, n. 5. Pp. 14-21. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=80kEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&rview=1&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true. Acesso em 24 de janeiro de 2011.

¹⁴⁵ “[...] No amount of unregistered popular approval absolves him from the duty to hold elections – as he promised in January – if he is to deserve the right to call his government democratic.” *Life*, 03 de agosto de 1959, *idem*.

alguma praça de Havana” foram abandonadas, restando apenas o Fidel Castro “egoísta, impulsivo, imaturo e desorganizado”¹⁴⁶.

A respeito dos estereótipos criados nos Estados Unidos sobre os latino-americanos, analisa Ferez:

Ademais, dado que do ponto de vista americano, a condição latino-americana não justifica uma atitude de orgulho, a existência desse comportamento por parte dos latino-americanos sugere irracionalidade. Os adjetivos apaixonado (*passionate*) e impetuoso (*impetuous*) também se associam ao comportamento irracional. Ambos são usados para descrever tipos de ação guiadas por emoções e sentimentos e, portanto, além do controle da razão.[...]

Ser extravagante na aparência (*showy in appearance*) é obviamente uma característica negativa que denota excesso de vaidade, superficialidade e afetação. Por fim ‘dismissive’, palavra sem tradução unívoca em português, pode ser entendida como indiferença, falta de respeito e até mesmo dissimulação.¹⁴⁷

Podemos localizar todos esses atributos na imagem construída de Fidel Castro pelas revistas. No entanto, ao contrário do que a leitura de Ferez a respeito da percepção estadunidense sobre os latino-americanos sugere, ao menos no que tange às publicações da Time Inc. a formulação desses estereótipos depreciativos da condição latina não se estendia a toda a América Latina indistintamente e obedecia a critérios políticos. Como afirma Small a respeito da participação da opinião pública na definição da política externa americana, quanto menos um país é considerado ameaçador, mais seus habitantes são valorados positivamente pela opinião pública e vice-versa¹⁴⁸. É o que observamos quando analisamos a representação das lideranças cubanas. A representação de Fidel Castro como uma personalidade caótica obedecia a critérios políticos que iam diretamente ao encontro das preferências políticas do editor-chefe e fundador das revistas, tornando-se uma forma de desqualificar as ações do governo cubano que atingiam diretamente os interesses americanos, ao mesmo tempo em que se cobravam ações eficazes da parte do governo dos Estados Unidos para combater o que era visto como a radicalização da revolução vitoriosa em janeiro de 1959 – procedendo

¹⁴⁶ “[...]qualities that will one day plant his statue in some Havana plaza” e “Fidel Castro himself is egotistic, impulsive, immature, disorganized.”, no original. IN: *Time*, 26 de janeiro de 1959, *op. cit.*

¹⁴⁷ FERREZ JÚNIOR, apud BIAZZETTO, p. 64.

¹⁴⁸ SMALL, Melvin. “Public Opinion”. IN: DeCONDE, Alexander *et. al.* *Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3. Pp. 275 – 288.

exatamente do mesmo modo que quando criticavam as “más maneiras” de Nikita Khrushchev¹⁴⁹.

Pode-se corroborar essa afirmação através da comparação do retrato de Castro com a imagem transmitida pelas revistas de outros líderes latino-americanos. Se, por um lado, Fidel e Raul Castro e “Che” Guevara eram associados a termos que remetem a “ditadura”, “comunismo”, “irracionalidade” e “passionalidade”, José Figueres, da Costa Rica, Luiz Muñoz Marín, de Porto Rico, e Rómulo Betancourt, da Venezuela, por sua vez, eram descritos de forma a apresentá-los como contraponto a tudo aquilo que as lideranças cubanas representavam, ou seja, estavam sempre associados às ideias de “democracia” e “racionalidade” que faltavam aos cubanos. A edição de 27 de abril de 1959 colocava essa oposição em termos bastante claros, ao relatar que um distanciamento se ampliava entre Fidel Castro e os “veteranos da democracia caribenha”, representada pelos citados líderes latino-americanos, em função da neutralidade defendida por Fidel Castro diante da Guerra Fria.¹⁵⁰

O governo americano assumia uma postura semelhante, buscando explorar as divergências entre os demais líderes latino-americanos e Fidel Castro em relação a diversos aspectos, como forma de contrapô-los à influência exercida por Castro na América Latina. Essas divergências abrangiam questões diversas, desde a ajuda a movimentos armados voltados à luta contra as ditaduras remanescentes na América Latina até o posicionamento a ser adotado no que tange às disputas bipolares da Guerra Fria, posto que Fidel defendia a formação de um bloco neutralista latino-americano.

Desse modo, é possível afirmar que pintar Fidel Castro e outras lideranças cubanas com colorações negativas era parte integrante da estratégia da Time Inc. para desqualificar o regime cubano e cobrar do governo americano ações efetivas e imediatas para lidar com a ameaça representada por Cuba à estabilidade e à hegemonia norte-americana no continente, o que se tornou mais evidente ao longo do ano de 1960.

As alterações ministeriais ocorridas no final de dezembro no governo cubano serviram para elevar o alarme das revistas com relação ao futuro de Cuba. A formação do “triumvirato”, composto por Fidel, enquanto primeiro-ministro, “Che” Guevara, à frente do Banco Nacional

¹⁴⁹ Editorial “What would Emily Post have said?”. IN: *Life*, 10 de outubro de 1960, vol. 49, n. 15. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=wEQEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 13 de março de 2011. Nesse editorial, se critica o comportamento de Khrushchev na Assembleia Geral da ONU, em contraposição aos demais líderes internacionais presentes no evento, como o presidente americano Dwight D. Eisenhower, tomado como exemplo típico de bom líder e bom comportamento.

¹⁵⁰ “The Caribbean: Upper Classmen v. Freshman” IN: *Time*, 27 de abril de 1959, vol. 73, n. 17. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590427,00.html>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

de Cuba, e Raúl Castro, à frente das Forças Armadas Revolucionárias, foi vista como a confirmação de que a revolução vitoriosa em janeiro havia se transformado em um governo comunista que favorecia mais a Moscou do que a Washington. A mensagem final, porém, era ainda era esperançosa, pois alguma mudança haveria de vir pelas mãos dos próprios cubanos. *“O triunvirato ainda possui um mandato popular, mas seu poder popular está diminuindo. Ele possui todas as armas, mas a história mostra que a força apenas não é uma solução duradoura em Cuba.”*¹⁵¹

Assim, a esperança e otimismo manifestos pelas revistas em janeiro, quando da vitória do grupo dirigido por Fidel Castro, cederam lugar à crítica e à apreensão quanto aos rumos da revolução em dezembro. Segundo a sua ótica, os nobres ideais que permitiram que um grupo composto inicialmente por apenas 81 homens depusessem uma cruel ditadura haviam sido traídos por esses mesmos homens, instituindo-se, no lugar da esperada democracia, mais uma ditadura. Na verdade, a esperança se mantinha, sim, só que agora em outro sentido, ou seja, no sentido de que os próprios cubanos fizessem jus ao seu passado de luta contra as tiranias e lutassem contra o governo de Fidel Castro, compreendido pela Time Inc. como uma nova tirania. Porém, em 1960, chegar-se-ia à conclusão de que os cubanos sozinhos não seriam capazes de lutar contra o governo Castro. A aproximação de Cuba ao mais poderoso inimigo norte-americano na Guerra Fria, a União Soviética, faria com que *Time* e *Life* expressassem diretamente a respeito da América Latina a opinião de Luce de que os Estados Unidos deveriam cumprir o seu papel de farol da democracia e exemplo para a humanidade e ingressar diretamente na disputa pelos corações e mentes latino-americanos.

3.3 – O que fazer com Castro?

As tensões crescentes entre Cuba e Estados Unidos, iniciadas ao longo de 1959, continuaram ao longo do ano de 1960, que vivenciou disputas cada vez maiores entre os dois países. A redução dos preços dos alugueis, a intervenção do governo cubano nas filiais das norte-americanas International Telephone & Telegraphic Corporation (ITT) e da American & Foreign Power (Bond & Share) para promover a redução das tarifas telefônicas e de energia elétrica e outras medidas implementadas com o objetivo de limitar as operações de empresas de origem estadunidense em Cuba, além da já referida lei de reforma agrária, contribuíram

¹⁵¹ “The triumvirate still has a popular mandate, but its popular power is dwindling. It has all the guns, but history shows that force alone is no enduring answer in Cuba.” “Cuba: The Triumvirate”. IN: *Time*, 7 de dezembro de 1959, vol. 74, n. 23. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601591207,00.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.

para a elevação da temperatura nas relações bilaterais entre os dois países. Segundo Moniz Bandeira, essas ações foram suficientes para que, já em março de 1959, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos começasse a discutir planos com vistas à eliminação de Castro¹⁵². No entanto, como demonstra Biazetto, esta era uma postura que já vinha se desenvolvendo entre determinados setores do governo americano antes mesmo da vitória de Castro. Diante da iminente derrota de Fulgencio Batista, alguns setores do governo americano, com destaque para aqueles ligados ao Departamento de Defesa, acreditavam ser a Revolução Cubana comunista desde o princípio, sendo o próprio Fidel Castro visto como comunista, o que exigia que fosse evitada a sua ascensão ao poder¹⁵³.

A Time Inc. acompanhou de perto esse crescimento das tensões e, na medida em que isso acontecia, aumentavam os seus clamores por uma intervenção americana em Cuba. Em um editorial publicado na *Life* de 16 de novembro de 1959 sobre as principais ameaças à democracia, Fidel é destacado como uma das principais ameaças à sobrevivência do sistema democrático, por liderar o que, do seu ponto de vista, era mais uma ditadura totalitária, dessa vez implantada no quintal dos Estados Unidos e ameaçando este país diretamente¹⁵⁴. Na verdade, o antiamericanismo e as expropriações das grandes empresas americanas operantes em Cuba até a queda de Fulgencio Batista constituíam as principais causas de toda a oposição da Time Inc. à Revolução Cubana. Isso ajuda a compreender o porquê de ter sido a Cuba de Fidel Castro, e não a República Dominicana de Rafael Leonidas Trujillo, o alvo das investidas das revistas da companhia em nome da defesa da democracia na América. Mesmo sendo o líder de uma das mais cruéis e mais longas ditaduras latino-americanas, não observa-se por

¹⁵² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 193. Havia também toda uma discussão sobre o fato de ser ou não o governo revolucionário em Cuba ser comunista. O debate envolveu tanto os formuladores da política externa americana – Departamento de Estado, Departamento de Defesa, CIA, Conselho de Segurança Nacional – como a própria imprensa. A falta de evidências que ligassem diretamente Fidel Castro ou qualquer outro membro do governo ao comunismo ampliava a ambiguidade nos círculos oficiais e não-oficiais a respeito do caráter da Revolução Cubana – discussão essa que atingiu até a própria historiografia da revolução. Relatórios preparados pela CIA evidenciavam essa posição, ao constatar que o Partido Socialista Popular, principal partido de esquerda em Cuba, havia resistido a conceder o seu apoio à Revolução, por considerar ser esse uma to de amadorismo e só aceitar participar do movimento que levaria à queda de Fulgencio Batista caso fosse conduzida pelo próprio partido. A falta de ligações diretas entre Fidel e Raúl Castro e Che Guevara, por exemplo, com o comunismo, através de vinculações partidárias, é uma das razões que explicam a dificuldade do governo americano em estabelecer uma linha de ação em relação a Cuba e iniciar o que Biazetto chama de “fase de testes” do governo revolucionário. Sobre essa discussão sobre o caráter socialista ou não da Revolução Cubana ver Biazetto (2008), Moniz Bandeira (*op. cit.*), além dos artigos de Mendes (2009). Esse foi um debate que também envolveu os tradicionais partidos de esquerda. Quanto a isso, Sales (2007) oferece uma interessante análise sobre a relação dos partidos comunistas do Brasil e da França com a Revolução Cubana.

¹⁵³ BIAZETTO, *op. cit.*

¹⁵⁴ “Democracy is a dangerous trade”. IN: *Life*, 16 de novembro de 1959, vol. 47, n 20. P. 49. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=RVUEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 27 de janeiro de 2011.

parte das revistas o mesmo engajamento contra Trujillo na mesma forma e na mesma intensidade com que se posicionaram contra Castro. Embora também criticassem a ausência de democracia na República Dominicana, não se verifica uma articulação consistente e organizada de ambas as revistas contra Trujillo da mesma forma que se manifestaram a respeito de Fidel Castro em Cuba. Compreende-se, assim, as comparações entre as manifestações de camponeses e outros milhares de cidadãos cubanos em favor das ações empreendidas pela Revolução através de Fidel Castro e os grandes circos armados na Alemanha durante o período nazista, além de outras referências ao comportamento “errático” do líder cubano.

O tolo egomaniaco que governa Cuba já chegou a um ponto sem retorno. Tendo ganhado a revolução que era para restaurar a democracia cubana, ele está agora a assassinando exatamente como Machado e Batista fizeram antes dele. Tendo se levantado primeiro, ele está agora traindo a mais brilhante esperança de uma ordem política radicalmente nova que nenhum país latino-americano conheceu desde a revolução mexicana de 1910. Ele agora parece ser apenas outro incômodo tirano, sem a usual habilidade de organização e mais um vício anormal para arengar na TV.

[...] Ele silenciou a crítica em sua própria imprensa e está perturbando jornalistas estrangeiros. Ele abandonou todas as pretensões de eleições antecipadas. Ele tem feito dos Estados Unidos seu bode expiatório da mesma forma que Hitler fazia com os judeus. Em um de seus fanáticos comícios de massa ele disse a 25.000 pessoas que os recentes folhetos de Lanza [*sic*] jogados sobre Havana era um bombardeio incentivado pelos Estados Unidos. “Nossa Pearl Harbor”, ele o chamou. “Nós iremos para as montanhas se necessário”, gritou, dando a impressão de uma iminente invasão americana. Então ele “perguntou” à multidão se eles eram a favor da restauração dos “tribunais revolucionários” (pelotões de fuzilamento). “*Paredon – paredon!*” [...] gritaram os *campesinos*, acenando seus facões. No dia seguinte os tribunais foram restaurados; o habeas corpus foi novamente suspenso; também o foram os apelos constitucionais. “Abaixo os imperialistas assassinos!”, diziam as faixas. “Fi-del! Fi-del!” cantava a multidão, exatamente do mesmo modo que as multidões alemãs costumavam cantar “*Sieg heil!*”¹⁵⁵

¹⁵⁵ “The silly egomaniac who runs Cuba has just about passed the point of no return. Having won the revolution that was to restore Cuban democracy, he is now murdering it just as Machado and Batista did before him. Having first aroused, he is now betraying the brightest hope of a radically new political order that any Latin American country has known since the Mexican revolution of 1910. He now looks to be just another tin thorn tyrant, minus the usual organizing ability and plus an abnormal addiction to haranguing on TV.

[...] He has silenced criticism in his own press and is harassing foreign journalists. He has abandoned all pretense of early elections. He has made the U.S. his scapegoat in the same way Hitler scapegoated the Jews. At one of his fantastic mass meetings he told 250,000 people that Lanza’s [*sic*] recent leaflet-dropping flight over Havana was a U.S.-instigated bombing. “Our Pearl Harbor”, he called it. “We will take to the hills if necessary”, he cried, giving the impression of an imminent U.S. invasion. Then he “asked” the crowd if they favored restoration of the “revolutionary tribunals” (firing squads). “*Paredon – paredon!*” [...] shouted the *campesinos*, waving their machetes. Next day the tribunals were restored; habeas corpus was suspended again; so was the right of constitutional appeals. “Down with the imperialist murderers”, said the street banners. “Fi-del! Fi-del!” chanted the mob, exactly the way German mobs used to chant “*Sieg heil!*”” *Idem*.

O mesmo pode ser dito em relação ao rótulo de comunista atribuído ao governo da ilha de forma cada vez mais frequente. O que se verifica em relação a Cuba é o predomínio de uma interpretação mecanicista, segundo a qual todo aquele que não estivesse ao lado dos Estados Unidos estava, mesmo que indiretamente, servindo ao comunismo. Nesse sentido, todas as declarações antiamericanas por parte de Fidel Castro e a defesa do direito de participação política dos comunistas eram consideradas como favorecimento ao lado soviético, em prejuízo do “mundo livre”. Diferente era o tratamento destinado a “críticos amigáveis” e “responsáveis” dos Estados Unidos, como os presidentes Alberto Lleras Camargo, da Colômbia, e Juscelino Kubitschek, do Brasil¹⁵⁶. Mais uma vez, a razão para isto era política, uma vez que, contrariamente do que fizera Cuba, os governos de nenhum desses países ousaram desafiar os interesses políticos e econômicos norte-americanos neles estabelecidos e no restante da América Latina.

Apesar das críticas, a ambiguidade em relação a Castro se mantinha. Ao mesmo tempo em que era considerado culpado pelo “caos” cubano, Castro era também isentado dessa culpa, pois era também visto como inocente, posto que considerado manipulado pelos comunistas. Ele mesmo seria a causa e a solução para os problemas cubanos. Se corrigisse o seu comportamento e se afastasse dos comunistas, seria capaz de colocar Cuba de volta aos eixos.

Castro não pode durar. Não sem uma revolução em sua psique e comportamento; e seus amigos comunistas tentarão prevenir aquilo. Eles querem uma Cuba auto-falida com os Estados Unidos como um bode expiatório – e a infantilidade econômica e a demagogia televisiva de Castro constituem uma ferramenta ideal para seus propósitos. Mas eles não conseguem conquistar Cuba. Tudo o que eles podem fazer é incitar os Estados Unidos a adotarem medidas contra Castro que Cuba e o resto da América Latina considerariam hostis à independência cubana.¹⁵⁷

A solução definitiva para os problemas enfrentados por Cuba, porém, passava por um outro caminho e estava associada à continuidade da presença norte-americana na ilha. A despeito de toda reviravolta nas relações cubano-americanas ocorridas ao longo de todo o ano,

¹⁵⁶ “The Americas: Agenda: Trouble”. IN; *Time*, 23 de novembro de 1959, vol. 74, n. 21. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601591123,00.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.

¹⁵⁷ “Castro can’t last. Not without a revolution in his psyche and behavior; and his Communist friends will try to prevent that. They want a self-bankrupted Cuba with the U.S. as a scapegoat – and Castro’s economic childishness and TV demagoguery make an ideal tool for their purpose. But they can’t conquer Cuba. All they can really do is provoke the U.S. into measures against Castro that Cuba and the rest of Latin America would regard as hostile to Cuban independence.” IN: *Life*, 16 de novembro de 1959, vol. 47, n. 20. P. 49. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=RVUEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 27 de janeiro de 2011.

ainda acreditava-se que os laços de dependência econômica de Cuba em relação aos Estados Unidos fariam o governo cubano voltar atrás e restabelecer os antigos privilégios que as empresas norte-americanas mantinham na ilha. Além disso, o próprio cidadão americano comum poderia dar a sua contribuição na luta pelo retorno da democracia em Cuba, afirmava-se.

Cuba, seu povo e sua economia dependente estarão conosco muito tempo depois de Castro. Eles são nossos amigos e necessitam de nosso apoio amigável. A democracia sempre teve mais do que a parcela de problemas nos países latino-americanos. O fato permanece que a maioria deles também tem feito progresso nessa mais difícil arte política. Há menos ditaduras na América Latina hoje que antes. Elas podem ser menos amanhã. Os cidadãos americanos, que não precisam reter nenhuma simpatia nem por Castro ou sua multidão enganada, deveria não obstante manter sua fé a longo prazo em Cuba e em suas aspirações democráticas.¹⁵⁸

Ao longo do ano de 1960, porém, essa ambiguidade se desvaneceria e a posição das revistas se radicalizaria. A “loucura de Castro” fez com que “O que fazer com Castro” se tornasse a principal questão da linha editorial da Time Inc. em relação à ilha. Deveria ser posto um fim à “política de paciência” dos Estados Unidos quanto a Cuba:

A virtude da política americana de paciência é que ela demonstra mais uma vez que os dias de intervenção unilateral nos assuntos de seus vizinhos latinos menores são algo do passado. Os Estados Unidos conquistaram muita boa vontade por sua paciência. Mas chega uma hora em que uma nação deve ganhar respeito, assim como boa vontade, se pretende ser líder. [...] ¹⁵⁹

Em um editorial com aquele mesmo título (“O que fazer com Castro”), publicado na *Life* de 28 de março de 1960, a empresa tornava explícito o seu posicionamento sobre as transformações ocorridas na ilha; após denunciar que “a principal política de Fidel Castro é a difamação sistemática dos Estados Unidos” e que ele e seus “aliados comunistas estão visando minar a influência dos Estados Unidos e romper seus laços por toda a América

¹⁵⁸ “Cuba, its people and its dependent economy will be with us long after Castro. They are our friends and need our friendly support. Democracy has always had more than its share of trouble in Latin American countries. The fact remains that most of them have also made progress in this most difficult political art. There are fewer dictators in Latin America today than ever before. There may be fewer tomorrow. American citizens, who need retain no sympathy either for Castro or his misled mob, should nevertheless keep their long-term faith with Cuba and its democratic aspirations.” *Idem*

¹⁵⁹ “The virtue of the U.S. policy of forbearance is that it demonstrates once again that the days of unilateral U.S. intervention in the affairs of its smaller Latin neighbors are past. The U.S. has earned much good will by its patience. But there comes a time when a nation must win respect, as well as good will, if it intends to be a leader. That time had not yet arrived, as the U.S. made clear last week. Yet patience was wearing thin. [...]” IN: “Patience sorely tried”. *Time*, 21 de março de 1960, vol. 75, n. 12. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600321,00.html>. Acesso em 11 de agosto de 2009.

Latina”¹⁶⁰, defendia a adoção de determinadas políticas para pôr fim à ameaça que, do ponto de vista da Time Inc., Cuba representava para a América Latina e os Estados Unidos.

Acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos na ilha, as revistas sob a direção de Luce intensificaram os seus ataques ao governo cubano, delineando propostas para lidar com o problema imposto por Fidel Castro e a Revolução Cubana ao futuro da hegemonia americana no continente. Defendia-se uma atuação firme por parte do governo americano em diversas frentes, desde acordos em conjunto com os demais países da comunidade interamericana até ações clandestinas promovidas por grupos contrarrevolucionários, com ou sem ajuda americana, passando por medidas unilaterais tomadas pelo governo estadunidense.

O editorial de *Life* foi publicado exatamente um mês após a *Time* ter lançado a sua chamada sobre o assunto, quando na sua edição de 29 de fevereiro de 1960 lançava a pergunta: “Cuba: O que os Estados Unidos devem fazer?”¹⁶¹. Evocando inicialmente a Doutrina Monroe, refletia-se sobre a possibilidade de suspensão da cota destinada ao açúcar cubano no mercado norte-americano como represália à assinatura de um acordo entre Cuba e a União Soviética, em que ficava prevista a concessão de 100 milhões de dólares em crédito para compra de materiais e equipamentos pela União Soviética, que, em troca, se comprometia a comprar 1.000.000 de toneladas de açúcar cubano período de cinco anos.

O apoio da empresa a intervenções dos Estados Unidos em um país latino-americano, porém, não era algo novo. No que tange à América Latina, *Life* afirmava seu apoio às ditaduras locais em nome da defesa contra o comunismo no continente. Nesta linha, a queda do presidente Jacobo Arbenz, em 1955, foi festejada pela revista, que apresentou o mandatário guatemalteco como sendo um comunista que havia sido vencido pelo general Castillo Armas, líder das forças aliadas dos Estados Unidos na sua invasão ao país, que era apresentado como herói. Na cobertura de *Life en Español* à visita de Castillo Armas aos Estados Unidos, em 1955, Armas foi saudado nos seguintes termos:

No ano passado, os olhos do mundo se fixaram na Guatemala, ali em miniatura se travou a batalha decisiva de nosso tempo: o que é mais importante, o estado ou o indivíduo. As forças da dignidade humana

¹⁶⁰ “Fidel Castro’s chief foreign policy is the systematic defamation of the U.S.” e “He and his Communist confederates are aiming to undermine the influence of the U.S. and break its ties throughout Latin America.” IN: “What to do about Castro”. *Life*, 28 de março de 1960, vol. 48 n. 12. P. 35. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=dVUEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 04 de fevereiro de 2011.

¹⁶¹ “Cuba: What should the U.S. do?” IN: *Time*, 29 de fevereiro de 1960, vol. 75, n. 9. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600229,00.html>. Acesso em 31 de janeiro de 2010.

prevaleceram. O comunismo ateu foi derrotado, Castilho Armas na hora da verdade, o enfrentou sem arredar-se.¹⁶²

Life buscava convencer seus leitores de que a queda de Arbenz era necessária devido à crescente influência que os comunistas exerciam em seu governo. Dessa forma, procurava justificar a intervenção dos Estados Unidos na Guatemala e na América Latina como um todo.

Parte das ações defendidas pelas revistas para lidar com Cuba pode ser identificada na fala do próprio Henry Luce. Naquele mesmo discurso dirigido aos executivos da Time Inc., em maio de 1961, além de reafirmar o compromisso da Time Inc. na luta contra o comunismo, Luce estabeleceu algumas das diretrizes que apoiava para a política externa americana:

[...] Nós da TIME Inc. temos incondicionalmente apoiado a ajuda internacional. Nós também tentamos dar mais sentido à ajuda internacional. Nós da TIME Inc., individualmente e corporativamente, não ficamos para trás e, apoiar e promover vários esforços filantrópicos ou cara a cara como o Navio da Esperança [Hope Ship] para o Instituto Internacional de Educação, pelo qual Cabot Lodge é agora um vendedor viajante. Pessoalmente, eu tenho tido alguma parte em tentar fazer nosso governo compreender a importância do progresso do estado de direito. Se eu falhei, me marquem como um mal vendedor de um bom produto, mas notem também a monumental estupidez do governo. Mas nós, defensores do estado de direito, perseveramos, e no meu testemunho perante o Senado eu esclareci que o objetivo construtivo específico da política americana deve ser a promoção de governos constitucionais – i. e., liberdade sob a lei. Então, nós somos pelo que? Nós somos por muitas coisas, a maioria delas, sensíveis, práticas, corretas.¹⁶³

Analisando as soluções propostas pelas revistas para lidar com o “problema” Castro, verifica-se a aplicação à risca das orientações de Luce. Em primeiro lugar, uma das principais fórmulas defendidas era a ajuda internacional financiada pelos Estados Unidos. Em um editorial intitulado “Américas – Invencíveis se unidas”, publicado na *Life* americana na edição de 22 de agosto de 1960, e reproduzido na *Life International*, de 26 de setembro daquele mesmo ano, afirmava-se a importância do “Plano Eisenhower” para lidar com a ameaça

¹⁶² “Boas vindas a um visitante famoso”. In: *Life en Español*, 5 de dezembro de 1955, v.6 n.12, p.29.

¹⁶³ “We of TIME Inc. have staunchly supported Foreign Aid. We have also tried to make foreign aid more sense. We of TIME Inc., both individually and corporately, have not been backward in supporting and promoting many, many philanthropic or people-to-people efforts such as the Hope Ship for the International Institute of Education, for which Cabot Lodge is now a traveling salesman. Personally, I have had some part in trying to make our government understand the importance of the advancement of the rule of law. If I have failed, mark me down as a bad salesman of a good product, but note also the monumental stupidity of government. But we rule-of-lawmen persevere, and in my Senate testimony I spelled out that the specific constructive aim of American policy must be the promotion of constitutional governments – i.e. liberty under law. So, what are we for? We are for plenty of things, most of them sensible, practical, right” LUCE, *op. cit.*

comunista imposta a todo o continente americano pelo que chama de “fidelismo”¹⁶⁴. O plano, nos moldes do que futuramente viria a ser a Aliança para o Progresso do governo Kennedy, previa o fornecimento de ajuda financeira pelos Estados Unidos à América Latina para promover o desenvolvimento da região, a fim de evitar o surgimento de “novas Cubas”. Aos Estados Unidos não restaria outra alternativa senão ajudar seus vizinhos latinos, pois ou eles ajudavam a América Latina, “ao estilo do Plano Marshall, ou vêem a fome da área perigosamente e indefinidamente.”¹⁶⁵

Um dado interessante é que os exemplos de projetos citados pela revista se relacionam todos à agricultura, desconsiderando investimentos em desenvolvimento urbano e industrial. Revela, assim, uma visão bastante peculiar sobre a América Latina, vista como essencialmente agrícola, exportadora de matérias-primas, camponesa, politicamente instável, incapaz de se desenvolver por si mesma e, portanto, dependente dos Estados Unidos. Esta dependência tem um duplo sentido: primeiramente, tal caracterização se aproxima das condições cubanas às vésperas da revolução. Portanto, retratar o subcontinente como essencialmente agrícola, com ampla população camponesa marginalizada era um meio de alertar para uma situação que, acreditava-se, favorecia o surgimento de “novas Cubas”. Diante disto e da incapacidade dos governos locais lidarem com a agitação política em seus países – como bem demonstrou a viagem de Nixon a diversos países latino-americanos em 1958 – a ajuda norte-americana se tornava indispensável, tanto para melhorar as condições de vida da população dos seus vizinhos como para pôr fim à instabilidade política, evitando, assim, que a região se tornasse alvo de sublevações que colocassem em risco a hegemonia americana no hemisfério.

Embora apoiasse ações como a suspensão da cota de açúcar cubano no mercado americano, a solução para o “problema Castro” passaria não somente por medidas que pudessem enfraquecer internamente o governo cubano, mas sobretudo no fortalecimento dos laços dos Estados Unidos com seus vizinhos latino-americanos. Nesse sentido, julgava fundamental o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos para neutralizar a influência cubana. “Estando em acordo com nossos sensatos amigos latinos e confiando na

¹⁶⁴ “Editorial: Americas – Invencible if united”. *Life*, 22 de agosto de 1960, vol. 49, n. 8. P. 28. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Ek8EAAAAMBAJ&pg=PA70&lpg=PA70&dq=kennedy+life+national+purpose&source=bl&ots=alyQVLT8Tt&sig=LudUlbyB50iuR6fz1O9_0cLhm2k&hl=ptBR&ei=8vb4TbykGsaitgf t4djKCG&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false. Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

¹⁶⁵ “[...] The U.S. choices seem to be only two: give Latin America help, Marshall-Plan style, or see the area hunger perilously and indefinitely.” IN: “The Americas: Coming to grips”. *Time*, 12 de setembro de 1960, vol. 76, n. 11. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600912,00.html>. Acesso em 1 de março de 2010.

força de nosso respeito comum pela lei, bom senso e procedimentos pacíficos” seria possível ganhar “nossa Guerra política com Castro.”¹⁶⁶ A partir de então, denúncias e clamores em favor de ações americanas contra Cuba, inclusive a intervenção direta dos Estados Unidos no país, passaram a desfilarem explicitamente nas páginas de ambas as revistas, sendo posto de lado de uma vez qualquer traço de ambiguidade possivelmente existente.

A principal fórmula defendida para neutralizar Cuba, portanto, era a da ação conjunta dos Estados Unidos e dos demais países do continente. A assinatura, em fevereiro de 1960, de um acordo de 100 milhões de dólares entre Cuba e União Soviética foi o ponto de partida para as revistas promoverem o apoio a soluções conjuntas entre os países da comunidade americana para isolar o governo liderado por Fidel Castro. Outras ações seguiram-se ao longo do ano de 1960 (a compra de petróleo soviético por Cuba e a nacionalização de refinarias americanas, por exemplo) e, a partir de então, o tom das reportagens elevaram-se, alertando sobre os perigos decorrentes dessa aproximação entre cubanos e soviéticos. Aos olhos das revistas, o estabelecimento de acordos entre os dois países soavam como a formalização da implantação de um regime comunista em Cuba, que passa a ser imediatamente descrita como “província” ou “protetorado” de Moscou.

Nessa ação conjunta dos demais países do continente americano contra Cuba, observa-se com entusiasmo a ação da Organização dos Estados Americanos para neutralizar Fidel Castro. A condenação da ditadura de Rafael Leonidas Trujillo, na República Dominicana, naquele mesmo ano de 1960, era vista como um primeiro sinal do amadurecimento do sistema interamericano. A organização e seus mecanismos legais deveriam ser os principais instrumentos utilizados para viabilizar e coordenar a intervenção norte-americana (disfarçada de ação conjunta hemisférica) em Cuba. Esta intervenção – rechaçada por todos os países membros da OEA desde a sua fundação, em 1947 – era invocada sob a justificativa de que as fronteiras que demarcavam o que era assunto interno de um país eram cada vez menos claras, pois os desdobramentos políticos e sociais de cada nação possuíam consequências internacionais cada vez mais amplas. No mais, aos olhos das revistas, Cuba reunia os componentes necessários de desrespeito à democracia e paz hemisférica que justificavam uma intervenção direta através da organização.

Esse relatório [contra Trujillo] é um marco no lento mas certo desenvolvimento do sistema panamericano de manutenção da paz entre nações democráticas. Uma base necessária desse sistema tem sido a doutrina

¹⁶⁶ “[...] But we can best win our political war with Castro by staying in concert with our sane Latin friends and relying on the force of our common respect for law, good sense and peaceful procedures.” *Ibidem*.

de não intervenção nos assuntos internos (especialmente não intervenção pelos Estados Unidos). Mas uma vez que os assuntos internos de cada um possuem cada vez mais consequências internacionais, algum método de intervenção conjunta em situações más e perigosas teve que ser encontrado, e o Comitê de Paz se mostrou audacioso o suficiente para lançar um precedente correto e fértil. Ele foi autorizado apenas no ano passado a estudar a conexão entre direitos humanos, governo democrático e paz hemisférica, e foi direto ao coração da questão ao expor a perigosa confusão dominicana. A próxima aplicação desse precedente é igualmente óbvia: a Cuba de Castro, onde a imprensa também é controlada, a oposição perseguida e os direitos humanos cada vez mais violados.¹⁶⁷

A Doutrina Monroe ganhou uma nova roupagem na cruzada empreendida pela *Time* Inc. contra Cuba. Segundo essa nova interpretação, o rumo que Cuba estava tomando justificava uma intervenção no país não apenas pelos Estados Unidos, pois a responsabilidade de defender a “América para os americanos” era estendida aos demais países do continente, que também tinham a obrigação de impedir a dominação do hemisfério por uma potência estrangeira. E assim como quando o presidente James Monroe proclamou a famosa doutrina em 1823, a Rússia era novamente a ameaça à manutenção do equilíbrio (ou seja, a hegemonia norte-americana) no continente. A justificativa para uma ação em conjunto contra Cuba era reforçada pelo princípio estabelecido na Declaração de Caracas, em 1954, que declarava o comunismo como uma ideologia estranha ao continente, devendo, portanto, ser combatida por todos os países-membros da Organização dos Estados Americanos. Ao contrário do que se imaginava, a Doutrina Monroe estava mais viva do que nunca. Ao que parece, as revistas recorrem à uma manobra utilizada pelo próprio governo americano para mostrar que os Estados Unidos não estavam sozinhos, pois, em qualquer ação que realizassem contra Cuba, contavam com o apoio dos demais países latino-americanos – apoio este que vinha não apenas dos círculos oficiais, mas também da opinião pública latino-americana. Em 25 de julho de 1960, a *Time* reproduziu manchetes de alguns dos principais jornais da América Latina a fim

¹⁶⁷ “This report is a milestone in the slow but sure development of the Pan American system of keeping the peace among democratic nations. A necessary cornerstone of this system has been the doctrine of nonintervention in internal affairs (especially nonintervention by the U.S.). But since everybody’s internal affairs have increasingly international consequences, some method of joint intervention in evil and dangerous situations has had to be found, and the Peace Committee has proved bold enough to set a correct and fertile precedent. It was empowered only last year to study the connection between human rights, democratic government and hemisphere peace, and it went to the heart of the matter by exposing the dangerous Dominican mess. The next application of this precedent is equally obvious: Castro’s Cuba, where the press is also controlled, opposition persecuted and human rights increasingly violated.” IN: “A Tyrant and a Precedent”. *Life*, 20 de junho de 1960, vol. 48, n. 24. P. 36. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=5k4EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 04 de janeiro de 2011.

de comprovar essa posição, numa clara resposta à declaração de Khrushchev de que a Doutrina Monroe estava morta:

EL MERCURIC de Santiago, Chile: As ameaças de Khrushchev não são apenas contra os Estados Unidos, mas contra todos os países na América Latina. Elas devem ser respondidas por todos os países agindo como se fossem um só.

NEW YORK TIMES: Enquanto os Estados Unidos tiverem o poder para fazê-la cumprir, a Doutrina Monroe estará viva e reclamando.

TORONTO GLOBE & MAIL: A Doutrina Monroe sustenta o direito de Cuba de ter o governo que quiser – inclusive um governo comunista.

O JORNAL do Rio de Janeiro: O Brasil cumprirá com seus compromissos para defender a solidariedade pan-americana e a Doutrina Monroe.

REVOLUCION, o porta-voz do governo Castro em Havana: Com a Doutrina Monroe e os tratados do Rio de Janeiro e Caracas, três documentos sem uso, os Estados Unidos pretendem legalizar seu ataque armado contra Cuba. Seria algo risível se não fosse pelo fato de que isso custará tanto sangue.

EL SIGLO DE Bogotá: Se a OEA for posta de lado por causa da intervenção de outras organizações internacionais, seu prestígio será quebrado e logo se tornará obsoleta.

EL NACIONAL de Caracas: Os povos semi-coloniais nunca conseguiram se emancipar sem contar com as rivalidades entre as grandes potências. A União Soviética ocupa para nós hoje o lugar que a Inglaterra tinha quando Simon Bolívar cortou o cordão umbilical que nos ligava à Espanha. Nós não seríamos mercedores se nós não tirássemos vantagem daquela realidade.

LA PRENSA de Lima: No tabuleiro de xadrez das rivalidades internacionais, Khrushchev está movendo agora um peão chamado Fidel Castro.

RODOLFO JOSE CARDENAS, um líder do Copei¹⁶⁸ social-cristão da Venezuela: Os americanos não deveriam pensar que a América Latina está tranqüila diante da possibilidade de intervenção ianque em Cuba, nem devem os russos pensar que Cuba será uma nova Espanha, uma nova Hungria ou uma nova Coréia.¹⁶⁹

¹⁶⁸ A sigla COPEI significa Comité de Organización Política Electoral Independiente, partido político democrata-cristão fundado na Venezuela em 1946, por Rafael Caldera, que se tornou presidente daquele país entre 1969 e 1974 e, posteriormente, entre 1994 e 1999.

¹⁶⁹ “EL MERCURIC of Santiago, Chile: Khrushchev's threats are not only against the U.S. but against all countries in Latin America. They must be answered by all countries acting as one.

NEW YORK TIMES: So long as the U.S. has the power to enforce it, the Monroe Doctrine will be alive and kicking.

TORONTO GLOBE & MAIL: The Monroe Doctrine sustains the right of Cuba to have whatever government it wants—including a Communist government.

O JORNAL of Rio de Janeiro: Brazil will comply with her commitments to defend Pan-American solidarity and the Monroe Doctrine.

REVOLUCION, the Castro government mouthpiece in Havana: With the Monroe Doctrine and the treaties at Rio de Janeiro and Caracas, three useless documents, the U.S. pretends to legalize its armed assault against Cuba. It would be a laughing matter if it were not for the fact that it will cost so much blood.

EL SIGLO of Bogota: If the OAS gets shunted aside because of the intervention of other international organizations, its prestige will be broken and it will soon become obsolescent.

EL NACIONAL of Caracas: Semi-colonial peoples have never managed to emancipate themselves without counting on the rivalries between great powers. The U.S.S.R. occupies for us today the place England had when Simon Bolivar cut the umbilical cord that tied us to Spain. We would not be worthy if we did not take advantage of that reality.

Dessa forma, o ano de 1960 foi marcado por clamores em favor da intervenção interamericana contra o governo de Fidel Castro. A *Time* foi a que mais publicizou o posicionamento da Time Inc. a respeito, através de diversas reportagens produzidas ao longo do ano informando sobre as reuniões da Organização, sempre deixando clara a importância da ação conjunta interamericana para pôr fim ao perigo que se considerava que Cuba representava para a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina.

O apoio manifesto a ações via OEA contra Cuba acompanhava o interesse e o empenho de Luce na promoção de uma ordem internacional baseada fundamentalmente no estado de direito. A defesa do estado de direito nas relações internacionais relacionava-se diretamente à defesa da ordem liberal e internacionalista feita por Luce em relação à política externa americana. A existência das leis, no pensamento de Luce, estava intimamente ligada à existência de uma verdade universal. Essa verdade seria uma “lei natural”, correspondente a uma moral universal, sem a qual a sociedade estaria ameaçada e perderia sentido. Segundo Brinkley, essa crença em uma moral universal só pode ser compreendida em associação à religiosidade protestante de Luce, que acreditava em uma presença ativa de Deus no mundo, sendo aquelas verdades universais diretamente derivadas dessa presença.

O interesse de Luce nas questões relativas à legislação internacional estava ligado ao seu esforço para combater o comunismo. Após falhar na persuasão em favor de uma intervenção militar direta feita pelos Estados Unidos na Ásia, voltou-se com força aos estudos sobre a possibilidade de uso de leis internacionais para combater a União Soviética. Para ele, as leis internacionais poderiam servir como ferramentas de expansão do capitalismo e da democracia, constituindo-se em importante instrumento para a realização plena do século americano e do cumprimento da missão americana no mundo. A fim de fortalecer a posição americana, estabelecia uma dicotomia entre os Estados Unidos e a União Soviética a partir da aplicação da legislação internacional, uma vez que acreditava serem os Estados Unidos os bastiões da moral, da ordem e das verdades universais, enquanto a União Soviética

LA PRENSA of Lima: On the chessboard of international rivalries, Khrushchev is now moving a pawn named Fidel Castro.

RODOLFO JOSE CARDENAS, a leader of Venezuela's Social Christian Copei: The Americans should not think that Latin America is tranquil at the prospect of Yankee intervention in Cuba, nor should the Russians think that Cuba will be a new Spain, a new Hungary or a new Korea “ IN: “The Monroe Doctrine: Reports of its death are greatly exaggerated”. *Time: The Weekly News Magazine*, 25 de julho de 1960, vol. 76, n. 4. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600725,00.html>. Acesso em: 29/08/2009.

representaria a imoralidade, a desordem e a ausência de princípios que colocariam a humanidade em risco.

[...] A União Soviética, ele argumentava, “não significava nada” e não honrava nenhum princípio. As leis soviéticas eram sem sentido porque [...] não tinham nenhuma base na moral ou na fé. Mas um verdadeiro regime de leis, Luce acreditava, poderia transformar o mundo comunista, ou pelo menos revelar seu vazio para outras nações. “Uma grande averiguação global sobre direito exporia os males do sistema soviético”, afirmava. A lei americana, se “significasse algo que está escrito em algum lugar no coração de todos os homens”, poderia representar “os princípios pelos quais nós existimos como nação” e poderia se tornar uma ponderosa ferramenta na batalha contra o comunismo. Poderia “aproveitar em conjunto nosso vasto poder militar e nossos propósitos políticos e ideais.”¹⁷⁰

O editor-chefe da Time Inc. realizou uma cruzada individual, a fim de convencer o presidente e todos os setores envolvidos na formulação da política externa americana do potencial uso da legislação internacional para derrotar o comunismo. Para isso, fez uma série de discursos em instituições como a American Bar Association, a Indiana Bar Association e na Universidade de St. Louis, além de manter viva correspondência com figuras-chave da política externa americana, como o secretário de Estado John Foster Dulles e o presidente Eisenhower, para promover as suas ideias. Também estimulou o debate sobre a legislação internacional nas páginas de suas publicações, através de artigos sobre reuniões dos organismos internacionais, como a ONU e a OEA, e editoriais publicados em *Life* em defesa desses órgãos como principais *locus* das batalhas internacionais. Como avalia Brinkley, a cruzada de Luce não produziu nenhuma nova lei nem teve o efeito desejado por ele na política externa americana, mas forneceu uma contribuição importante para tornar a legislação internacional parte do discurso nacional público americano¹⁷¹.

Compreende-se melhor, assim, a atenção dedicada ao papel da Organização dos Estados Americanos, bem como à utilização de dispositivos como a Doutrina Monroe, nas páginas de *Time* e *Life* como principais instrumentos para lidar com o “problema Castro”. Mas, apesar do apelo à solidariedade e à união interamericana, caberia ainda aos Estados

¹⁷⁰ “[...] The Soviet Union, He argued, “stood for nothing” and honored no principles. Soviet laws were meaningless because [...] they had no basis in morality or faith. But a true regime of laws, Luce believed, could transform the Communist world, or at least reveal its emptiness to other nations. “A great global inquiry into law would expose the evils of the Soviet system”, he argued. American law, if it could “mean something which is written somewhere in the hearts of all men”, could represent “the principles by we exist as a nation” and could become a powerful tool in the battle against Communism. It could “harness together our vast military might and our political and ideal purposes.” IN: BRINKLEY, *op. cit.*, p. 380.

¹⁷¹ BRINKLEY, *op. cit.*, p. 384.

Unidos a liderança dos projetos para neutralizar Cuba e, mesmo com todo o esforço para promover consenso e unidade nos planos e decisões dos Estados Unidos contra Cuba, as revistas reconheciam a existência de uma série de dificuldades à efetivação dessas ações. A maior delas era vencer a simpatia com que a Revolução Cubana era vista pela maior parte da população latino-americana, além de divergências entre os países membros da comunidade interamericana quanto a melhor solução a ser aplicada em relação a Cuba.

No mais, é interessante notar que qualquer falha no percurso para atingir os objetivos propostos através de acordos para isolar Cuba não era de responsabilidade dos Estados Unidos, mas sim latino-americana. Os Estados Unidos estavam fazendo o seu dever de casa e cabia aos seus vizinhos latinos fazerem os deles, caso quisessem ter o seu país livre de convulsões sociais que favorecessem a entrada do comunismo. Dessa forma, temos a reprodução, nas páginas das revistas, daqueles mesmos estereótipos desenvolvidos sobre a América Latina. Ainda em 1959, ao falar sobre a reunião da Comitê dos 21, reunindo os países membros da Organização dos Estados Americanos, a *Time* ecoa as palavras dos oficiais responsáveis pela política externa americana que diziam que os Estados Unidos deploravam as diferenças abismais existente no continente e, embora trabalhassem para ajudar a superar essas discrepâncias no desenvolvimento regional, cabia sobretudo aos países latino-americanos esforçarem-se para alcançar a prosperidade – a despeito da imagem negativa dos Estados Unidos na América Latina, como bem demonstraram as já citadas manifestações raivosas contra Nixon, em 1958, e o forte apelo popular da Revolução Cubana por todo o continente (inclusive nos Estados Unidos), como bem documentado e relatado pelas próprias revistas, apesar da oposição por elas manifesta aos desdobramentos da Revolução. Desse modo, no dia 11 de maio de 1959 lemos o seguinte na *Time*:

[...] Para os Estados Unidos, os porta-vozes latino-americanos disseram em efeito: o abismo entre seu padrão de vida e o nosso é tão amplo que ameaça a liberdade e a democracia em nossos países. Os Estados Unidos respondem: nós deploramos a disparidade, e no último ano enviamos \$736 milhões em ajuda para fechar a lacuna. Mas vocês devem ajudar demonstrando alguma da iniciativa que permitiu nossas 13 colônias originais a se desenvolverem da pobreza para a prosperidade.¹⁷²

¹⁷² “[...] To the U.S., the Latin American spokesmen said in effect: The gulf between your standard of living and ours is so broad that it threatens liberty and democracy in our countries. The U.S. reply: We deplore the gap, and last year sent \$736 million in aid to close it. But you must help by showing some of the initiative that enabled our 13 original colonies to build from poverty to prosperity.” “The Americas: Arabian nights in B.A.” IN: *Time*, 11 de maio de 1959, vol. 73, n. 19. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601590511,00.html>. Acesso em 23 de agosto de 2009.

A mesma postura foi mantida em outros momentos. Embora reconhecesse a necessidade da ajuda dos Estados Unidos, em 12 de setembro de 1960, afirmava-se que “o desenvolvimento da América Latina é basicamente tarefa da América Latina” e propunha medidas como “cortar barreiras comerciais que freiam o comércio internacional, e incidentalmente, no processo, dizimar burocratas parasitas aos milhares” e “estabilizar-se politicamente para encorajar investimentos domésticos” – pois “a “fuga de capital” para os Estados Unidos e a Europa nos últimos dez anos chega a 1,5 bilhões” – para promover o desenvolvimento latino-americano e, dessa forma, eliminar as condições que levaram à eclosão da Revolução Cubana e a tornavam exemplo para os milhares de habitantes da América Latina¹⁷³.

Paralelamente a essas propostas de como lidar com o problema que havia se tornado a Cuba de Fidel Castro, havia forte divulgação das deserções e das dificuldades enfrentadas pelo novo governo, além de artigos e reportagens diversas em tom de alerta sobre a “comunização” da ilha produzidos com o objetivo de justificar intervenções diretas no país. O próprio título das reportagens indicam o teor do conteúdo publicado pelas revistas a respeito de Cuba: “Cuba: O vizinho marxista”, “Cuba: Protetorado de Khrushchev”, “Cuba: Vermelhos triunfantes”, “Controle comunista na Cuba de Castro” eram apenas algumas das diversas reportagens produzidas com o fito de denunciar a escalada comunista no governo cubano¹⁷⁴.

Da mesma forma, qualquer manifestação contrária ao regime cubano era vista como sinal de enfraquecimento político de Fidel Castro, representando a possibilidade de haver uma nova convulsão social a fim de removê-lo do poder. Em 2 de fevereiro de 1960, uma manifestação em oposição à visita de Anastas Mikoyan foi saudada e descrita como “o primeiro sinal de aberta oposição cubana à influência soviética na ilha, foi algo que Castro não poderia permitir-se esquecer”.¹⁷⁵ A agitação promovida por estudantes contrários a sua

¹⁷³ “The development of Latin America is basically Latin America's job [...].Latin America could:

- Stabilize itself politically to encourage investing at home: "flight capital" to the U.S. and Europe in the last ten years comes to \$1.5 billion.
- Cut away trade barriers that brake international trade, and incidentally, in the process, mow down parasitic bureaucrats by the thousands. [...]”. IN: “The Americas: Coming to grips” .*Time*, 12 de setembro de 1960, vol. 76, n. 11. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600912,00.html>. Acesso em 1 de março de 2010.

¹⁷⁴ “Cuba: The Marxist Neighbor” (*Time*, 20 de junho de 1960), “Cuba: Khrushchev’s Protectorate” (*Time*, 18 de julho de 1960), “Cuba: Triumphant Reds” (*Time*, 29 de agosto de 1960), “Communism’s take over in Castro’s Cuba” (*Life* 18 de julho de 1960).

¹⁷⁵ “[...]the first sign of open Cuban opposition to Soviet influence on the island, was something Castro could not afford to forget”, no original. IN: “For guest Mikoyan, an explosive welcome down in Havana”. *Life*, 15 de fevereiro de 1960, vol. 48 n. 6. Pp. 30-1. Disponível em:

visita demonstravam que o “amor cubano pela liberdade estava trabalhando”¹⁷⁶. Por trás da intensa divulgação dessas informações havia o objetivo de transmitir a ideia de que a situação em Cuba tornara-se tão caótica ao ponto de haver um ambiente favorável para uma intervenção em Cuba que pudesse reverter o quadro político da ilha em favor dos Estados Unidos.

Além disso, *Time* mantinha-se vigilante a respeito da suposta supressão da liberdade de imprensa na ilha, corroborando, assim, o argumento anteriormente defendido nos editoriais de *Life* de que Cuba feria os princípios democráticos estabelecidos pela OEA. Em 11 de janeiro de 1960, *Time* falava sobre o “tipo de liberdade de Fidel”, que, “durante seu primeiro ano como chefe de Cuba”, “tem feito cada vez mais claro para jornalistas visitantes que eles estão trabalhando em tempo emprestado”, através de manifestações de hostilidade contra jornalistas estrangeiros estimuladas diretamente por Fidel Castro¹⁷⁷. Embora não tivesse tomado diretamente nenhuma publicação, o “ditador Castro” enganava a muitos insistindo que seu governo não colocava empecilhos ao exercício da liberdade de imprensa. Além disso, a maneira como os trabalhadores cubanos manifestavam sua discordância com o que a imprensa internacional dizia sobre as transformações promovidas pela Revolução na ilha era “visivelmente semelhante ao modo pelo qual os comunistas começaram a sua subjugação da imprensa na China”¹⁷⁸. Além disso, denunciava a tomada de jornais cubanos, como o *Diario de la Marina*¹⁷⁹, e bem como ações que seriam promovidas pelo governo cubano para silenciar a imprensa estrangeira operante em Cuba, como manifestações hostis e prisões de jornalistas estrangeiros – operações das quais a própria Time Inc. foi alvo. Em 19 de setembro de 1960, *Time* noticiava a intervenção do governo cubano em uma oficina que imprimia as edições latino-americanas da própria *Time* e do *Reader's Digest* em Cuba¹⁸⁰. *Life* exercia esse mesmo papel, ao publicar relatos de jornalistas da própria revista que sofriam algum tipo de sanção ao exercício de sua atividade no país. Em 25 de julho de 1960, foi publicado o relato do correspondente Judson Gooding, em que descrevia as “táticas de estado policial na Cuba

<http://books.google.com.br/books?id=90oEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

¹⁷⁶ “[...]Cuban love of liberty was at work.” IN: “The proconsul arrives”. *Time*, 15 de fevereiro de 1960, vol. 75, n. 7. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600215,00.html>. Acesso em: 30/01/2010.

¹⁷⁷ “During his first year as Cuba's boss, Premier Fidel Castro has made it increasingly plain to visiting newsmen that they are working on borrowed time IN: “Fidel's kind of freedom”. *Time*, 11 de janeiro de 1960. Vo. 75, n. 2. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600111,00.html>. Acesso em: 20/08/2009.

¹⁷⁸ “strikingly similar to the way in which the Communists began their subjugation of the press in China.” *Ibidem*.

¹⁷⁹ *Time*, 23 de maio de 1960, vol. 75, n. 1. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600523,00.html>. Acesso em 30 de janeiro 2010.

¹⁸⁰ “Takeover in Havana”. *Time*, 19 de setembro de 1960, vol. 76, n. 12. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600919,00.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.

de Castro”, onde ele e Bill Moeser, também correspondente de *Life*, ficaram presos por cerca de quatro dias sem julgamento na “feitura totalitária de Cuba”¹⁸¹.

Ambas as revistas referiam-se com frequência a supostas ações de censura por parte do governo cubano contra a imprensa de oposição em Cuba. Esse ponto merece alguma consideração: ao contrário do que noticiavam os periódicos estudados, o governo cubano não impôs nenhuma censura aos jornais e revistas existentes em Cuba que lhe faziam oposição. Relata Furiati a respeito disso:

Os jornais cubanos *Avance*, *Diário de La Marina*, e *Prensa Libre* publicavam declarações de exilados políticos em Miami e no Caribe, que reclamavam eleições e o fim da violência no país. Com os funcionários investindo contra os proprietários, Fidel pediu-lhes que tentassem uma solução harmônica, embora marcasse a sua posição: ‘Eles publicam o que querem e vêm dizer que aqui há censura? Isto é parte de um plano de difamação internacional para gestar as condições da agressão!’ Os proprietários, enfim, anunciaram o fechamento de suas publicações e se asilaram. [...] ¹⁸²

Para reforçar o argumento de que o governo instituído com a Revolução Cubana havia sido transformado em uma ditadura, ressaltava-se continuamente o personalismo do poder em Cuba na figura de Fidel Castro:

Não importa quão sérios sejam seus problemas econômicos ou quão preocupante sua nova oposição nas montanhas, Fidel Castro pode sempre fazer-se sentir bem de novo com um simples truque: organizando um comício, com cantos, desfiles e uma estrondosa ovação da multidão excitada. [...] ¹⁸³

No mais, mantinha-se a utilização de termos que sugeriam a ideia de insanidade, irracionalidade e passionalidade do governo cubano, cujo contraponto evidente eram os Estados Unidos, que incorporavam a imagem de maturidade, sanidade e racionalidade.

No campo oposto a Cuba, o grupo de aliados dos Estados Unidos na América Latina permanecia sendo valorado positivamente. Lideranças como os presidentes Rómulo

¹⁸¹ “Police-State tactics in Castro’s Cuba.” IN: *Life*, 25 de julho de 1960, vol. 49, n. 4. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=UE8EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

¹⁸² FURIATI, *idem*, p. 77.

¹⁸³ “No matter how serious his economic troubles or how worrisome his new opposition in the hills, Fidel Castro can always make himself feel good again with one simple device: staging a rally, with chants, parades and a thunderous ovation from the excited mob. [...]” IN: “Cuba: Rally round the maypole”. *Time*, 9 de maio de 1960, vol. 75, n. 19. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600509,00.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2010.

Betancourt, da Venezuela, Arturo Frondizi, da Argentina, Juscelino Kubitschek, do Brasil, Alberto Lleras Camargo, da Colômbia, e Jorge Alessandri, do Chile, são colocadas como contrapontos e alternativas à liderança e influência exercidas por Fidel Castro sobre a América Latina. Assim como Fidel, eles também empreendiam reformas julgadas fundamentais ao desenvolvimento de seus países, porém de uma forma considerada mais ordeira, dentro do que se considerava a ordem democrática, sem causar sobressaltos internos nem constituir ameaça à hegemonia norte-americana.

Um novo grupo de líderes, séria e responsabilmente determinado a livrar seu povo da doença, da fome e da ignorância, está trabalhando na América Latina. Esses líderes substituem os falantes militares de medalhas tilintantes de antes; eles evitam o exemplo demagógico de Fidel Castro em Cuba; eles valorizam instituições como Congresso, tribunais, constituição. Eles são os reais construtores do hemisfério.¹⁸⁴

A imagem construída de Betancourt é a de um político responsável, maduro e preocupado em promover melhorias nas condições de vida da população venezuelana sem afugentar os investimentos estrangeiros na Venezuela. Ele era, aos olhos da *Time*, exatamente o oposto de Fidel Castro, uma vez que afastara-se de tendências esquerdistas e se aproximara de um perfil social-democrata, preocupado em não promover alterações profundas na estrutura de poder venezuelana mantendo uma ordem favorável à preservação da hegemonia estadunidense. E concluía demonstrando que, ao contrário do que afirmava Castro com suas declarações antiamericanas, do governo americano estava se esforçando, sim, para colaborar e com governos desse tipo e estava disposto a manter sua ajuda:

Embora os Estados Unidos possam ajudar, a maneira de ajudar é igualmente tão importante como a própria ajuda. Os latino-americanos são muito orgulhosos para esmolas e muito cínicos para serem gratos por empréstimos feitos com restrições, por exemplo, como uma “recompensa” por não se tornarem comunistas, ou sob a condição de que o dinheiro seja gasto nos Estados Unidos. Eles também suspeitam da ajuda dada sob pressão, como a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento logo após o apedrejamento de Nixon. O único motivo honroso para ajuda é real

¹⁸⁴ “A new band of leaders, grimly and responsibly determined to rescue their people from disease, starvation and ignorance, is at work in Latin America. These leaders replace the medal-jingling military popinjays of old; they shun the demagogic example of Fidel Castro in Cuba; they cherish such institutions as Congress, courts, constitution. They are the hemisphere's real builders.” IN: “Venezuela: Old driver, new road”. *Time*, 8 de fevereiro de 1960, vol. 75, n. 6. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600208,00.html>. Acesso em 31 de janeiro de 2010.

preocupação com o tamanho do fosso entre os níveis de vida do norte e do sul do hemisfério.

[...] oficiais de Washington e a América Latina desaprovam a baixa prioridade que os Estados Unidos dão aos assuntos latino-americanos. O chefe do Departamento de Estado da América Latina posiciona-se com dez outros Secretários de Estado Assistentes, abaixo de dois Subsecretários e o próprio Secretário de Estado. Duas décadas atrás, o posto equivalente encontrava-se em terceiro. Alguns críticos pensam até que uma divisão especial do governo, talvez aproximadamente semelhante ao escritório de Relações da Comunidade de Nações da Grã-Bretanha, seja necessária para administrar as responsabilidades latino-americanas dos Estados Unidos com a compreensão necessária.

Em uma penetrante demonstração de simpatia e aprovação das novas aspirações democráticas e perspectivas da América Latina, Dwight Eisenhower irá lá esse mês para uma viagem de dez dias. Embora seja uma viagem de boa-vontade, ele sem dúvida será pressionado ao menos indiretamente por ajuda. Mas ele também descobrirá que a responsabilidade primária pelo desenvolvimento latino-americano, longe de ser deixada aos Estados Unidos, é corajosamente assumido pelos novos líderes como deles mesmos. Eles vêem friamente que devem ir de encontro às expectativas de seu povo por uma vida melhor; eles sabem que a oratória televisiva não alimenta ninguém; eles acreditam em um governo estável sob oficiais eleitos, com lei justa e constante¹⁸⁵.

Em meio a tudo isso, transmitia-se, também, a ideia de uma corrida armamentista na América Latina, o que, segundo as revistas, tornava ainda mais urgente uma ação por parte do governo estadunidense. Essas armas seriam destinadas ao treinamento de grupos guerrilheiros para que outras revoluções como a cubana se disseminassem pela América Latina. Para fazer frente a mais essa ameaça, outras ferramentas, além das disponibilizadas pelas esferas econômicas e diplomática, seriam necessárias para derrotar Castro. Nesse sentido, o estímulo a uma “volta à Serra Maestra” por grupos contrarrevolucionários se fazia uma outra fonte de desestabilização do governo revolucionário apoiada pelas revistas.

¹⁸⁵ “However the U.S. might help, the manner of helping is equally as important as the aid itself. Latin Americans are too proud for alms and too cynical to be grateful for loans made with strings, e.g., as a “reward” for not going Communist, or under the condition that the money be spent in the U.S. They also suspect help given under pressure, such as the creation of the Inter-American Development Bank shortly after the Nixon stoning. The only honorable motive for aid is real concern over the size of the gap between the levels of living of the hemisphere's north and south.

[...]many Washington and Latin American officials frown at the low priority the U.S. gives Latin American affairs. The State Department's Latin America chief ranks with ten other Assistant Secretaries of State, below two Deputy Under Secretaries, two Under Secretaries and the Secretary of State himself. Two decades ago, the equivalent post ranked third. Some critics even think that a special branch of government, perhaps roughly similar to Britain's Commonwealth Relations office, is needed to administer the U.S.'s Latin American responsibilities with the necessary understanding.

In a pointed show of sympathy and approval for the new democratic aspirations and prospects of Latin America, Dwight Eisenhower this month will go there for a ten-day tour. Though it is a good-will tour, he will doubtless be pressed at least indirectly for aid. But he will also find that the primary responsibility for Latin American development, far from being left to the U.S., is courageously shouldered by the new leaders as their own. They see coldly that they must meet the expectations of their people for a better life; they know that television oratory feeds nobody; they believe in stable government under elected officials, with just and constant law.” *Idem*.

3.3.1 – Uma voz para os exilados

Concomitantemente à sua crescente oposição ao governo estabelecido em Cuba após a vitória da Revolução Cubana, as publicações da Time Inc. assumiram o papel de porta-vozes da oposição em Cuba. Ainda em 1959, tanto *Time* como *Life* comemoravam abertamente cada manifestação explícita de segmentos da sociedade cubana contra as medidas de Fidel Castro, o que ajudava a tornar mais claro de que lado as revistas se posicionavam. Com o passar do tempo, e à medida que as tensões entre Cuba e Estados Unidos foram se agravando, tornava-se mais clara a atuação de ambas em articular um grupo de opositores que pudessem pôr fim, ou pelo menos limitar, a atuação dos grupos empenhados na promoção de reformas radicais operantes no governo cubano. Toda e qualquer manifestação contra as medidas adotadas pelo governo revolucionário eram saudadas por ambas como sinais de que haveria, de fato, a possibilidade de reverter a situação em favor de um quadro que fosse mais favorável aos setores médios cubanos e aos interesses econômicos e hegemônicos norte-americanos.

Sem abandonar as críticas ao governo revolucionário – expressas através de reportagens sobre a proximidade entre Cuba e a União Soviética, o “caos” da economia cubana após as diversas reformas feitas pelo governo revolucionário, afetando, principalmente, as empresas norte-americanas –, aproximadamente a partir de outubro de 1960, a atenção das revistas no que diz respeito a Cuba se voltaram com mais insistência sobre a atuação de grupos da oposição ao governo revolucionário e a viabilidade dessa mesma oposição tomar o poder.

Em sua edição do dia 31 de outubro de 1960, a *Life* dava ampla publicidade às deserções, às dificuldades com que se deparava a economia cubana e aos treinamentos de grupos contrarrevolucionários nos Estados Unidos, os quais, segundo a revista, mostravam a “mesma energia e senso de táticas de guerrilha que Castro usou para derrotar Batista”, a despeito das divisões internas entre os diversos grupos de oposição a Castro. E Castro sabia e temia isso, afirmava¹⁸⁶.

Esses grupos de oposição tinham traços bem próprios, que os diferenciavam dos demais grupos contrarrevolucionários existentes em Cuba em momentos históricos anteriores. Jesus Arboleya pontua algumas características desses grupos de oposição formados após a

¹⁸⁶ “[...]But despite their divisions, the groups are beginning to display the same energy and sense of guerrilla tactics which Fidel Castro used to defeat Batista. Castro knows and fears it.” IN: “From Cuban jungle to the U.S. going gets rougher for Castro’s regime”. *Life*, 31 de outubro de 1960, vol. 49, n. 18. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=9E0EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 14 de março de 2011.

vitória da revolução liderada por Fidel Castro¹⁸⁷. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que após 1959, pela primeira vez os contrarrevolucionários cubanos foram obrigados a se estabelecerem fora do país. Outro fator de diferenciação entre a contrarrevolução pré e pós-1959 é o fato de que, após a vitória do exército liderado por Fidel Castro, os grupos de oposição ao novo governo tiveram que operar fora da esfera do Estado – e foi exatamente este fato que levou ao seu estabelecimento fora do território nacional. Embora se refira exclusivamente aos cidadãos cubanos, pode-se acrescentar a esse dado fornecido por Arboleya o fato de que as transformações empreendidas pela revolução atraíram para Cuba também um oponente externo, os Estados Unidos, o que contribuiu para o fortalecimento de uma opinião contrária aos desdobramentos da revolução tanto dentro como fora da ilha. No entanto, tanto a oposição interna como a externa, oriunda dos Estados Unidos, estavam interligadas por uma cadeia de relações longamente estabelecida que ligava a burguesia cubana aos interesses norte-americanos. A respeito da oposição interna, Arboleya afirma:

[...] o fenômeno contrarrevolucionário dentro da imigração possui dois componentes. Um, de mais longo alcance e claramente na maioria, reflete as múltiplas e complexas relações daqueles setores com o processo revolucionário que decidiram emigrar, e que reforça essa posição em acordo com as demandas e benefícios impostos pela política americana em relação a Cuba. O outro constitui um movimento político militante, na minoria, firmemente ligado ao governo americano, que se tornou uma estrutura subversiva profissional cuja continuidade recai sobre o bem-estar pessoal e o status político dos envolvidos.

Num primeiro momento, a contrarrevolução se referia à restauração da estrutura e valores essenciais da sociedade pré-revolucionária, então seus principais líderes eram fundamentalmente figuras que exerceram um papel ativo na política cubana tradicional. Mas posteriormente se tornou a expressão dos planos políticos de uma burguesia cubana consolidada como o resultado de suas ligações dentro da estrutura de poder americana. Se considerava capaz de participar organicamente no sistema de alianças com outras forças, a fim de impor uma política cubana que, se bem sucedida, os possibilitaria colher os benefícios resultantes do papel que eles esperavam exercer nos novos mecanismos de dominação que os Estados Unidos imporiam ao país. Essa nova natureza da contrarrevolução está relacionada ao grau de integração dos cubanos imigrantes na sociedade norte-americana e ao peso específico da comunidade cubano-americana no conjunto daquela sociedade¹⁸⁸.

¹⁸⁷ ARBOLEYA, Jesús. *The Cuban counterrevolution*. Ohio University Center for International Studies, 2000.

¹⁸⁸ “[...] the counterrevolutionary phenomenon within the immigration has two components. One, more far reaching and clearly in the majority, reflects the multiple and complex relations of those sectors with the revolutionary process which decide to emigrate, and which reinforce this position in accordance with the demands and benefits imposed by U.S. policy toward Cuba. The other constitutes a militant political movement, in the minority, tightly linked to the U.S. government, which has become a professional subversive structure whose continuity bears upon the personal well-being and the political status of those involved. “At first, the counterrevolution referred to the restoration of the structure and essential values of the prerevolutionary society, thus its main leaders were primary figures that had played an active role in traditional

A intenção das revistas em apoiar os grupos opositores era exatamente estabelecer uma “correção” nos rumos da revolução, em favor de uma ordem econômica e política que estabelecessem um governo de feição mais liberal e, portanto, mais de acordo com os interesses dos Estados Unidos. Pois, como também pontua Arboleya, as restrições ao governo cubano eram também ideológicas: uma vez que o regime instituído por Fidel assumia feições nacionalistas, antiimperialistas e, posteriormente, socialistas, aqueles que eram contra ele dispunham de uma ideologia que seria a antítese da esboçada pelo governo revolucionário de Cuba. Nesse sentido, bastante espaço foi concedido às críticas e deserções dos membros moderados do governo e dos apoiadores iniciais da revolução contrários aos rumos que ela havia tomado.

O conjunto dos opositores a que as revistas davam voz era composto por diferentes atores, incluindo políticos, membros do governo revolucionário desencantados com a revolução, militares, donos de grandes jornais cubanos (*Diário de la Marina* e *Avance*, por exemplo), antigos apoiadores de Fulgencio Batista, oficiais de governos estrangeiros (inclusive o americano), grupos armados contrarrevolucionários e setores da Igreja Católica.

No dia 25 de abril de 1960, a *Time* publicava uma pequena reportagem versando sobre a atuação de grupos contrarrevolucionários armados na Serra Maestra, berço da revolução vitoriosa em janeiro de 1959, ao passo que a edição de 30 de maio do mesmo ano noticiava o pronunciamento do arcebispo Enrique Pérez Serantes contra o governo revolucionário cubano¹⁸⁹. Nessa última, a fala do arcebispo aponta para uma divisão no meio clerical cubano a respeito da Revolução: de um lado, havia os franciscanos ao lado de Fidel e, de outro, os jesuítas, que apoiavam uma cruzada anticomunista pela Igreja Católica cubana. Apesar dessa divisão, acreditava-se que a posição do arcebispo seria a prevalecente, pois era ele o mais respeitado prelado cubano. O tema da oposição de setores da Igreja ao governo liderado por Fidel Castro foi retomado na edição de 22 de agosto da mesma revista, onde, após mencionar as críticas de Fidel à instituição, conclui afirmando que Castro não deveria desconsiderar a

Cuban politics. But later it became the expression of the political plans of a Cuban bourgeoisie consolidated as a result of its links with the U.S. power structure. It considered itself capable of participating organically in the system in alliance with other forces, in order to impose a Cuba policy which, if successful, would enable them to reap the benefits resulting from the role they hoped to play in the new mechanisms of domination which the United States would impose on the country. This new nature of the counterrevolution is related to the degree of integratin of the Cuban immigrants into North American society and to the specific weight of the Cuban-American community in the whole of that society.” IN: ARBOLEYA, *idem*, pp. x-xi.

¹⁸⁹ “Cuba: Back to the Sierra Maestra”. IN: *Time*, 25 de abril de 1960, vol. 75, n. 17. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600425,00.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2010. “Cuba: The Archbishop Speaks”. IN: *Time*, 30 de maio de 1960, vol. 75, n. 22. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600530,00.html>. Acesso em 30 de Janeiro de 2010.

importância da Igreja, pois ela havia sido aliada poderosa para promover a derrocada de ditaduras em outros países latino-americanos, como Argentina, Venezuela e Colômbia¹⁹⁰. O destaque concedido à oposição católica a Castro não era em vão: acreditava-se que, como a maioria da população cubana declarava-se católica, a Igreja poderia, sim, cumprir um papel importante ao conquistar o apoio popular numa luta pela mudança na direção do país. Castro mesmo reconhecia esse objetivo, ao afirmar que “o problema religioso foi utilizado como um instrumento de resistência à Revolução... sobre o fato de que o catolicismo era a religião da classe afetada...”¹⁹¹.

De todos os grupos opositoristas a Castro, porém, um dos que mais ganhou relevância nas revistas foi a atuação de tropas paramilitares em Cuba, pois, segundo a Time Inc., seriam elas as responsáveis por derrubar Fidel Castro, depondo-o da mesma forma que ele depusera Batista. Ao relatar as ações desses grupos, buscava-se sempre transmitir a ideia de que haveria um clima popular de suporte a esses movimentos armados, dando a entender ao leitor que o governo Castro vivencia uma queda cada vez maior de popularidade.

Os mais ativos ainda não estavam nas montanhas, mas nas ruas e nas fazendas. Entre a classe média que financiou a revolta de Castro, um dito cruel se espalhou: “Nós o trouxemos ao poder, e nós o retiraremos.” Um velho rebelde que ainda pode se expressar, o arcebispo de Santiago Pérez Serantes, falou por todos em uma nova carta pastoral lida na província de Oriente. “Quantos comunistas fizeram pela revolução quanto nós fizemos?”, perguntou ao seu público. “Devemos sofrer docilmente e silenciosamente tendo-os agora vindo e dando lições de patriotismo a heróis? Cuba, Sim; Comunismo, Não.”¹⁹²

Castro acusava essas ações como sendo patrocinadas pelos Estados Unidos, enquanto a Time Inc. as via como sinais de que mudanças estavam por vir na vida política da ilha, negando, contudo, que fossem promovidas pelo governo americano e afirmando serem realizadas como ações de cubanos “patrióticos”. Castro estava correto. Enquanto a Time Inc. clamava por medidas mais eficazes por parte do governo americano contra Cuba, em março

¹⁹⁰ “Cuba: Castro v. the Church”. IN: *Time*, 22 de agosto de 1960, vol. 76, n. 8. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601600822,00.html>. Acesso em 31 de Janeiro de 2010.

¹⁹¹ Fidel Castro, citado em: FURIATI, Cláudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 2 vols. P. 60.

¹⁹² “The biggest stirrings were not yet in the hills but in the streets and on the farms. Among the middle class that financed Castro's revolt, a grim saying has spread: "We brought him to power, and we'll bring him down." One old rebel who can still speak out, Santiago's Archbishop Pérez Serantes, spoke for all in a new pastoral letter read in Oriente province. "How many Communists did for the revolution as much as our own did?" he asked his people. "Must we suffer tamely and silently having these now come and give lessons in patriotism to heroes? Cuba, Yes; Communism, No."” IN: *Time*, 17 de outubro de 1960, vol. 76, n. 16. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601601017,00.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.

de 1960, a administração Eisenhower lançava o “Programa de Ação Encoberta Contra o Regime de Castro” (“Program of Covert Action Against the Castro Regime”). A responsabilidade pela execução do programa caberia à Agência Central de Inteligência (CIA), que ficaria responsável pelo recrutamento e treinamento de cubanos exilados dispostos a pegar em armas para lutar contra o governo revolucionário cubano. Mais objetivamente, o propósito do programa seria “causar a substituição do regime Castro por um mais devotado aos verdadeiros interesses do povo cubano e mais aceitável aos Estados Unidos. Basicamente o método de alcançar esse fim será induzir, apoiar, e tanto quanto possível dirigir ações, tanto dentro como fora de Cuba, por grupos selecionados de cubanos de um modo que possa ser esperado que e possam empreendê-la por conta própria.”¹⁹³.

O resultado final da ação foi a desastrosa tentativa de invasão de Cuba pela Baía dos Porcos por membros de diversos grupos de oposição ao governo revolucionário treinados pela CIA, evento que, ao olhar das revistas, representou uma significativa derrota para os Estados Unidos em sua guerra contra Cuba.

3.4 – Baía dos Porcos: Onde foi que nós erramos?

O ano de 1961 iniciou-se de forma brusca para as relações cubano-americanas, pois, em janeiro daquele ano, Cuba e Estados Unidos romperam relações diplomáticas. O ato foi uma consequência de ações adotadas por um e outro lado e que colocavam os dois países em lados opostos: Cuba buscando construir seu próprio caminho de desenvolvimento, independente da tutela norte-americana, e os Estados Unidos tentando manter a ilha e o restante da América Latina dentro de sua área de influência, contrários a meios alternativos de desenvolvimento, posto que ameaçadores à sua hegemonia no que tradicionalmente fora o seu quintal. Findava também a era Eisenhower e iniciava-se o governo Kennedy, sem que houvesse profundas alterações na política externa americana para a América Latina. Influenciado pela teoria da modernização, o recém-empossado presidente americano deu continuidade ao “Plano Eisenhower”, que previa ajuda financeira para auxiliar na promoção do desenvolvimento da região, porém sob o nome de “Aliança para o Progresso”, uma das

¹⁹³ “The purpose of the program outlined herein is to bring about the replacement of the Castro regime with one more devoted to the true interests of the Cuban people and more acceptable to the U.S. Essentially the method of accomplishing this end will be to induce, support, and so far as possible direct action, both inside and outside of Cuba, by selected groups of Cubans of a sort that they might be expected to and could undertake on their own initiative.” IN: “A Program of Covert Action Against the Castro Regime”. Washington, 16 de março de 1960. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB353/19600316.pdf>. Acesso em 3 de agosto de 2011.

principais expressões da “Nova Fronteira” do seu governo. Oficialmente lançado em agosto daquele ano, na conferência da OEA realizada em Punta Del Este, Uruguai, previa a transferência à região de um montante de \$20 milhões, no prazo de dez anos.

Além da Aliança para o Progresso, Kennedy deu continuidade, também, ao Programa de Ação Encoberta contra o regime de Castro, iniciado na administração anterior. *Time* e *Life* deram ampla visibilidade ao treinamento dos grupos contrarrevolucionários ao longo de todo o ano de 1961, sem saber, porém, que esses grupos faziam parte do plano de ação traçado pelos Estados Unidos contra Cuba. Pode-se deduzir isso pela defesa feita nas páginas da *Time* de que os Estados Unidos colaborassem com esses grupos, fornecendo-lhes treinamento e armamentos.

[...] eles precisam de ajuda, e logo. A necessidade primária é por mais e melhores comunicações com o exterior. Instrutores são necessários para os rebeldes como se usam bazucas, canhões sem recuo. Peritos em demolição são necessários para trabalhos especiais como explosão de pontes. E então uma zona central regular de descida deve ser construída em uma posição facilmente defensável. “Nós já reconhecemos o lugar”, disse um dos rebeldes semana passada. “É um desfiladeiro longo e estreito. Nós podemos detê-lo. Dessa vez nós estamos voltando para ficar.”¹⁹⁴

Era visível o entusiasmo das revistas com o treinamento e as ações promovidas pelos cubanos “patrióticos” contra Cuba, pelo menos até a concretização final da ação. Após sofrer algumas modificações, o plano foi levado a cabo em abril de 1961 e culminou na fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos realizada por mercenários treinados pela CIA.

Ao contrário do que *Time* e *Life* afirmavam, a ação provava que as denúncias de Fidel Castro sobre o risco de uma invasão de Cuba por mercenários treinados pelos Estados Unidos não eram ilusórias como as revistas faziam crer ao leitor americano. Inicialmente saudada em ambas as revistas como um ato patriótico dos cubanos fugidos de Cuba por oposição ao governo revolucionário e como algo que pudesse recuperar os ideais que, ao seu ver, haviam sido traídos pelo governo Castro¹⁹⁵, a fracassada operação logo se tornou alvo aberto de

¹⁹⁴ “[...] they need help, and soon. The primary need is for more and better communications with the outside. Instructors are needed to teach the rebels how to use bazookas, recoilless rifles. Demolition experts are needed for special jobs such as blowing up bridges. And then a regular central drop zone must be set up in an easily defensible position. “We have already spotted the place,” said one of the rebels last week. “It’s a long, narrow canyon. We can hold it. This time we’re going back to stay.”” IN: “Cuba: Getting Ready”. *Time*, 31 de março de 1961, vol. 77, n. 14. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601610331,00.html>. Acesso em 26 de abril de 2011.

¹⁹⁵ “ ‘Secret’ Cuban operation comes out in the open”. IN: *Life*, 14 de abril de 1961, vol. 50, n. 15. Pp. 28-33. Disponível em: http://books.google.com/books?id=9IEEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&dq=LIFE&lr=lang_en&as_drrb_is

críticas oriundas de diversos setores da imprensa americana em geral – da Time Inc., inclusive – após descoberta a ligação do governo americano com a operação. Ao invés de colocar a revolução no rumo desejado pelo governo americano e pelos opositores, em geral, do governo Castro, a operação fez explodir várias manifestações antiamericanas em diversas partes do mundo, principalmente na América Latina, conforme noticiado pelas próprias revistas¹⁹⁶.

Apesar da conhecida ligação de Luce com o alto escalão do governo americano e de suas contribuições com a CIA, como nos referimos no capítulo anterior, não é possível identificar, pela leitura das revistas, qualquer conhecimento seu ou de qualquer membro de seu *staff* sobre os detalhes da operação que levou à ação na Baía dos Porcos. Apesar de publicarem diversas reportagens mostrando o treinamento das tropas que participariam da invasão, pela análise empreendida das revistas acreditamos que a Time Inc. sequer sabia do envolvimento do governo americano na ação. Como uma ação que se pretendia ser discreta, é difícil crer que, em algum momento, a CIA tenha estabelecido alguma relação com a imprensa de modo a utilizá-la como algum instrumento para propagandear a ação.

Mesmo com as dificuldades em obter outros documentos relacionados a Luce e a Time Inc. que pudessem ajudar a esclarecer melhor o nível de seu envolvimento com as questões relacionadas a Cuba, a documentação relacionada a Luce na John F. Kennedy Library sugere ampla comunicação entre o editor-chefe da Time Inc. e o presidente americano e, de acordo como material disponibilizado na internet, Cuba figurou entre os principais temas abordados na comunicação entre ambos¹⁹⁷. Como não poderia deixar de ser, o fracasso da tentativa de invasão de Cuba esteve entre os assuntos de suas conversações e se tornou objeto de discordância entre ambos quanto à política americana em relação a Cuba¹⁹⁸.

=b&as_minm_is=1&as_miny_is=1959&as_maxm_is=12&as_maxy_is=1961&as_brr=0&as_pt=MAGAZINES &hl=pt-BR&cd=1#v=onepage&q&f=true. Acesso em 22 de março de 2011.

¹⁹⁶ “Nation: Simpathy & Dismay”. IN: *Time*, 28 de abril de 1961, vol. 77, n. 18. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601610428,00.html>. Acesso em 26 de abril de 2011. “The bitter fruits of defeat: worldwide jeers – and tears”. IN: *Life*, 28 de abril de 1960, vol. 50, n. 17. Pp. 22-3. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=7FAEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&rvview=1#v=twopage&q&f=true>. Acesso em 26 de abril de 2011.

¹⁹⁷ As relações entre Luce e Kennedy não eram novas. Luce mantinha relações pessoais próximas com Joseph Kennedy, embaixador americano na Grã-Bretanha em 1940 e pai do presidente americano. Foi por sugestão dele que Luce escrevera a introdução de *Why England Slept*, livro de autoria do presidente americano lançado em 1940, à época recém-egresso de Harvard, onde escrevera a tese que dera origem ao livro. O livro foi relançado em 1961, sendo novamente Luce convidado – dessa vez pelo próprio John F. Kennedy – a escrever o seu prefácio.

¹⁹⁸ Henry R. Luce, entrevista gravada realizada por John L. Steele, 11 de novembro de 1965, John F. Kennedy Library Oral History Program. Disponível em: <http://archive2.jfklibrary.org/JFKOH/Luce,%20Henry%20R/JFKOH-HRL-01/JFKOH-HRL-01-TR.pdf>. Acesso em 3 de julho de 2010.

O motivo que suscitou tais divergências foi um artigo de autoria do jornalista Charles J. V. Murphy, na edição da *Fortune*, de setembro de 1961. O artigo, chamado “Cuba: The Record Set Straight”, teve por objetivo identificar os erros cometidos pelo governo americano que tornaram a operação na Baía dos Porcos um fiasco. O governo Kennedy, então, enviou um memorando a Luce contendo 17 pontos criticando o artigo a respeito de informações que a administração considerava equivocadas a respeito do episódio, exigindo que correções fossem feitas no artigo. Após reunir-se com membros de sua equipe, Luce não cedeu à pressão do governo e posicionou-se ao lado de Murphy, acreditando que as ideias defendidas no artigo estavam corretas¹⁹⁹.

Independente do atrito causado em função do artigo de Murphy, o presidente e Luce mantiveram uma relação cordial. Em entrevista concedida ao programa de história oral da John F. Kennedy Library, Luce relata um encontro com Kennedy na Casa Branca, realizado pouco após o desastre americano na Baía dos Porcos. O presidente havia acabado de pronunciar um discurso no Congresso americano, em que propôs o programa espacial que previa um investimento a longo prazo na quantia de 20 milhões de dólares para levar o homem à lua. Entre outros assuntos – dentre os quais a admissão da China comunista à Organização das Nações Unidas – o editor-chefe da Time Inc. e o então presidente americano discutiram o que os Estados Unidos deveriam fazer em relação a Cuba após a derrota americana. Ao ser questionado por Kennedy sobre esse ponto, Luce, mais uma vez, reafirmara a reaplicação da Doutrina Monroe.

[...] Agora havia a Baía dos Porcos que não poderia ser completamente ignorada, e então ele me perguntou o que ele deveria fazer agora. E eu disse, “Bem, do meu ponto de vista a resposta é muito simples, a saber que uma forte aplicação da Doutrina Monroe deveria ser reaplicada, reafirmada.” Eu não achava que isso estivesse em conflito – qualquer contradição ao caráter global da história atual. [...]”²⁰⁰

De fato, após o fiasco da invasão, a Time Inc. empreendeu uma cruzada em favor da intervenção norte-americana direta em Cuba, em nome da Doutrina Monroe e da preservação da hegemonia estadunidense. O editorial de *Life* do dia 28 de abril de 1961, tornava bem claro a posição da empresa a respeito dos impactos da derrota à posição americana na Guerra Fria e

¹⁹⁹ A documentação a respeito disto, bem como outros dados referentes à relação entre Luce e o presidente Kennedy, podem ser consultadas em <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-031-019.aspx>.

²⁰⁰ “[...] Now there was the Bay of Pigs that could not be ignored entirely, and so he asked me what he should do now. And I said, “Well, in my mind the answer is very simple, namely that a strong application of the Monroe Doctrine should be re-applied, re-asserted.” I did not think it was in conflict—any contradiction to the global character of current history. [...]” LUCE, *idem*, p. 23.

na América Latina, ao mesmo tempo em que defende de forma incisiva a intervenção dos Estados Unidos em Cuba para que o seu prestígio fosse recuperado e a ameaça comunista afastada de uma vez da América Latina. A OEA permanecia sendo vista como a principal via de ação dos Estados Unidos. Porém, caso não conseguissem romper o imobilismo da organização, fazendo com que seus demais países membros passassem efetivamente à ação para conter o “problema hemisférico” que era Cuba, deveriam agir de forma independente do órgão para solucionar esse problema.

Chegou a hora para a OEA pescar ou cortar a isca.

Os Estados Unidos devem aceitar parte da culpa pela queda de Cuba para o comunismo. Nós somos acusados, com alguma verdade e muito exagero, de ter negligenciado as mais urgentes necessidades da América Latina. Nós estamos agora agindo rápido para compensá-las, como testemunha a rápida ação do Congresso na semana passada sobre os \$500 milhões para a “Aliança para o Progresso” de Kennedy. Nenhum verdadeiro amigo de Cuba revogaria qualquer coisa que fosse genuína nas reformas de Castro; seu único objetivo deve ser a expulsão do comunismo e o estabelecimento de eleições livres e o autogoverno. Mas se os outros membros da OEA não podem se juntar aos Estados Unidos em resoluções efetivas e ações para esse fim, então os Estados Unidos devem lidar mais discriminadamente com um corpo cuja oratória recorrente sobre democracia e liberdade se prova vazia quando ambos estão sendo solapados. Quadros, presidente do Brasil, e Frondizi, presidente da Argentina, se encontraram na fronteira na semana passada para prometerem a si mesmos defender sua herança cristã comum em um “mundo em aflição”. A aflição do mundo se aprofundará rapidamente a menos que eles e outros líderes tornem tais promessas mais específicas e significativas.²⁰¹

A partir de então, passou-se a defender a superação do “tabu” existente entre os países latino-americanos quanto à intervenção direta nos assuntos internos de qualquer país do continente. Caso os Estados Unidos não conseguissem conquistar o apoio de todos ou da maioria dos países da América Latina para isso, poderiam recorrer à Doutrina Monroe

²⁰¹ “The time has come for the OAS either to fish or cut bait.

The U.S. must accept part of the blame for the fall of Cuba to Communism. We are accused, with some truth and much exaggeration, of having neglected Latin America’s most urgent needs. We are now moving fast to make up for that, as witness Congress’ swift action last week on the \$500 million for Kennedy’s “Alliance for Progress”. No true friends of Cuba would repeal whatever was genuine in Castro’s reforms; their sole goal must be the eviction of Communism and the establishment of free elections and self-government. But if the other members of the OAS cannot joint the U.S. in effective resolutions and actions to this end, then the U.S. must deal more discriminately with a body whose perennial oratory about democracy and freedom proves empty when both are being undermined. Brazil’s President Quadros and Argentina’s President Frondizi met at the border last week to pledge themselves to defend their common Christian heritage in a “world in anguish”. The world’s anguish will swiftly deepen unless they and other leaders make such pledges more specific and meaningful.” IN: “Castro III: The Hemisphere Problem”. *Life*, 28 de abril de 1961, vol. 50, n. 17. P. 30. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=7FAEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&view=1#v=twopage&q&f=tru> e. Acesso em 31 de março de 2011.

considerando o comunismo uma ameaça externa não só ao continente americano, mas também à segurança externa dos Estados Unidos.

Argumentava-se que a não intervenção em outros momentos históricos resultou em significativas derrotas para os defensores da liberdade, como na China, em 1949, e quando da anexação da Áustria por Hitler. Além disso, na complexidade das relações entre as nações, intervenções ocorriam o tempo inteiro, fosse através de auxílio econômico ou da intervenção militar direta e sua aplicação poderia levar ao isolamento. A não intervenção, portanto, seria inadequada para a complexidade das relações internacionais dos anos 1960, sendo plenamente justificada quando “a causa é justa e os meios são proporcionais com o fim. Com as nações, como com os homens, justiça, honra e o direito de autodefesa algumas vezes não apenas permitem o uso da força, como exigem isso.”²⁰² Esse era o caso das relações entre Estados Unidos e Cuba e “se, no futuro, os Estados Unidos não cumprirem aquela promessa, então a Doutrina Monroe pode, por descuido, se tornar uma letra morta.”²⁰³, especialmente após a declaração oficial por parte de Fidel Castro de ser Cuba um país socialista. Este fato, porém, poderia ser utilizado pelos Estados Unidos como um instrumento capaz de reabilitar o prestígio americano, analisavam as revistas.

Os clamores intervencionistas das revistas eram contrabalançados pelo apoio da Time Inc. à Aliança para o Progresso, lançada pelo governo Kennedy na conferência dos chanceleres americanos reunidos em Punta Del Este, no Uruguai, em agosto de 1961. A medida era compreendida como um plano de urgência para reparar os danos causados à imagem dos Estados Unidos após o fiasco da Baía dos Porcos e para fazer um contraponto à popularidade alcançada por Fidel e a Revolução Cubana após a expulsão dos invasores. Ao mesmo tempo, sua assinatura era vista como uma superação do tempo em que os Estados Unidos eram alvos constantes de manifestações e críticas pelos vizinhos latino-americanos.

Mais do que nunca o argumento que prevalecia era o de que a ajuda fornecida pelos americanos só produziria resultados se contasse com o empenho dos países latino-americanos na sua execução. Dessa forma, as revistas urgem os países latino-americanos a colaborarem de maneira efetiva não só para promover o desenvolvimento da região como também para limitar a influência de Castro na América Latina e, por tabela, do comunismo no hemisfério.

²⁰² “[...] the cause is just and the means are commensurate with the end. With nations as with men, justice, honor and the right of self-defense sometimes not only permit the use of force, but require it.” IN: “Foreign Relations: The Right to Intervene”. *Time*, 19 de maio de 1961, vol. 77, n. 21. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601610519,00.html>. Acesso em 27 de abril de 2011.

²⁰³ “If, in the future, the U.S. does not live up to that vow, then the Monroe Doctrine may, by default, become a dead letter.” IN: “Cuba: Socialist, Yes; Elections, No”. *Time*, vol. 77, n. 20. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601610512,00.html>. Acesso em 27 de abril de 2011.

Nesse sentido, qualquer falha na implantação do projeto era de responsabilidade latino-americana e várias foram as críticas direcionadas aos países da América Latina diante dos poucos resultados obtidos após a implementação do projeto.

Depois de Punta del Este e depois da expulsão da Cuba de Castro da Organização dos Estados Americanos, havia esperança de que nós finalmente tínhamos chegado a um ponto de encontro político no qual as 20 demais nações poderiam trabalhar juntas. Mas um ano depois há menos constitucionalismo na América Latina, não mais; há mais instabilidade política, não menos.

[...]

Por um longo tempo os latino-americanos regularmente (embora não muito corretamente) acusaram os Estados Unidos de não prestarem atenção neles. Muitos latino-americanos continuarão a se mostrarem sensíveis à “intervenção” americana (como se comprar mais ou menos café ou subescrever a *Aliança* não equivalesse a “intervenção”!). Mas o velho liberal espanhol Salvador de Madariaga, um crítico de muitas ações americanas, atribui muito da aversão aos Estados Unidos na América Latina ao “lado mais escuro da natureza humana: ingratidão, inveja, orgulho.”²⁰⁴

Em outras palavras, os latino-americanos eram os próprios culpados pelo seu subdesenvolvimento. Invocando Rodó, Che Guevara, naquela mesma reunião de Punta Del Este, sintetizou bem a fórmula empregada pelos formuladores da política externa americana e pelas revistas a respeito dos flagelos sofridos pelas populações latino-americanas. Che acusava os Estados Unidos de planejarem colocar “toda a cultura da América Latina a serviço dos planos de propaganda do imperialismo, para demonstrar que a fome de nossos povos não é fome alguma, mas preguiça. Magnífico!”²⁰⁵.

Em meio ao fervor intervencionista, a Time Inc., então, preparou uma série de reportagens, dessa vez sobre a América Latina, publicadas na *Life*, alertando aos leitores, em geral, que o inimigo estava à porta e nada mais havia a ser feito senão derrotá-lo.

²⁰⁴ “After Punta del Este and after the expulsion of Castro’s Cuba from the Organization of American States, there was hope that we had finally arrived at a political meeting place in which the 20 remaining nations could work together. But a year later there is less constitutionalism in Latin America, not more; there is more political instability, not less.

[...]

For a long time Latin Americans regularly (although not very accurately) charged the U.S. with paying no attention to them. Many Latin Americans will continue to affect sensitivity about U.S. “intervention” (as if buying more or less coffee or underwriting *Alianza* did not amount to “intervention!”). but the vintage Spanish liberal Salvador de Madariaga, a critic of many U.S. actions, ascribes much dislike of the U.S. in Latin America to “the darker side of human nature: ingratitude, envy, pride.”. IN: “Junta troubles for Alianza”. *Life*, 24 de agosto de 1962, vol. 53, n. 8. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=DU4EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>.

Acesso em 25 de agosto de 2011.

²⁰⁵ GUEVARA, Che apud SKIDMORE, Thomas. “Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal-entendido?”. IN: *Estudos Históricos*, vol. 13, n. 24 (1999). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2095/1234>. Acesso em 17 de abril de 2012.

3.4.1 – Crise na América Latina: um espectro ronda o continente

A série sobre o propósito nacional americano, publicada em diversos números da *Life* de 1960, serviu de estímulo às reflexões sobre o papel dos Estados Unidos na Guerra Fria – especialmente a Luce, que, a partir dos artigos escritos para a série, definiu para si não só qual seria o propósito nacional americano, como também o propósito mesmo das revistas sob sua direção dentro do contexto da Guerra Fria. Para Luce, dos artigos escritos para a série, os que melhor definiram o *national purpose* foram os de David Sarnoff, general da reserva do exército americano e presidente da RCA, e o de John Gardner, presidente da Carnegie Corporation de Nova Iorque. Em seu artigo, Gardner defendia que os americanos saíssem em “busca pela excelência”. Sarnoff, por sua vez, expunha abertamente a necessidade dos Estados Unidos tornarem a sua vitória na Guerra Fria sua principal meta. E foi exatamente o texto de Sarnoff que mais exerceu influência sobre Luce.

Como já foi anteriormente citado²⁰⁶, em um discurso proferido para membros executivos da Time Inc., em 1961, Luce estabeleceu ser o principal objetivo da Time Inc. o combate ao comunismo, comprometendo e exigindo de cada membro da empresa um engajamento nesta guerra particular contra o inimigo. Esse objetivo e esse comprometimento foram tornados públicos no editorial da *Life*, de 2 de junho de 1961. Sob o título de “Nós devemos ganhar a Guerra Fria”, enfaticamente afirmava-se que o clímax da Guerra Fria se aproximava e era necessário que os Estados Unidos se mostrassem resolutos a adotar um curso de ação, utilizando todos os métodos disponíveis, para vencer o conflito com a União Soviética. Em tom alarmista, afirmava-se que a escolha americana deveria ser a “implacável luta para forçar a retirada do comunismo – ou encarar a rendição da própria Liberdade”.²⁰⁷ O esforço deveria partir não apenas das ações oficiais do governo americano, devendo, também, envolver todo o conjunto da população americana. Dessa forma, *Life* se comprometia explicitamente em ser um dos instrumentos a serem utilizados na luta contra o comunismo.

[...] é hora da América tornar irrevogavelmente claro que está determinada a ganhar a Guerra Fria e ver o fim dos esforços comunistas para dominar o mundo. Há alternativa razoável? Dizer que estamos determinados a derrubar o comunismo não significa que nós devemos toda vez escolher os meios mais provocativos. Um relaxamento das tensões pode ser desejável, aqui ou

²⁰⁶ Capítulo 2, página 52.

²⁰⁷ “We must win the Cold War: Our choice is implacable fight to force Communism’s retreat – or face Liberty’s own surrender”. IN: *Life*, 2 de junho de 1961, vol. 50, n. 22. P. 64. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=AFIEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 23 de março de 2011.

ali. Mas para muitos americanos pensar que relaxamento das tensões é um fim em si mesmo, ou que isso levará à Paz durável – pensar assim é estar em um estado de total confusão sobre as realidades do século 20. Outro dia o Departamento de Estado disse que o comunismo não é negociável neste hemisfério. Ele sabe que o comunismo não é realmente negociável em lugar nenhum. O comunismo conquista suas vitórias pela força, ou ameaça da força, ou subversão algumas vezes mascarada como “negociação”. Os comunistas sabem disso muito bem. Assim também deveria todo americano. Mas nós estamos sendo muito “negativos” se nós fazemos a derrubada do movimento comunista um objetivo primordial? Há um sentimento muito civilizado, e talvez muito americano, que não queremos ser simplesmente *contra* alguma coisa; nós queremos ser *por* alguma coisa. Bem, nós *somos por* alguma coisa; nós somos pela Liberdade. E nós somos por inúmeras coisas que apóiam a Liberdade.

[...]

“Uma vez para cada homem e cada nação chega o momento de decidir.” Para alguns homens e para algumas nações ele chega duas vezes em uma geração – ou três vezes ou quatro. Ele chegou novamente para a república americana.²⁰⁸

Cuba, especialmente após o fracasso da ação americana na Baía dos Porcos, figurava entre os principais elementos que tornavam evidentes a proximidade daquele clímax, ao mesmo tempo em que revelava a urgência de uma ação americana eficaz contra a expansão do perigo comunista nos quatro cantos do globo.

Uma vez exposta claramente a disposição da Time Inc. em lutar no *front* interno a fim de conquistar corações e mentes para derrotar o comunismo, as revistas se mantiveram engajadas num plano de ação contra Fidel Castro. Os ataques das revistas se tornaram ainda mais intensos após Fidel Castro ter declarado publicamente, no dia 16 de abril de 1961, ser Cuba um país socialista. Nesse sentido, foram produzidas reportagens e séries alarmistas chamando a atenção sobre os perigos decorrentes da ausência de uma ação imediata dos Estados Unidos para pôr fim à penetração comunista do continente via Cuba.

²⁰⁸ “[...] it is time for America to make irrevocably clear that it is resolved to win the Cold War and see the end of Communist efforts to dominate the world.

Is there reasonable alternative? To say that we are determinate to overthrow Communism does not mean that we must at all times choose the most provocative means. A relaxation of tensions may be desirable, now here, now there. But for any American to think that relaxation of tensions is a goal in itself, or that it will lead to durable Peace – so to think is to be in a state of utter confusion about the realities of the 20th Century. The other day the State Department said that Communism is not negotiable in this hemisphere. The State Department knows better than that. It knows that Communism is not truly negotiable anywhere. Communism wins its victories by force, or the threat of force, or subversion sometimes masked as “negotiation”. The Communists understand that very well. So should every American.

But are we being too “negative” if we make the overthrow of the Communist movement a paramount aim? There is a very civilized, and perhaps very American, feeling that we don’t want to be simply *against* something; we want to be *for* something. Well, we *are for* something; we are for Liberty. And we are for a host of things that support Liberty.

[...]

“Once to every man and nation comes the moment to decide.” To some men and to some nations it comes twice in a generation – or three times or four. It has come again for the American Republic.” *Ibidem*.

Sob a imagem do olhar vigilante de Fidel Castro, na mesma edição de 2 de junho de 1961, *Life* lançou uma série em cinco partes sob o sugestivo título de “Crise na América Latina”. O texto de apresentação da série – também publicada nas edições internacional e latino-americana da revista – vinha logo abaixo ao olhar de Castro e resumia bem o que viria a seguir:

Os olhos messiânicos de Fidel Castro, hipnótico e com fome de poder, criaram um novo e aterrorizador perigo para os Estados Unidos. Suas ameaças de tomar a América Latina eram a princípio risíveis; ele já tem feito profundas invasões e seu ímpeto está crescendo. Mas Castro é apenas uma face dos problemas da América Latina. Os outros são mais difíceis de ver. Para mostrá-los, LIFE essa semana começa uma série especial em cinco partes sobre a crise latino-americana a qual deve ser atendida se a liberdade e a ordem em nosso hemisfério quiserem sobreviver.²⁰⁹

A primeira reportagem da série é dedicada justamente a alarmar sobre o perigo imposto à América Latina por Fidel Castro, analisando as táticas supostamente utilizadas por Fidel Castro para espriar o movimento revolucionário por toda a América Latina. Primeiramente, procura-se explicar por que o que chama de “fidelismo” exercia uma influência tão forte na América Latina, o que é feito da seguinte forma:

Que um estudante de direito barbudo em uma pequena ilha possa ameaçar um hemisfério inteiro e até mais parece inconcebível. Mas o *Fidelismo*, o culto de Fidel, possui três poderosas qualidades. A primeira é o próprio Castro – um fascinante mestre político cuja ambição em se tornar uma figura mundial quase chega à insanidade. A segunda é o comunismo internacional que, com Castro como sua ferramenta, pela primeira vez encontra-se com os meios para cercar integralmente a América Latina. A terceira é a vulnerabilidade da própria América Latina, seus países pobres, divididos, politicamente instáveis.²¹⁰

Neste e em outros trechos, produz-se uma visão sobre a América Latina que é bastante peculiar, ao mesmo tempo em que enquadra-se na série de estereótipos produzidos sobre a

²⁰⁹ “The messianic eyes of Fidel Castro, hypnotic and hungry for power, summon up a new and nightmarish danger for the U.S. His threats to take over Latin America were at first laughable; already he has made deep inroads and his momentum is increasing. But Castro is only one face of the troubles of Latin America. The others are more difficult to see. To show them, LIFE this week starts a special five-parts series on the Latin American crisis which must be met if freedom and order in our hemisphere are to survive.” *Ibidem*, p. 81.

²¹⁰ “That a bearded student of law on a small island can so menace an entire hemisphere and more seems inconceivable. But *Fidelismo*, the cult of Fidel, has three powerful assets. The first is Castro himself – a spell-binding master politician whose ambition to become a world figure amounts almost to insanity. The second is world Communism which, with Castro as its tool, finds itself for the first time with the means to lay full-time siege to Latin America. The third is the vulnerability of Latin America itself, its countries poor, divided, politically unstable.” *Ibidem*, p. 82.

América Latina destacados por Feres, aos quais já nos referimos anteriormente. Em primeiro lugar, chama a atenção da representação do próprio Fidel Castro, cuja única característica destacada remete à ideia do tradicional caudilho latino-americano ávido por poder, que aparece somada à ideia de irracionalidade. Outra ideia transmitida é a da América Latina como uma região politicamente instável, acentuada pela incapacidade de seus líderes políticos – ambiciosos, que só pensam em si – superarem suas rivalidades e pôr fim aos diversos problemas presentes na região. Tal linha de interpretação leva à conclusão de que, uma vez dada a irracionalidade e instabilidade crônica, a única solução possível aos problemas latino-americanos viria de fora, através da ajuda externa daquele que seria seu oposto, os Estados Unidos. Em outras palavras, fica implícito que, diante de tamanhas dificuldades, consideradas impossíveis de serem solucionadas pelos próprios latinos, os americanos – ou seja, a razão e a estabilidade – deveriam tomar uma atitude a fim de solucionar esses problemas e pôr fim à ameaça de ocorrência de uma desestabilização ainda maior que aumentasse os riscos de transformação da América Latina em uma região dominada por regimes de orientação comunista. Ao final, a solução dos problemas latino-americanos passaria pela intervenção e pela liderança norte-americana.

A presença estadunidense, aliás, é constantemente apresentada pelas revistas como algo positivo e benéfico para o país que recebia a influência americana, representando sinônimo de progresso; a partir do momento em que os Estados Unidos se faziam ausentes de algum país, as coisas começariam a se encaminhar por um rumo negativo. E era exatamente isso o que havia se passado em Cuba após a revolução. São constantemente invocadas comparações entre Cuba antes e depois da revolução, antes e depois da interferência norte-americana. Na Cuba pré-revolucionária, predominava um país e uma economia alegre e pujante; após a revolução, especialmente a partir do momento em que os interesses norte-americanos na ilha começaram a ser diretamente atingidos pelas mudanças revolucionárias, o que prevalece é a imagem de um país cinzento, em ruínas e em rápida decomposição.

Naquela mesma edição de 2 de junho de 1961, o que se segue àquela apresentação da série é a primeira reportagem da mesma, em que se mostrava o que denomina de “táticas” do castrismo para promover a revolução na América Latina. Sob o título de “O ameaçador golpe do castrismo”²¹¹, já nas suas primeiras páginas, há a fotografia de uma manifestação de camponeses no Brasil, na cidade de Recife, sob a liderança de Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas. O retrato de Fidel Castro em meio aos manifestantes era o sinal do que

²¹¹ “The Menacing Front of Castroism”, *Ibidem*, p. 82.

poderia acontecer caso a influência cubana não fosse imediatamente contida. Ao longo da reportagem, mostram-se ações supostamente estimuladas por agentes castristas em diferentes países da América Latina. Em meio a tantos exemplos, notadamente sobre aúpostas ações castristas no Uruguai e na Venezuela, sobressai a situação brasileira, onde se considerava a existência de uma “frente de Fidel entre camponeses empobrecidos”²¹².

O esbelto, enérgico homem acima e a multidão de pessoas do interior agradecidamente o aplaudindo são a mais explosiva combinação revolucionária na América Latina. Os dois elementos se aproximaram não através de qualquer feito de Castro ou do comunismo mas através de duas das coisas mais antigas e simples no mundo – miséria humana e compaixão humana.²¹³

Julião é imediatamente descrito como um revolucionário em potencial, não só pela liderança que exercia sobre o movimento dos camponeses, mas também pela proximidade aos líderes comunistas cubanos e chineses. A demora em uma ação do governo brasileiro para resolver o problema agrário no sertão brasileiro, afirmava, fazia o programa de Julião ir direto ao encontro dos interesses dos comunistas.

Enquanto isso os camponeses começaram a sentir o poder da ação conjunta. O próprio Julião descobriu duas coisas: os programas de reforma agrária da China vermelha e de Cuba, e o fato de que ele, Julião, tem “carisma” – o dom de inspirar lealdade fanática e amor entre seus seguidores. [...] Julgando que os poderes estabelecidos não ajudariam ou não poderiam ajudar com a reforma agrária, a qual ele acredita ser o único caminho para melhorar a sorte dos camponeses, Julião se torna um revolucionário. Ele naturalmente encontrou sua solução nos braços dos comunistas. Ele se encontrou com Mao Tse-tung na China vermelha. Ele tem sido o convidado de honra de Fidel Castro em Cuba. Agora ele é um apaixonado apoiador de Fidel, venerando sua preocupação inicial com os cubanos pobres e cego às suas iniquidades. Para Julião os ataques dos Estados Unidos contra Castro são somente uma repetição dos ataques que latifundiários entrincheirados no Brasil tem feito contra ele.²¹⁴

²¹² “A Fidel Front among Impoverished Peasants”, *Ibidem*, pp. 88-89.

²¹³ “The slender, intense man above and the crowd of country people gratefully applauding him are potentially the most explosive revolutionary combination in Latin America. The two elements came together not through any doing of Castro or Communism but through two of the oldest and simplest thing in the world – human misery and human compassion.” *Ibidem*, p. 88.

²¹⁴ “In the meantime the peasants have begun to feel the power if joint action. Julião himself has discovered two things: the land reform programs of Red China and Cuba, and the fact that he, Julião, has “charisma” – the gift of inspiring fanatic loyalty and love among his followers. [...]

Finding that the established powers would not or could not help with the land reform, which he believes is the only way to better the peasants’ lot, Julião became a revolutionary. He naturally found his way into the waiting arms of the Communists. He has visited with Mao Tse-tung in Red China. He has been the honored guest of Fidel Castro in Cuba. Now he is a passionate supporter of Fidel, revering his early concern for the poor Cuban

Julião se torna, então, um exemplo de proliferação do modelo castrista na América Latina, caso algo não fosse imediatamente feito para melhorar as condições de vida das milhares de pessoas vivendo em condições degradantes na região. O Brasil, aliás, se tornou uma das principais preocupações da revista, sendo objeto da segunda reportagem da série sobre a crise latino-americana. Publicada na edição de 16 de junho de 1961²¹⁵, relatava-se as dificuldades enfrentadas cotidianamente pela família de Flávio da Silva, um jovem de 12 anos de idade, filho de um casal de retirantes nordestinos que morava, junto com os pais e outros sete irmãos, em uma favela no Rio de Janeiro. A matéria tinha o sugestivo título “A Temerosa Inimiga da Liberdade: Pobreza”²¹⁶ e, mais uma vez, o objetivo era, para além de meramente descrever os problemas enfrentados por pessoas em diversos países latino-americanos, alertar para a necessidade de se fazer algo para melhorar as condições de vida na América Latina. A precariedade das condições de vida é mais uma vez vista como um prato cheio para a penetração comunista da região e o principal entrave à luta contra o comunismo na região. A situação da família era representativa de toda a América Latina e inspirava perigo e desafio econômico para o mundo livre, segundo a revista. A única forma de evitar que o inimigo se alastrasse pelo continente era oferecer à população latino-americana melhorias reais nas suas condições de vida. A receita para pôr fim a essa situação ao mesmo tempo perigosa e caótica era simples: bastava combinar o desenvolvimento econômico com o fortalecimento das instituições democráticas, de modo a promover a ascensão social dos habitantes da região que, até então, estavam excluídos dos benefícios do desenvolvimento. “O mundo livre oferece liberdade e livre desenvolvimento econômico como um meio para as terras do quintal ajudarem a si mesmas”²¹⁷, afirmava. Nesse sentido, via-se com bons olhos a Aliança para o Progresso, que seria lançada oficialmente pelo presidente Kennedy no mês seguinte na conferência realizada em Punta del Este, no Uruguai.

Na edição da *Life*, de 14 de julho de 1961, na penúltima parte da série, a imagem da América Latina como um continente marcado pelas diferenças sociais, pela instabilidade política e pela incapacidade de resolver seus problemas por si mesma é reforçada através da análise do desenvolvimento histórico da região. O próprio título da reportagem reafirma a visão que a revista tinha da América Latina: “A história de turbulência da América Latina:

peasants and blind to his iniquities. To Julião U.S. attacks on Castro are only a repetition of the attacks which entrenched landowners (*latifundists*) in Brazil have made on him.” *Ibidem*, p. 88.

²¹⁵ *Life*, 16 de junho de 1961, vol. 50, n. 24.

²¹⁶ “Freedom’s Fearful Foe: Poverty”, IN: *Ibidem*, pp. 86-98.

²¹⁷ “The free world offers liberty and free economic development as a way for backyard lands to help themselves”, *Ibidem*, p. 86.

Dos conquistadores até hoje, uma tradição de caos e divisão”.²¹⁸ Ela é marcada por um conjunto de assimetrias que diferenciam claramente os Estados Unidos da América Latina, do que resulta uma imagem bastante positiva das ações americanas, sendo retomada a ideia de “império benevolente”, que denotava a positividade da intervenção estadunidense para promover o desenvolvimento e a estabilidade política na região. Em determinado momento da reportagem, fala-se sobre a presença estrangeira na região, sob o subtítulo “Por mais de um século, a bênção e a maldição da intervenção estrangeira”.²¹⁹ Como próprio subtítulo já indicava, a constante presença estrangeira na região após a independência era vista de maneira ambígua, sendo positiva e negativa ao mesmo tempo. Destacavam-se as intervenções promovidas pelos Estados Unidos e outros países – com destaque para França, Grã-Bretanha e Alemanha – nos diversos países latino-americanos. Segundo a revista, apesar de outros países interferirem diretamente no curso dos acontecimentos políticos na região, nenhuma ação era mais ressentida pelos latino-americanos do que as realizadas pelos Estados Unidos.

[...] Por intervenção os latino-americanos querem dizer qualquer coisa desde estabelecer uma indústria útil até estabelecer um funesto protetorado apoiado pelos *marines* americanos. Apesar do frequente bem comercial que tem feito a eles, os latino-americanos acham toda a coisa detestável.²²⁰

Apesar de reconhecer os abusos cometidos pelos Estados Unidos em suas incursões pela região, a revista não deixa de creditar positivamente as benesses proporcionadas aos latinos pela presença americana. Relatando o histórico das intervenções norte-americanas na América Latina, elogiava-se a política da boa vizinhança do governo Franklin D. Roosevelt e apontava-se para o saldo positivo obtido por essa mesma política:

[...] Daquele acordo nasceu a atual Organização dos Estados Americanos, na qual cada país possui uma voz e nada mais. O espírito conciliatório do presidente Roosevelt também encorajou a cooperação econômica. Sua continuação ajudou a trazer uma medida de progresso social e industrial. [...].²²¹

²¹⁸ “Latin America’s story of turbulence: From Conquistadors to today, a tradition of chaos and division”. IN: *Life*, 14 de julho de 1961, vol. 51, n. 2. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=gIQEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=twopage&q&f=true>. Acesso em: 25 de março de 2011. Pp. 80-9.

²¹⁹ “For more than a century, the blessing and the curse of foreign intervention”. *Ibidem*, Pp. 85-6.

²²⁰ “[...] By intervention Latin Americans mean anything from establishing a useful industry to setting up a baneful protectorate backed by the U.S. Marines. Despite the frequent commercial good that it has done them, Latin Americans find the whole thing hateful.” *Ibidem*, p. 85.

²²¹ “[...] From that agreement grew the present Organization of American States, in which each country has one voice and no more. President Roosevelt’s conciliatory spirit also encouraged economic cooperation. Its continuance has helped bring about a measure of social and industrial progress [...]” *Ibidem*, p. 85.

Após fazer todo esse levantamento sobre os principais problemas que afetavam a América Latina, tornando-a propícia à propagação do ideal comunista e da influência cubana no quintal dos Estados Unidos, a solução proposta pela revista era clara: era necessário promover na América Latina um modelo de desenvolvimento pautado na modernização econômica, que propiciaria a elevação dos níveis de vida da maioria da população latino-americana e a formação de uma classe média capaz de fortalecer as instituições democráticas. Segundo *Life*, para que tal projeto surtisse efeito, era crucial a participação de programas de transferência de recursos para a região pelos Estados Unidos. Dessa forma, o projeto proposto pela revista ia de encontro às ideias defendidas por Luce em relação ao fortalecimento da política externa americana para impor uma derrota definitiva ao comunismo. Voltamos mais uma vez, aqui ao entusiasmo com que a Time Inc. via o projeto de auxílio econômico da administração Eisenhower e, posteriormente, a Aliança para o Progresso do governo Kennedy.

Paralelamente à campanha promovida por *Life*, alertando sobre a urgência de uma eficaz ação anti-Castro, a revista *Time* mantinha-se empenhada também no mesmo sentido, também insistindo na importância da Aliança para o Progresso para solucionar aquelas mazelas latino-americanas que tornavam a América Latina propícia à influência cubana e à ocorrência de revoluções de cunho socialista.

Porém, ao mesmo tempo em que se defendia a ação conjunta, esposava-se abertamente nas páginas da *Time* o viés da intervenção como meio para solucionar os problemas que aflingiam a região. A justificativa para a intervenção americana era conhecida: além da manutenção do prestígio estadunidense na Guerra Fria, havia também a necessidade dos Estados Unidos – um país que se acreditava livre dos problemas sociais crônicos e das disputas políticas intestinas, tais como existiam na América Latina - exercerem sua liderança para superar as rivalidades existentes na região e, assim, pôr fim ao perigo de penetração comunista do hemisfério via Cuba. Conforme vimos acima, a derrota americana na Baía dos Porcos e a declaração de ser Cuba um país socialista somente tornaram mais urgentes a suspensão do princípio da não intervenção que vigorava nas relações interamericanas.

Mesmo assim, a Organização dos Estados Americanos permanecia sendo considerada a via por excelência para a imposição de sanções contra Cuba. A criação da Aliança para o Progresso havia sido um passo importante para os Estados Unidos fazerem frente ao governo cubano, avaliavam *Time* e *Life*. No entanto, ainda não era suficiente para resolver o “problema

Castro”, posto que, para elas, o que importava era a saída definitiva de Fidel do poder e a instalação de um governo favorável aos interesses americanos. Nesse sentido, continuaram pressionando pela realização de eleições, criticando a ausência de uma imprensa de oposição, a perseguição dos opositores políticos e a continuidade dos fuzilamentos – mesmo que agora ocorressem numa escala menor -, bem como criticavam ferozmente a decisão cubana de se tornar, definitivamente, um país socialista, a proximidade com a União Soviética e as políticas adotadas pelo governo cubano que restringiam cada vez mais os investimentos norte-americanos na ilha. Em vista de toda essa oposição, qualquer ação que pudesse resultar em danos para o governo revolucionário era bem vista pelas revistas. Desse modo, a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, em 1962, foi saudada pelas revistas como uma importante vitória dos Estados Unidos na luta contra Cuba, mesmo que não se obtendo a maioria dos votos favoráveis²²². Segundo a interpretação das revistas, esse era um sinal de que os próprios latino-americanos convenciam-se de que eles deveriam superar o temor existente por conta da popularidade de Castro e da Revolução Cubana no continente e engajarem-se na luta contra a penetração comunista na América via Cuba.

3.5 – Crise dos mísseis: uma vitória americana

Como já foi dito, em meio a todas as denúncias contra o governo cubano e aos apelos intervencionistas, algo que chamava muito a atenção das revistas era o aumento do poder militar de Cuba. A obtenção de armamentos pela ilha caribenha era vista por elas como uma ameaça à estabilidade hemisférica e sinalizava a existência de uma corrida armamentista na região do Caribe, o que colocaria em risco a segurança hemisférica, principalmente a dos Estados Unidos. Desde 1959, várias foram as reportagens produzidas atentando para esse fato, com as revistas defendendo abertamente o envio de uma frota da marinha americana para patrulhar a região e impedir que novas armas chegassem a Cuba e que as armas enviadas pelo governo cubano para auxiliar outros movimentos revolucionários na América Latina alcançassem o seu destino, principalmente na Nicarágua e na República Dominicana, onde desenvolviam-se movimentos de luta armada inspirados em Cuba para derrubar as ditaduras ali existentes. A aproximação de Cuba à União Soviética, que passaria a lhe fornecer

²²² “The Americas: Full Circle at Punta Del Este”. *Time*, 9 de fevereiro de 1962, vol. 79, n. 6. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601620209,00.html>. Acesso em 9 de maio de 2011. Foram obtidos apenas 14 votos favoráveis à expulsão, numa votação que obteve as notáveis abstenções de Brasil, Argentina e México.

armamentos, elevou o tom das denúncias e do alarme das revistas sobre os riscos que isso poderia acarretar para o equilíbrio das forças militares no hemisfério e na Guerra Fria.

A compra de armamentos soviéticos por Cuba ganhou impulso especial após a tentativa americana de invadir Cuba através da Baía dos Porcos. Nikita Krushchev havia declarado que a União Soviética auxiliaria na defesa de Cuba, alegando que qualquer ataque contra a ilha seria compreendida como um ataque à própria União Soviética. Fidel Castro tomou as palavras do líder soviético como um acordo formal estabelecido entre ambos e exigiu que o governo soviético cumprisse o prometido e enviasse o armamento necessário à defesa de Cuba. Como fruto desse acordo, em meados de 1962 começaram a chegar em Cuba os primeiros mísseis a serem instalados para defesa da ilha. A instalação dos mísseis era vantajosa para os dois lados: para Cuba, pois adquiria, dessa forma, mais um meio de defesa contra um possível ataque estadunidense, e para a União Soviética, que obteve, com esse acordo, a possibilidade de se posicionar estrategicamente de modo a contrabalançar a sua desvantagem na corrida armamentista. No dia 14 de outubro de 1962, os Estados Unidos divulgaram imagens feitas por um avião de espionagem americano que mostravam a construção de bases de lançamento dos mísseis e, no dia 22, o presidente Kennedy fez um pronunciamento na televisão americana informando o público americano o que estava acontecendo. Estava iniciada a crise que pôs o mundo à beira de uma guerra nuclear.

Meses antes, as revistas já atentavam para a movimentação soviética em solo cubano, suspeitando de que se tratassem de militares e de que haveria, também, o descarregamento de material bélico – algo que também era investigado pela inteligência americana. Apesar da negativa do próprio governo americano, afirmando que o pessoal soviético em Cuba eram apenas técnicos, a atitude de ambas foi de denunciar a presença soviética na ilha como uma tentativa do governo soviético em provocar um quadro de instabilidade no hemisfério, o que forçaria as “emocionais, economicamente desequilibradas e demasiadamente analfabetas repúblicas abaixo do Rio Grande” a preservar suas “frágeis estruturas políticas”²²³. Sinais da instabilidade causada pela aliança cubano-soviética já seriam evidentes, de acordo com elas. Segundo a análise da *Time*, as manifestações populares contra os governos da Venezuela, da Guatemala e do Panamá, por exemplo, e as dificuldades enfrentadas pelo governo americano para conquistar o apoio latino-americano para declarar o sistema cubano como incompatível com os ideais democráticos da OEA, eram vistas como sinais da vulnerabilidade da América Latina à influência cubana, o que demandava uma ação de força dos Estados Unidos em

²²³ “Cuba: The Russian Presence”. IN: *Time*, 14 de setembro de 1962, vol. 14, n. 11. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601620914,00.html>. Acesso em 11 de maio de 2011.

relação a suas relações com a ilha a fim de evitar maiores danos. A intervenção militar armada era mais uma vez invocada para pôr fim à influência cubana, sendo desta vez lembrados instrumentos legais que validariam uma ação norte-americana desse tipo:

Se alguma justificativa for necessária além da Doutrina Monroe, há o Tratado de Assistência Recíproca de 1947, a Carta de manutenção da paz da OEA, e a resolução anticomunista da OEA de 1954. A ação sob a Carta da OEA pode abranger desde um bloqueio (que um perito da marinha americana estimou que poderia ser facilmente mantido por dois porta-aviões e 16 destróieres) até a invasão direta.²²⁴

Além desse amparo legal, haveria também, avaliava, o apoio de setores da sociedade latino-americana, como mostravam as opiniões do jornal brasileiro “O Estado de São Paulo”, manifestações ocorridas na Costa Rica e a preocupação manifesta, segundo a revista, pela maioria dos governos latino-americanos com a preparação militar cubana. Tanto *Time* como *Life*, ao agir dessa forma, opunham-se frontalmente aos argumentos utilizados pelo governo americano para justificar uma não intervenção em Cuba. À ideia de que Cuba não representava uma ameaça aos Estados Unidos, pois os armamentos adquiridos eram de natureza defensiva, afirmava-se que a distinção entre o que era ofensivo e o que era defensivo era enganosa, pois dependia de como as armas eram utilizadas, contra quem e o quão expressivas eram. Ao argumento de Kennedy de que não havia evidência de uma força de combate organizada de qualquer país do bloco soviético em Cuba, respondia-se que Fidel Castro não precisava de tropas; tudo o que ele precisava era da aparelhagem eletrônica, os radares e os técnicos fundamentais às guerras modernas: “ele possui todas as armas que ele pode usar. O que ele precisa, e o que ele está conseguindo, são os eletrônicos, radares e peritos em mísseis tão vitais para a guerra moderna.”²²⁵ Negava ainda a ideia presente entre os *policymakers* ao redor de Kennedy de que os Estados Unidos só poderiam lidar com Cuba considerando-a parte do desafio imposto pelo comunismo, pois, desse modo, os Estados Unidos não poderiam realizar qualquer ação contra Cuba sem correr o risco de elevar as tensões em outros pontos críticos da Guerra Fria – Laos, Vietnam e Berlim. Segundo *Time*, este argumento levava à esterilidade, pois, levada ao extremo, esta política impediria os Estados Unidos de realizarem qualquer tipo de ação contra a agressão comunista em qualquer

²²⁴ “If any justification was needed beyond the Monroe Doctrine, there was the 1947 Treaty of Reciprocal Assistance, the peace-keeping OAS Charter, and the 1954 OAS anti-Communist resolution. Action under the OAS Charter might range from a blockade (which a U.S. Navy expert estimated could easily be maintained by two aircraft carriers and 16 destroyers) to outright invasion.” *Idem*.

²²⁵ “[...] he has all the home-grown gun totes he can use. What he does need, and what he is getting, is the electronics, radar and missile experts so vital to modern warfare.” *Ibidem*.

parte do mundo. No mais, a política americana de tentar isolar Cuba econômica e politicamente estava produzindo poucos resultados.

O comunismo de Castro não enfraqueceu; e não irá enquanto Khrushchev, a pouco custo ou risco, puder sustentá-lo. O fortalecimento militar vermelho é grande [...]. Castro impõe uma ameaça militar, se não aos Estados Unidos então para outras nações latino-americanas. Mais que isso, a falha americana para se mover contra Castro se coloca como um convite aberto a aventureiros latino-americanos de todas as espécies políticas para assumir o controle sem medo de efetiva reação americana²²⁶.

Afirmava-se, ainda, que o problema cubano poderia ter sido solucionado se o governo americano tivesse fornecido o apoio necessário ao sucesso da invasão da Baía dos Porcos. Com o passar do tempo, as escolhas se tornavam cada vez mais difíceis, restando, então, como únicas opções para lidar com Castro a imposição de um bloqueio naval a Cuba, sob o risco de ter navios americanos e soviéticos atirando uns contra os outros, ou apoiar ações militares contra Cuba por nações latino-americanas anticomunistas.

No dia 21 de setembro, a *Life* publicou um ácido editorial urgindo o governo americano a, mais uma vez, contando com o apoio latino-americano, invocar a Doutrina Monroe – segundo o editorial, ameaçada pela escalada militar soviética na ilha – e decretar um bloqueio naval a Cuba como única forma de parar a chegada de armamentos soviéticos à ilha.

A escalada militar de Khrushchev em Cuba [...] é um insolente desafio ao hemisfério ocidental que até agora não arrancou nenhuma resposta adequada do presidente dos Estados Unidos. A Casa Branca está envolvida no que parece ser indecisão. A medida de indecisão é compreensível, pois nós fomos habilidosamente emboscados por Khrushchev. Mas o presidente deve agir, e nós incitamo-lo a invocar a Doutrina Monroe, uma pedra fundamental da política externa americana, para prevenir nova importação de armas comunistas por Castro.

[...] Nós sugerimos que a questão é já suficientemente grave; que a presença de massivas armas e soldados soviéticos nesse hemisfério é hostil à Doutrina Monroe, e que ela deveria ser especificamente definida para expulsá-los.

[...]

Como Kennedy pode então parar ulteriores armas comunistas para Cuba e fazer uma atualização da Doutrina Monroe perdurar? Ele tem dado alguns primeiros passos. Ele está fazendo pressão sobre nossos aliados na OTAN para que não deixem seus navios serem fretados para seu tráfego. Dean Rusk propôs um encontro informal dos ministros das relações exteriores do

²²⁶ “Castro Communism has not withered away; and it will not so long as Khrushchev, at little cost or risk, can sustain it. The Red military buildup is big [...]. Castro does pose a military threat, if not to the U.S. then to other Latin American nations. More than that, the U.S. failure to move against Castro stands as an open invitation to Latin American adventurers of all political stripes to take over without fear of effective U.S. reaction.” *Ibidem*.

hemisfério ocidental para continuar ajudando as nações caribenhas a patrulhar suas costas contra armas contrabandeadas *a partir de* Cuba.

Esses passos não são suficientes. O próximo, nós sugerimos, é que a Marinha americana com qualquer apoio latino-americano que consigamos reunir, parar e revistar todos os navios, especialmente navios soviéticos, entrando em águas cubanas e suspeitos de carregar mais armas ou homens soviéticos.

[...] Um bloqueio de armas – apesar disso poder significar guerra – não é necessariamente um ato de guerra, especificamente se a Doutrina Monroe de 139 anos de idade for interpretada para exigir isso.

Interpretando-a dessa forma, nós obviamente devemos buscar o consentimento dos nossos aliados latinos, com quem nós temos cada vez mais partilhado a responsabilidade pela definição da Doutrina desde 1933. Mas nós não entregamos essa responsabilidade; os latinos são inclinados a evitá-la; e todo nosso sistema de segurança hemisférico depende em última análise no poder dos Estados Unidos. [...]²²⁷

A defesa dessas ideias ajuda a compreender não só o apoio concedido pelas revistas à condução da crise dos mísseis pelo governo americano, como também o interesse do próprio Kennedy em saber pessoalmente a opinião de Luce a respeito da situação. Em entrevista, Luce relata ter sido chamado com urgência à Casa Branca por Kennedy, que lhe contou sobre a descoberta dos mísseis em Cuba. Durante o encontro, o presidente fez referências explícitas ao interesse do editor-chefe da Time Inc. pela questão cubana, demonstrando concordância – aparentemente tardia – quanto à opinião de Luce de que os Estados Unidos deveriam lidar com Cuba de forma mais rígida. “Bem, você tem sido o mais forte defensor de uma ação

²²⁷ “Khrushchev’s arms build-up in Cuba [...] is an insolent challenge to the Western Hemisphere which has so far drawn no adequate response from the President of the U.S. The White House is wrapped in what appears to be indecision. A measure of indecision is understandable, for we have been skillfully ambushed by Khrushchev. But the President must act, and we urge him to invoke the Monroe Doctrine, a foundation stone of U.S. foreign policy, to prevent Castro’s further import of Communist arms.

[...] We suggest that the issue is sufficiently grave already; that the presence of massive Soviet arms and soldiers in this hemisphere is hostile to the Monroe Doctrine, and that it should be specifically defined to exclude them.

[...]

How then can Kennedy stop further Communist arms to Cuba and make an updated Monroe Doctrine stick? He has taken some first steps. He is bringing pressure on our NATO allies not to let their ships be chartered for his traffic. Dean Rusk has proposed an informal meeting of Western Hemisphere foreign ministers to continue helping Caribbean nations patrol their shores against arms smuggled *from* Cuba.

These steps are not enough. The next one, we suggest, is that the U.S. Navy with whatever Latin American support we can muster, stop and search all vessels, especially Soviet vessels, entering Cuban waters and suspected of carrying more Soviet arms or men.

[...] An arms blockade – although it may mean war – is not necessarily a formal act of war, specifically if the 139-year-old Monroe Doctrine is interpreted to require it.

In so interpreting it, we must of course seek assent from our Latin allies, with whom we have increasingly shared responsibility for the Doctrine’s definition since 1933. But we have not surrendered this responsibility; the Latins are inclined to evade it; and our whole hemisphere security system depends in the last analysis on U.S. power. [...]”. “What should Monroe Doctrine mean? Blockade”. IN: *Life*, 21 de setembro de 1962, vol. 53, n. 12.

Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=000EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&dq=life+magazine+1962&hl=pt-BR&ei=G5qQT61Picu2B4jF0eYE&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=1&ved=0CDMQ6wEwAA. Acesso em 25 de agosto de 2011.

vigorosa em Cuba e você estava certo”, teria dito Kennedy a Luce²²⁸. O encontro de ambos aconteceu em meio a um momento em que Kennedy, apesar da relação cordial existente entre os dois, mostrava-se incomodado com as numerosas críticas feitas pela Time Inc. ao seu governo, escrevendo diversas cartas a Luce pedindo que fosse revista a maneira como as suas revistas abordavam a sua administração, ao que Luce respondeu, após fazer uma avaliação interna sobre a cobertura feita pelas publicações de sua empresa sobre o governo Kennedy, não encontrar nada que ferisse a imagem do governo, nem acreditar que houvesse informações enganosas ou depreciativas do presidente. De fato, a relação entre Luce e a presidência Kennedy foi bastante amistosa, apesar das críticas – no que se distanciava, e muito, das administrações democratas anteriores, especialmente a de Franklin D. Roosevelt, das quais Luce fora feroz opositor.

Coincidentemente ou não, o governo Kennedy acabou adotando algumas das medidas anteriormente defendidas por Luce, dentre as quais o bloqueio naval – oficialmente chamado de “quarentena” pelo governo americano – para impedir que outros navios transportando mais armamentos, inclusive mísseis, se aproximassem da costa cubana. A solução final para a crise foi alcançada a partir de um acordo entre Khrushchev e Kennedy, no qual o governo americano se comprometia a não mais atacar Cuba e a retirar os mísseis americanos instalados na Turquia, após o que a União Soviética aceitou retirar os mísseis de Cuba. Observa-se, tanto em *Time* como em *Life*, um tratamento elogioso da condução da crise pela administração Kennedy e um cuidado em explicá-la cuidadosamente ao público americano, sem, contudo, abandonar as críticas a Khrushchev e à União Soviética e Fidel Castro. A aceitação do líder soviético em dismantelar os mísseis instalados em Cuba foi descrita como uma vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, que foi capaz de “obrigá-lo” a ceder e dar o primeiro passo para que a hegemonia americana fosse recuperada na América. Era também uma derrota para Castro, que, do ponto de vista das revistas, ficara sem o suporte militar de seu principal aliado militar, o que, somado ao “caos” enfrentado pela economia cubana, o teria fragilizado frente aos próprios cubanos, aos Estados Unidos e à comunidade interamericana. Na *Life* do dia 9 de novembro de 1962, a imagem eleita como a fotografia da semana era a de Fidel Castro boiando solitário em meio as águas de uma praia cubana, abaixo da qual lia-se o seguinte

²²⁸ “[...] ‘Well you have been the strongest advocate of vigorous action in Cuba and you were right.’ [...]”. KENNEDY apud LUCE, *ibidem*, p. 33. Segundo expresso pelo próprio Luce na entrevista, ele e outros membros da Time Inc. produziram suas impressões particulares sobre o encontro com Kennedy em outubro de 1962, fornecendo mais detalhes sobre o que foi conversado. No entanto, essa documentação não encontra-se disponível *on-line*, o que não possibilitou que obtivéssemos acesso a ela.

comentário, que resume bem toda a visão da Time Inc. sobre a situação de Cuba após o episódio:

Fidel Castro nunca esteve tão só ou em águas mais profundas. Nos dias mais alegres, quando a União Soviética cumpria suas promessas de dá-lo total apoio colocando bases de mísseis em Cuba, um estudante finlandês encontrou Castro e alguns seguidores divertindo-se em uma praia próxima a Havana. Mas essa foto que o estudante tirou veio a ter um amargo simbolismo para Castro e Cuba após terem sido abandonados militarmente à deriva por seu protetor [...]. Com a economia cubana já em um crítico estado, a questão agora é quanto tempo Castro será capaz de se manter à tona.²²⁹

Apesar da avaliação positiva da atuação da presidência americana na condução da crise, esse era apenas o primeiro passo para a recuperação da hegemonia estadunidense no continente americano. A luta deveria continuar e a solução definitiva para os problemas nas relações entre Cuba e Estados Unidos permanecia sendo uma: acabar com Castro. “*Relaxar sobre Cuba? Não.*”²³⁰.

²²⁹ “Fidel Castro was never more alone or in deeper water. In happier days (for him), when the Soviet Union was making good on its promises to give him full backing by putting missile sites in Cuba, a Finnish student found Castro and some henchmen frolicking on a beach near Havana. But this picture the student took came to have a sour symbolism for Castro and Cuba after they had been cast militarily adrift by their protector [...]. With the Cuban economy already in a critical state, the question now was how long Castro would be able to stay afloat.” IN: *Life*, 9 de novembro de 1962, vol. 53, n. 19. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=qUoEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=twopage&q&f=true>. Acesso em 30 de agosto de 2011.

²³⁰ “Editorial: Relax on Cuba? No”. *Life*, 23 de novembro de 1962, vol. 53, n. 21. P. 38-9. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=rkoEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 14 de dezembro de 2011.

Conclusão

A bem sucedida resolução da crise dos mísseis não foi suficiente para Luce encerrar a sua campanha anti-Castro. Mesmo após todos os momentos de tensão vividos durante a crise, Luce, com o mesmo fervor demonstrado em relação à “perda” da China para os comunistas, ainda acreditava ser possível remover Fidel Castro do poder em Cuba contando com a ajuda dos exilados cubanos que haviam fugido para os Estados Unidos – e isso ainda em 1961, meses após o fracasso da tentativa americana de invasão de Cuba²³¹. Para isso, utilizava mais uma vez as suas publicações para atingir o seu objetivo e convencer tanto a opinião pública norte-americana como o próprio governo dos Estados Unidos a apoiar e estimular ações paramilitares contra Cuba. Ao longo de todo o ano de 1961, *Time* e *Life* continuaram transmitindo informações sobre o fluxo de imigração de cubanos em direção aos Estados Unidos e as dificuldades enfrentadas pelos exilados para saírem de Cuba e se estabelecerem no país. Através do jornalista Andrew St. George – o mesmo enviado de *Life* escalado para cobrir o Movimento 26 de Julho passo a passo durante a luta revolucionária contra Batista –, a Time Inc., principalmente através da *Life*, deu ampla publicidade às ações de grupos contrarrevolucionários que persistiam na luta contra Fidel Castro, com ou sem a ajuda do governo norte-americano. De todos os grupos opositores atuantes, o Alpha 66 foi o que mais recebeu destaque, tendo St. George acompanhado de perto algumas de suas ações contra o governo revolucionário de Cuba e relatado a sua experiência junto ao grupo em matérias publicadas para a revista. O fato de ter sido este o grupo escolhido por St. George para acompanhar as ações anti-Castro pode não ter sido casual, pois há indícios de ter sido Luce um dos principais financiadores privados do Alpha 66²³².

Embora não tenha sido possível, até o momento de conclusão desta pesquisa, investigar a fundo as ligações de Luce com o Alpha 66, pode-se afirmar ter sido essa relação a culminação de todo um engajamento do fundador e editor-chefe das publicações da Time Inc. contra a Revolução Cubana. Retornamos, aqui, às hipóteses apresentadas logo no início deste trabalho, destacando a ambiguidade inicialmente demonstrada pelas revistas sob sua direção em relação à Revolução. Após a derrocada final da ditadura de Batista, em 1 de janeiro de

²³¹ Na sua edição de 9 de junho de 1961, a *Time* publicou uma matéria chamada “Cuba: The Underground Surfaces”, em que relatava ações terroristas realizadas por militantes anti-Castro em Cuba e fala sobre o surgimento de uma oposição de novo tipo em Cuba, composta por seis grupos de oposição ao governo revolucionário cansados das disputas entre as lideranças de exilados nos Estados Unidos.

²³² Infelizmente, não foi possível obter mais detalhes a respeito dessa informação por conta das limitações existentes ao acesso à documentação. Alguns indícios, porém, levam a crer que a ligação entre Luce e o Alpha 66 era mesmo verdadeira.

1959, demonstrou, através de *Time* e *Life*, reações conflitantes a respeito do futuro de Cuba e da Revolução; a esperança de renovação e a possibilidade de implementação de reformas que pudessem tornar Cuba um país mais digno aos cubanos misturavam-se à apreensão e às suspeitas levantados em função do discurso nacionalista de Fidel Castro e da influência de personalidades abertamente esquerdistas e críticas dos Estados Unidos – Raúl Castro e Ernesto Guevara – sobre Fidel e o governo cubano.

Fidel não se rendeu às pressões exercidas pelo governo americano e implementou uma série de reformas que puseram fim a anos de subserviência de Cuba aos Estados Unidos, desafiando, assim, o poder do império de quem era vizinho. As transformações por que Cuba começou a passar ainda em 1959 desagradou e muito a Luce, que utilizou as suas revistas como armas contra o governo revolucionário de Cuba, imprimindo à cobertura de suas ações uma coloração fortemente ideológica. Por meio delas, procurou mobilizar a opinião pública nacional e internacional contra o governo Castro, cobrando ações eficazes do governo americano contra o governo cubano, numa demonstração de oposição que se fizera crescente e se consolidara entre janeiro de 1959 e dezembro de 1961. Através de sua guerra editorial contra Cuba, deu mais uma demonstração de ação partidária da imprensa, tal como fizera em relação à China.

A oposição de *Time* e *Life* à Revolução Cubana não se restringiu somente às denúncias contra as medidas implementadas pelo governo revolucionário que prejudicavam os interesses dos Estados Unidos, tanto em Cuba como na América Latina, englobando, também, a proposição de estratégias para lidar com a ameaça que, segundo acreditava-se, Cuba representava à hegemonia norte-americana na América Latina. As ações defendidas iam desde punições econômicas à ação coordenada da comunidade interamericana, através da Organização dos Estados Americanos, contra o novo governo da ilha. Esta última fora a que mais recebeu destaque pelas revistas, indo de encontro ao próprio posicionamento de Luce, grande defensor da utilização da legislação internacional e das organizações multilaterais como importantes instrumentos de luta não só contra Cuba, mas também contra o perigo comunista representado pela União Soviética. A defesa da utilização desses organismos na luta contra os soviéticos não se devia à índole pacifista de Luce – que, na verdade, defendia o emprego de todo e qualquer meio para defender a supremacia dos Estados Unidos, inclusive a força militar. Como foi anteriormente exposto, essa postura estava ligada a opiniões fortemente arraigadas em Luce, grande herdeiro da tradição protestante e do liberalismo de Woodrow Wilson, a respeito da natureza da União Soviética e da liderança que acreditava que deveria ser exercida pelos Estados Unidos. Seguindo o pensamento binário do conflito bipolar

que marcou a Guerra Fria, estabelecia uma oposição segundo a qual os Estados Unidos representavam a ordem e a legalidade, enquanto a União Soviética e seus aliados seriam o seu oposto, ou seja, a ausência de ordem e a ilegalidade. Desse modo, e uma vez considerando os Estados Unidos o “farol da humanidade”, não haveria, para Luce, outro país responsável pela defesa da ordem internacional, através de organizações como a própria ONU, do que os Estados Unidos. Desse modo, no que tange aos desdobramentos da Revolução Cubana, a principal medida defendida pela Time Inc. foi a ação conjunta dos países membros da Organização dos Estados Americanos contra Cuba, numa reatualização da Doutrina Monroe que estenderia aos países latino-americanos a responsabilidade pela defesa hemisférica contra o inimigo externo, representado pelo comunismo e a União Soviética, que, através de Castro, teriam seguros uma porta de entrada no continente americano.

As preocupações de Luce com medidas como a lei de reforma agrária e as nacionalizações de empresas de origem americana operantes em Cuba, assim como com o discurso antiamericano de Fidel Castro não estavam isoladas, posto que inseridas num contexto maior de crise entre os Estados Unidos e seus vizinhos latino-americanos, cuja maior demonstração até então havia sido o apedrejamento do vice-presidente Richard Nixon, em 1958, na Venezuela. Como defensor da hegemonia estadunidense em todo o mundo, inclusive na América Latina, não surpreende que Luce apresentasse as mesmas preocupações que o governo americano. Esse temor de que o antiamericanismo se espalhasse na América Latina a partir de Cuba pode também ser tomado como uma explicação possível para a defesa de Luce da utilização da OEA para a solução do “problema cubano”, pois, como pode ser observado nas revistas, havia a compreensão de que uma das origens das manifestações contra os Estados Unidos em diversos países latino-americanos eram causadas pelas diversas intervenções realizadas pelos americanos na região. Isso não impediu, porém, que, diante da proximidade cada vez maior de Cuba à União Soviética, *Time* e *Life* passassem a manifestarem-se a favor de uma intervenção militar direta realizada pelos Estados Unidos contra a ilha, a despeito das reações que uma ação desse tipo poderia causar nas relações com os seus vizinhos ao sul do rio Grande.

Com a crise dos mísseis, o governo americano finalmente parecia ter atendido aos apelos da Time Inc. por uma ação eficaz contra Fidel Castro e Cuba. Retratada pelas revistas como uma importante vitória americana na Guerra Fria, sua solução teria contribuído de forma decisiva para a recuperação do prestígio americano, decaído principalmente na América Latina, com o fracasso da tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 1961. Mesmo assim, a retirada dos mísseis soviéticos de Cuba ainda não havia sido suficiente, pois não

derrotou o que era, para a Time Inc., a principal fonte de problemas para os Estados Unidos na América Latina: Fidel Castro. Para resolvê-lo, a solução era apenas uma: acabar com ele, não importasse através de qual meio.

Anexos

ANEXO 1 – EDITORIAL “O QUE FAZER COM CASTRO”, PUBLICADO NA *LIFE* DE 28 DE MARÇO DE 1960²³³.

A principal política externa de Fidel Castro é a sistemática difamação dos Estados Unidos. Ela alcançou um pico recente quando culpou “sabotadores” americanos pela explosão do navio de munições *La Coubre* em Havana, a total falta de evidência sendo parte da “evidência” que ele citou. Isso não só despertou um pungente protesto oficial do Secretário Herter, mas também fez o paciente *New York Times* acusar Castro de “paranoia elevada ao nível de política nacional.” Outros observadores da deteriorante situação cubana, incluindo membros do Congresso, acham que chegou a hora dos Estados Unidos fazerem algo mais drástico do que protestar.

A ameaça de Castro não é imaginária. Ele seus aliados comunistas estão almejando minar a influência dos Estados Unidos e romper seus laços pela América Latina. Então o que os Estados Unidos deveriam fazer com ele?

Eisenhower na semana passada pediu poder discricionário sobre a cota de açúcar cubano. Mas a pressão econômica provavelmente não mudará a política externa de Castro. Suas políticas econômicas parecem meramente analfabetas, mas na verdade contêm muito genuíno masoquismo revolucionário. Quanto mais as coisas pioram, mais heroica parecerá a austeridade que Castro, que desfruta ele mesmo de uma vida econômica, imporá sobre seu povo com slogans importados da China comunista. O chefe econômico leninista de Cuba, “Che” Guevara, chamou o prêmio de 2¢ por libra que pagamos pelo açúcar cubano um dispositivo de “escravidão econômica”. Se pararmos de pagá-lo, ele nos acusará de assédio econômico. Quando o capital americano sai de Cuba (muitas empresas estão agora reduzindo suas perdas), é considerado imperialismo de uma outra forma. Qualquer coisa que nos façamos, seja para ajudar ou prejudicar a economia cubana, pode ser e é traduzida em propaganda antiamericana pela paranoia cubana e pelo comunismo.

O povo cubano está cada vez mais isolado. Castro parou de prometer eleições; ele é um ditador que controla diretamente a maior parte da imprensa e do rádio e tem silenciado

²³³ “Editorial: What to do about Castro” IN: *Life*, 28 de março de 1960, vol. 48 n. 12. P. 35. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=dVUEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&lr=#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 04 de fevereiro de 2011.

virtualmente toda oposição. O programa de informação americano tem sido reduzido a uma fração de sua atividade normal e pode ser forçado em breve a sair completamente da ilha. Um radiotransmissor extraterritorial, na Flórida ou em Porto Rico, então se tornaria uma necessidade dos Estados Unidos para não perder o todo contato com o povo cubano. A decisão de preparar esse transmissor deveria ser tomada agora.

Mas a solução completa para nosso problema Castro não reside em Cuba. Ela reside em impedir que seu veneno se espalhe mais profundamente pelo resto da América Latina do que já se espalhou.

Felizmente, graças em parte à recente viagem de Ike, nossas relações oficiais com o resto da América Latina estão em muito boa forma. Nenhum outro movimento latino-americano tem qualquer real respeito por Castro. A maioria deles recusou seu convite recente para uma conferência de países subdesenvolvidos em Havana. Uma classe em cada país, principalmente estudantes e trabalhadores organizados, é tão vulnerável a propaganda de Castro que nenhum governo democrático latino-americano ousa denunciá-lo abertamente. Entretanto, a política de paciência de Herter está ganhando cada vez mais respeito. É a prudência, não “conciliação”, que está enviando o embaixador Bonsal de volta a Havana. A prudência permanece sendo uma parte essencial da nossa disputa com Castro. Ela ajuda a tornar óbvias as mentiras de suas alcunhas de “imperialismo” americano. Ela mantém aquele grande e crescente aliado, o realismo latino-americano, do nosso lado.

O sistema hemisférico de tratado de direito está do nosso lado. É uma grande defesa potencial contra qualquer séria ameaça à segurança ocidental, externa ou interna, militar ou subversiva. Castro está gastando dinheiro em armas em uma escala insana; há até mesmo rumores de pedidos de MiGs tchecos. Em algum ponto essa ameaça poderia ser julgada pela Organização dos Estados Americanos, cujos ministros das relações exteriores podem adotar qualquer ação disciplinar conjunta que quiserem, desde repreensão diplomática até sanções militares. A força da OEA ainda não foi testada nessa crise. Mas podemos ganhar nossa guerra política com Castro estando em acordo com nossos são amigos latinos e confiar na força do nosso respeito comum pela lei, bom senso e condutas pacíficas.

ANEXO 2 – EDITORIAL “O QUE A DOCTRINA MONROE DEVERIA DIZER? BLOQUEIO”, PUBLICADO NA *LIFE* DE 21 DE SETEMBRO DE 1962²³⁴.

A escalada militar de Khrushchev em Cuba [...] é um desafio insolente ao hemisfério ocidental que até agora não obteve nenhuma resposta adequada do Presidente dos Estados Unidos. A Casa Branca está envolvida no que parece ser indecisão. A medida de indecisão é compreensível, pois nós fomos habilidosamente emboscados por Khrushchev. Mas o presidente deve agir, e nós incitamo-lo a invocar a Doutrina Monroe, uma pedra fundamental da política externa americana, para prevenir nova importação de armas comunistas por Castro.

O que aconteceu com a Doutrina Monroe? Quando Khrushchev declarou-a “morta” dois anos atrás Eisenhower negou, assim como Kennedy. Mas Khrushchev está evidentemente tentando prová-la morta ou descobrir o que isso significa. Sendo unilateral, a Doutrina sempre significou apenas o que os Estados Unidos dizem que ela significa, incluindo que tipo de “colonização” ela pretende proibir. Mas para não significar nada pra Khrushchev, a Doutrina precisa de uma nova definição do tipo de risco pelo qual os Estados Unidos lutarão. Kennedy deve ao mundo esse esclarecimento.

Em seu pronunciamento admitindo a escalada cubana, Kennedy disse que ela ainda não é uma série ameaça aos Estados Unidos. Ele fez uma distinção (dificilmente convincente) entre armas ofensivas e defensivas, sugerindo que uma escalada continuada levantará as “questões mais graves” – *i.e.*, questões de ação preventiva americana. Nós sugerimos que a questão já é suficientemente grave; que a presença de massivas armas e soldados soviéticos nesse hemisfério é hostil à Doutrina Monroe, e que ela deve ser especificamente definida para eliminá-los. As armas russas transformaram Cuba em uma colônia russa tão odiosa quanto a Alemanha Oriental. Se ainda não são uma ameaça à parte continental dos Estados Unidos, são aos atormentados governos da Venezuela, Guatemala, Honduras e vários outros membros do nosso sistema de segurança hemisférico, para não mencionar a nossa base da Marinha em Guantánamo ou o Canal do Panamá. E são uma ameaça política à posição dos Estados Unidos como poder mundial.

²³⁴ “Editorial: What Should Monroe Doctrine Mean? Blockade”. IN: *Life*, 21 de setembro de 1962, vol. 53, n. 12. P. 4. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=000EAAAAMBAJ&printsec=frontcover&dq=life+magazine+1962&hl=pt-BR&ei=G5qQT61Picu2B4jF0eYE&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=1&ved=0CDMQ6wEwAA. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

Como Kennedy pode então parar posteriores armas comunistas para Cuba e fazer uma atualização da Doutrina Monroe perdurar? Ele tem dado alguns primeiros passos. Ele está fazendo pressão sobre nossos aliados na OTAN para que não deixem seus navios serem fretados para seu tráfego. Dean Rusk propôs um encontro informal dos ministros das relações exteriores do hemisfério ocidental para continuar ajudando as nações caribenhas a patrulhar suas costas contra armas contrabandeadas *a partir de* Cuba.

Esses passos não são suficientes. O próximo, nós sugerimos, é que a Marinha americana com qualquer apoio latino-americano que consigamos reunir, parar e revistar todos os navios, especialmente navios soviéticos, entrando em águas cubanas e suspeitos de carregar mais armas ou homens soviéticos. Então os homens seriam mandados para casa, as armas lançadas ao mar.

Rusk tem desencorajado conversas sobre bloqueio pela razão que isso poderia ser “um ato de guerra”. Mas um bloqueio contra armamentos é menos belicoso que o massivo armamento de Castro por Khrushchev. É menos belicoso que a irresponsável fanfarronice de Khrushchev da semana passada, na qual ele acusou os Estados Unidos de planejarem uma invasão de Cuba e ameaçou guerra termonuclear. Um bloqueio de armas – apesar disso poder significar guerra – não é necessariamente um ato de guerra, especificamente se a Doutrina Monroe de 139 anos de idade for interpretada para exigir isso.

Interpretando-a dessa forma, nós obviamente devemos buscar o consentimento dos nossos aliados latinos, com quem nós temos cada vez mais partilhado a responsabilidade pela definição da Doutrina desde 1933. Mas nós não entregamos essa responsabilidade; os latinos são inclinados a evitá-la; e todo nosso sistema de segurança hemisférico depende em última análise no poder dos Estados Unidos. Disse Kennedy na semana passada: “Se as nações desse hemisfério falharem em cumprir seus compromissos contra penetração comunista externa ... esse governo não hesitará em cumprir suas obrigações básicas que são à segurança de nossa nação.”

É verdade que os interesses e a segurança americanos são agora globais, não meramente hemisféricos. O próprio Kennedy parece injustificadamente impressionado com o argumento de Khrushchev de que se nós apoiarmos bases da OTAN próximas à fronteira da Rússia com a Turquia, por que a Rússia não pode ter bases em nosso quintal? Embora nossos interesses sejam globais, nós temos um compromisso prévio com esse hemisfério; e não há lei que nos diga que não devemos resistir à agressão até que nosso inimigo declarado seja tão mundial como nós.

A escalada soviética próximo à Flórida é o desafio mais direto à Doutrina Monroe desde que Maximiliano invadiu o México. A reafirmação da Doutrina Monroe contra essa ameaça reafirmará nossos apreensivos aliados e dar suporte ao sistema interamericano. Acima de tudo, deixará Khrushchev saber que Kennedy, que uma vez disse, “Nossa limitação não é inesgotável”, não é a vítima de indecisão permanente. Um bloqueio tem seus riscos, incluindo aquele de contato físico marinho a marinho com o inimigo, mesmo que o conflito permaneça tão limitado quanto Khrushchev deseja. Há um perigo ainda maior na continuada aceitação gradativa do avanço mundial do comunismo.

Bibliografia

- ARBOLEYA, Jesús. *La revolución del otro mundo: Cuba y Estados Unidos en el horizonte del siglo XXI*. S. l.: Ocean Sur, 2007. 1ª. Edição
- ARBOLEYA, Jesús. *The Cuban counterrevolution*. Ohio University Center for International Studies, 2000.
- AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- _____. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BARÃO, Carlos Alberto. *O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário*. Niterói: UFF, 2005. Tese de doutorado.
- BAUGHMAN, James L. *Henry R. Luce and the rise of the American news media*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001.
- _____. "Journalism and broadcasting". IN: WHITFIELD, Stephen J. (org.) *A Companion to 20th-century America*. Blackwell Publishing, 2004.
- BELLAH, Robert. *The broken covenant: American civil religion in the time of trial*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1975.
- BERCOVITCH, Sacvan. *The American Jeremiad*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1978
- BIAGI, Orivaldo Leme. "O imaginário da guerra fria". In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, v.6 n.1,p.61-111,2001.
- BIAZZETO, Bruno Henz. *A insurreição no meu quintal: processo decisório e percepção da diplomacia norte-americana durante a Revolução Cubana (1958-1960)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUC – RS, 2008.
- BLANCO, Abelardo & DÓRIA, Carlos A. *Revolução Cubana: de José Martí a Fidel Castro (1868 – 1959)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRINKLEY, Alan. *The Publisher: Henry Luce and his American Century*. New York: Alfred A. Knopf, 2010.

BURBAGE, Robert; Jean Cazemajou; André Kaspi. *Os meios de comunicação nos Estados Unidos: imprensa, rádio, televisão*. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

CARDOSO, Carla Rodrigues. “Contributos para uma história da *newsmagazine*”. In: Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (orgs.) *Comunicação e Cidadania: Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho). 6 a 8 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/view/142/138>>. Acesso em 06/11/2008.

CASTRO, Fidel: *A História me absolverá*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

COHEN, Warren I. “The China lobby”. IN: DECONDE, Alexander *et. al. Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 1. Pp. 185-191.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

CUMINGS, Bruce. “The American Century and the Third World”. In: *Diplomatic History*, vol. 23, n.2, p. 355-370, 2000.

CUNHA, Alexandre José da. *A propaganda sob foco: bons amigos, bons vizinhos e bons sócios. As estratégias do american way of life nos anos 50*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005.

CURREA, Andre Siscard. *Life vende, la publicidad educa, los artefactos comunican: estudios descriptivo y compilación de los anuncios publicitarios de los artefactos de comunicar publicados en la Life en Español entre los años 1950-1959*. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/biblio/tesis/sicard/antecedentes/antecedentes/antecedentes.htm>>. Acesso em 10/07/2008.

ELSON, Robert T. *The World of Time Inc.: The Intimate History of a Publishing Enterprise: 1941-1960*. New York: Atheneum, 1973.

FERES Jr., João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

FILHO, João Roberto Martins. “Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição”. IN: *Revista de Sociologia e Política*. Junho, n. 12. Curitiba: UFPR, 1999. pp. 67-82.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 2 vols.

GRAINGE, Paul. "Global media and the ambiguities of resonant Americanism". In: *American Studies International*. Outubro de 2001, vol. 39, n. 3. P. 4. Disponível em: <<http://www.studiogaijin.org/iserlohn/wien/klasse/fernsehen/global%20media.pdf>>. Acesso em 06/11/2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Volume 2.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 3

GRANDIN, Greg. "Your Americanism and Mine: Americanism and Anti-Americanism in the Americas". In: *The American Historical Review*, 111, outubro de 2006, 1042–1066.

GUILLÉN, Nicolás. "West Indies, Ltd." In: *West Indies, Ltd.* (1934). Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12143851918924839109213/p0000001.htm#32>. Acesso em: 09 de junho de 2011.

HARNECKER, Marta. *Fidel: a estratégia política da vitória*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

HERZSTEIN, Robert. *Henry Luce, Time, and the American crusade in Asia*. Cambridge University Press, 2005.

HOLSTI, Ole R. *Public Opinion and American Foreign Policy*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.

HUNT, Michael H. *Ideology and U.S. Foreign Policy*". New Haven and London: Yale University Press, 1987.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

KEGLEY, JR., Charles W.; SCOTT, James M. & WITTKOPF, Eugene R. *American Foreign Policy: Pattern and process*". Belmont: Wasdorwth/Thomson Learning, 1003. 6th edition.

KUEHL, Warren F. & OSTROWER, Gary B. "Internationalism". IN: DECONDE, Alexander *et. al. Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner's Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 2. P. 248.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.

LEONARD, Thomas M. & KARNES, Thomas L. "Pan-Americanism". IN: DeCONDE, Alexander *et. al. Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner's Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3.

- LEVERING, Ralph B. & LIEBOVICH, Louis W. "The Press". IN: DeCONDE, Alexander *et al. Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas.* New York, Charles Scribner's Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3. PP. 221-237.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na America Latina. Uma ontologia de 1909 aos dias atuais.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999. 2ª reimpressão atualizada, 2003.
- LUCE, Henry R. "The American Century". Disponível em: <http://www.informationclearinghouse.info/article6139.htm>. Acesso em: 28/06/2010.
- MCPHERSON, Alan. "Americanism against American Empire". In: KAZIN, Michael & McCARTIN, Joseph. *Americanism: New perspectives on the History of an Ideal.* Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press. 2006. P. 169-199.
- MCPHERSON, Alan L. *Yankee no!: anti-Americanism in U.S. – Latin American relations.* Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- MENDES, Ricardo Antonio Souza. "Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução". In: *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 8, 2009. Disponível em http://www.anphlac.org/revista/revista8/dossie.4.pensando_a_revolucao_cubana.pdf. Acesso em 30 de abril de 2011.
- MILLER, Aragon Storm. "A Sword Cuts Two Ways: Cold War Policymaking in the OAS". IN: *Portal: Llilas Annual Review*, n. 5, 2009-2010. Pp. 7-9. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/portal/portal109/>. Acesso em: 23/01/2011.
- PATERSON, Thomas G. *Contesting Castro: The United States and the Triumph of the Cuban Revolution.* Nova Iorque: Oxford University Press, 1994.
- PAZ, Juan Valdés. "A Revolução Agrária Cubana: conquistas e desafios". IN: *Estudos Avançados*, vol. 25, n. 72. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a07v25n72.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2011.
- SADER, Emir. *A Revolução Cubana.* São Paulo: Moderna, 1985.
- SALES, Jean. Rodrigues. "O Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Francês diante da Revolução Cubana nos anos 1960". IN: *Revista de História Comparada*, vol. 1, n. 2. Dezembro de 2007. Disponível em: http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num002_artigo002.pdf. Acesso em 30 de abril de 2011.
- SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

SKIDMORE, Thomas. “Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal-entendido?”. IN: *Estudos Históricos*, vol. 13, n. 24 (1999). Pp. 447-463. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2095/1234>. Acesso em 17 de abril de 2012.

SMALL, Melvin. “Public Opinion”. IN: DeCONDE, Alexander *et. al.* *Encyclopedia of American Foreign Policy: studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3. Pp. 275 – 288.

SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle: Latin America, the United States and the World*. New York: Oxford University Press, 2008.

SMITH, Tony. “Wilsonianism”. In: DECONDE, Alexander *et. al.* *Encyclopedia of American Foreign Policy: : studies of the principal movements and ideas*. New York, Charles Scribner’s Sons, 2002. 2nd. Edition. Vol. 3. Pp. 617-626.

SWANBERG, W.A. *Luce and His Empire*. New York: Charles Scribner’s Sons, 1972.

VALENTE, Leonardo. *Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VALENTE, Leonardo & SANTORO, Maurício. “A diplomacia midiática do governo Hugo Chávez”. IN: *Observatório Político Sul-americano*, vol. 1, p. 1-20, IUPERJ/UCAM, 2005.

WHITFIELD, Stephen. “The American Century of Henry Luce”. IN: KAZIN, Michael & McCARTIN, Joseph A. *Americanism: New perspectives on the history of an ideal*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006. Pp. 90-107.

WITTKOPF, Eugene R. & McCORMIK, James M. (editors). *The domestic sources of American Foreign Policy: insights and evidence*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 1999. 3rd edition.